



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

O escândalo político como notícia: a cobertura da série de reportagens Vaza Jato nos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Autor: Renan Lacerda Feitosa de Araujo

Orientadora: Professora Doutora Celia Belim

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciências da Comunicação, na vertente de Jornalismo

Lisboa 2023



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

O escândalo político como notícia: a cobertura da série de reportagens *Vaza Jato* nos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Renan Lacerda Feitosa de Araujo

Orientador: Prof.^a Doutora Celia Felícia Belim Rodrigues

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências da Comunicação –
vertente de Jornalismo

Júri:

Presidente: Doutor Paulo Jorge dos Santos Martins, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Nilza Marília Mouzinho de Sena, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Carla Isabel Simões dos Santos Cruz, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Célia Felícia Belim Rodrigues, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora.

Lisboa

2023

AGRADECIMENTOS

Fazer um mestrado sempre me pareceu um objetivo muito distante de ser alcançado. E fazer um mestrado fora do país mais ainda. E é em uma noite fria de setembro, após voltar de uma viagem ao Brasil, que penso em todas as transformações que esse mestrado me trouxe. Não apenas a nível profissional, mas em todos os níveis, com uma mudança para Portugal e uma vida completamente nova no Velho Continente. É um caminho gratificante, com conquistas, mas também tortuoso e cheio de obstáculos que, apenas com o apoio das pessoas mais importantes da minha vida, é possível superar.

Agradeço todos os dias pelo apoio incondicional e pelo amor dos meus pais, Rosana e Ricardo, e da minha irmã, Amanda, que sentem saudades diárias, mas nunca ficaram longe no meu coração. Agradeço todos os dias pela parceria de tantos amigos que estão no Brasil e que estão sempre por perto, de uma maneira ou de outra, quando mais preciso. E agradeço todos os dias pelas novas amizades que Lisboa me proporcionou com pessoas de lugares e experiências das mais distintas e que se tornaram uma verdadeira família. Lidar com as saudades e com a construção de tantas relações incríveis é certamente uma das partes mais significativas desse processo.

É impossível não agradecer todos os dias à minha noiva Giulie que encarou o desafio de uma vida completamente nova ao meu lado e inclusive na mesma turma de mestrado. Seu amor é minha força diária e eu sou muito grato pelo quanto você acredita em mim, me apoia e me traz a paz necessária para continuar. Sem você certamente tudo seria mais difícil.

Por fim, também agradeço muito à professora Celia Belim, minha orientadora, que teve toda a paciência do mundo, acreditou no meu potencial e me exigiu bastante, mas sempre buscando o melhor trabalho possível. Sempre com muito ânimo e entusiasmo.

E é ao chegar a esse momento que consigo ver que tudo valeu a pena. O primeiro objetivo, o de conquista do mestrado foi cumprido e a partir daí novas oportunidades se abrem. Mas nunca deixarei de olhar com gratidão e enorme carinho o que todo esse processo me ensinou e me ajudou a crescer (e ainda ajudará muito mais).

Índice

Índice	i
Índice de Gráficos	iii
Índice de Quadros e Tabelas	iii
Resumo	v
Abstract	vi
INTRODUÇÃO	1
1. O JORNALISMO POLÍTICO E OS ESCÂNDALOS NOTICIOSOS – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1 OS ESCÂNDALOS POLÍTICOS	6
1.2. OS VALORES-NOTÍCIA, O AGENDAMENTO E O ENQUADRAMENTO DOS ESCÂNDALOS POLÍTICOS	9
1.3. A OPERAÇÃO LAVA JATO E A SÉRIE DE REPORTAGENS VAZA JATO COMO OBJETO DE ESTUDO ACADÊMICO	12
2. OPÇÕES METODOLÓGICAS	16
3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	29
3.1 Valores-notícia utilizados pelos portais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i> na cobertura da série de reportagens <i>Vaza Jato</i> de 9 de junho a 9 de setembro de 2019	29
3.1.1 Valores-notícia mais presentes num total de 20 variáveis	29
3.1.2 Valores-notícia menos frequentes.....	29
3.1.3 Valores-notícia principais 1 e 2 somados.....	31
3.1.4 Valores-notícia principais mais frequentes	32
3.1.5 Valores-notícia principais menos frequentes.....	33
3.1.6 Pontos divergentes entre os valores-notícia principais.....	33
3.1.7 Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e mês de publicação.....	33
3.1.8 Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e dias da semana.....	35
3.1.9 Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Gênero Jornalístico	37
3.1.10. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Enfoque Principal.....	39
3.1.11. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Tamanho da Peça (número de parágrafos).....	40
3.1.12. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Tipo de Abordagem.....	42
3.1.13. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Foco Temático	43
3.2 Análise dos enquadramentos jornalísticos utilizados na cobertura da série de reportagens <i>Vaza Jato</i> pelos portais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	45
3.2.1. Framings mais presentes – Definição do problema	45
3.2.2. Framings mais presentes – Julgamento moral	46

3.2.3. Framings mais presentes – Diagnóstico de causa.....	48
3.2.4. Framings mais presentes – Sugestão de solução.....	49
3.3 Construção das narrativas noticiosas sobre a série de reportagens <i>Vaza Jato</i> nos portais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i> entre junho e setembro de 2019.....	50
3.3.1. Meses, dias da semana e datas das publicações.....	50
3.3.2. Gênero jornalístico e tamanho das peças.....	51
3.3.3. Tipo de abordagem, enfoque principal e foco temático.....	52
3.3.4. Escândalo em Foco.....	54
3.3.5. Fontes utilizadas.....	56
3.3.6. Declarações na 1. ^a voz.....	57
3.3.7. Agentes ativos principais.....	58
3.3.8. Ações tomadas.....	59
3.3.9. Principais narrativas observadas.....	60
3.4.1 Características marcantes do título, linha-fina e lead da <i>Folha de S. Paulo</i>	65
3.4.2 Estilo léxico na <i>Folha de S. Paulo</i>	68
3.4.3 Estratégias de discurso na <i>Folha de S. Paulo</i>	69
3.4.4 Características marcantes do título, linha-fina e lead da <i>Gazeta do Povo</i>	72
3.4.5 Estilo léxico na <i>Gazeta do Povo</i>	73
3.4.6 Estratégias de discurso na <i>Gazeta do Povo</i>	75
4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	80
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
OUTRAS REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICES.....	94
Apêndice 1 – Manual de codificação para análise de conteúdo e análise narrativa de cada peça noticiosa	94
Apêndice 2 - Análise de discurso das peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i>	101
Apêndice 3 – Análise de discurso dos editoriais da <i>Gazeta do Povo</i>	133
Apêndice 4 – Guião de entrevista semiestruturada e em profundidade com Ewandro Schenkel, chefe de redação da <i>Gazeta do Povo</i>	146
Apêndice 5 – Transcrição da entrevista com Ewandro Schenkel, chefe de redação da <i>Gazeta do Povo</i>	148
Apêndice 6 – Análise de discurso das peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i>	166
Apêndice 7 – Análise de discurso dos editoriais da <i>Folha de S. Paulo</i>	246
Apêndice 8 – Guião de entrevista semiestruturada e em profundidade com Sergio Davila, diretor de redação da <i>Folha de S. Paulo</i>	258
Apêndice 9 – Transcrição da entrevista com Sergio Davila, diretor de redação da <i>Folha de S. Paulo</i>	261
Apêndice 10 – Consentimento informado pelos entrevistados	273

Consentimento informado de Ewandro Schenkel	273
Consentimento informado de Sergio Davila	275

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Comparação entre os valores-notícia da Folha de S. Paulo e da Gazeta do Povo.....	31
Gráfico 2. Valores-notícia principais na <i>Folha de S. Paulo</i> e na <i>Gazeta do Povo</i> – 10 mais frequentes	33
Gráfico 3. Valores-notícia principais por dia de semana nas peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i>	35
Gráfico 4. Valores-notícia principais por dia de semana nas peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i> ..	36
Gráfico 5. Escândalo em Foco nas peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i>	54
Gráfico 6. Escândalo em foco nas peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i>	55
Gráfico 7. Fontes utilizadas pela Folha de S. Paulo nas peças jornalísticas.....	56
Gráfico 8. Fontes utilizadas pela <i>Gazeta do Povo</i> nas peças jornalísticas	56
Gráfico 9. Declarações na 1. ^a Voz <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	57
Gráfico 10. Os dez principais agentes ativos principais nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo.	58
Gráfico 11. Os dez principais agentes ativos principais nas peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i> ...	59
Gráfico 12. Ações Tomadas pelos agentes ativos nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo	59
Gráfico 13. Ações Tomadas pelos agentes ativos nas peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i>	60

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro 1. Principais acontecimentos Operação Lava Jato série de reportagens Vaza Jato.....	13
Quadro 2. Comparações entre os posicionamentos da <i>Folha de S. Paulo</i> e da <i>Gazeta do Povo</i>	17
Quadro 3. Categorias para a análise de conteúdo dos valores-notícia	19
Quadro 4. Categorias para a análise de conteúdo dos enquadramentos – framing analysis	22
Quadro 5 – Explicações sobre as categorias da análise narrativa	25
Quadro 6. Matriz da análise crítica de discurso	27
Tabela 7. Valores-notícias na Folha de S. Paulo	30
Tabela 8. Valores-notícias na Gazeta do Povo	30
Tabela 9. Valores-notícias principais na Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo	32
Tabela 10. Valores-notícia principais por mês de publicação nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo.....	34
Tabela 11. Valores-notícia principais por mês de publicação nas peças jornalísticas da Gazeta do Povo	34
Tabela 12. Valores-notícia principais por gênero jornalístico nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo.....	37
Tabela 13. Valores-notícia principais por gênero jornalístico nas peças jornalísticas da Gazeta do Povo.....	38
Tabela 14. Valores-notícia principais por enfoque principal nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo.....	39
Tabela 15. Valores-notícia principais por enfoque principal nas peças jornalísticas da Gazeta do Povo	40
Tabela 16. Valores-notícia principais por tamanho da peça nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo.....	41
Tabela 17. Valores-notícia principais por tamanho da peça nas peças jornalísticas da Gazeta do Povo	41
Tabela 18. Valores-notícia principais por tipo de abordagem nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo.....	42
Tabela 19. Valores-notícia principais por tipo de abordagem nas peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i>	42

Tabela 20. Valores-notícia principais por foco temático nas peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i>	43
Tabela 21. Valores-notícia principais por foco temático nas peças jornalísticas da <i>Gazeta do Povo</i> ..	44
Tabela 22. Definição do problema – Enquadramento de defesa	45
Tabela 23. Definição do problema – Enquadramento de ataque	45
Tabela 24. Julgamento Moral – Enquadramento de Defesa.....	46
Tabela 25. Julgamento Moral – Enquadramento de Ataque.....	47
Tabela 26. Diagnóstico de causa – Enquadramento de defesa	48
Tabela 27. Diagnóstico de causa – Enquadramento de ataque.....	48
Tabela 28. Sugestão de solução – Enquadramento de defesa.....	49
Tabela 29. Sugestão de solução – Enquadramento de ataque	49
Tabela 30. Meses das publicações da <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	50
Tabela 31. Dias de semana das publicações da <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	51
Tabela 32. Gêneros jornalísticos utilizados na <i>Folha de S. Paulo</i> e na <i>Gazeta do Povo</i>	51
Tabela 33. Tamanho das peças jornalísticas – número de parágrafos nas peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i>	52
Tabela 34. Tipo de abordagem nas peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	52
Tabela 35. Enfoque principal das peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	53
Tabela 36. Foco temático nas peças jornalísticas da <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta do Povo</i>	54
Quadro 37 – Principais estratégias de discurso <i>Folha de S. Paulo</i>	69
Quadro 38 – Principais estratégias de discurso <i>Gazeta do Povo</i>	75
Quadro 39. Comparativo entre os discursos dos diretores de redação da <i>Folha de S. Paulo</i> e da <i>Gazeta do Povo</i>	78

Resumo

Os escândalos políticos são elementos frequentes do jornalismo político no Brasil e no mundo. Mas nem todo escândalo político é apresentado pelos veículos da mesma forma e, a depender do veículo, pode apresentar diferenças significativas em relação aos valores-notícia, agendamento, *framing* e narrativas apresentados. Com base nisso, esse estudo visa responder à pergunta de partida: como os portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* cobriram a série de reportagens *Vaza Jato*?

Para esse estudo foi utilizado o método misto, do tipo explanatório sequencial. As análises de conteúdo serviram para tratar os valores-notícia, os *framings* e os componentes presentes nas narrativas construídas por ambos os veículos na cobertura da série de reportagens *Vaza Jato* entre os dias 9 de junho e 9 de setembro de 2019, período que marca os três primeiros meses da série que revelou escândalos envolvendo o ministro da Justiça da época, Sergio Moro e os procuradores integrantes da Operação *Lava Jato*. Ao todo, foram analisadas 828 peças jornalísticas, sendo 530 da *Folha de S. Paulo* e 298 da *Gazeta do Povo* ao longo do período determinado. Além disso, como técnicas qualitativas, foram utilizadas a análise narrativa e a análise de discurso em relação às peças jornalísticas e aos editoriais e a entrevista semiestruturada em profundidade realizada com os diretores de redação da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta do Povo*.

Através das técnicas de análise, foi possível identificar como a *Gazeta do Povo* procurou oferecer espaços privilegiados para os agentes relacionados à Operação *Lava Jato* e questionou a série *Vaza Jato* e o trabalho do *website The Intercept Brasil*, enquanto a *Folha de S. Paulo* se interessou e se aprofundou no escândalo ao longo dos três meses, com uma cobertura crítica à *Lava Jato* e ao ex-juiz Sergio Moro. A partir desse posicionamento, o estudo aponta que os veículos possuem técnicas de apuração das informações, agendamento, enquadramento e discurso muito distintos, com um posicionamento pró-*Lava Jato* no caso da *Gazeta do Povo* e crítico à *Lava Jato* no caso da *Folha de S. Paulo*. As diferenças percebidas nas análises estão em consonância com os discursos nas peças jornalísticas e nos editoriais, além dos discursos dos próprios chefes de redação dos veículos.

Palavras-chave: jornalismo político, escândalo político, jornalismo, enquadramento, valores-notícia

Abstract

Political scandals are usual elements in political journalism in Brazil and in the world. But not every political scandal is presented the same way by the vehicles and can present significant differences related to news values, agenda-setting, framing and narratives. Based on this, this study aims to answer the starting question: how did *Folha de S. Paulo* and *Gazeta do Povo* websites cover the *Vaza Jato* series of articles? For this study, sequential explanatory method, was used with both quantitative and qualitative techniques.

The content analyzes were used to address the news values, frames and components present in the narratives constructed by both vehicles in the coverage of the *Vaza Jato* series of articles between June 9 and September 9, 2019. This period marks first three months of this series that revealed scandals involving the Minister of Justice at that time, Sergio Moro, and the prosecutors involved in Operation *Lava Jato*. In total, 828 journalistic pieces were analyzed, 530 from *Folha de S. Paulo* and 298 from *Gazeta do Povo* over the determined period. Furthermore, as qualitative techniques, narrative analysis and discourse analysis were used analyze journalistic pieces, editorials and in-depth semi-structured interviews with the editorial directors of *Folha de S. Paulo* and *Gazeta do Povo*.

Through analysis techniques, it was possible to identify how *Gazeta do Povo* has privileged agents related to Operation *Lava Jato* in its covering and questioned the *Vaza Jato* series and the work of the website *The Intercept Brasil*, while *Folha de S. Paulo* became interested and delved deeper into the scandal over the three months, with critical coverage of *Lava Jato* and former judge Sergio Moro. It is concluded that differences related investigation, agenda-setting, , framing and ideological positioning of each vehicle were essential elements in this covering. It became clear that the vehicles have different approaches. The differences perceived in the analysis are convergent with the speeches in the journalistic pieces and in the editorials, in addition to the speeches of the editors of the vehicles themselves.

Keywords: political journalism, political scandal, journalism, framing, news values

INTRODUÇÃO

A série de reportagens, publicadas pelo *website The Intercept Brasil* em 2019 e que ficou conhecida como *Vaza Jato* (Greenwald et al., 2019), motivou parte da mídia internacional a associar abuso de poder e perseguições políticas às investigações da Operação Lava Jato (Bernardes, 2022) – a maior operação policial de combate à corrupção no Brasil (Gabardo et al., 2019). Mensagens vazadas de agentes da Lava Jato indicaram colaborações entre o juiz da época, Sergio Moro, e os procuradores do Ministério Público Federal além de ações consideradas indevidas como o favorecimento a jornalistas aliados das forças políticas (Dalmonte & Queiroz, 2020), obrigando a imprensa brasileira a se olhar no espelho (Oliveira, 2020). Face ao questionamento das condições éticas e legais das revelações, a prática jornalística dos veículos que decidiram cobrir a série de reportagens do *The Intercept Brasil* reforça o exercício de um dever: informar, com base na verdade e em um compromisso de vigilância, a sociedade sobre as questões de interesse público (Dalmonte & Queiroz, 2020, p. 246).

Contando com 34 reportagens exclusivas ao longo de quase um ano, a série gerou grandes impactos e reviravoltas na política e no judiciário brasileiros (Gabardo et al., 2019), contribuindo para que o ex-presidente Lula da Silva fosse libertado e o ex-juiz Sergio Moro – responsável por essa prisão, excluindo Lula das eleições de 2018 – fosse considerado suspeito (Schreiber, 2021). A cobertura midiática adotou abordagens diversas e foi amplificada por conta da parceria inédita do *The Intercept Brasil* com diversos veículos noticiosos, que geraram dezenas de novos materiais inéditos (Duarte, 2020).

A Operação Lava Jato, que contou com 80 fases entre os anos de 2014 e 2021, culminou com prisões de diversos líderes políticos, empresários e autoridades brasileiros. Gabardo et al. (2019) apontam que a operação colocou o então juiz da 13.^a Vara Federal de Curitiba, Moro, e o procurador do Ministério Público Federal e chefe da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, como atores políticos de grande exposição midiática. A Operação se tornou um símbolo do combate à corrupção no país, contando inclusive com estratégias para a conquista de amplo apoio por parte da mídia e da opinião pública (Bello et al., 2021; Ciocari, 2015; Medeiros & Silveira, 2017). Para além disso, as ações da Lava Jato tiveram influência direta no ambiente político brasileiro e se tornaram decisivas para o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2015, a inelegibilidade do ex-presidente Lula e a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018 (Bello et al., 2021; Medeiros & Silveira, 2017; Van Dijk, 2017).

Em 2019, Moro se tornou ministro da Justiça do Governo de Jair Bolsonaro, principal

opositor de Lula, o que gerou controvérsias em relação a sua atuação e à Lava Jato (Streck, 2021; Warde, 2018). Mas essas polêmicas ganharam maior força com a divulgação da série de reportagens *Vaza Jato* (Larangeira & Junior, 2020; Duarte, 2020) a partir de mensagens que mostravam diálogos e cooperações indevidas entre o ex-procurador Deltan Dallagnol e o ex-juiz Sergio Moro (Streck, 2021).

O *The Intercept Brasil* foi criado em 2016 a partir do *website* americano homônimo, do jornalista Gleen Greenwald, conhecido mundialmente por ter produzido reportagens com dados vazados pelo ex-agente da Central Intelligence Agency (CIA), Edward Snowden (Bonfim et al., 2021). O *website* noticioso busca ser um contraponto aos meios jornalísticos tradicionais, realizando um jornalismo “destemido” e “combativo” (Bonfim et al., 2021, p. 31). As mensagens que originaram a *Vaza Jato* foram entregues por um *hacker* que procurou Greenwald justamente devido a seu histórico (Duarte, 2020).

No âmbito do contexto descrito, o foco temático dessa presente investigação é a cobertura de dois portais jornalísticos, *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*, a respeito da série de reportagens *Vaza Jato*. O objetivo geral desse estudo é compreender como a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo*, nas suas versões *online*, cobriram a série de reportagens referida. A pergunta de partida é: como os portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* cobriram a série de reportagens *Vaza Jato*?

Os objetivos específicos deste trabalho são: a) identificar os valores-notícia utilizados pelos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* na cobertura da série de reportagens *Vaza Jato*; b) aferir os enquadramentos jornalísticos utilizados nas reportagens da *Vaza Jato* em ambos os portais; c) aferir as narrativas noticiosas construídas sobre a *Vaza Jato* em ambos os portais; d) entender como o discurso das notícias dos portais *Gazeta do Povo* e *Folha de S. Paulo* sobre a *Vaza Jato* se relaciona com os seus editoriais e os posicionamentos de seus editores.

A problemática desse estudo se encontra na evidência de que a mídia informativa possui suas políticas editoriais motivadas por interesses diversos que podem estar ligados a autoridades, figuras e grupos políticos ou econômicos, a pressões sociais, midiáticas, corporativas, entre outras forças (e.g., Cook, 2011; Shoemaker & Reese; 2013). Dessa maneira, a mídia também se torna agente político (Cook, 2011). Esses fatores influenciam os jornalistas e veículos noticiosos que podem determinar as preocupações centrais da sociedade e o debate sobre elas (Verri, 2018) e direcionar suas coberturas para atender a determinados interesses, o que pode afetar a missão de informar e atender ao interesse público (Humprecht, 2018).

Esse trabalho, que procura ser um contributo para a área prioritária de investigação de

Ciências da Comunicação do ISCSP de Jornalismo e Sociedade, reforça sua importância ao buscar perceber os aspectos envolvidos na produção de notícias que envolvem fatos políticos significativos, como os escândalos políticos, capazes de transformar realidades sociais e cenários políticos (Thompson, 2000), e de que maneira, dado o contexto político da época, os veículos noticiosos reagem a eles e os cobrem considerando seus interesses e posicionamentos editoriais. Este compromisso de investigação tem maior alcance considerando que, segundo a Freedom House (2022), que promove a independência da mídia e a democracia, o Brasil está no 73.º lugar entre 100 países, sendo considerado parcialmente livre na classificação da liberdade na internet. Compreender esse fenômeno contribui para trazer uma reflexão sobre a importância do pensamento crítico a respeito da produção jornalística na atualidade e, indiretamente, sobre a influência da mídia na sociedade.

Como estrutura dessa dissertação, além da introdução, serão apresentados o enquadramento teórico que discorre sobre: 1) o jornalismo político e os escândalos políticos – enquadramento teórico; 1.1) os escândalos políticos; 1.2) os valores-notícia, o agendamento e o enquadramento dos escândalos políticos; 1.3) a Operação Lava Jato e a série de reportagens Vaza Jato como objetivo de estudo acadêmico. Na sequência, seguem-se as opções metodológicas, a apresentação de resultados, a discussão de resultados e a conclusão.

1. O JORNALISMO POLÍTICO E OS ESCÂNDALOS NOTICIOSOS – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O jornalismo político foca-se nas ações de atores e instituições políticas, ainda que não sejam claras as fronteiras com outros tipos de jornalismo (Strömbäck & Sehata, 2020). Trata-se de uma das mais tradicionais especializações do jornalismo, considerada “essencial para o funcionamento da democracia” (Strömbäck & Sehata, 2020, p. 2) e que molda grande parte da agenda noticiosa da mídia (McNair, 2002).

A cobertura jornalística de política é, assim, “o produto conjunto do processo interativo envolvendo os comunicadores políticos e os profissionais de mídia” (Semetko et al., 1991, p. 3). É o processo de coleta, produção e seleção de notícias que envolvem os diferentes níveis do campo político e que se expandem para políticas em diferentes níveis da sociedade em âmbito local, nacional ou internacional (Albæk et al., 2019). A cobertura da política desdobra-se em quatro níveis de fontes amplas e independentes (de Vreese et al., 2016) que consideram: a) ambiente de eventos que envolve o trabalho dos jornalistas que atuam nos eventos políticos. Esse fator pode envolver percepções individuais sobre o que é notícia por parte do próprio

jornalista ou sobre prioridades de pautas; b) os níveis de influência das organizações, considerando suas linhas editoriais, limitações e objetivos. Pode envolver fatores ligados a uma linha editorial de massa, como nos casos das emissoras de televisão ou mesmo os posicionamentos políticos da própria empresa; c) as estruturas de influência no nível de sistema de mídia - considerando a concorrência do mercado, comercialização e profissionalização do jornalismo; d) as estruturas do sistema político - sistemas de governos e partidos – que podem influenciar de acordo com os ideais de independência ou de posicionamento ideológico de cada veículo (de Vreese et al., 2016). Todos esses fatores “afetam os processos editoriais e de produção de notícias” (p. 5).

O jornalismo se torna um campo de disputa por parte de diferentes grupos que buscam espaços e poder de influência na sociedade (McNair, 2002). Os próprios jornalistas se tornam atores políticos, na medida em que reforçam o poder político de grandes atores políticos e seguem as agendas próprias de interesse dos veículos que se tornam centro de disputa e conflitos por parte dos atores políticos, de maneira que “a agenda política não é direcionada só pela mídia ou só pelos atores políticos, mas pelos dois lados, seja trabalhando em conjunto ou trabalhando de maneira concorrente” (Cook, 2011, p. 13). O autor ainda destaca que muitos atores políticos conseguem influência política por causa de sua capacidade de aderir a normas de autoridade, objetividade e factualidade esperadas pela mídia.

Os jornalistas constroem uma relação de proximidade e potencialmente conflituosa com suas fontes (Strömbäck & Sehata, 2020) e possuem o poder de escolher se um determinado assunto merece cobertura, o contexto, o enquadramento e que fontes estarão presentes para comentar os temas políticos, de modo que os jornalistas “não só refletem a autoridade, mas a reforçam também” (Cook, 2011, p. 92). O jornalismo pode ter interesses e vieses implícitos e ocultos, além da priorização de processos e atos políticos, em detrimento de políticas e ações públicas que trazem benefícios públicos concretos (McNair, 2002).

Os estudos sobre os critérios de seleção noticiosa ganham notoriedade com a proposta de Galtung e Ruge (1965), por meio da teoria do *newsmaking*, sendo posteriormente revisitada por Harcup e O’Neil (2016), que definiram valores-notícia, como exclusividade, conflitos, surpresa, magnitude, relevância e o poder da elite, além de aspectos, como a capacidade de compartilhamento, que pode gerar engajamento por parte do público especialmente nas redes sociais *online*.

A partir de outro ponto de vista, Gans (2005) leva em conta as demandas organizacionais, o julgamento jornalístico, fatores externos, além de outros valores definidos como “duradouros” (p. 42), ligados à democracia e ao capitalismo. As relações entre a mídia e atores políticos e as

orientações dos veículos também se tornam fatores determinantes para a escolha do que será notícia (Brighton & Foy, 2007), assim como julgamentos subjetivos, inclusive psicológicos, e influências culturais dos próprios jornalistas (Donsbach, 2004), além da audiência para quem o conteúdo é produzido (Harcup & O’Neil, 2016).

Em relação ao jornalismo político, Donsbach (1997) ressalta que valores como a personalização, também apontada por Galtung e Ruge (1965), e o negativismo, apontada também por Harcup e O’Neil (2016), são valores-notícia muito presentes na cobertura política, a depender do veículo e do candidato em questão. Donsbach (1997) também reforça que os pontos de vista das organizações, o que Harcup e O’Neil (2016) destacou como alinhamento editorial do veículo, também se mostram como valores-notícia determinantes. Já Brighton e Foy (2007) destacam os conflitos, a relevância e a magnitude como fatores de grande interesse jornalístico nesse âmbito. Por fim, também se destaca aquilo que Verri (2018) designa como *proeminência* ou seja, o poder da elite (Harcup & O’Neil, 2016) ou status da elite (McNair, 2022), que compreende à presença de pessoas e instituições com relevância e influência na sociedade.

A seleção noticiosa liga-se ao agendamento ou *agenda-setting* da mídia, definido como a “habilidade para selecionar e enfatizar certos tópicos considerados mais importantes de maneira a fazer o público pensar que os assuntos escolhidos pela mídia são os mais importantes” (Rudiman et al., 2020, p. 95). Croteau e Hoynes (2003) destacam que o agendamento de notícias pela imprensa no campo político pode ter grande influência sobre a opinião pública e a decisão de eleitores. Weimann e Brosius (2017), por sua vez, ressaltam que a mídia tradicional disputa a sua influência com blogues, redes sociais *online*, *websites* jornalísticos independentes e outras plataformas virtuais, mas continua influente e ajuda a pautar o debate público. O fluxo acontece de maneira “rápida, dinâmica, multidirecional e multifacetada” (Weimann & Brosius, 2017, p. 90). Os autores destacam como as redes sociais online, meios independentes, rumores e até mesmo vazamentos também podem colaborar para o agendamento de notícias que moldam a opinião pública, com grande impacto sobre o próprio jornalismo político praticado nos principais meios de comunicação. Trata-se do que Weimann e Brosius (2017) tratam como “*agenda-blending*” (p. 84), que se refere a múltiplas fontes que moldam a opinião pública.

Neste novo cenário, o papel de “*gatekeeper*” ou “guardião das notícias” não é desempenhado exclusivamente pelo jornalista, mas por múltiplos atores, como as audiências, as redes sociais *online*, as plataformas digitais, e nos mais diferentes níveis organizacionais e da sociedade (Vos & Heinderyckx, 2015). Em meio a esse cenário, os “múltiplos portões” fazem com que não haja mais limites para as informações políticas, de modo a que essas

informações “entrarão na esfera pública, ainda que não sejam divulgadas pela mídia dominante” (p. 6). A teoria do *gatekeeping* torna-se relevante e se relaciona às teorias do *agenda-setting*, *newsmaking* e *framing* na busca pela compreensão sobre como as notícias podem ser enfatizadas, localizadas, enquadradas e promovidas (Vos & Heinderyckx, 2015).

Croteau e Hoynes (2003) explicam que se o *agenda-setting* trata sobre o que é a notícia, a teoria do *framing* foca-se em como a notícia é abordada. O enquadramento, ou *framing*, é “o ato de selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, de maneira a ressaltar uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento” (Entman, 1993, p. 52).

Dessa maneira, segundo Scheufele (1999), um veículo jornalístico pode focar sua cobertura em determinados fatos ou valores que podem ser distintos em relação aos destaques de outro, ainda que tratem do mesmo assunto. O processo de seleção de notícias é “tão ou mais importante do que o que realmente aconteceu” (Westerståhl & Johansson, 1994, p. 71). Van Dalen (2003) destaca que três fatores podem indicar se um veículo possui um jornalismo político com viéses determinados: 1. a quantidade de atenção dada a diferentes atores políticos, 2. o tom adotado por esses diferentes atores políticos e 3. os tipos de assuntos cobertos pelo veículo” (p. 5). Para Scheufele (1999), pelo menos cinco fatores podem ser determinantes para certos tipos de enquadramentos, como normas sociais e valores; pressões e limitações organizacionais; pressões de grupos de interesse; rotinas jornalísticas; e orientações políticas ou ideológicas dos jornalistas. Shoemaker e Reese (2013) explicam que as estruturas do jornalismo oferecem um cenário em que os segmentos editoriais e de negócios se misturam, com a presença de pressões editoriais internas e de grupos externos, tornando mais complexa a autonomia do jornalista. Neste sentido, Gonçalves (2014) ressalta que a voz do jornalista é integrante de uma política editorial que “se insere num quadro político, num jogo de forças em que inevitavelmente acaba por fazer parte e se tornar parte” (p. 191).

1.1 OS ESCÂNDALOS POLÍTICOS

Um dos elementos mais frequentes do jornalismo político diz respeito aos escândalos políticos (Thompson, 2000). O escândalo é a violação de leis ou de normas sociais existentes na sociedade e que pode afetar a reputação do ator envolvido (Apostolidis & Williams, 2004). Porém, essa violação só se torna um escândalo se for levada ao conhecimento público e, assim, a existência dos escândalos depende da cobertura da mídia, podendo até mesmo ganhar corpo e mais visibilidade e se desdobrar em novos escândalos até maiores (Thompson, 2000). Além

das violações de normas éticas e morais, Thompson (2000) destaca algumas características próprias dos escândalos políticos, como o sigilo inicial em torno de um alegado comportamento escandaloso, a desaprovação por parte de algumas pessoas em torno do comportamento escandaloso, a expressão pública de desaprovação e o risco real de que as revelações do escândalo possam causar danos à reputação dos envolvidos.

Se a existência dos escândalos é vista como inerente às democracias liberais, por conta da transparência e da liberdade de imprensa, ela também passa a ser parte do interesse da mídia, que pode atrair a audiência e obter ganhos econômicos (Prior, 2015). Geiss et al. (2012) explicam que os escândalos políticos são recursos importantes para a mídia, já que podem “impulsionar a reputação do negócio do veículo e sua autoimagem como uma guardiã da vida pública” (p. 19), além de que, se o escândalo estiver ligado a figuras poderosas, também mostra o poder e a efetividade desse veículo. Reforçam-se, assim, os ideais de independência econômica e editorial (Mancini, 2018) e fortalece-se a satisfação com a democracia quando há a certeza de que os que cometeram atos errados foram expostos, porque o público pode concluir que o sistema realiza bem as suas funções como um todo (Kumlin & Esaiasson, 2012, p. 64).

Puglisi e Snyder (2011) apontam que os veículos tendem a adotar vieses mais favoráveis de acordo com as motivações políticas, traduzindo-se tal em uma maior quantidade de matérias potencialmente desfavoráveis a um dos lados. Jornais, com inclinação mais voltada aos democratas, tendem a cobrir mais escândalos políticos envolvendo políticos republicanos e vice-versa (Puglisi & Snyder, 2011), uma vez que o público tende a consumir canais ou a interpretar determinados escândalos de acordo com suas crenças e pensamentos políticos (Von Sikorski et al., 2020).

A partir desse ponto de vista, Mancini (2018) também trata da ideia de *instrumentalização da mídia*, explicando que os escândalos políticos também podem ser utilizados para beneficiar certos grupos ou instituições. Nesse contexto, os escândalos podem ser utilizados como “políticas de confiança”, servindo como “testes de credibilidade” aos agentes públicos (Thompson, 2000, 112). Em novas democracias e democracias em transição, a cobertura de escândalos de corrupção pode ser utilizada como uma forma de destruir reputações de adversários, uma vez que as conexões entre políticos e cidadãos é fraca e a mídia serve como o “principal canal para alcançar os cidadãos” (Mancini, 2018, p. 3075).

A intensidade da cobertura jornalística em relação aos escândalos, assim como a presença de fatores culturais que podem variar entre os países, são parte essencial do seu processo de construção (Von Sikorski, 2018). Outro fator diz respeito ao tempo jornalístico, que preza pela antecipação e instantaneidade na produção de conteúdos (Moreira et al., 2019). A

temporalidade surge ligada à capacidade de “organizar os acontecimentos fragmentados das edições anteriores e contar uma “estória” mais complexa” (Prior et al., 2015, p. 184).

Thompson (2000) classifica os escândalos políticos em três tipos: os escândalos sexuais, os financeiros, que podem envolver casos de sonegação de impostos e de corrupção, e os chamados “escândalos de poder”, que envolvem as transgressões às normas de regimes democráticos. Doherty et al. (2011) destacam que os escândalos financeiros, que envolvem casos de corrupção e abuso de poder, tendem a ser vistos com maior gravidade, enquanto Kumlin e Esaiasson (2012) ressaltam que seus efeitos podem ser ainda piores quando envolvem diversos políticos e partidos políticos.

Os escândalos revelados pela *Vaza Jato* enquadram-se na classificação de “escândalos de poder” (Thompson, 2000), já que demonstram a cooperação entre o juiz e ministro da Justiça à época, Sergio Moro, e os demais procuradores da força-tarefa da Lava Jato. Embora os atores políticos não estejam envolvidos em escândalos de corrupção, trata-se de uma forma de abuso de poder e desvio de finalidade (Doherty et al., 2012).

A corrupção é um dos mais importantes elementos presentes em escândalos políticos, ainda que nem todo caso de corrupção se transforme em escândalo (Thompson, 2000). A corrupção trata de um “fenômeno de poder” (Sousa, 2011), em que agentes públicos utilizam seus cargos direta ou indiretamente para benefícios próprios em um contexto, atores, predisposição para a realização de violações éticas, processos de troca, confiança estratégica e o envolvimento de recursos e de poder (Sousa, 2011; Moreira et al, 2019). Costas-Pérez et al. (2012) destaca que esse fenômeno possui um “potencial devastador” (p. 469) para o desenvolvimento de diversos países pelo mundo e é um dos indicadores da qualidade de sistemas democráticos. Cunha (2017) trata a corrupção como uma “patologia social” (p. 65), com potencial para causar grandes danos à democracia, como a desconfiança nas instituições e a normalização de comportamentos não éticos.

Entre alguns dos principais escândalos políticos, Tumber e Waisbord (1994) destacam como o mais significativo o de Watergate, publicado pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, em 1972, e que levou à renúncia do presidente americano Richard Nixon em 1974. Aucoin (2005) recorda o escândalo anterior do Pentagon Papers publicado pelo *The New York Times*, que revelou documentos secretos sobre a Guerra do Vietnã em 1971, mas resalta que o escândalo de Watergate se tornou um marco para o jornalismo mundial, com repórteres buscando por novos escândalos a todo o tempo.

Thompson (2000) detalha os principais fatos do mais marcante escândalo sexual, o Escândalo Lewinsky, que expôs um caso extraconjugal do presidente dos Estados Unidos da

América, Bill Clinton, com a estagiária, Monica Lewinsky. Mais recentemente, Tumber e Waisbord (1994) lembram do famoso escândalo do Wikileaks, que contou com a participação de Edward Snowden para revelar importantes documentos da Agência de Segurança Nacional Americana, os Panama Papers e a interferência da Rússia nas eleições americanas em 2016 como escândalos que envolvem novas plataformas, ferramentas, técnicas e fontes sigilosas que transformaram o jornalismo.

No Brasil, um dos principais destaques em termos de escândalos políticos foi o que envolveu o presidente Fernando Collor de Melo, que sofreu um *impeachment* após a publicação de denúncias feitas pelo próprio irmão Pedro Collor (Aldé & Vasconcellos, 2008). Os autores e Prior et al. (2015) destacam ainda o importante papel da mídia no escândalo do mensalão, veiculado pela *Folha de S. Paulo* e que denunciou um esquema de corrupção no Governo Federal.

A partir de 2014, ganham espaço os escândalos advindos das revelações da Operação Lava Jato, que denunciou os maiores escândalos de corrupção do Brasil, mas que sempre esteve cercada de controvérsias e polêmicas e que culminou com fatos políticos significativos para o país (Damgaard, 2018). O mais recente é o caso em estudo nesse trabalho, relativo à série de reportagens Vaza Jato.

Porém, nem todas as condutas que violam as normas éticas e sociais são reportadas como escândalos pela mídia (Thompson, 2000). Waisbord (2004) define que a mídia é o ator que indica a existência ou ausência de um escândalo e declara que todos os escândalos são escândalos midiáticos. A partir disso, desenvolvem-se também as teorias do *newsmaking*, *agenda-setting* e *framing* para os escândalos políticos.

1.2. OS VALORES-NOTÍCIA, O AGENDAMENTO E O ENQUADRAMENTO DOS ESCÂNDALOS POLÍTICOS

O escândalo, pelas suas características, é um evento com grande potencial para ser noticiado e que tende a se focar em indivíduos ou casos isolados, inclusive com a identificação de um vilão causador de um problema (Entman, 2012, p. 28), ao invés de processos estruturais (e.g., Waller et al., 2019). McNair (2019) define que os escândalos acontecem “quando a fofoca privada e os rumores sobre transgressões se tornam parte do conhecimento público e do discurso midiático” (p. 78).

Alguns fatores, porém, se destacam nesse sentido. McNair (2019) aflora também que, para ser noticiável, um escândalo deve conter uma combinação entre o envolvimento de um

membro da elite, uma transgressão moral e um fator de hipocrisia, havendo uma contradição direta com o ator político envolvido. Cunha (2017) destaca como valores-notícia a ruptura com procedimentos esperados, a capacidade de um escândalo em se propagar no tempo e um desfecho imponderável. Outros fatores relacionados à ideologia e posicionamento dos veículos, a relação com atores políticos e contextos sociais podem influenciar a utilização desses valores-notícia (Brighton & Foy, 2007).

Verri (2018) realça alguns dos valores-notícia que marcam a cobertura do jornalismo político brasileiro, como a prominência e o interesse nacional, que incluem a cobertura constante de grandes atores políticos em espaços de influência. O autor destaca ainda os valores-notícia de conflito e impacto, sinalizados a partir de posicionamentos conflituosos entre atores políticos, mas priorizados a partir da cobertura de escândalos e reforçados através da divulgação de grandes casos de corrupção, que possam impactar a vida das pessoas (Verri, 2018). Os valores-notícia apontados por Verri (2018) também se relacionam aos valores de poder da elite, magnitude, relevância, conflito e más notícias percebidas por Harcup e O’Neil (2016).

Fatores, como incertezas econômicas ligadas a altas taxas de inflação ou de desemprego e baixas taxas de aprovação entre os partidos de oposição, podem levar os escândalos políticos a ganhar mais força e evidência (Marcos-Marne et al., 2022). No estudo de Marcos-Marne et al. (2022) sobre o escândalo entre Donald Trump-Ucrânia, conduzido após a aplicação de inquéritos por questionário com dois grupos, os pesquisadores relataram que os escândalos políticos divulgados pela grande mídia podem ter menos impacto em indivíduos com mais ceticismo em relação aos veículos tradicionais, um fator que impacta no alcance do escândalo. O cenário político favorável pode ser determinante para que um escândalo possa ser veiculado ou possa ganhar força na mídia (Nyhan, 2014).

Nyhan (2014) define *escândalos midiáticos* como aqueles em que, para a sua divulgação, há a participação efetiva entre os partidos de oposição e a mídia, não se referindo apenas às transgressões cometidas por figuras públicas, mas a “um evento socialmente construído em que ações da figura pública ou instituição são construídas com sucesso como violações de normas éticas” (p. 438). Trata-se de um contexto em que os partidos de oposição possuem forte resistência ao atual presidente ou governo, favorecidos por contextos políticos adversos ao mandatário em exercício, e trabalham em conjunto com jornalistas para oferecer informações que possam gerar escândalos (Nyhan, 2014), no que se define como “a negociação da noticiabilidade” (Cook, 2012, p. 12).

Por outro lado, outros atores oferecem controvérsias a esse pensamento, como é o caso

de Weimann e Brosius (2017), que destacam o poder das redes sociais online e de meios independentes para o aparecimento de escândalos que podem ganhar espaço na grande mídia, sem que tenha havido a negociação tradicional para publicação do caso. Dziuda e Howell (2020) destacam o componente da polarização como fator que acelera o surgimento de novos escândalos políticos e destacam que esse cenário pode fazer com que um político se beneficie disso, caso o partido do político atingido o defenda abertamente. Dessa forma, segundo os autores, o eleitor tende a julgar o político de acordo com suas preferências políticas e o próprio envolvido no escândalo “pode ser encorajado a ter maus comportamentos” (p. 11).

A mídia tem como critérios favoráveis à cobertura do escândalo o contexto político desfavorável, a aprovação por parte das elites e o espaço na agenda midiática, sem que outros grandes eventos ou fatos de grande visibilidade possam concorrer com essas coberturas (Nyhan, 2014). Deve haver, então, a colocação de recursos que favoreçam a cobertura da mídia naquele contexto e passa a haver um consenso na mídia tradicional de que há a existência de um escândalo (Nyhan, 2014).

Em um contexto em que a agenda midiática passa por transformações, há espaço para que atores políticos não tradicionais, como grupos extremistas, influenciem e pautem a agenda dos veículos (Meraz, 2019). A agenda midiática atende aos interesses das elites políticas e de personalidades tradicionais (Williams & Carpini, 2004), mas também está sujeita aos interesses políticos e à influência das redes sociais *online* e da mídia menos tradicional (Meraz, 2019). Meraz (2019) lembra sobre como o perfil no Twitter de Donald Trump moldou a agenda midiática nos últimos anos e transformou o jornalismo político, porém também impôs riscos e até mesmo o aparecimento de falsos escândalos. O autor ressalta que a agenda dos grandes veículos informativos em relação aos escândalos enfraquece a cada dia e precisa contar com o consumo e distribuição de notícias por intermédio de redes sociais *online* e plataformas digitais.

Williams e Carpini (2004) ressaltam que a mídia tradicional, em relação a escândalos políticos, deixa de ser a única a pautar as agendas e a exercer o papel de *gatekeeper*, embora ainda assim possua um importante papel nesse processo. Esse raciocínio é confirmado pelo estudo de Padgett et al. (2019) que reforça que os processos de *gatekeeping* da mídia podem resultar em “sistemáticos vieses no retrato das elites políticas” (p. 2) e estimular a polarização em massa, conferindo uma grande importância aos meios de comunicação tradicionais. A divulgação de escândalos, porém, não se torna capaz de modificar as dinâmicas tradicionais de poder (Entman, 2012) e pode estar mais ligada a ações de indivíduos do que a falhas sistemáticas em mecanismos, processos e organizações (Keplinger et al., 2012).

A teoria do enquadramento (*framing*) também se manifesta na cobertura de escândalos

políticos: os jornalistas precisam escolher entre diversos pontos de vista e vozes e “ampliam certas perspectivas enquanto reprimem outras” na cobertura de escândalos políticos (Shah et al., 2002). Puglisi e Snyder (2011) detalham, em um estudo realizado com 32 escândalos em aproximadamente 200 jornais, que os veículos mais identificados com o Partido Democrata tendem a repercutir mais escândalos do Partido Republicano e vice-versa. Maier et al. (2019) ressaltam que o *framing* é um instrumento para que a mídia influencie na interpretação e no curso do escândalo ao “apresentar perspectivas específicas de um problema relacionado a uma violação de normas, quem é responsável e por quê, como a má conduta deveria ser avaliada e o tratamento apropriado para superar a situação” (p. 110). Nesse estudo, os autores analisam os *framings* da cobertura de um escândalo envolvendo o plágio da tese do Secretário de Defesa do Governo Alemão e demonstraram como cada veículo oferece vieses mais positivos ou mais negativos em relação a cada escândalo.

Entman (2012) explica que “um enquadramento de escândalo precisa ser aplicado repetida e proeminentemente” (p. 28) de maneira a construir uma narrativa em que um indivíduo é vilanizado e visto como o causador de um problema significativo. A partir de Entman (2012) e de Maier *et al.* (2019) se definem os enquadramentos entre o comportamento definido como o problema que impede ou ameaça o funcionamento do governo ou da sociedade (definição do problema), a má conduta e a condenação moral pública que o líder recebe por parte de atores políticos (julgamentos morais), o delito claramente atribuído ao candidato ou ator político (diagnóstico de causa) e a solução propondo uma sanção contra o nome em questão (sugestões de soluções). Keplinger *et al.* (2012), Maier *et al.* (2019) e Shah (2002) também esclarecem que podem estar presentes enquadramentos que apontam ataque ou defesa ou “culpado” ou “não culpado”, dessa maneira, direcionando os vieses da cobertura jornalística.

Para a produção de enquadramentos, contribuem os critérios de noticiabilidade, as linhas editoriais dos meios de comunicação, o uso da linguagem, os modelos textuais impostos por cada gênero textual e os próprios valores de quem conta a narrativa do mundo (Prior et al., 2015, p. 172) de modo a compor narrativas que constroem e sustentam escândalos políticos (Prior et al., 2015).

1.3. A OPERAÇÃO LAVA JATO E A SÉRIE DE REPORTAGENS VAZA JATO COMO OBJETO DE ESTUDO ACADÊMICO

A seguir apresenta-se um resumo dos principais acontecimentos e desdobramentos da Operação Lava Jato e da série de reportagens Vaza Jato – Quadro 1. O resumo visa resumir a cronologia dos fatos que colaborarão para o melhor entendimento dos próximos capítulos deste

trabalho.

Quadro 1. Principais acontecimentos Operação Lava Jato série de reportagens Vaza Jato

Operação Lava Jato	Série de reportagens Vaza Jato
<ul style="list-style-type: none">- 2014: A Operação Lava Jato tem início, revela escândalos de corrupção existentes na Petrobras e o Ministério Público Federal cria uma força-tarefa. Diversas irregularidades em obras estatais são investigadas e o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, é preso- 2015: Políticos e donos de empreiteiras passam a ser investigados e presos o ex-ministro José Dirceu- 2016: presidente Dilma Rousseff sofre impeachment. Investigações chegam a Lula e a ex-ministros e o ex-presidente da Camara Eduardo Cunha e o ex-governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral são presos- 2017: Investigações envolvem o presidente, Michel Temer. Lula é condenado pela primeira vez- 2018: O ex-presidente Lula é preso e fica impedido de concorrer à Presidência da República no mesmo ano. Operações são realizadas também no exterior- 2018 e 2019: Eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Sergio Moro, juiz responsável pelos processos da Lava Jato, assume como ministro da Justiça- 2019: Lula sai da prisão. Michel Temer é preso- 2019: Série de reportagens Vaza Jato traz questionamentos à Operação Lava Jato- 2020: Sergio Moro deixa o Governo Federal- 2021: Fim da Operação Lava Jato após a realização de 80 fases. Condenações de Lula são anuladas pelo STF- 2022: Lula é eleito Presidente da República- 2022: Sergio Moro é eleito Senador e Deltan Dallagnol é eleito Deputado Federal em 2022	<ul style="list-style-type: none">- 2019: Primeira reportagem é publicada pelo The Intercept Brasil em 9 de junho- 2019: Folha de S. Paulo publica primeira reportagem em 23 de junho. Novo veículos parceiros também publicam materiais inéditos- 2019: Sergio Moro presta depoimentos no Congresso em julho e agosto. Hackers acusados de invadir celulares de Moro e dos procuradores são presos pela Operação <i>Spoofing</i>. Detalhes sobre como foram realizados os contatos com o <i>The Intercept Brasil</i> são revelados- 2020: MPF oferece denúncia contra Glenn Greenwald por vazamento de mensagens, mas denúncia é rejeitada. Moro deixa o Governo Federal. Hackers têm habeas corpus concedido em setembro- 2021: STF declara Moro suspeito e anula condenações de Lula, ainda que não reconheça as mensagens vazadas como provas. Com isso, Lula recupera seus direitos políticos. Lava Jato chega ao fim e Deltan Dallagnol deixa o MPF em novembro após enfrentar diversas denúncias no Conselho do Ministério Público- 2022: Sergio Moro é eleito Senador e Deltan Dallagnol é eleito Deputado Federal em 2022.- 2023: Investigações envolvendo a Lava Jato começam a se fortalecer. Deltan tem seu mandato cassado. STF determina preservação de provas da Operação <i>Spoofing</i>.

Fontes: Bernardes (2022); CNN Brasil (2022); Duarte (2020); El Pais (2017); G1 (2019); Greenwald et al (2019); Oliveira (2020); Otoboni e Freire (2020).

Ao longo dos últimos anos, diversos estudos acadêmicos têm oferecido elementos de reflexão a respeito da construção da Operação Lava Jato como um processo ideológico construído a partir de um processo de comunicação e de uma narrativa hegemônica por parte da mídia (Bello et al., 2021) que visou contruir uma idolatria a partir da construção de um herói

(Larangeira & Junior, 2020) e trouxe grandes transformações políticas para o Brasil (Albuquerque & Gagliardi, 2020).

Para uma seleção dos principais estudos realizados nesse âmbito, foi realizada uma pesquisa booleana, em setembro de 2023, com os termos “Vaza Jato”, “Lava Jato AND cobertura jornalística” e “escândalo político AND Lava Jato”, nas plataformas *EBSCO* e Google Acadêmico. Para uma seleção mais apurada, foram considerados estudos empíricos publicados nos últimos oito anos por cobrirem o período de atuação da Operação Lava Jato (2014 a 2021), e o período de publicação da série *Vaza Jato* (2019).

Os estudos relacionados à Lava Jato tratam em especial sobre como o agendamento e o *framing* se tornaram um fator determinante para a realização das coberturas jornalísticas favoráveis à Lava Jato (Ciocari, 2015; Silva Cruz, 2023; Fontana, 2020). Ciocari (2015) analisou ao longo de mais de um ano as capas da *Folha de S. Paulo* e identificou padrões de elevação na cobertura no período das eleições em 2014 e em 2015 com a revelação de novos nomes de políticos envolvidos em corrupção. Silva Cruz (2023) realiza uma análise de *framing* a partir de dez reportagens da *Folha de S. Paulo* sobre a condução coercitiva de Lula e chega à conclusão de que Moro e Lula são colocados em campos opostos, com predomínio de fontes oficiais e “efeito de denúncia antecipada” (p. 299).

Ao se aprofundar no tema, Damgaard (2018) apresenta o conceito de cascatas, ou seja, de informações que são passadas em série e a partir das quais “os atores fazem as mesmas suposições, reproduzem as mesmas ações e passam os mesmos sinais – mesmo quando não são verdadeiros” (p. 115). O autor destaca que as capas da *Folha de S. Paulo*, do *Globo* e do *Estado de S. Paulo* nos seis meses que precederam o *impeachment* de Dilma Rousseff mostram como a Lava Jato se tornou prioridade nas agendas e nos enquadramentos dos veículos.

Medeiros e Silveira (2017) realizaram uma análise sobre diversos mecanismos discursivos utilizados em 74 reportagens da *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja* e destacaram que as construções discursivas buscavam a reforçar a gravidade dos atos de corrupção por parte do PT.

Bello et al. (2021) destacam, por meio da análise narrativa, que a Lava Jato “produz sua própria narrativa, porque transmitiu mensagens, constituiu sujeitos, personagens, figuras e delineou um enredo, além de um processo ideológico e desenvolvimento histórico concreto” (p. 1672). Prior (2018) segue esse raciocínio e destaca a presença de heróis, núcleos e fios de ligação que conectam a história em uma narrativa, assim como Medeiros e Silveira (2017) constroem uma análise a partir dos elementos da jornada do herói e da idolatria a Sergio Moro a partir de uma abordagem socioantropológica.

Em uma perspectiva mais ampla, estudiosos se aprofundaram em relação à cobertura jornalística sobre casos de corrupção em uma perspectiva histórica (Castro & Ansari, 2017; Fernandes et al., 2021; Junior & Sassara, 2016). Nessa esteira, há trabalhos que abordam como os direcionamentos da imprensa brasileira trouxeram prejuízos à democracia e às instituições brasileiras, especialmente a partir do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016 (e.g., Albuquerque, 2019; Albuquerque & Gagliardi, 2020; Van Dijk, 2017).

Em uma perspectiva histórica a partir da Lava Jato, mas de episódios anteriores Albuquerque e Gagliardi (2020) ressalta como os veículos tradicionais direcionaram seu discurso de forma crítica à esquerda e como isso impactou diretamente na democracia brasileira. Em outro artigo, Albuquerque (2020) relaciona o crescimento da Lava Jato e o *impeachment* de Dilma a outros casos de enfraquecimento da democracia na América Latina.

Van Dijk (2017) é ainda mais direto e reforça que a Globo “manipulou o impeachment de Dilma Rousseff” (p. 1). Para esse trabalho foram colhidos 60 editoriais do jornal *O Globo* e matérias do *Jornal Nacional* entre março e abril de 2016 para uma análise de discurso, que contou com diversos exemplos sobre estratégias de discurso utilizadas, e que concluiu que a empresa carioca manipulou o discurso de forma a focar em “alegadas más condutas, em omissões e desinformações” (p. 27).

Ao contrário da Operação Lava Jato, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que se dedicam diretamente à Vaza Jato e suas abordagens jornalísticas. Entre eles, está o de Lima e Pilau (2022) que realiza uma análise de *framing* de 876 reportagens da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo* sobre as coberturas da Vaza Jato e da Operação Spoofing e chega à conclusão que a *Folha* priorizou o impresso, enquanto o *Estadão* o online e a Operação Spoofing. Dalmonte e Queiroz (2020) discutem os valores-notícia presentes em 98 publicações da Vaza Jato entre junho de 2019 e março de 2020 a partir de uma análise quantitativa e qualitativa e chegam à conclusão de que o *The Intercept Brasil* reforçou os princípios de vigilância, ética e transparência, além de buscar destacar o interesse público dos seus conteúdos.

Gabardo et al. (2021) e Moretzsohn e Pinto (2020) se debruçam em especial a discussões éticas e sobre os impactos da série de reportagens. Gabardo et al. (2021) produziram uma pesquisa exploratória, com abordagens analítica-documental e teórico-bibliográfica e chegaram à conclusão de que há o reforço dos princípios da transparência e do interesse público visando ressaltar a credibilidade da série de reportagens e também a sua legalidade jurídica. Já Moretzsohn e Pinto (2020) exploram as implicações éticas de utilização de informações a partir de um vazamento e da busca pela credibilidade por parte de um veículo independente. Os autores reforçam que, embora o *The Intercept Brasil* tenha conquistado parte dessa

credibilidade, ainda não seria possível afirmar se o veículo teria saído da bolha. Já Larangeira e Junior (2020) optam por inserir a Vaza Jato no contexto do “desmascaramento” (p. 195) da narrativa da Operação Lava Jato.

Portanto, a partir dessa revisão de literatura, nota-se que os fenômenos políticos, jurídicos e midiáticos da Lava Jato possuem relevância acadêmica e são objeto de amplo debate há mais de sete anos. O contributo da mídia na construção de narrativas, no fortalecimento da própria Operação e na construção de cenários políticos estão entre alguns dos tópicos mais presentes. Porém, os estudos relativos à série de reportagens *Vaza Jato* têm-se focado nas abordagens e técnicas utilizadas pelo portal *The Intercept Brasil*, sendo poucos os estudos que se debruçam sobre os agendamentos, enquadramentos e análises narrativas e de discurso de outros veículos sobre a *Vaza Jato* – lacuna de investigação que se pretende colmatar através da presente proposta de investigação. Nesse sentido, esse trabalho busca trazer mais um contributo a essas discussões.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Abordagem epistemológica e tipo de desenho de pesquisa

A abordagem epistemológica desse trabalho é a interpretativa, que busca, segundo Croucher e Cronn-Mills (2015), “estudar a construção social dos significados através da análise de propósitos individualizados, objetivos e intenções nas ciências sociais, humanidades e/ou comunicação” (p. 51). A abordagem interpretativa em questão será o construcionismo social, pois adota-se a concepção da notícia como uma realidade construída (Molotch & Lester, 1974, p. 101). Como Molotch e Lester (1974) esclarecem, suspende-se a crença de que existe um mundo objetivo para ser relatado, entendendo-se a mídia não como refletora de um mundo lá fora, mas das práticas daqueles que têm o poder de determinar a experiência de outros (pp. 101, 111).

O desenho de pesquisa foi o comparativo, que permite “entender melhor um fenômeno social quando são comparados dois ou mais casos significativamente diferentes” (Bryman, 2012, p. 72). Neste estudo, será comparada a cobertura de dois portais informativos.

Pergunta de partida e objetivos

A pergunta de partida é: como os portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* cobriram a série de reportagens *Vaza Jato*? O objetivo geral desse estudo é compreender como a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo*, nas suas versões *online*, cobriram a série de reportagens *Vaza Jato*. Os objetivos específicos deste trabalho são: a) identificar os valores-notícia utilizados

pelos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* na cobertura da série de reportagens *Vaza Jato*; b) aferir os enquadramentos jornalísticos utilizados nas reportagens da *Vaza Jato* em ambos os portais; c) aferir as narrativas noticiosas construídas sobre a *Vaza Jato* em ambos os portais; d) entender como o discurso das notícias dos portais *Gazeta do Povo* e *Folha de S. Paulo* sobre a *Vaza Jato* se relaciona com os seus editoriais e os posicionamentos de seus editores.

Veículos informativos em estudo

A *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo* possuem políticas editoriais e posicionamentos políticos muito distintos, o que vai permitir a comparação entre os veículos a respeito do mesmo assunto. Algumas dessas diferenças podem ser verificadas no Quadro 2.

Quadro 2. Comparações entre os posicionamentos da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta do Povo*

Folha de S. Paulo	Gazeta do Povo
<p>Com mais de 100 anos, a <i>Folha de S. Paulo</i> é um dos mais tradicionais jornais do Brasil e é o veículo com o maior número de assinantes do país, com mais de 340 mil (Yahya, 2021). Se posiciona como um jornal que “se desenvolve num registro crítico, apartidário e pluralista” (Folha, 2019). Além disso, ressalta sua atuação em “contraponto à intolerância que assola as redes sociais, acentuada pela recente onda internacional de populismo nacionalista ultraconservador” (Folha, 2019). Durante todo o seu mandato, de 2019 a 2022, o presidente da República à época, Jair Bolsonaro, manifestou publicamente sua indignação com as reportagens críticas do jornal, que já foi apontado por ele como “toda a fonte do mal” (Santos & Leite, 2021, p. 1). O portal se tornou também um dos veículos parceiros do <i>The Intercept Brasil</i> e realizou seis reportagens exclusivas da série <i>Vaza Jato</i> a partir das mensagens vazadas até o mês de agosto de 2019. Segundo a <i>Folha</i> (s.d.), o portal possui uma média mensal de 27,7 milhões de usuários e uma média de 220,7 milhões de páginas vistas mensalmente em 2020, o que o coloca como um dos principais portais de notícias do Brasil.</p>	<p>Já a <i>Gazeta do Povo</i> é o maior portal de notícias do estado do Paraná, estado que deu origem às principais operações da Lava Jato e de onde surgiram seus principais personagens, como Sergio Moro e Deltan Dallagnol (Gabardo et al. 2021). Além disso, em 2017, o portal explicitou suas convicções e assumiu publicamente valores, como a defesa da vida, da família, da livre iniciativa, da privatização (Gazeta do Povo, 2017). O proprietário do jornal Guilherme Cunha Pereira admitiu em entrevista (Martins, 2018) o posicionamento conservador que norteia as notícias do portal. Martins (2018) ressalta ainda a proximidade do veículo com Jair Bolsonaro cujo governo foi expressamente defendido em editoriais (Gazeta do Povo, 2018). O portal, que encerrou a sua edição impressa em 2017, apresentou 33,7 milhões de visitantes únicos em outubro de 2018, mês das eleições, um aumento de 228% em relação ao mesmo mês do ano anterior (Galani, 2019).</p>

Tipo de método e técnicas

O estudo proposto utilizou o método misto que, segundo Creswell (2014), consiste em coletar e analisar dados quantitativos e qualitativos, em um procedimento que permite comparar as diferentes perspectivas e desenvolver um entendimento mais completo dos resultados. O tipo de método misto foi o explanatório sequencial que, de acordo com o autor, é composto por uma coleta e análise dos dados quantitativos que ajudarão a planejar ou construir a fase qualitativa.

Corpus

O *corpus* compõe-se de 828 peças noticiosas sobre a *Vaza Jato* publicadas nos três primeiros meses de divulgação, entre 9 de junho e 9 de setembro de 2019, nos portais *Folha de S. Paulo* (530) e *Gazeta do Povo* (298). Esse *corpus* é o mesmo usado nos três primeiros objetivos específicos dessa dissertação.

O período de análise justifica-se por ser aquele em que mais matérias (18 ao todo) foram

publicadas no âmbito da série *Vaza Jato* no portal *The Intercept Brasil*, sendo a primeira delas em 9 de junho de 2019. Também foi o período em que a *Folha de S. Paulo* anunciou a sua parceria com o *The Intercept Brasil* para a publicação de novas peças jornalísticas exclusivas a partir do banco de mensagens vazadas. Esse também foi o espaço de tempo com maior repercussão política e jurídica em torno do tema, com temas de grande relevância como os julgamentos envolvendo a suspeição das sentenças de Sergio Moro e a possível libertação de Lula, esclarecimentos no Congresso, a prisão dos *hackers* envolvidos e o esclarecimento sobre as origens das mensagens, o que gerou grande expectativa sobre seus futuros impactos (Shalders, 2019; Silva, 2019).

Análise de conteúdo

Para cumprir o primeiro objetivo específico, foi utilizada a análise de conteúdo quantitativa que, segundo Bryman (2012), oferece a possibilidade de um grande estudo de dados de maneira objetiva, prática e transparente. Como categorias, usam-se os critérios de noticiabilidade que se relacionam ao jornalismo político e escândalos políticos, totalizando 20 valores-notícia presentes nas 828 peças jornalísticas. Para além disso, também foram consideradas duas categorias (valor-notícia principal 1 e valor-notícia principal 2), a partir da presença das 20 categorias de valores-notícia referidas no Quadro 3. A formação das categorias foi feita concomitantemente na literatura (Quadro 3) e nas especificidades do *corpus*. Para uma caracterização mais completa, foram feitos cruzamentos entre esta categoria e as categorias presentes na análise narrativa (Apêndice 1).

Quadro 3. Categorias para a análise de conteúdo dos valores-notícia

Categoria	Referências	Definição / orientação de codificação
Envolvimento de pessoas de poder	Proeminência (Silva, 2005; Verri, 2018), pessoas de poder envolvidas (Cunha, 2017), poder da elite (Harcup & O'Neil, 2015), status da elite (McNair, 2019).	Coberturas realizadas que envolvem pessoas, instituições e corporações com influência e relevância na sociedade.
Interesse público	Downs (1962)	Peças que trazem informações ainda desconhecidas do grande público e que se centram no benefício geral da sociedade.
Conflito	Conflito entre pessoas e instituições (Cunha, 2017), conflito (Verri, 2018), conflito (Harcup & O'Neil, 2015).	Peças sobre controvérsias, brigas, lutas e disputas diversas entre atores de elite
Impacto	Impacto social (Cunha, 2017; Verri, 2018) e magnitude (Harcup & O'Neil, 2015); Amplitude (Galtung & Ruge, 1965)	Notícias e reportagens que tratam de temas que envolvem grande número de pessoas, de grandes quantias, com comportamentos extremos ou ações percebidas pela sociedade como de grande gravidade.
Transgressão moral	Transgressão moral (McNair, 2019), ruptura com procedimentos expectáveis (Cunha, 2017), polêmica (Silva, 2005).	Peças que se focam na violação de regras e transgressão de valores da sociedade.
Hipocrisia	Hipocrisia (McNair, 2019).	Peças que abordam contradições entre o posicionamento público e o privado dos atores de elite.
Prolongamento do escândalo	Capacidade de se prolongar no tempo (Cunha, 2017), <i>follow-up</i> (Harcup & O'Neil, 2015).	Peças sobre temas e escândalos que já estão nas notícias e que podem sofrer repercussões.
Exclusividade	Exclusividade (Harcup & O'Neil, 2015).	Peças realizadas pela primeira vez, com fatos inéditos sendo revelados.

Clareza	Galtung & Ruge (1965)	Peças que evitam ambiguidades. Quanto mais bem definido e sem ambiguidade o evento é transmitido há mais chances de isso ser noticiado pela mídia.
Personalização	Galtung & Ruge (1965)	Peças focadas em indivíduos específicos. Quanto mais um evento está identificado com as ações de indivíduos específicos mais haverá chances de a notícia ser veiculada.
Negatividade	Negatividade (Galtung & Ruge, 1965); más notícias (Harcup & O'Neil, 2015)	Peças focadas em fatos ou ações negativos. Quanto piores os eventos ocorridos, mais chances há deles se tomarem notícias.
Positividade	Boas notícias (Harcup & O'Neil, 2015)	Peças que se focam em ações vistas como boas e que contribuem para o bem da sociedade, além de notícias que envolvam fatos bem vistos pelo público.
Interesse do público	Entretenimento e interesse humano (Harcup & O'Neil, 2015); interesse do público (Wolf, 2003)	Atração do público por assuntos que envolvam pequenas curiosidades, fatos engraçados, que podem envolver a vida de celebridades, fatos insólitos com pessoas comuns e inversão de papéis.
Identificação por parte do receptor	Identificação da audiência Bainbridge, Goc & Tynan, 2015)	Peças que encorajam as pessoas a adotar um ponto de vista e a compartilhar as emoções de um personagem no texto.
Elementos audiovisuais	Audiovisual (Harcup & O'Neil, 2015).	Peças com infográficos, fotos, vídeos e áudios.
Alinhamento com linha editorial do veículo	Agenda do veículo (Harcup & O'Neil, 2015).	Peças que se encaixam nos valores editoriais do veículo, seja de maneira ideológica ou comercial.
Capacidade de compartilhamento	Compartilhamento (Harcup & O'Neil, 2015).	Peças com potencial de serem compartilhadas nas redes sociais <i>online</i> .
Justiça e judiciário	Silva (2005).	Peças que abordam decisões judiciais, investigações, julgamentos e denúncias realizados após um escândalo.
Proximidade	Silva (2005).	Peças centradas na proximidade geográfica ou cultural com determinado fato.
Política e governo	Governo (Silva, 2005), interesse nacional (Verri, 2018).	Peças focadas na priorização de fatos oficiais e governamentais, decisões e ações tomadas por políticos no poder.

Fonte: Baseado em Bainbridge, Goc e Tynan (2015); Cunha (2017); Dalmonte e Queiroz (2020); Downs (1962); Galtung e Ruge (1965); Harcup e O'Neil (2015); McNair (2019); Silva (2005); Verri (2018); Wolf (2003).

Para otimizar a ilustração da presença dos valores-notícia, foram feitos cruzamentos com outras categorias de caracterização das peças noticiosas (mês da publicação, dia da semana, gênero jornalístico, enfoque principal, tamanho das peças, tipo de abordagem e foco temático) – Apêndice 1.

O segundo objetivo específico também se cumpre através da análise de conteúdo quantitativa. A base é a teoria do *framing* aplicada ao escândalo político, que combina as categorias propostas por Entman (2012) com as propostas por Semetko e Valkenburg (2000):

conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Estas categorias se completam com categorias dos vieses relacionados às reportagens em relação aos *framings* para escândalos políticos e, portanto, enquadramentos de defesa, enquadramentos de ataque e enquadramentos neutros, em uma adaptação às categorias propostas por Keplinger *et al.* (2012), Maier *et al.* (2019) e Shah (2002) – Quadro 2. Cada enquadramento em um tipo de *framing* também possui subcategorias que se relacionam diretamente aos conteúdos das peças jornalísticas analisadas, aos escândalos da *Vaza Jato* e suas repercussões. Também a formação das categorias terá uma dupla proveniência: a literatura e o *corpus*.

Quadro 4. Categorias para a análise de conteúdo dos enquadramentos – framing analysis

Categorias	Subcategorias
1. Definição do problema – Enquadramento de defesa	1. Ausência de violação de normas e leis
	2. Assunto privado
	3. Destaque a outros crimes cometidos – ataques de <i>hackers</i>
	4. Veracidade não comprovada, possível adulteração nas mensagens ou críticas a jornalistas e veículos
	5. Não se aplica
2. Definição do problema – Enquadramento de ataque	1. Presença de violação de normas e leis
	2. Assunto público
	3. Parcialidade dos agentes públicos
	4. Comprovações de que as mensagens são de fato verdadeiras e defesa dos jornalistas e das matérias
	5. Não se aplica
3. Definição do problema – Enquadramento Neutro	1. Omissão sobre a violação de normas ou indefinição sobre o carácter público ou privado do assunto
	2. Não se aplica
4. Julgamento moral – Enquadramento de defesa	1. Apoio por parte de políticos e do Governo Federal
	2. Apoio por parte da mídia
	3. Apoio por parte da sociedade
	4. Apoio por parte de juristas e especialistas do direito
	5. Criminalização dos <i>hackers</i>
	6. Não se aplica
5. Julgamento moral – Enquadramento de ataque	1. Condenação por parte de políticos da oposição
	2. Condenação por parte da mídia
	3. Condenação por parte da sociedade
	4. Condenação por parte de juristas e especialistas do direito
	5. Descriminalização dos <i>hackers</i>
	6. Não se aplica

6. Julgamento moral – Enquadramento Neutro	1. Ausência de posicionamento de apoio e de condenação 2. Não se aplica
7. Diagnóstico de causas do escândalo ou problema – Enquadramento de defesa	1. Prejuízos do combate à corrupção 2. Oposição ao Governo e partidarismo 3. Liberação de Lula da prisão 4. Sensacionalismo do veículo e conluio com <i>hackers</i> 5. Não se aplica
8. Diagnóstico de causas do escândalo ou problema – Enquadramento de ataque	1. Ações inadequadas por parte de agentes públicos 2. Favorecimento ao Governo Jair Bolsonaro 3. Conluio para a prisão de Lula e condenação de seus aliados 4. Vantagens e benefícios pessoais 5. Não se aplica
9. Diagnóstico de causas do escândalo ou problema – Enquadramento Neutro	1. Omissão sobre causas e responsabilidades 2. Não se aplica
10. Sugestão de solução – Enquadramento de defesa	1. Alegações de diálogos normais entre procuradores e juizes 2. Defesa dos agentes ativos e alegações de inocência 3. Alegações sobre as ameaças do combate à corrupção 4. Prisão e investigações dos hackers 5. Acusações de ilegalidades na produção de matérias 6. Realização de esclarecimentos necessários 7. Não se aplica
11. Sugestão de solução – Enquadramento de ataque	1. Acusações de ilegalidades entre juizes e procuradores 2. Culpabilização e difamação dos atores envolvidos 3. Procedimentos e ações judiciais contra os atores envolvidos 4. Nulidades de decisões envolvendo Moro e a Lava Jato 5. Defesa de jornalistas que produziram as matérias 6. Votações de projetos de lei e discussões no Congresso 7. Não se aplica
12. Sugestão de solução - Enquadramento Neutro	1. Omissão sobre a inocência ou culpa do indivíduo 2. Não se aplica

Fonte: Baseado em Entman (2012); Keplinger *et al.* (2012); Maier et al. (2019); Semetko e Valkenburg (2000); Shah (2002).

No âmbito do cumprimento do primeiro e segundo objetivos, o tratamento de variáveis será feito através do *software* de análise estatística SPSS, procurando-se fazer análises descritivas, univariadas e bivariadas, e inferenciais, com a aplicação do teste qui-quadrado.

Análise narrativa

O terceiro objetivo fará uso da técnica da análise narrativa, entendida como a “descrição de uma estrutura formal narrativa” e que envolve a “reconstrução da composição da narrativa” (Neuendorf, 2017, p. 31), com foco nas dificuldades, escolhas, conflitos e desenvolvimentos dos personagens afetos à *Vaza Jato*. Dessa maneira, prioriza-se não apenas o conteúdo, como também o tom e a ênfase do *storytelling*, a fim de entender o potencial dos textos para agir como transformadores da realidade social (Paschen & Iron, 2014) e explorar o valor-notícia da temporalidade ligado à capacidade de “organizar os acontecimentos fragmentados das edições anteriores e contar uma “estória” mais complexa” (Prior et al., 2015, p. 184). Harcourt *et al.* (2020) explicam que, após a codificação dos textos noticiosos e a identificação dos tópicos proeminentes (enquadramentos), é realizada uma análise a fim de identificar as histórias contadas a partir desses tópicos.

A partir do *quadro de políticas narrativas* (Shanahan et al., 2018), será feita uma análise narrativa a nível meso, que se concentra em narrativas sobre atores políticos (p. 9), às notícias acerca da *Vaza Jato* nos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* no período de análise referido – 9 de junho a 9 de setembro de 2019.

Para isso, a partir do modelo de Harcourt et al. (2020), serão identificadas as narrativas presentes em: 1. acontecimentos de impacto; 2. agentes ativos e 3. ações tomadas por esses agentes a partir dos fatos – Quadro 5. Na construção da narrativa, foram consideradas categorias como o tempo (mês, dia e dia da semana da publicação), a forma de narrar (citação ao próprio veículo – autocitação, declaração na 1.^a voz, gênero jornalístico e tamanho das peças, tipo de abordagem, foco temático, enfoque principal, escândalo em foco e fontes utilizadas), os protagonistas (agente ativo principal) e suas ações narrativas (ações tomadas) – Apêndice 1.

A partir da identificação dos tópicos nas notícias, serão identificadas as principais narrativas identificadas em cada um dos veículos. Por conta da complexidade e do grande número de categorias e subcategorias, estão descritas abaixo apenas algumas categorias e suas especificidades. A matriz completa está no Apêndice 1.

Quadro 5 – Explicações sobre as categorias da análise narrativa

Categoria	Definições
Escândalo em Foco	Nessa variável, foram elencados os escândalos trazidos a partir das peças jornalísticas repercutidas de outros veículos ou publicadas com exclusividade a partir do banco de dados com mensagens vazadas pelos hackers. Além dos escândalos revelados pelas mensagens, também foram apontados escândalos relacionados às repercussões do caso, como o hackeamento de autoridades públicas; o anúncio de uma possível investigação a Glenn Greenwald; e a possível destruição das mensagens encontradas com os hackers após operação da Polícia Federal. Foram incluídas ainda a categoria <i>Vários Escândalos</i> , quando se tratava de dois ou mais escândalos na mesma matéria, e <i>Escândalo Principal</i> , quando havia a referência aos escândalos de maneira genérica.
Fontes utilizadas	Nessa variável, foram elencados 48 subcategorias com a presença de diferentes personagens, grupos ou instituições presentes nas peças jornalísticas. As fontes eram de autoridades públicas de grande destaque, como Sergio Moro, Deltan Dallagnol, Lula e Jair Bolsonaro; grupos relacionados à área de atuação, como senadores e deputados, juizes federais, procuradores federais; ou instituições do Estado, como Ministério Público Federal do Paraná e Polícia Federal. Também foram incluídas subcategorias ligadas à produção das matérias, como o Banco de Dados com as Mensagens Vazadas, Peças Jornalísticas do <i>The Intercept Brasil</i> e por Outros Veículos.
Agente Ativo principal	A categoria de agente ativo principal contou com 73 subcategorias com personagens como Sergio Moro, Deltan Dallagnol, Jair Bolsonaro, Glenn Greenwald; grupos específicos, como apoiadores e opositores à Lava Jato e ao Governo Federal, <i>hackers</i> envolvidos nas invasões dos celulares das autoridades, advogados de Lula, políticos de situação e de oposição; representantes de instituições da República, como procuradores do Ministério Público Federal do Paraná, Conselho do Ministério Público, Procuradoria Geral da República, Polícia Federal, entre outros. Foram criadas duas variáveis (“ <i>Agente Ativo Principal 1</i> ” e “ <i>Agente Ativo Principal 2</i> ”), uma vez que a maior parte das matérias não continha apenas um agente ativo com maior destaque. Nos casos em que havia apenas um agente ativo principal, a segunda variável foi assinalada como “ <i>Não se Aplica</i> ” (os resultados dessa subcategoria foram excluídos dos resultados finais).
Ações Tomadas	Essa variável trata das ações tomadas pelos agentes ativos nas peças jornalísticas. Estão presentes posições antagônicas em relação aos escândalos divulgados; as reações em relação ao hackeamento de autoridades, críticas ou defesa dos jornalistas responsáveis pelas matérias, além de outras ações relacionadas a repercussões políticas e jurídicas e outros atos de impacto. Essa variável também foi dividida em duas (“ <i>Ação tomada principal 1</i> ” e “ <i>Ação tomada principal 2</i> ”) já que muitas matérias continham mais de uma ação tomada. Foi incluída na <i>Ação tomada principal 2</i> a subcategoria “ <i>Sem ação definida</i> ” para os casos em que havia apenas uma ação tomada por parte do agente ativo.

Análise crítica de discurso e entrevista

A concretização do quarto objetivo específico implicou um processo de três fases: na primeira fase, foi utilizada a técnica da análise crítica de discurso que, segundo van Dijk (1993), permite perceber como as estruturas, estratégias e outras propriedades de texto e de fala reproduzem as estruturas de dominância de poder e resistência, além de entender como se organizam as relações sociais. Para essa etapa ligada a um *subcorpus* de 45 peças jornalísticas (as primeiras matérias de cada um dos escândalos repercutidos), sendo 28 da *Folha de S. Paulo* e 17 da *Gazeta do Povo*, foram utilizadas, em uma dimensão tridimensional, as características marcantes do título, linha-fina e do *lead*, estilo léxico e estratégias de discurso (com as subdivisões estratégia de posicionamento, legitimidade, granularidade, argumentação, generalizações e retóricas) – Quadro 6.

Quadro 6. Matriz da análise crítica de discurso

Categorias	Definições
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	Características marcantes no título, linha-fina e <i>lead</i> (ex.: palavras que se destacam) – Carvalho (2008)
- Estilo léxico	Escolha de palavras e expressões que podem oferecer sentidos positivos ou negativos, que moldam o significado do texto e que podem reforçar e permitir que determinadas opiniões e ideologias venham à tona (Li, 2010; Van Dijk, 1988; Van Dijk, 1993)
- Estratégias de discurso	Estratégia do posicionamento: construção da identidade de uma pessoa através do discurso (Carvalho, 2008) Estratégia da legitimidade: uso de sanções ou justificativas para as ações de certo agente ativo (Carvalho, 2008) Estratégia da granularidade: descrição mais ou menos específica dos eventos (Van Dijk, 2014) Estratégia da argumentação: uso de certos raciocínios que induzem a determinada opinião (Nettel & Roque, 2011) Estratégia das generalizações: uso de uma característica ou fato específico tomado como geral (Van Dijk, 2017) Estratégias retóricas: uso de metáforas, hipérboles, eufemismos, paralelismos (Van Dijk, 1988)

Fonte: Carvalho (2008); Fairclough (1995); Li, 2010; Nettel & Roque, 2011; Van Dijk (1988); Van Dijk (1993); Van Dijk (2014); Van Dijk (2017).

Na segunda fase, foi feita uma análise de discurso com a mesma matriz (Quadro 6) a seis editoriais da *Folha de S. Paulo* e seis editoriais da *Gazeta do Povo* (que tratam diretamente sobre a série de reportagens Vaza Jato e seus desdobramentos) durante o período entre 9 de

junho de 2019 e 9 de setembro de 2019, mesmo período já utilizado nas análises de conteúdo, de modo a comparar de que maneira essas estruturas se conectam.

Na terceira fase, foram realizadas ainda duas entrevistas qualitativas, semiestruturadas em profundidade. A entrevista semiestruturada, segundo Bryman (2012), permite a inserção e inversão de perguntas mesmo a partir de um guião de questões já estruturado previamente. As entrevistas foram feitas com Sergio Davila, diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, em 25 de agosto de 2023 e Ewandro Schenkel, chefe de redação da *Gazeta do Povo*, em 19 de julho de 2023. Ambas as entrevistas foram realizadas por meio de videochamada na plataforma *Google Meet*, de modo a atender à disponibilidade dos entrevistados e contornar obstáculos geográficos. As entrevistas permitiram compreender como o discurso noticioso se relaciona com as políticas editoriais dos veículos e os posicionamentos dos editores. Também serviram como técnica explicativa ao confrontar os entrevistados com os resultados dos objetivos anteriores. Entre as dimensões temáticas incluem-se a relação entre o discurso noticioso dos portais e as opções editoriais, as escolhas de valores-notícia, de enquadramento e de construção da narrativa noticiosa. Para tratar os resultados das entrevistas, usou-se a técnica da análise interpretativa, que consiste num estado constante de descoberta e revisão, procurando extrair substância para a formação de teoria (Neuendorf, 2017).

Considerações éticas

Nesta investigação, foram seguidos princípios éticos. No caso da entrevista, utilizou-se o formulário de consentimento informado, assinado pelos entrevistados. Estes foram informados sobre os objetivos da investigação e de que esta se destina apenas a fins acadêmicos, não tendo qualquer veiculação comercial (Creswell, 2014). Após a transcrição da entrevista, foi pedido aos entrevistados que a revissem no sentido de que suas palavras estejam o mais próximas possível da sua opinião. Não está previsto que o questionamento e a coleta de dados sobre os assuntos sejam potencialmente prejudiciais ao bem-estar psicológico e físico e dignidade dos entrevistados (e.g., Bryman, 2012, p. 135).

Especificamente quanto às técnicas de análise ao conteúdo, houve cuidado especial com a descrição clara e completa das instruções de codificação e categorização (e.g., Bryman, 2012, pp. 299, 303), de modo a que outra investigação, seguindo as mesmas instruções, chegue aos mesmos resultados. As categorias obedeceram, na sua constituição, a critérios de: validade, pertinência e adequação; exaustividade ou inclusividade; homogeneidade; exclusividade ou exclusão mútua; e objetividade, consistência ou fidedignidade (Bardin, 1977).

Seguindo a Carta de Ética do ISCSP, a investigação considerou a integridade, a

liberdade intelectual, a responsabilidade profissional, científica e cívica e a igualdade. O trabalho respeitou também os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira, segundo a Lei 13.709/2018 (2018), e do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia.

3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados seguindo-se a ordem dos objetivos específicos.

3.1 Valores-notícia utilizados pelos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* na cobertura da série de reportagens *Vaza Jato* de 9 de junho a 9 de setembro de 2019

3.1.1 Valores-notícia mais presentes num total de 20 variáveis

Os cinco valores-notícia com mais ocorrências em ambos os veículos foram os mesmos: *Conflito* (Gazeta do Povo: 97,65%; Folha de S. Paulo: 96,60%), *Envolvimento de Pessoas de Poder* (Gazeta do Povo: 98,99%; Folha de S. Paulo: 96,23%), *Prolongamento do Escândalo* (Gazeta do Povo: 94,30%; Folha de S. Paulo: 92,26%), *Alinhamento com linha editorial do veículo* (Gazeta do Povo: 73,15%; Folha de S. Paulo: 80,36%), e *Transgressão Moral* (Gazeta do Povo: 71,14%; Folha de S. Paulo: 79,06%). Há apenas diferenças na ordem dos mais presentes.

A presença de valores-notícia comuns em ambos os veículos se segue abaixo do “top 5”, com a presença de alguns valores, como *Justiça e Judiciário* (Gazeta do Povo: 65,77%; Folha de S. Paulo: 65,66%), *Capacidade de Compartilhamento* (Gazeta do Povo: 59,40%; Folha de S. Paulo: 57,36%), *Política e Governo* (Gazeta do Povo: 52,68%; Folha de S. Paulo: 52,45%), *Impacto* (Gazeta do Povo: 54,03%; Folha de S. Paulo: 50,19%) e *Personalização* (Gazeta do Povo: 54,70%; Folha de S. Paulo: 52,08%), mas com diferenças de ordem (Tabela 7; Tabela 8)

3.1.2 Valores-notícia menos frequentes

Entre as categorias menos frequentes estão *Interesse do Público*, *Proximidade* e *Identificação por Parte do Receptor*. Na *Folha de S. Paulo*, o valor-notícia menos presente é *Positividade* (3,21%) – Tabela 7. Na *Gazeta do Povo* é o *Interesse do Público* (4,36%) – Tabela 8.

Tabela 7. Valores-notícias na *Folha de S. Paulo*

Posição	Valor-notícia	N	%
1	Conflito	512	96,60%
2	Envolvimento de pessoas de poder	510	96,23%
3	Prolongamento do escândalo	489	92,26%
4	Alinhamento com linha editorial do veículo	426	80,38%
5	Transgressão moral	419	79,06%
6	Justiça e judiciário	348	65,66%
7	Capacidade de compartilhamento	304	57,36%
8	Política e governo	278	52,45%
9	Personalização	276	52,08%
10	Impacto	266	50,19%
11	Hipocrisia	259	48,87%
12	Clareza	198	37,36%
13	Interesse público	166	31,32%
14	Exclusividade	118	22,26%
15	Negatividade	80	15,09%
16	Identificação por parte do receptor	51	9,62%
17	Elementos audiovisuais	43	8,11%
18	Proximidade	37	6,98%
19	Interesse do público	28	5,28%
20	Positividade	17	3,21%

N=530

Tabela 8. Valores-notícias na *Gazeta do Povo*

Posição	Valor-notícia	N	%
1	Envolvimento de pessoas de poder	295	98,99%
2	Conflito	291	97,65%
3	Prolongamento do escândalo	281	94,30%
4	Alinhamento com linha editorial do veículo	218	73,15%
5	Transgressão moral	212	71,14%
6	Justiça e judiciário	196	65,77%
7	Capacidade de compartilhamento	177	59,40%
8	Personalização	163	54,70%
9	Impacto	161	54,03%
10	Política e governo	157	52,68%
11	Hipocrisia	108	36,24%
12	Clareza	100	33,56%
13	Negatividade	89	29,87%
14	Interesse público	79	26,51%
15	Elementos audiovisuais	47	15,77%
16	Positividade	45	15,10%
17	Identificação por parte do receptor	28	9,40%
18	Exclusividade	18	6,04%
19	Proximidade	17	5,70%
20	Interesse do público	13	4,36%

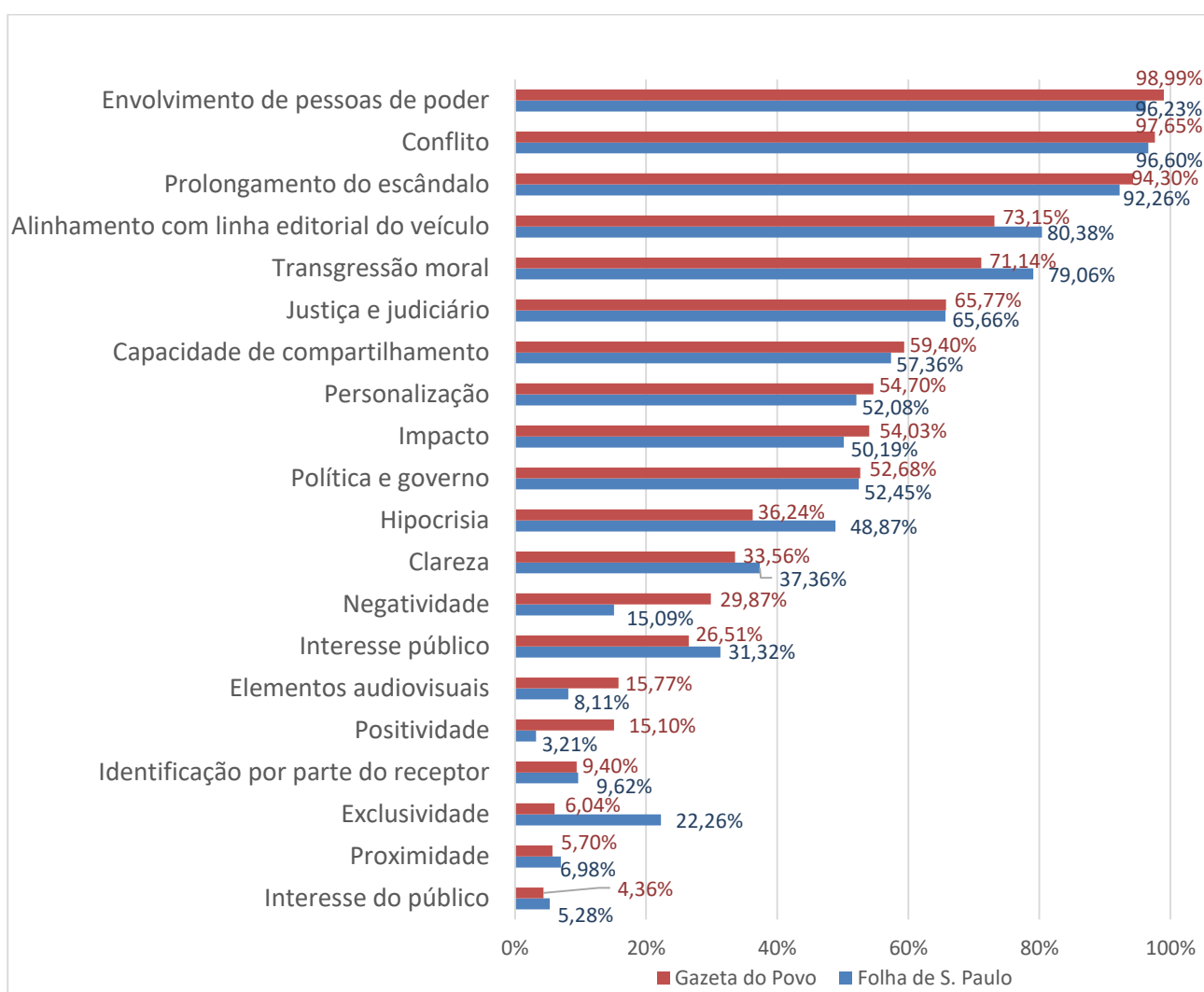
N= 298

Pontos divergentes

Alguns valores-notícia apresentam frequências mais elevadas na *Folha de S. Paulo*, como *Hipocrisia* (48,87% vs. *Gazeta do Povo*: 36,24%), *Interesse Público* (31,32% vs. *Gazeta do Povo*: 26,51%) e *Exclusividade* (22,26% vs. *Gazeta do Povo*: 6,04%). Já a *Gazeta do Povo* apresenta valores-notícia mais frequentes, como *Negatividade* (29,87% vs. *Folha de S. Paulo*: 15,09%), *Elementos Audiovisuais* (15,77% vs. *Folha de S. Paulo*: 8,11%) e *Positividade* (15,10% vs. *Folha de S. Paulo*: 83,21%).

A *Folha de S. Paulo* apresenta um percentual maior nos valores-notícia *Alinhamento com Linha Editorial do Veículo* (80,38% vs. *Gazeta do Povo*: 73,15%), *Transgressão Moral* (79,06% vs. *Gazeta do Povo*: 71,14%) e *Impacto* (54,03% vs. *Folha de S. Paulo*: 50,19%) - Gráfico 1.

Gráfico 1. Comparação entre os valores-notícia da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta do Povo*



3.1.3 Valores-notícia principais 1 e 2 somados

Para a tabela abaixo, foram somados os valores das variáveis valores-notícia principal

1 e 2. A partir disso, pode-se inferir a presença de: 1.060 valores-notícia principais na *Folha de S. Paulo* – 530 matérias; e 596 valores-notícia principais na *Gazeta do Povo* –298 matérias (Tabela 9).

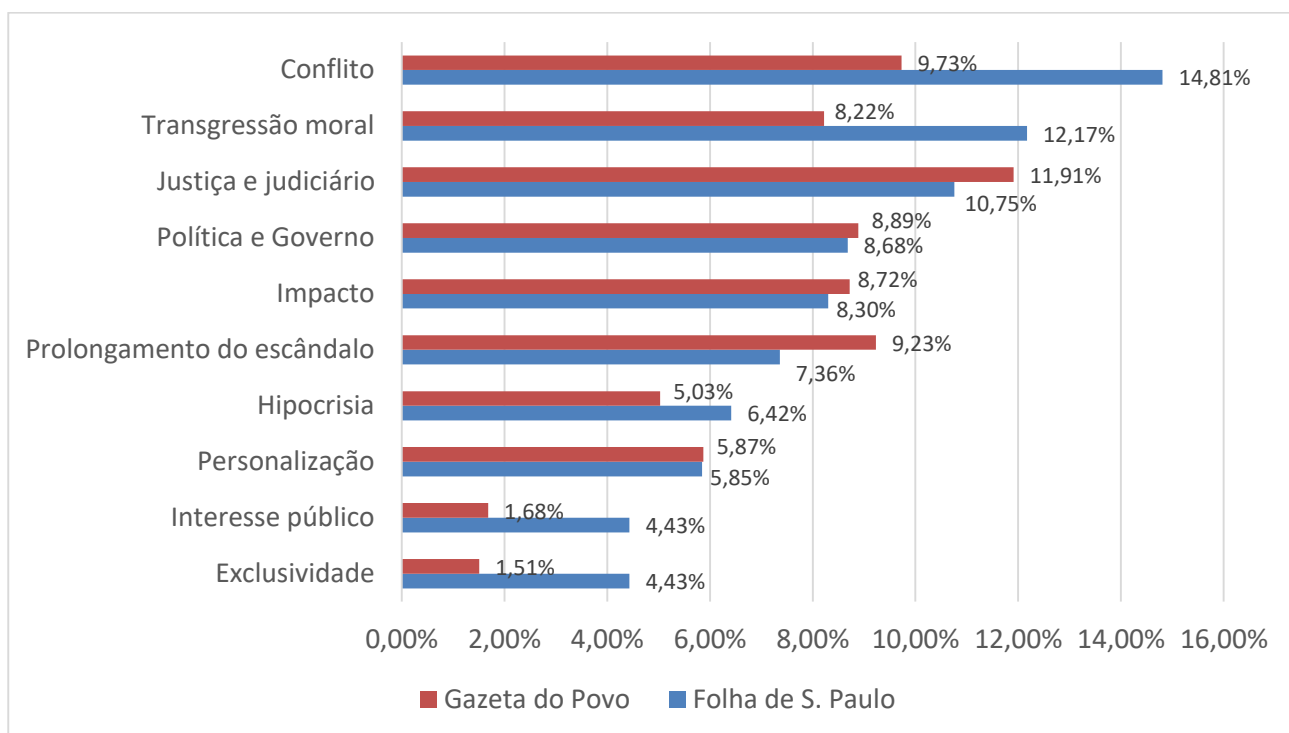
Tabela 9. Valores-notícias principais na *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Folha de S. Paulo	Frequência	Porcentagem	Gazeta do Povo	Frequência	Porcentagem
Conflito	157	14,81%	Justiça e judiciário	71	11,91%
Transgressão moral	129	12,17%	Conflito	58	9,73%
Justiça e judiciário	114	10,75%	Prolongamento do escândalo	55	9,23%
Política e Governo	92	8,68%	Política e Governo	53	8,89%
Impacto	88	8,30%	Impacto	52	8,72%
Prolongamento do escândalo	78	7,36%	Transgressão moral	49	8,22%
Hipocrisia	68	6,42%	Alinhamento com linha editorial do veículo	36	6,04%
Personalização	62	5,85%	Personalização	35	5,87%
Exclusividade	47	4,43%	Envolvimento de pessoas de poder	30	5,03%
Interesse público	47	4,43%	Hipocrisia	30	5,03%
Clareza	45	4,25%	Clareza	28	4,70%
Envolvimento de pessoas de poder	38	3,58%	Elementos audiovisuais	19	3,19%
Interesse do público	20	1,89%	Capacidade de compartilhamento	15	2,52%
Alinhamento com a linha editorial	19	1,79%	Negatividade	12	2,01%
Identificação por parte do receptor	14	1,32%	Positividade	11	1,85%
Capacidade de compartilhamento	13	1,23%	Interesse público	10	1,68%
Elementos audiovisuais	10	0,94%	Exclusividade	9	1,51%
Proximidade	8	0,75%	Proximidade	9	1,51%
Negatividade	6	0,57%	Identificação por parte do receptor	8	1,34%
Positividade	5	0,47%	Interesse do público	6	1,01%
Total	1060	100,00%	Total	596	100,00%

3.1.4 Valores-notícia principais mais frequentes

Alguns valores-notícia mais frequentes são comuns aos dois veículos, como *Conflito* (*Folha de S. Paulo*: 14,81%; *Gazeta do Povo*: 9,73%), *Justiça e Judiciário* (*Folha de S. Paulo*: 10,75%; *Gazeta do Povo*: 11,91%), *Política e Governo* (*Folha de S. Paulo*: 8,68%; *Gazeta do Povo*: 8,89%). Porém, há divergências. Na *Folha de S. Paulo*, *Transgressão Moral* está em segundo lugar (12,17%), enquanto na *Gazeta do Povo* *Prolongamento do Escândalo* está em terceiro lugar (9,23%). Na *Folha de S. Paulo*, os cinco primeiros valores-notícia representam 54,72%, e na *Gazeta do Povo* representam 48,48% (Gráfico 2).

Gráfico 2. Valores-notícia principais na *Folha de S. Paulo* e na *Gazeta do Povo* – 10 mais frequentes



3.1.5 Valores-notícia principais menos frequentes

Nos últimos lugares, há apenas a categoria *Proximidade* em comum aos veículos. Enquanto a *Folha de S. Paulo* tem menos ocorrências de *Capacidade de Compartilhamento* (1,23%), *Elementos Audiovisuais* (0,94%), *Proximidade* (0,75%), *Negatividade* (0,57%) e *Positividade* (0,47%); na *Gazeta do Povo* são menos frequentes *Interesse Público* (1,68%), *Exclusividade* (1,51%), *Proximidade* (1,51%), *Identificação por Parte do Receptor* (1,34%) e *Interesse do Público* (1,01%).

3.1.6 Pontos divergentes entre os valores-notícia principais

É maior na *Folha de S. Paulo* os valores *Transgressão Moral* (12,17% vs. *Gazeta do Povo*: 8,22%), *Exclusividade* (4,43% vs. *Gazeta do Povo*: 1,51%), *Interesse Público* (4,43% vs. *Gazeta do Povo*: 1,68%), e *Alinhamento com a Linha Editorial* (6,04% vs. *Gazeta do Povo*: 1,79%). Para a *Gazeta do Povo* são *Elementos Audiovisuais* (3,19% vs. *Folha de S. Paulo*: 0,94%), *Negatividade* (2,01% vs. *Folha de S. Paulo*: 0,57%) e *Positividade* (1,58% vs. *Folha de S. Paulo*: 0,47%).

Análise bivariada entre os valores-notícias e outras variáveis de caracterização das peças noticiosas

3.1.7 Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e mês de publicação

Na *Folha de S. Paulo*, o valor-notícia *Conflito* é o mais destacado nos meses de junho (12,98%) e julho (17,54%). A *Gazeta do Povo* recorre em junho ao valor-notícia *Política e Governo* (11,53%). Os dois veículos registam os mesmos valores-notícia nos últimos três meses: *Conflito* em julho, *Justiça e Judiciário* em agosto e *Impacto* em setembro (Tabela 10; Tabela 11).

Tabela 10. Valores-notícia principais por mês de publicação nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

Junho (N= 416)	Valor	%
Conflito	54	12,98%
Política e Governo	52	12,50%
Transgressão Moral	48	11,53%
Julho (N=342)	Valor	%
Conflito	60	17,54%
Transgressão Moral	48	14,03%
Impacto	30	8,77%
Agosto (N=260)	Valor	%
Justiça e Judiciário	38	14,61%
Conflito	37	14,23%
Impacto	32	12,30%
Setembro (N=42)	Valor	%
Impacto	7	16,66%
Conflito	6	14,28%
Justiça e Judiciário	4	9,52%

Tabela 11. Valores-notícia principais por mês de publicação nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*

Junho (N= 156)	Valor	%
Política e Governo	18	11,53%
Prolongamento do Escândalo	16	10,25%
Alinhamento com a linha editorial	16	10,25%
Julho (N=294)	Valor	%
Conflito	34	11,56%
Justiça e Judiciário	32	10,88%
Transgressão Moral	30	10,20%
Agosto (N=128)	Valor	%
Justiça e Judiciário	22	17,18%
Impacto	16	12,50%
Personalização	12	9,37%
Setembro (N=18)	Valor	%
Impacto	3	16,66%
Prolongamento do Escândalo	2	11,11%
Personalização	2	11,11%

3.1.8 Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e dias da semana

Na *Folha de S. Paulo*, o valor-notícia principal mais comum é *Conflito* (*Segunda-feira*: 14,02%; *Terça-feira*: 14,85%; *Quarta-feira*: 14,11%; *Quinta-feira*: 15,88%; *Sexta-feira*: 18,12%; *Domingo*: 16,03%), com exceção de *Sábado*, com *Transgressão Moral* (13,63%) – Gráfico 3. Na *Gazeta do Povo*, o valor-notícia mais comum é *Justiça e Judiciário* (*Segunda-feira*: 11,11%; *Terça-feira*: 12,50%; *Quarta-feira*: 14,84%; *Quinta-feira*: 16,25%), com exceção de *Sexta-feira*: *Prolongamento do Escândalo* (15%), *Sábado*: *Impacto* (13,46%) e *Domingo*: *Transgressão Moral* (13,64%) – Gráfico 4.

Gráfico 3. Valores-notícia principais por dia de semana nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

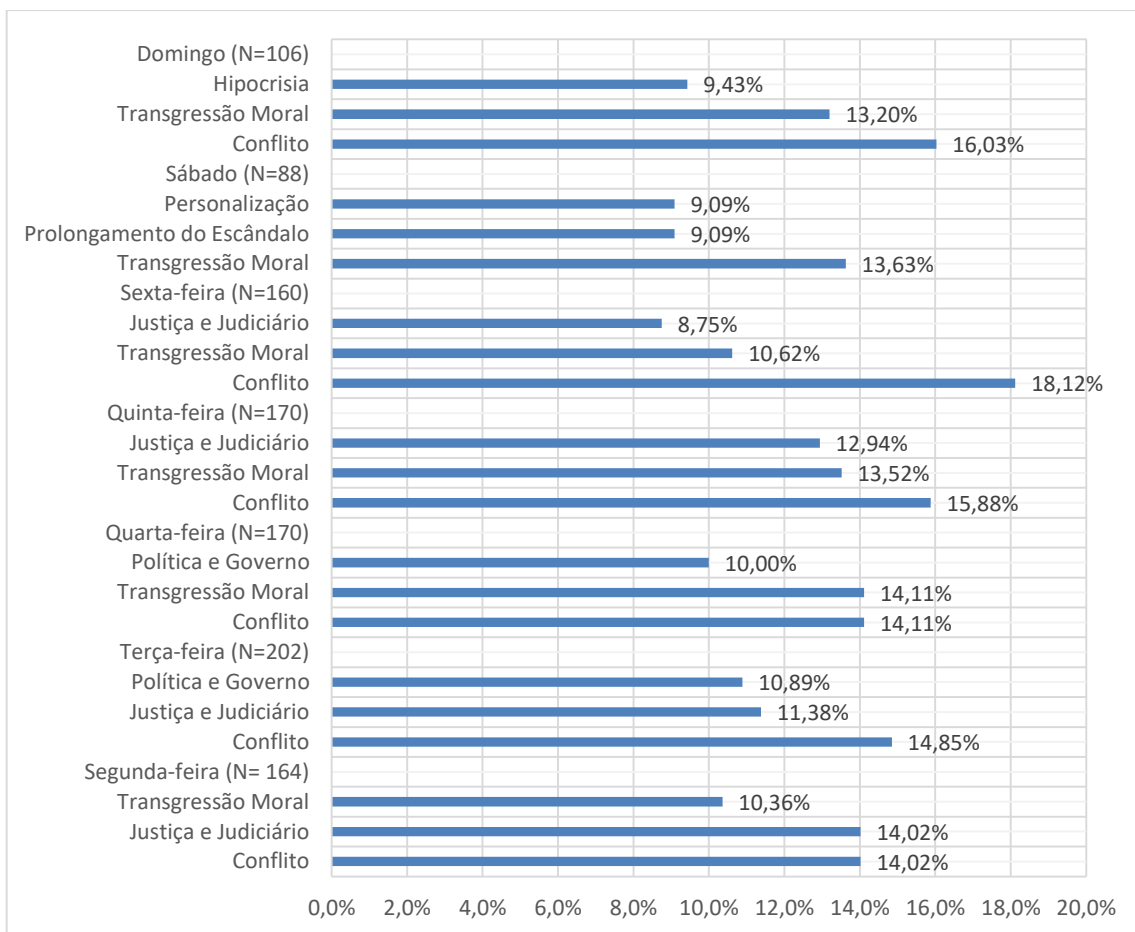
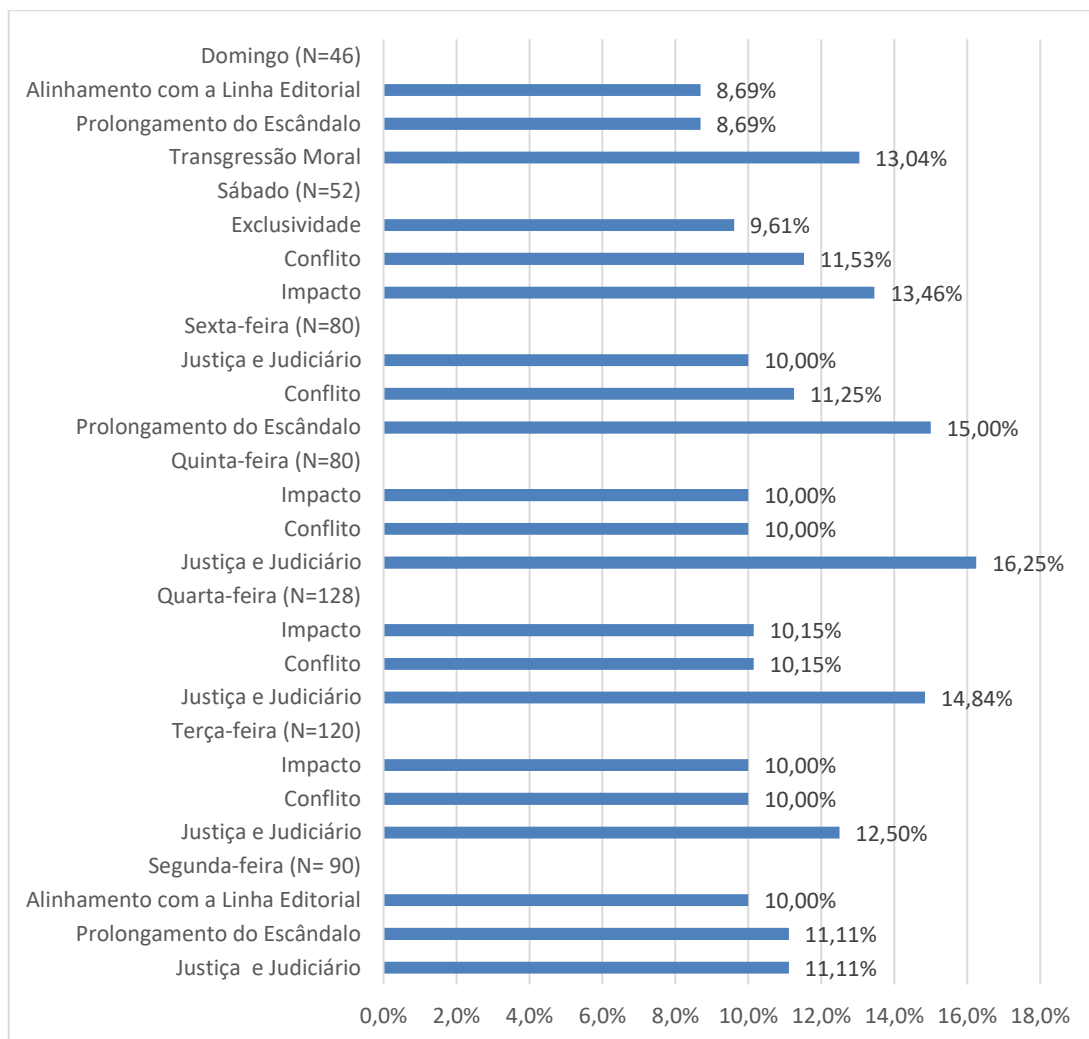


Gráfico 4. Valores-notícia principais por dia de semana nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*



3.1.9 Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Gênero Jornalístico

Ao considerar os gêneros jornalísticos na *Folha de S. Paulo*, o valor-notícia *Conflito* é o mais comum para a *Nota* (18,80%) e para as *Notícias* (15,18%). *Transgressão Moral* é o mais frequente nas reportagens (14,63%) e *Exclusividade* é o mais comum na *Entrevista* (22,22%) – Tabela 12.

Tabela 12. Valores-notícia principais por gênero jornalístico nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

Nota (N=218)	Ocorrências	%
Conflito	41	18,81%
Prolongamento	29	13,30%
Justiça e judiciário	26	11,93%
Notícia (N=494)	Ocorrências	%
Conflito	75	15,18%
Transgressão moral	59	11,94%
Justiça e judiciário	58	11,74%
Reportagem (N=294)	Ocorrências	%
Transgressão moral	43	14,63%
Conflito	31	10,54%
Impacto	30	10,20%
Entrevista (N=54)	Ocorrências	%
Exclusividade	12	22,22%
Conflito	10	18,52%
Impacto	10	18,52%

N=160

A *Gazeta do Povo* apresenta como principais valores-notícia nas *Notas* o *Prolongamento do Escândalo* e *Transgressão Moral* (ambos com 12,16%). *Transgressão Moral* também é o principal valor-notícia do gênero *Notícia* (12,69%). *Justiça e Judiciário* é o principal valor-notícia das *Reportagens* (13,57%). *Exclusividade* é o mais comum no gênero *Entrevista* (20,59%) – Tabela 13.

Tabela 13. Valores-notícia principais por gênero jornalístico nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*

Nota (N=296)	Ocorrências	%
Transgressão Moral	36	12,16%
Prolongamento	36	12,16%
Justiça e Judiciário	35	11,82%
Notícia (N=126)	Número	%
Transgressão Moral	16	12,69%
Justiça e Judiciário	14	11,11%
Política e Governo	14	11,11%
Reportagem (N=140)	Número	%
Justiça e judiciário	19	13,57%
Clareza	18	12,86%
Conflito	17	12,14%
Entrevistas (N=34)	Número	%
Exclusividade	7	20,59%
Conflito	4	11,76%
Impacto	4	11,76%

N=160

3.1.10. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Enfoque Principal

Na *Folha de S. Paulo*, o valor-notícia *Conflito* é o mais comum para as peças com *Enfoque Negativo* (15,78%) e com *Enfoque Dual* (21,42%). A *Transgressão Moral* é o mais frequente nas peças com *Enfoque Positivo* (11,11%) *Justiça e Judiciário* foi o mais comum no *Enfoque Neutro* (14,52%) – Tabela 14.

Tabela 14. Valores-notícia principais por enfoque principal nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

Enfoque Positivo (N=198)	Ocorrências	%
Transgressão moral	22	11,11%
Prolongamento	21	10,61%
Política e Governo	20	10,10%
Enfoque negativo (N=412)	Ocorrências	%
Conflito	65	15,78%
Transgressão moral	65	15,78%
Hipocrisia	40	9,71%
Enfoque neutro (N=310)	Ocorrências	%
Justiça e judiciário	45	14,52%
Conflito	43	13,87%
Política e Governo	37	11,94%
Enfoque Dual (N=140)	Ocorrências	%
Conflito	30	21,42%
Justiça e Judiciário	16	11,42%
Política e Governo	16	11,42%

N=160

Na *Gazeta do Povo*, o valor-notícia *Justiça e Judiciário* foi o mais comum no *Enfoque Positivo* (10,91%). A *Transgressão Moral* foi o valor-notícia mais comum no *Enfoque Negativo* (13,51%), enquanto o *Prolongamento do Escândalo* foi o mais comum para o *Enfoque Neutro* (14,39%) e o *Conflito* o mais frequente para o *Enfoque Dual* (17,64%) – Tabela 15.

Tabela 15. Valores-notícia principais por enfoque principal nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*

Enfoque Positivo (N=174)	Ocorrências	%
Justiça e Judiciário	19	10,91%
Política e Governo	15	8,62%
Impacto	15	8,62%
Enfoque negativo (N=222)	Ocorrências	%
Transgressão Moral	30	13,51%
Justiça e Judiciário	28	12,61%
Impacto	26	11,71%
Enfoque neutro (N=132)	Ocorrências	%
Prolongamento do escândalo	19	14,39%
Política e Governo	18	13,63%
Envolvimento de pessoas de poder	17	12,87%
Enfoque Dual (N=68)	Ocorrências	%
Conflito	12	17,64%
Justiça e Judiciário	9	13,23%
Clareza	7	10,29%

N=160

3.1.11. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Tamanho da Peça (número de parágrafos)

Na *Folha de S. Paulo*, o *Conflito* é o valor-notícia mais comum para peças entre 4 e 6 parágrafos (17,64%) e entre 7 e 9 parágrafos (18,48%). O *Prolongamento do Escândalo* é o mais comum nas peças entre 1 e 3 parágrafos (22,72%) e a *Transgressão Moral* é o mais frequente nas peças com 10 ou mais parágrafos (13,87%) – Tabela 16.

Tabela 16. Valores-notícia principais por tamanho da peça nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

1 a 3 (N= 66)	Valor	%
Prolongamento do Escândalo	15	22,72%
Conflito	9	13,63%
Transgressão Moral	9	13,63%
4 a 6 (N=136)	Valor	%
Conflito	24	17,64%
Justiça e Judiciário	18	13,23%
Política e Governo	16	11,76%
7 a 9 (N=238)	Valor	%
Conflito	44	18,48%
Transgressão Moral	26	10,92%
Justiça e Judiciário	25	10,50%
10 ou mais (N=620)	Valor	%
Transgressão Moral	86	13,87%
Conflito	80	12,90%
Justiça e Judiciário	64	10,32%

N=160

Na *Gazeta do Povo*, o valor-notícia *Impacto* é o mais comum nas peças entre 1 e 3 parágrafos (12,09%), enquanto o *Prolongamento do Escândalo* é a mais frequente entre 4 e 6 parágrafos (15,62%). A *Transgressão Moral* é o valor-notícia mais frequente nas peças entre 7 e 9 parágrafos (11,36%) e *Justiça e Judiciário* (10,22%) é o mais comum nas peças com 10 ou mais parágrafos (13,52%) – Tabela 17.

Tabela 17. Valores-notícia principais por tamanho da peça nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*

1 a 3 (N= 306)	Valor	%
Impacto	37	12,09%
Prolongamento do Escândalo	35	11,43%
Justiça e Judiciário	35	11,43%
4 a 6 (N=32)	Valor	%
Prolongamento do Escândalo	5	15,62%
Política e Governo	5	15,62%
Envolvimento de Pessoas de Poder	4	12,50%
7 a 9 (N=88)	Valor	%
Transgressão Moral	10	11,36%
Justiça e Judiciário	9	10,22%
Alinhamento com a Linha Editorial	8	9,09%
10 ou mais (N=170)	Valor	%
Justiça e Judiciário	23	13,52%
Conflito	21	12,35%
Clareza	17	10,00%

N=160

3.1.12. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Tipo de Abordagem

Na *Folha de S. Paulo*, a *Transgressão Moral* é o valor-notícia mais comum nas peças com *Revelação Exclusiva do Veículo* (25,71%) e *Repercussão a partir de outro veículo* (18,25%). *Conflito* é o mais comum em *Referência ao Escândalo, mas com foco em repercussões* (15,25%) e *Referência Breve mas foco em temas correlatos* (17,62%) – Tabela 18.

Tabela 18. Valores-notícia principais por tipo de abordagem nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

Revelação exclusiva do veículo (N= 70)	Valor	%
Transgressão Moral	18	25,71%
Exclusividade	13	18,57%
Interesse Público	12	17,14%
Repercussão a partir de outro veículo (N=126)	Valor	%
Transgressão Moral	23	18,25%
Impacto	18	14,28%
Conflito	15	11,90%
Referência ao escândalo mas com foco em repercussões (N=586)	Valor	%
Conflito	90	15,35%
Justiça e Judiciário	78	13,31%
Transgressão Moral	69	11,77%
Referência breve, mas foco em temas correlatos (N=278)	Valor	%
Conflito	49	17,62%
Política e Governo	36	12,94%
Justiça e Judiciário	30	10,79%

N=160

Na *Gazeta do Povo*, o valor-notícia *Transgressão Moral* é o mais comum na *Revelação Exclusiva do Veículo* (25%). Em *Repercussão a partir de outro Veículo*, o valor-notícia mais frequente é *Impacto* (18,91%). *Justiça e Judiciário* é o primeiro em *Referência ao Escândalo, mas com foco em repercussões* (13,25%) . A mais frequente em *Referência Breve, mas foco em temas correlatos* é *Política e Governo* (16,21%) – Tabela 19.

Tabela 19. Valores-notícia principais por tipo de abordagem nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*

Revelação exclusiva do veículo (N= 12)	Valor	%
Transgressão Moral	3	25,00%
Exclusividade	2	16,66%
Impacto	2	16,66%
Repercussão a partir de outro veículo (N=74)	Valor	%
Impacto	14	18,91%
Transgressão Moral	9	12,16%
Prolongamento do Escândalo	8	10,81%
Referência ao escândalo mas com foco em repercussões (N=362)	Valor	%
Justiça e Judiciário	48	13,25%
Conflito	37	10,22%
Prolongamento do Escândalo	37	10,22%
Referência breve, mas foco em temas correlatos (N=148)	Valor	%
Política e Governo	24	16,21%
Justiça e Judiciário	15	10,13%
Envolvimento de Pessoas de Poder	15	10,13%

N=160

3.1.13. Valores-notícia principais 1 e 2 (somados) e Foco Temático

Na *Folha de S. Paulo*, o valor-notícia *Transgressão Moral* é o mais comum em *Revelação do Escândalo* (26,79%). O valor-notícia *Política e Governo* é o mais frequente em *Repercussão Política* (18,91%). Na categoria *Justiça e Judiciário* o mais presente é *Repercussão Jurídica* (22,67%). Na *Repercussão Econômica* o mais frequente é *Prolongamento do Escândalo* (37,5%) – Tabela 20.

Tabela 20. Valores-notícia principais por foco temático nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*

Revelação de Escândalo (N=112)	Ocorrências	%
Transgressão moral	30	26,79%
Interesse público	22	19,64%
Impacto	17	15,18%
Repercussão Política (N=460)	Ocorrências	%
Política e Governo	87	18,91%
Conflito	66	14,35%
Prolongamento	45	9,78%
Repercussão Jurídica (N=472)	Ocorrências	%
Justiça e judiciário	107	22,67%
Conflito	85	18,01%
Transgressão moral	66	13,98%
Repercussão Econômica (N=16)	Ocorrências	%
Prolongamento	6	37,5%
Positividade	4	25%
Conflito	2	12,5%

N=160

Na *Gazeta do Povo* o valor-notícia principal de *Repercussão Política* foi *Política e Governo* (16,23%) e o valor-notícia principal de *Repercussão Jurídica* é *Justiça e Judiciário* (23,19%). Em *Revelação de Escândalo* as mais comuns são *Transgressão Moral*, *Alinhamento com a Linha Editorial* e *Impacto* (25%). Em *Repercussão Econômica*, *Conflito*, *Positividade*, *Negatividade* e *Proximidade* possuem o mesmo percentual (25%) – Tabela 21.

Tabela 21. Valores-notícia principais por foco temático nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*

Revelação de Escândalo (N=8)	Ocorrências	%
Transgressão Moral	2	25%
Alinhamento com a linha editorial	2	25%
Impacto	2	25%
Repercussão Política (N=308)	Ocorrências	%
Política e Governo	50	16,23%
Prolongamento	31	10,06%
Conflito	27	8,77%
Repercussão Jurídica (N=276)	Ocorrências	%
Justiça e judiciário	64	23,19%
Conflito	29	10,51%
Impacto	29	10,51%
Repercussão Econômica (N=4)	Ocorrências	%
Conflito	1	25%
Positividade	1	25%
Proximidade	1	25%

N=160

3.2 Análise dos enquadramentos jornalísticos utilizados na cobertura da série de reportagens *Vaza Jato* pelos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

3.2.1. *Framings* mais presentes – Definição do problema

O *framing* de Definição do Problema focado na Defesa apresentou uma prevalência maior para a *Gazeta do Povo* nas subcategorias “*Destaque para outros crimes – ataques hackers*” (23,15% vs. *Folha de S. Paulo*: 13,58%) e “*Veracidade não comprovada, possível adulteração nas mensagens ou críticas a jornalistas e veículos*” (13,42% vs. *Folha de S. Paulo*: 7,17%). Ao todo, a *Gazeta do Povo* apresentou mais ocorrências nas quatro subcategorias desse enquadramento (55,37% vs. *Folha de S. Paulo*: 37,92%) – Tabela 22.

Tabela 22. Definição do problema – Enquadramento de defesa

Subcategorias	<i>Folha de S. Paulo</i>	%	<i>Gazeta do Povo</i>	%
Ausência de violação de normas e leis	61	11,51%	37	12,42%
Assunto Privado	30	5,66%	19	6,38%
Destaque para outros crimes - ataques hackers	72	13,58%	69	23,15%
Veracidade não comprovada, possível adulteração nas mensagens ou críticas a jornalistas e veículos	38	7,17%	40	13,42%
Não se aplica	329	62,08%	133	44,63%
Total	530	100,00%	298	100,00%

O *framing* de Definição do Problema focado no Ataque apresentou uma prevalência maior para a *Folha de S. Paulo* nas subcategorias “*Assunto Público*” (13,96% vs. *Gazeta do Povo*: 3,69%) e “*Parcialidade dos agentes públicos*” (18,11% vs. *Gazeta do Povo*: 13,42%) – Tabela 23. Ao todo, a *Folha de S. Paulo* apresentou maior ocorrência nas quatro subcategorias desse enquadramento (63,21% vs. *Gazeta do Povo*: 46,31%).

Tabela 23. Definição do problema – Enquadramento de ataque

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Presença de violação de normas e leis	113	21,32%	59	19,80%
Assunto Público	74	13,96%	11	3,69%
Parcialidade dos agentes públicos	96	18,11%	40	13,42%
Comprovação da veracidade das mensagens e defesa dos jornalistas e das matérias	52	9,81%	28	9,40%
Não se aplica	195	36,79%	160	53,69%
Total	530	100,00%	298	100,00%

No Enquadramento Neutro, houve 41 ocorrências da subcategoria “*Omissão sobre a violação de normas ou indefinição sobre o caráter público ou privado do assunto*” para a *Folha de S. Paulo* e 22 para a *Gazeta do Povo* (7,38% vs. Folha de S. Paulo: 7,74%). As demais ocorrências entraram na categoria “*Não Se Aplica*”.

3.2.2. Framings mais presentes – Julgamento moral

No *framing* de Julgamento Moral com foco na Defesa, pode-se observar maior prevalência da *Gazeta do Povo* nas subcategorias “*Apoio por parte de juristas e especialistas do Direito*” (22,82% vs. Folha de S. Paulo: 12,26%) e “*Criminalização dos hackers*” (17,79% vs. Folha de S. Paulo: 7,55%) – Tabela 24. Ao todo, a *Gazeta do Povo* apresentou maior ocorrência nas cinco subcategorias desse enquadramento (66,11% vs. Folha de S. Paulo: 42,08%).

Tabela 24. Julgamento Moral – Enquadramento de Defesa

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Apoio por parte de políticos e do Governo Federal	88	16,60%	51	17,11%
Apoio por parte da mídia	4	0,75%	6	2,01%
Apoio por parte da sociedade	26	4,91%	19	6,38%
Apoio por parte de juristas e de especialistas do Direito	65	12,26%	68	22,82%
Criminalização dos hackers	40	7,55%	53	17,79%
Não se aplica	307	57,92%	101	33,89%
Total	530	100,00%	298	100,00%

No Julgamento Moral com foco no Ataque, a *Folha de S. Paulo* apresenta mais ocorrências nas cinco subcategorias desse enquadramento. As categorias com as maiores divergências dizem respeito à “*Condenação por parte da Mídia*” (16,60% vs. Gazeta do Povo: 6,71%) e “*Condenação por parte da sociedade*” (4,34% vs. Gazeta do Povo: 1,01%) – Tabela 25.

Tabela 25. Julgamento Moral – Enquadramento de Ataque

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Condenação por parte dos políticos de oposição	78	14,72%	37	12,42%
Condenação por parte da mídia	88	16,60%	20	6,71%
Condenação por parte da sociedade	23	4,34%	3	1,01%
Condenação por parte de juristas e especialistas do Direito	128	24,15%	68	22,82%
Descriminalização dos hackers	4	0,75%	4	1,34%
Não se aplica	209	39,43%	166	55,70%
Total	530	100,00%	298	100,00%

No Enquadramento Neutro, houve a ocorrência da subcategoria “*Ausência de posicionamento de apoio e de condenação*” em maior frequência na *Folha de S. Paulo* (10,38% vs. Gazeta do Povo: 5,37%). As demais subcategorias foram classificadas na subcategoria “*Não se aplica*”.

3.2.3. Framings mais presentes – Diagnóstico de causa

A classificação de matérias em Diagnóstico de Causa com foco na Defesa apresenta um valor de “*Não se aplica*” maior para a *Folha de S. Paulo* (70,38% vs. *Gazeta do Povo*:47,65%)- Tabela 26. As principais diferenças dizem respeito às subcategorias “*Prejuízos no combate à corrupção*” (*Gazeta do Povo*: 17,79%; *Folha de S. Paulo*: 7,55%) e “*Oposição ao Governo e Partidarismo*” (*Gazeta do Povo*: 14,09%; *Folha de S. Paulo*: 8,11%).

Tabela 26. Diagnóstico de causa – Enquadramento de defesa

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Prejuízos no combate à corrupção	40	7,55%	53	17,79%
Oposição ao Governo e partidarismo	43	8,11%	42	14,09%
Liberação de Lula da prisão	9	1,70%	14	4,70%
Sensacionalismo do veículo ou conluio com os hackers	65	12,26%	47	15,77%
Não se aplica	373	70,38%	142	47,65%
Total	530	100,00%	298	100,00%

Em relação Diagnóstico de Causa com foco no Ataque, há porcentagens são mais prevalentes para a *Folha de S. Paulo* nas subcategorias “*Conluio para a prisão de Lula e seus aliados*” (12,83% vs. *Gazeta do Povo*: 7,38%) e “*Vantagens e benefícios pessoais*” (6,98% vs. *Gazeta do Povo*: 3,69%). O cenário se inverte na subcategoria “*Ações inadequadas de agentes públicos*” (*Gazeta do Povo*: 24,16%; *Folha de S. Paulo*: 23,77%) – Tabela 27.

Tabela 27. Diagnóstico de causa – Enquadramento de ataque

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Ações inadequadas por parte de agentes públicos	126	23,77%	72	24,16%
Favorecimento ao Governo Jair Bolsonaro	37	6,98%	14	4,70%
Conluio para a prisão de Lula e condenação de seus aliados	68	12,83%	22	7,38%
Vantagens e benefícios pessoais	37	6,98%	11	3,69%
Não se aplica	262	49,43%	179	60,07%
Total	530	100,00%	298	100,00%

No Enquadramento Neutro, a subcategoria “*Omissão sobre causas e responsabilidades*”

foi assinalada mais na *Folha de S. Paulo* (28,49%) do que na *Gazeta do Povo* (19,13%). As demais foram marcadas como “*Não se aplica*”.

3.2.4. Framings mais presentes – Sugestão de solução

No framing de Sugestão de Solução com foco na Defesa, há grandes diferenças nas subcategorias “*Prisões e investigações dos hackers*” (*Gazeta do Povo*: 15,44%; *Folha de S. Paulo*: 7,17%) e “*Acusações de ilegalidades nas produções das matérias*” (*Gazeta do Povo*: 10,74%; *Folha de S. Paulo*: 3,40%) – Tabela 28. A *Gazeta do Povo* é prevalente nas seis subcategorias desse enquadramento (66,44% vs. *Folha de S. Paulo*: 41,70%).

Tabela 28. Sugestão de solução – Enquadramento de defesa

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Alegações de diálogos normais entre procuradores e juízes	27	5,09%	22	7,38%
Defesa do indivíduo	60	11,32%	44	14,77%
Alegações sobre as ameaças do combate à corrupção	44	8,30%	28	9,40%
Prisões e investigações aos hackers	38	7,17%	46	15,44%
Acusações de ilegalidades na produção de matérias	18	3,40%	32	10,74%
Realizações de esclarecimentos necessários	34	6,42%	26	8,72%
Não se aplica	309	58,30%	100	33,56%
Total	530	100,00%	298	100,00%

Na Sugestão de Solução com foco no Ataque, a *Folha de S. Paulo* apresenta mais matérias nas seis subcategorias nesse enquadramento (61,32% vs. *Gazeta do Povo*: 47,99%). As principais diferenças dizem respeito às “*Acusações de ilegalidades entre juízes e procuradores*” (*Folha de S. Paulo*: 20,00%; *Gazeta do Povo*: 10,07%) e “*Culpabilização e difamação do indivíduo*” (*Folha de S. Paulo*: 8,87%; *Gazeta do Povo*: 3,02%) – Tabela 29.

Tabela 29. Sugestão de solução – Enquadramento de ataque

Subcategorias	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Acusações de ilegalidades entre juizes e procuradores	106	20,00%	30	10,07%
Culpabilização e difamação do indivíduo	47	8,87%	9	3,02%
Procedimentos e ações judiciais contra os atores envolvidos	61	11,51%	36	12,08%
Nulidades de decisões envolvendo Moro e a Lava Jato	42	7,92%	18	6,04%
Defesa de jornalistas que produziram as matérias	47	8,87%	26	8,72%
Votações de projetos de leis e discussões no Congresso	22	4,15%	24	8,05%
Não se aplica	205	38,68%	155	52,01%
Total	530	100,00%	298	100,00%

O Enquadramento Neutro, por meio da subcategoria “*Omissão sobre a inocência ou culpa do indivíduo*” está mais presente na *Folha de S. Paulo* (10,75%) do que na *Gazeta do Povo* (2,68%). As demais matérias foram classificadas como “*Não se aplica*”.

3.3 Construção das narrativas noticiosas sobre a série de reportagens *Vaza Jato* nos portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* entre junho e setembro de 2019

3.3.1. Meses, dias da semana e datas das publicações

O mês que contou com mais publicações na *Folha de S. Paulo* foi junho (39,24% vs. *Gazeta do Povo*: 26,17%). O mês de julho foi o que apresentou mais matérias na *Gazeta do Povo* (49,32% vs. *Folha de S. Paulo*: 32,26%). Os meses de agosto e setembro apresentaram quedas que foram mais acentuadas na *Gazeta do Povo* -Tabela 30.

Tabela 30. Meses das publicações da *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Mês	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Junho	208	39,24%	78	26,17%
Julho	171	32,26%	147	49,32%
Agosto	130	24,52%	64	21,47%
Setembro	21	3,96%	9	3,02%
Total	530	100%	298	100%

Quanto aos dias de semana, na *Folha de S. Paulo* a terça-feira é o dia da semana com mais publicações (19,05%) e na *Gazeta do Povo* a quarta-feira é o dia com mais publicações

(21,47%) – Tabela 31.

Tabela 31. Dias de semana das publicações da *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Dia da semana	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Segunda-feira	82	15,47%	45	15,10%
Terça-feira	101	19,05%	60	20,13%
Quarta-feira	85	16,03%	64	21,47%
Quinta-feira	85	16,03%	40	13,42%
Sexta-feira	80	15,09%	40	13,42%
Sábado	44	8,30%	26	8,72%
Domingo	53	10%	23	7,71%
Total	530	100%	298	100%

Pode-se destacar que o dia com mais publicações por parte da *Folha de S. Paulo* sobre a *Vaza Jato* foi 10 de junho, com 24 peças jornalísticas (um dia após a publicação da primeira reportagem da série pelo *The Intercept Brasil*). Os dias seguintes também contaram com um grande volume de publicações (entre 9 e 14 de junho foram 89 publicações). A *Folha de S. Paulo* volta a apresentar um pico de peças noticiosas entre os dias 24 e 26 de junho (36 publicações) por conta do anúncio da parceria com o *The Intercept Brasil*.

A *Gazeta do Povo* atinge seus picos em 2 e 3 de julho (24 publicações;), por conta da audiência de Sergio Moro na da Câmara dos Deputados. O grande número de peças noticiosas publicadas volta a se repetir no veículo entre os dias 24 e 26 de julho (34 peças jornalísticas), devido às prisões dos *hackers* responsáveis por invadir os celulares das autoridades.

3.3.2. Gênero jornalístico e tamanho das peças

As notas representaram um percentual significativo na *Gazeta do Povo* (49,66% vs. *Folha de S. Paulo*: 20,56%) – Tabela 32. Há uma predominância da *Folha de S. Paulo* muito maior em relação às notícias (46,60% vs. *Gazeta do Povo*: 21,14%). Em relação às reportagens, os percentuais são semelhantes (*Gazeta do Povo*: 23,48%; *Folha de S. Paulo*: 27,73%).

Tabela 32. Gêneros jornalísticos utilizados na *Folha de S. Paulo* e na *Gazeta do Povo*

Gênero jornalístico	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Nota	109	20,56%	148	49,66%
Notícia	247	46,60%	63	21,14%
Reportagem	147	27,73%	70	23,48%
Entrevista	27	5,09%	17	5,70%
Total	530	100%	298	100%

Em relação ao tamanho das peças jornalísticas, na *Gazeta do Povo* as publicações entre um e três parágrafos predominam (51,34% vs. Folha de S. Paulo: 6,22%) – Tabela 33. Embora a *Folha de S. Paulo* tenha mais de 20% de notas, o veículo utiliza colunas com várias notas em sequência e um número maior de parágrafos. A maioria das peças da *Folha de S. Paulo* possui mais de 10 parágrafos (58,49% vs. *Gazeta do Povo*: 28,52%).

Tabela 33. Tamanho das peças jornalísticas – número de parágrafos nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo

Número de parágrafos	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
1 a 3	33	6,22%	153	51,34%
4 a 6	68	12,83%	16	5,36%
7 a 9	119	22,45%	44	14,76%
10 ou mais	310	58,49%	85	28,52%
Total	530	100%	298	100,00%

3.3.3. Tipo de abordagem, enfoque principal e foco temático

A *Folha de S. Paulo* possui mais peças com *revelações exclusivas* (6,60% vs. *Gazeta do Povo*: 2,01%), mas os percentuais são semelhantes em relação à *repercussão a partir de outros veículos* (11,88% vs. *Gazeta do Povo*: 12,75%), às *referências com foco nas repercussões dos escândalos* (55,28% vs. *Gazeta do Povo*: 60,40%) e às *citações breves sobre os escândalos* (26,22% vs. *Gazeta do Povo*: 24,88%) – Tabela 34.

Tabela 34. Tipo de abordagem nas peças jornalísticas da Folha de S. Paulo e *Gazeta do Povo*

Tipo de abordagem	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Revelação exclusiva do veículo	35	6,60%	6	2,01%
Repercussão a partir de outro veículo	63	11,88%	37	12,41%
Referência ao escândalo, mas peça trata de repercussões	293	55,28%	181	60,73%
Citação breve, mas matéria trata de temas correlatos	139	26,22%	74	24,83%
Total	530	100%	298	100%

Sobre o enfoque principal, a maior parte das peças jornalísticas possui um enfoque negativo (Folha de S. Paulo: 38,86%; Gazeta do Povo: 37,24%). As grandes diferenças estão no enfoque positivo, com percentual maior para a *Gazeta do Povo* (29,19% vs. Folha de S. Paulo: 18,67%) e no enfoque neutro, com vantagem para a *Folha de S. Paulo* (29,24% vs. *Gazeta do Povo*: 22,14%) – Tabela 35. O enfoque Dual, com aspectos positivos e negativos, apresenta percentuais semelhantes (Folha de S. Paulo: 13,20%; *Gazeta do Povo*: 11,40%).

Tabela 35. Enfoque principal das peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Enfoque Principal	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Positivo	99	18,67%	87	29,19%
Negativo	206	38,86%	111	37,24%
Neutro	155	29,24%	66	22,14%
Dual	70	13,20%	34	11,40%
Total	530	100%	298	100%

O principal foco temático das peças jornalísticas da *Gazeta do Povo* diz respeito à repercussão política (51,67% vs. Folha de S. Paulo: 43,39%). Na *Folha de S. Paulo* o foco está na repercussão jurídica – apesar disso a *Gazeta do Povo* ainda possui um percentual maior (Folha de S. Paulo: 44,52%; *Gazeta do Povo*: 46,30%) – Tabela 36. A diferença mais significativa diz respeito à subcategoria “*Revelação de escândalo*” na Folha de S. Paulo (10,56% vs. *Gazeta do Povo*: 1,34%)

Tabela 36. Foco temático nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

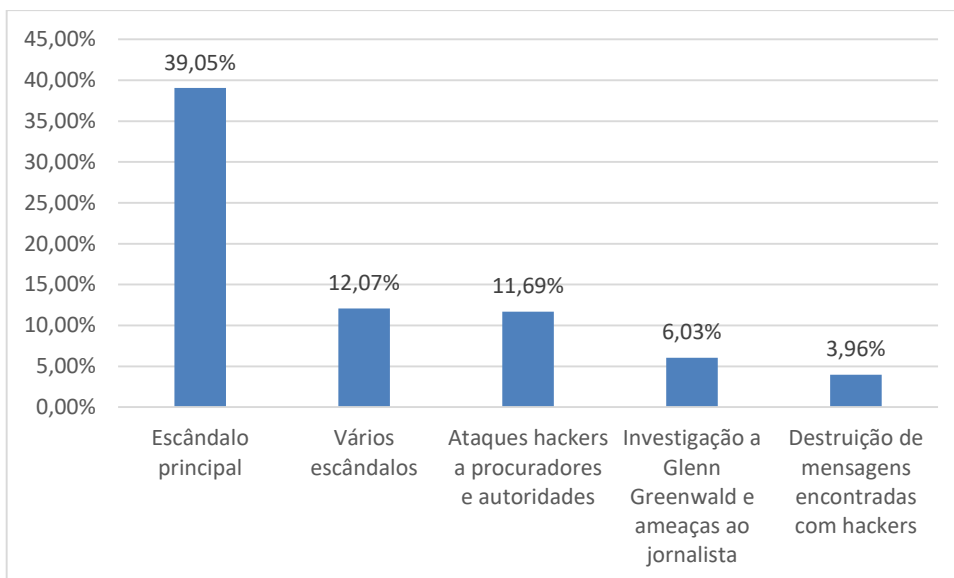
Foco temático	Folha de S. Paulo	%	Gazeta do Povo	%
Revelação de escândalo	56	10,56%	4	1,34%
Repercussão política	230	43,39%	154	51,67%
Repercussão jurídica	236	44,52%	138	46,30%
Repercussão econômica	8	1,50%	2	0,67%
Total	530	100%	298	100%

3.3.4. Escândalo em Foco

Na *Folha de S. Paulo*, foram mais frequentes as publicações com menções ao *Escândalo Principal* (39,05%), seguido por *Vários Escândalos* (12,07%), *Ataques Hackers a Procuradores e Autoridades* (11,69%), *Investigação a Gleen Greenwald* (6,03%) e *Destruição de mensagens encontradas com os hackers* (3,96%) – Gráfico 5.

Para além disso, é possível verificar que todos os escândalos divulgados no período que tiveram como fonte as peças jornalísticas da série *Vaza Jato* (seja por meio de produção do *The Intercept Brasil*, da *Folha de S. Paulo* ou de outros veículos parceiros) estão presentes em pelo menos uma matéria. Ao todo, são 30 escândalos diferentes divulgados em 144 reportagens (27,16%).

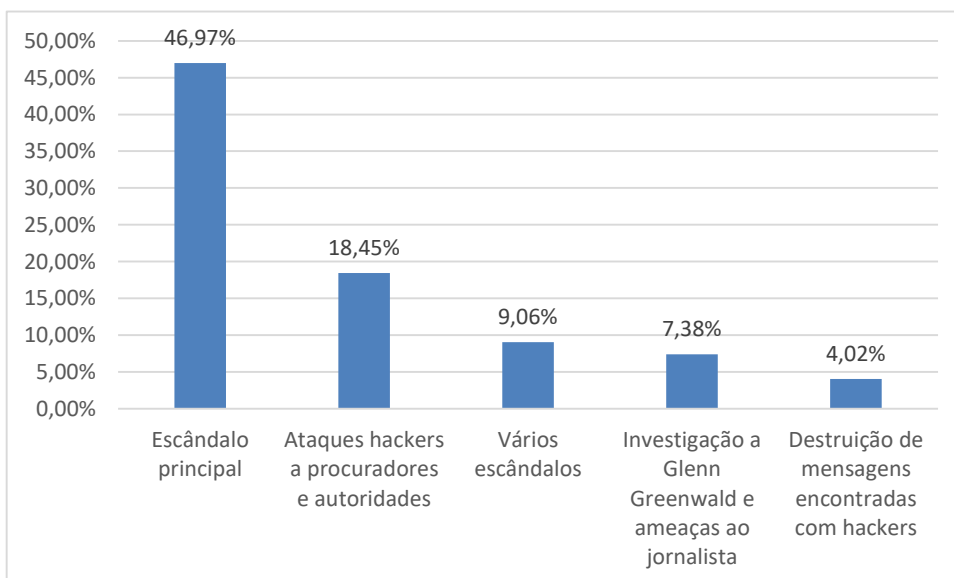
Gráfico 5. Escândalo em Foco nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*



Na *Gazeta do Povo*, as menções ao escândalo de forma genérica, destacadas na subcategoria *Escândalo Principal*, foram as mais frequentes (46,97%), seguido por *Ataques hackers a procuradores e autoridades* (18,45%); *Vários Escândalos* (9,06%), *Investigação a Glenn Greenwald* (7,38%) e *Destruição de mensagens encontradas com hackers* (4,02%) – Gráfico 6.

Ao contrário da *Folha de S. Paulo*, nem todos os escândalos divulgados a partir das mensagens vazadas foram explorados por reportagens da *Gazeta do Povo*. Apenas 20 escândalos (dos 30) foram citados pelo menos uma vez. Foram produzidas 42 peças jornalísticas que tiveram como foco esses escândalos, um total de 14,09%, percentual bem abaixo em comparação com a *Folha de S. Paulo*.

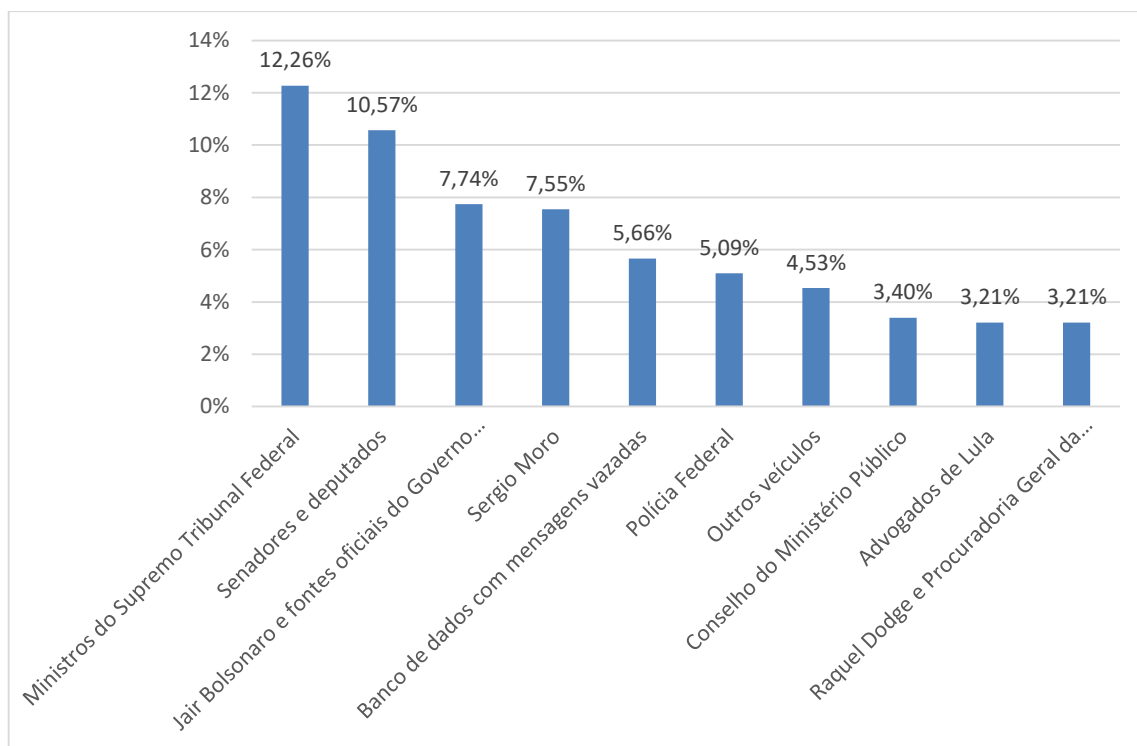
Gráfico 6. Escândalo em foco nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*



3.3.5. Fontes utilizadas

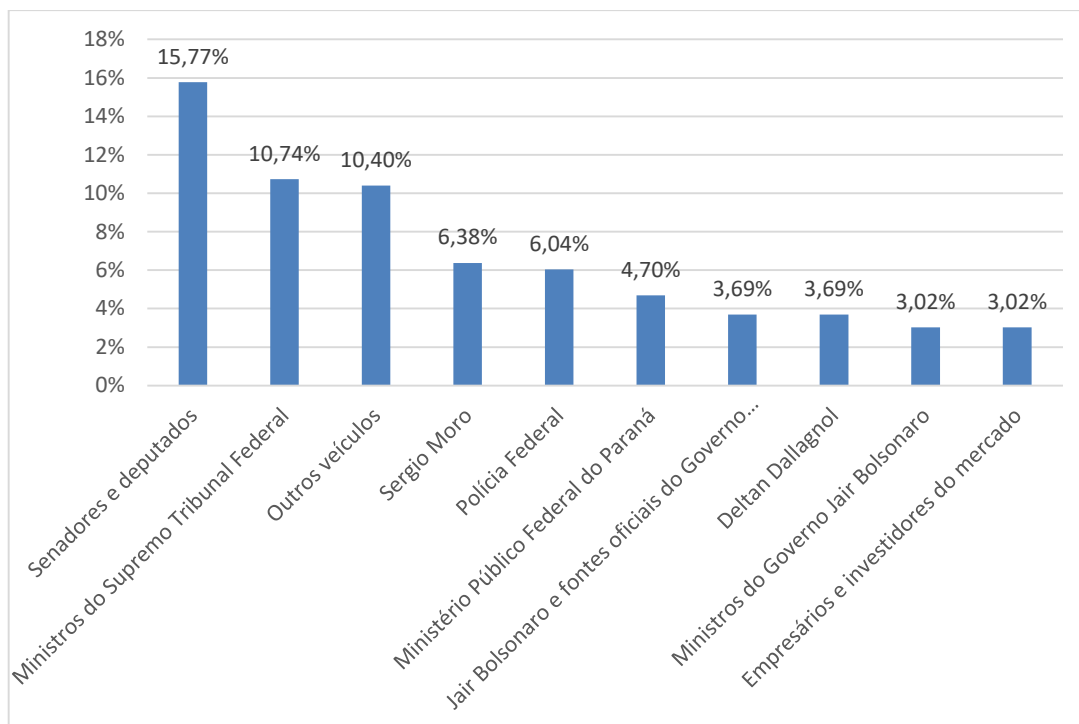
A principal fonte para a produção de matérias na *Folha de S. Paulo* foram os *Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)* (12,26%); seguido por *Senadores, deputados e ex-políticos* (10,56%), por *Jair Bolsonaro e fontes oficiais do Governo* (inclui também a fala de seu porta-voz oficial e fontes em off) (7,73%), *Sergio Moro* (7,54%) e o *banco de dados com mensagens vazadas* (5,66%) – Gráfico 7.

Gráfico 7. Fontes utilizadas pela *Folha de S. Paulo* nas peças jornalísticas



Na *Gazeta do Povo*, os *Senadores e Deputados* (15,77%) aparecem em primeiro seguidos pelos *Ministros do STF* (10,73%); *Outros Veículos* (10,40%); *Sergio Moro* (6,37%) e *Polícia Federal* (6,04%) – gráfico 8.

Gráfico 8. Fontes utilizadas pela *Gazeta do Povo* nas peças jornalísticas



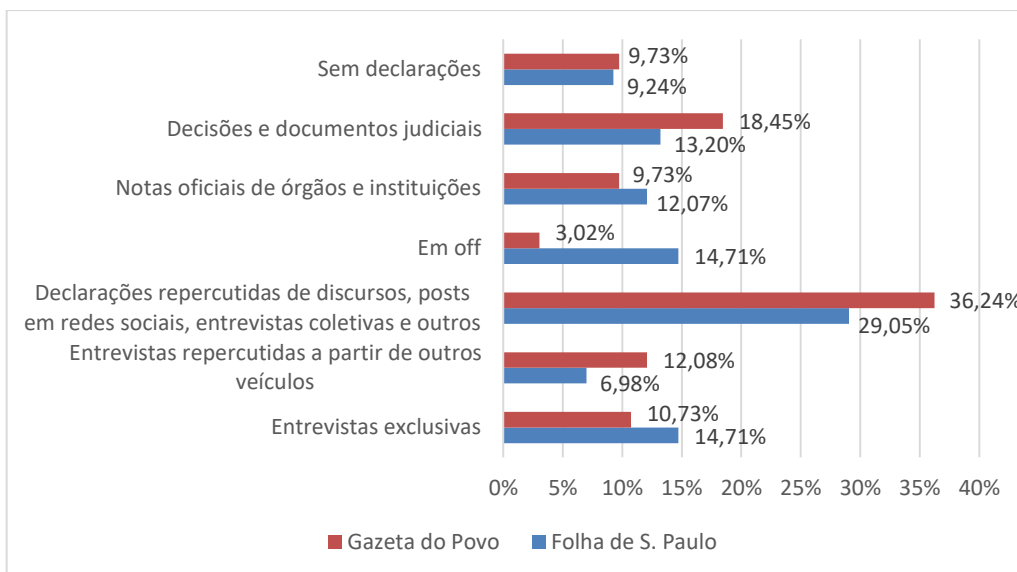
3.3.6. Declarações na 1.ª voz

Nas declarações de 1.ª voz, a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo* utilizam mais as *declarações repercutidas a partir de discursos, posts em redes sociais e entrevistas coletivas*, mas proporcionalmente esse valor é maior para a *Gazeta do Povo* (36,24% vs. *Folha de S. Paulo*: 29,05%) – Gráfico 9.

Para a *Folha de S. Paulo*, há um maior equilíbrio dividem o segundo lugar (14,71%) as *entrevistas exclusivas* e as *declarações em off*; seguidas por *Decisões e Documentos Judiciais* (13,20%) e as *Notas Oficiais de Órgãos e Instituições* (12,07%).

Na *Gazeta do Povo*, a segunda fonte mais utilizada nas declarações de 1.ª voz são as *Decisões e Documentos Judiciais* (18,45%), seguidas por *Entrevistas repercutidas a partir de outros veículos* (12,08%) e das *Entrevistas Exclusivas* (10,73%).

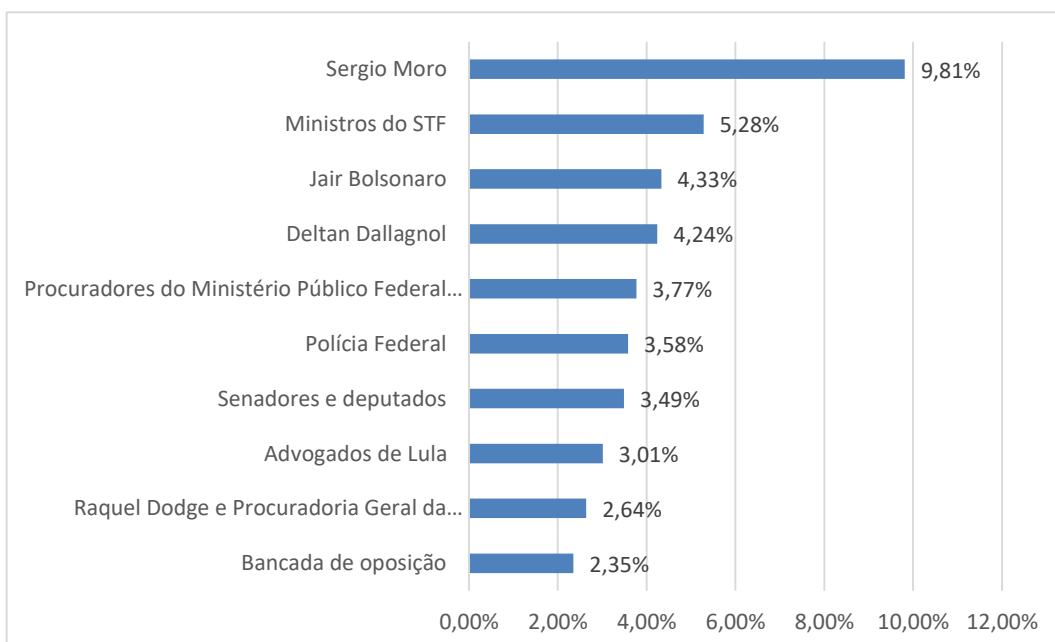
Gráfico 9. Declarações na 1.ª Voz *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*



3.3.7. Agentes ativos principais

Na *Folha de S. Paulo*, o principal agente ativo presente nas publicações é o ministro da Justiça, *Sergio Moro* (9,81%), seguido pelos *ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)* (5,28%);, *Jair Bolsonaro* (4,33%); o procurador federal e chefe da força-tarefa da Lava Jato à época, *Deltan Dallagnol* (4,24%); e *Ministério Público Federal do Paraná*, que aparece em quinto lugar (3,77%) – Gráfico 10.

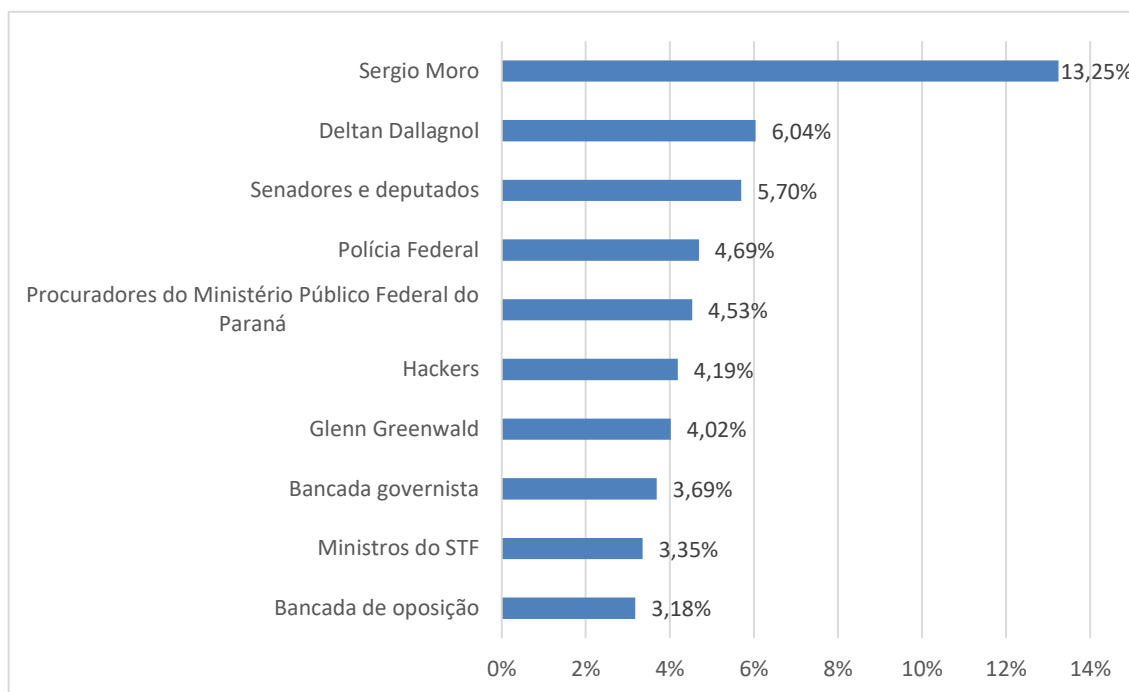
Gráfico 10. Os dez principais agentes ativos principais nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*



Na *Gazeta do Povo*, *Sergio Moro* também é o agente ativo mais presente nas matérias (13,25% - 79 publicações), seguido por *Deltan Dallagnol* (6,04%); *Senadores e Deputados*

(5,70%); *Polícia Federal* (4,69%) e *Ministério Público Federal do Paraná* em quinto (4,53%) – Gráfico 11.

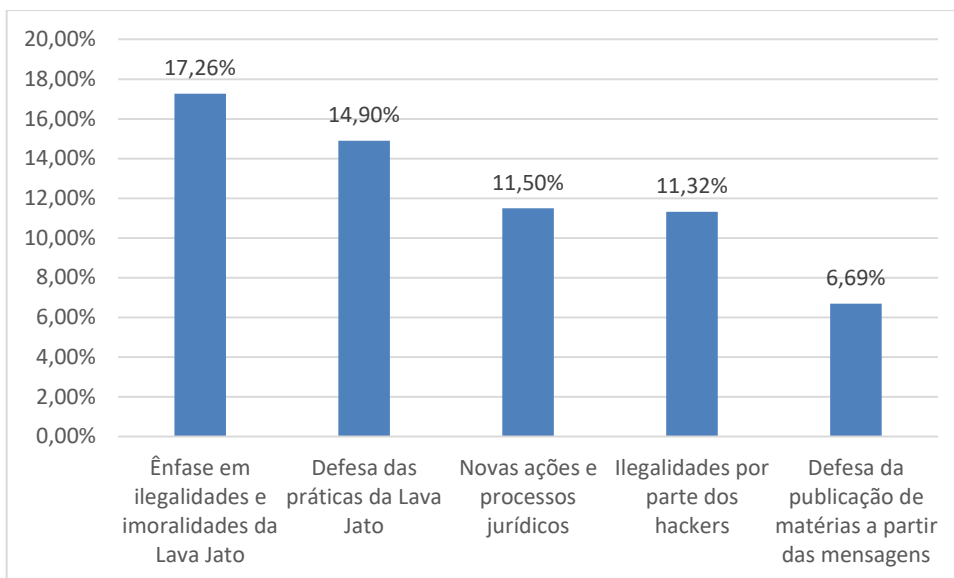
Gráfico 11. Os dez principais agentes ativos principais nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*



3.3.8. Ações tomadas

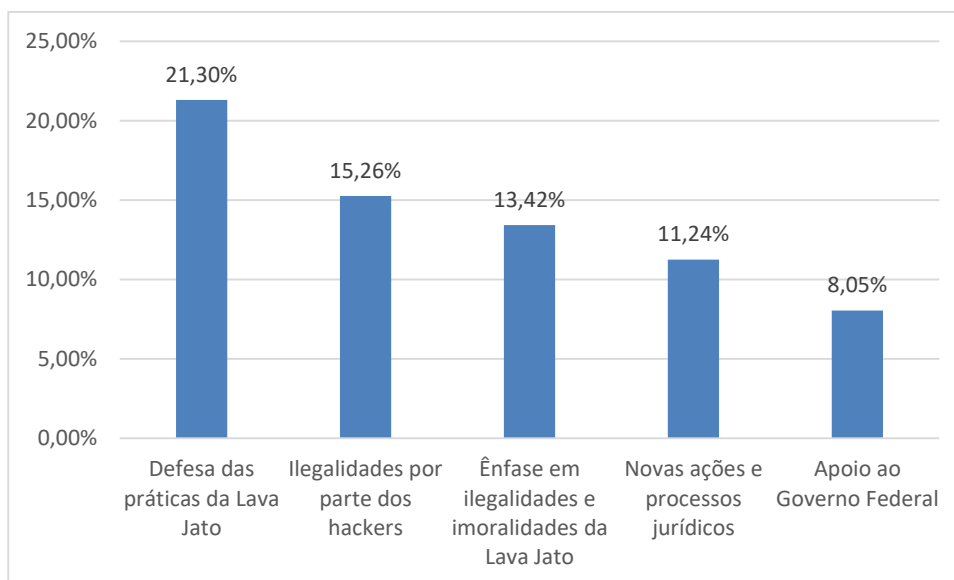
Na *Folha de S. Paulo*, a ação tomada pelos agentes ativos mais presente nas peças jornalísticas foi relativa à “*Ênfase em ilegalidades e imoralidades da Lava Jato*” (17,26%). Em segundo lugar, está a “*Defesa de práticas da Lava Jato*” (14,90%), seguido por “*Novas Ações e Processos Jurídicos*” (11,50%); “*Ilegalidades por parte dos hackers*” (11,32%) e “*Defesa da publicação de matérias a partir de mensagens*” (6,69% - 71 ocorrências). O gráfico 12 exhibe os resultados das cinco ações tomadas mais comuns nas peças da *Folha de S. Paulo*. Foram excluídas do ranking as ações classificadas como “*Sem ação definida*”.

Gráfico 12. Ações Tomadas pelos agentes ativos nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*



Na *Gazeta do Povo*, há a liderança da categoria “*Defesa das práticas da Lava Jato*” (21,30%), seguida por “*Ilegalidades por parte dos hackers*” (15,26%); “*Ênfase em ilegalidades e imoralidades da Lava Jato*” (13,42% - 80 ocorrências), “*Novas Ações e Processos Jurídicos*” (11,24% - 67 ocorrências) e “*Apoio ao Governo Federal*” (8,05% - 48 ocorrências). O gráfico 13 mostra as cinco ações mais comuns tomadas mais comuns em peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*. Foram excluídas do ranking as ações classificadas como “*Sem ação definida*”.

Gráfico 13. Ações Tomadas pelos agentes ativos nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo*



3.3.9. Principais narrativas observadas

Conjugando as diversas variáveis convocadas para reconstruir as narrativas jornalísticas, encontram-se oito principais narrativas.

Narrativa 1 – Sergio Moro e outros procuradores realizaram atitudes ilegais ou imorais para as suas funções – Folha de S. Paulo

A primeira narrativa norteia toda a cobertura da *Folha de S. Paulo* ao longo do período analisado. A partir da 1.^a reportagem o veículo divulgou os materiais do *The Intercept Brasil* e procurou realizar suas repercussões jornalísticas próprias, atingindo um pico de publicações entre 9 e 14 de junho (16,79%). Ao longo do período em estudo a *Folha de S. Paulo* também realizou mais notícias (46,60%) e reportagens (27,76%) a partir da divulgação e da repercussão dos escândalos da *Vaza Jato*.

A cada novo desdobramento, havia a preocupação do veículo em produzir textos que buscavam situar seu público a respeito da divulgação dos escândalos e contextualizar as informações (“Entenda vazamento de conversa entre Moro e Deltan e impacto para a Lava Jato”), além da exibição, ao final de cada peça, de perguntas e respostas sobre o caso (“Como as mensagens foram obtidas?”; “O que mostram as conversas obtidas pelo *The Intercept Brasil*?”). A inclusão dessas informações também fez com que a *Folha* tivesse a maioria de suas peças com mais de 10 parágrafos (58,49%). Com a divulgação dos escândalos, a maior parte das peças teve enfoque principal negativo (38,56%), além da maioria das ações tomadas serem de *Ênfase em Imoralidades e Ilegalidades da Lava Jato*.

No dia 23 de junho, o veículo anunciou a parceria com o *website The Intercept Brasil* e começou a publicar reportagens exclusivas com base no banco de dados com as mensagens vazadas. A partir daí houve um novo pico de matérias entre 24 e 26 de junho (8,14% do total). As revelações tiveram um papel importante na cobertura da *Vaza Jato* pela *Folha de S. Paulo* e podem ser percebidas pelas categorias de *Revelação de Escândalo* no quesito *Foco Temático* (10,56%) e também na *Revelação Exclusiva do Veículo em Tipo de Abordagem* (6,60%).

Mesmo com essa narrativa, Sergio Moro e os procuradores tiveram suas defesas publicadas e estiveram entre os agentes ativos mais presentes nas peças jornalísticas, o que levou a ação tomada *Defesa da Lava Jato* a ser a segunda mais frequente. A narrativa foi adotada durante todo o período de análise, mas ganhou mais força no veículo após o anúncio da parceria com o *The Intercept Brasil*.

Narrativa 2 – As mensagens divulgadas pelo *The Intercept Brasil* eram verdadeiras e não havia qualquer crime em sua divulgação – Folha de S. Paulo

Desde as primeiras publicações, a *Folha de S. Paulo* reforçou a ideia de que as

mensagens publicadas pelo *The Intercept Brasil* eram verdadeiras. O veículo jornalístico reforçou que “teve acesso ao material e não encontrou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado” (Faria, 2019) e reforçou que os repórteres dedicaram muito tempo para “analisar os diálogos, examinar o contexto das discussões nos vários grupos de mensagens e checar as informações encontradas para verificar a consistência do material” (Folha, 2019a). Além disso, também reforçou que, de início, os procuradores não negaram a autenticidade das conversas e que “quatro dias depois o discurso da força-tarefa da Lava Jato mudou e possíveis adulterações foram apontadas” (Fabrini, 2019).

Além disso, a *Folha de S. Paulo* também explicava que seus jornalistas não incorriam em crimes ao publicar as matérias advindas de meio ilegal e que o sigilo da fonte está garantido pela Constituição: A *Folha* não comete ato ilícito para obter informações, nem pede que ato ilícito seja cometido neste sentido; pode, no entanto, publicar informações que foram fruto de ato ilícito se houver interesse público no material apurado” (Folha, 2019a). Ressalta-se que a *Defesa da publicação de matérias a partir das mensagens* está entre as ações tomadas mais frequentes nas publicações do veículo (6,69%). O escândalo *Investigação a Glenn Greenwald e ameaças ao jornalista* também esteve entre os escândalos mais citados (7,38%). A narrativa ganhou força após a prisão dos hackers e após os rumores de que Glenn Greenwald poderia estar sendo investigado pela Polícia Federal.

Narrativa 3 – Hackers cometeram crimes ao invadir celulares de autoridades – *Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo*

Essa é uma narrativa comum a ambos os veículos. Mesmo com a publicação das mensagens, a *Folha de S. Paulo* reconheceu que houve o cometimento de crime por parte dos *hackers*. A presença da Polícia Federal entre as fontes mais utilizadas e os agentes ativos mais comuns em ambos os veículos se destaca nesse sentido, já que a instituição foi responsável pelas prisões dos responsáveis pela invasão aos celulares. Os *hackers* também estiveram entre os principais agentes ativos e a ação tomada *Ilegalidades por parte dos hackers* foi a segunda mais frequente na *Gazeta do Povo*, além de ser a quarta mais frequente na *Folha de S. Paulo*. O escândalo em foco *Ataques Hackers a Procuradores e Autoridades* também foi o segundo mais citado pela *Gazeta do Povo* e o terceiro pela *Folha de S. Paulo*. Ambos também atingiram picos de peças jornalísticas entre 24 e 26 de julho, data das prisões dos hackers (*Gazeta do Povo*: 11,40%; *Folha de S. Paulo*: 8,11%). A narrativa foi adotada durante todo o período de análise.

Narrativa 4 – O *hackeamento* de autoridades era mais grave que os conteúdos das mensagens em si e esse era o único crime a ser investigado – *Gazeta do Povo*

A *Gazeta do Povo* adotou essa narrativa desde o dia 9 de junho. Em sua primeira matéria, o veículo destaca os ataques *hackers* aos procuradores, apresenta as alegações de da Lava Jato e apenas cita as mensagens da *Vaza Jato*. Em outras peças jornalísticas, Moro e os procuradores são os agentes ativos e se defendem por meio de notas oficiais, pronunciamento público ou publicações nas redes sociais *online* (Declaração em 1.^a voz mais comum no veículo). Apenas ao final na matéria o escândalo relacionado às mensagens é citado. Esse é um padrão observado em ao menos dez peças jornalísticas que tiveram revelações sobre os escândalos.

Outra estratégia utilizada pelo veículo foi a de reunir em apenas uma publicação – “O que se sabe até agora sobre o vazamento de supostas conversas entre Moro e Deltan” (Gazeta do Povo, 2019a) mais informações sobre os escândalos e detalhes sobre os conteúdos publicações do *The Intercept Brasil* e de outros veículos – inclusive com menção à parceria da *Folha de S. Paulo* com o *The Intercept Brasil*.

Com isso, o veículo ofereceu mais espaço às fontes oficiais, como o Governo Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal (muito presentes entre os agentes ativos principais) e para os pronunciamentos de Sergio Moro na Câmara dos Deputados (com pico de matérias em 2 e 3 de julho) e no Senado Federal e para uma entrevista exclusiva de Deltan Dallagnol ao veículo. Detalhes sobre quem seriam as autoridades *hackeadas* também eram focos temáticos das peças jornalísticas. A cobertura sobre as investigações aos ataques e prisões dos *hackers* também foi muito explorada e se tornou um dos escândalos mais abordados pelo veículo.

Narrativa 5 – O *The Intercept Brasil* pode ter alterado mensagens e pode ter cometido crimes e por isso Glenn Greenwald precisava ser investigado – *Gazeta do Povo*

Na divulgação dos escândalos, muitos posicionamentos da Lava Jato ou de Sergio Moro, colocados em destaque, sugeriam que as mensagens poderiam ter sido adulteradas ou forjadas, já que não era possível checar a sua autenticidade. Procurava-se oferecer espaço a alegações que atrelavam os crimes cometidos pelos hackers às publicações das reportagens e procurar detalhes que pudessem mostrar falhas nas apurações jornalísticas. Na publicação “O que se sabe até agora sobre o vazamento de supostas conversas entre Moro e Deltan” (Gazeta do Povo,

2019a) – a *Gazeta do Povo* afirmou tratar das mensagens como “supostas conversas”, alegou que o *The Intercept Brasil* publicou os conteúdos sem ouvir os envolvidos e afirmou que ainda não seria possível compreender o envolvimento entre o veículo e os *hackers*. A narrativa, adotada com cautela, passou a ser intensificada a partir das prisões dos hackers e revelações sobre o envio das informações ao *The Intercept Brasil*, no final de julho.

Além da presença de *hackers* entre os agentes ativos principais, Glenn Greenwald, editor do *The Intercept Brasil*, também se tornou um dos agentes ativos mais citados, uma vez que havia alegações sobre possíveis investigações da Polícia Federal a respeito de um possível envolvimento de Greenwald com os *hackers* e até mesmo a respeito da venda do mandato de seu marido, então deputado federal (Gazeta do Povo, 2019b; Gazeta do Povo, 2019c).

Narrativa 6 – Mensagens poderiam provar a parcialidade de Sergio Moro e suas decisões poderiam ser anuladas, o que beneficiaria Lula – *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*

Durante todo o período de análise, a discussão sobre a possível parcialidade de Sergio Moro virou pauta de debates nos dois veículos. A defesa alegava que Moro foi parcial e de que suas sentenças deveriam ser anuladas, o que libertaria Lula da prisão. Havia, porém, discussões sobre a possibilidade de usar as mensagens, obtidas por métodos ilegais, como provas de um processo. Os debates e julgamentos que envolveram Lula e a Lava Jato ganharam amplo destaque, a ponto de a *Repercussão Jurídica* (44,52%) ser maior do que a *Repercussão Política* (43,39%) na *Folha de S. Paulo* e muito semelhante na *Gazeta do Povo* (51,67% vs. *Repercussão Política*: 46,30%). Na *Folha de S. Paulo*, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram a fonte mais utilizada pelo veículo (12,26%) e o segundo agente ativo principal (5,28%). Após a divulgação de escândalos que ventilavam investigações de procuradores contra ministros do STF, o veículo já repercutia uma mudança de opinião por parte dos magistrados sobre a Lava Jato, especialmente por meio de declarações em *off*, segundo tipo mais frequente de Declaração em 1.^a voz (14,71%). Julgamentos e falas públicas dos ministros também foram amplamente repercutidos.

Já na *Gazeta do Povo*, os ministros foram a segunda fonte mais utilizada (10,74%), especialmente com repercussões sobre as decisões e falas públicas. Desde os primeiros dias, já havia discussões sobre o futuro da Lava Jato, a possibilidade de Lula sair da prisão e de Sergio Moro poder destruir mensagens obtidas na operação que prendeu os hackers. A *Gazeta do Povo* também teve como a segunda principal *Declaração de 1.^a voz* (18,45%) a utilização de

Documentos Judiciais, especialmente por conta de decisões judiciais a respeito das prisões dos *hackers*. As declarações de ministros e autoridades contra a Lava Jato receberam pouco espaço enquanto as declarações e entrevistas favoráveis foram mais repercutidas.

Narrativa 7 – As publicações das matérias da *Vaza Jato* prejudicavam o trabalho dos procuradores do Ministério Público Federal no combate à corrupção – *Gazeta do Povo*

As discussões sobre as possíveis nulidades envolvendo as sentenças de Sergio Moro suscitaram reações por parte de Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato. Entre as alegações estavam as de que as peças jornalísticas buscavam ser uma campanha contra a Lava Jato para inocentar corruptos e para libertar Lula. Nessa linha, o procurador Deltan Dallagnol afirmou, em entrevista para a *Gazeta do Povo*, que haveria um movimento orquestrado por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário contra a corrupção (Gazeta do Povo, 2019d). As falas favoráveis à Lava Jato eram também ecoadas por políticos aliados e ministros de Jair Bolsonaro, além de juristas, procuradores e ex-procuradores, ex-juízes e outras autoridades do mundo político. Ainda que a *Folha de S. Paulo* também tenha dado espaço a essas opiniões em suas peças jornalísticas, percebe-se que era uma narrativa mais forte na *Gazeta do Povo*.

Narrativa 8 – Lava Jato distorceu mensagens e reportagens e procurou negar as evidências relatadas pelas peças jornalísticas – *Folha de S. Paulo*

Esse ponto de vista foi adotado especialmente pela *Folha de S. Paulo*, que buscou especialistas que concordavam com a ideia de que Sergio Moro teria sido parcial e teria realizado alegações de defesa que contrastavam a legislação. Diversos juízes e especialistas do Direito, incluindo ministros do STF foram ouvidos pelo veículo e concordaram com a possibilidade de suspeição. O discurso também foi utilizado para comentar a repercussão de peças jornalísticas publicadas com exclusividade pelo veículo após a parceria com o *The Intercept Brasil* – “Moro distorce reportagem ao justificar omissão de palestra remunerada como juiz” (Balthazar, 2019) e ainda serviu como base para expor comportamentos contraditórios entre falas e atos dos procuradores da Lava Jato. Os exemplos podem ser observados durante os dois primeiros meses de análise das peças jornalísticas.

3.4 Relação entre o discurso noticioso dos portais *Gazeta do Povo* e *Folha de S. Paulo* sobre a *Vaza Jato*, os seus editoriais e os posicionamentos de seus editores

3.4.1 Características marcantes do título, linha-fina e lead da *Folha de S. Paulo*

Desde o primeiro momento, as peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo* se dedicaram a reproduzir diálogos na íntegra publicados em reportagens da série *Vaza Jato* e os assumiu como verdadeiros e relevantes para serem repercutidos. Na grande maioria dos casos o próprio trecho das mensagens estava no título ou no lead (“In Fux we Trust” – 12 de junho; “Aha uhu o Fachin é nosso” – 9 de julho).

A partir da primeira reportagem exclusiva realizada pelo veículo em 23 de junho de 2019 (“Lava Jato articulou apoio a Moro diante de tensão com STF, mostram mensagens”), os elementos do título, linha-fina e *lead* expõem trechos dos diálogos que indicam condutas consideradas suspeitas tanto a nível de benefícios pessoais (Deltan teria buscado maneira de “arrecadar com palestras” – 14 de julho) quanto como uma tentativa de perseguir possíveis opositores da Lava Jato, o que representaria graves violações (“Deltan planejou buscar provas contra Gilmar Mendes”, “intenção era de “afastá-lo de processos e até pedir seu impeachment” – 6 de agosto). A partir dos exemplos exibidos, passa a haver um posicionamento mais direto por parte da reportagem (“procuradores e policiais se mobilizaram em diversos momentos para manter o juiz como um aliado da força-tarefa” – 23 de junho).

Também destacam as contradições dos procuradores em relação a seus comportamentos públicos e que não necessariamente constituem crimes, como as críticas a Moro por adesão a Bolsonaro (“críticas duras à agenda pessoal e política de Moro” e “o acusarem de desrespeitar os limites da magistratura para alcançar seus objetivos” – 29 de junho), favorecimentos a certos atores políticos (“se posicionou contra investigações sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB)” – 18 de junho), ou constrangimentos públicos (“procuradora debochou da morte de neto de Lula” – 27 de agosto). Dessa forma, também se construiu a imagem de que Moro interferia e atuava de maneira política em suas ações como juiz. Em todas as ocasiões, o veículo buscava atizar a curiosidade do leitor por meio do título, linha-fina e lead e desvendava informações mais completas ao longo do texto.

Os editoriais da *Folha de S. Paulo* são marcados pela tentativa de busca de um equilíbrio entre os conteúdos das reportagens e os fatos políticos e jurídicos relacionados à *Vaza Jato*. Esses textos ressaltam (26 de junho) a relação: “as raias da promiscuidade entre juiz e procurador” (11 de junho). Ainda que se ofereça um caráter negativo por conta das mensagens, nota-se a preocupação em ressaltar no início que os efeitos das revelações da *Vaza Jato* ainda eram incertos (“a manutenção do potencial do ex-juiz para voos mais altos dependerá do teor das revelações que surgirem” – 21 de junho), o que abranda o tom condenatório. Com as

revelações de novos escândalos diz-se que os “danos à credibilidade do procurador são difíceis de reparar” (10 de agosto) e que sua continuidade nas atuais funções “parece ter se tornado inviável” – 10 de agosto. Há críticas a Moro como no caso de sua fala sobre a destruição de mensagens encontradas com os hackers após operação da Polícia Federal (“a atuação de Moro foi uma intromissão injustificável” – 27 de julho) mas percebe-se a tentativa da *Folha* em apresentar opiniões de equilíbrio ao defender que a manutenção da prisão de Lula pelo Supremo Tribunal Federal era justificável (“A decisão então se deu por “ausência de prova mais contundente a seu favor (de Lula)” – 26 de junho). Ao ressaltar esse ponto de vista, a *Folha de S. Paulo* visa mostrar uma visão imparcial e afirma que embora haja “vozes a defender o equilíbrio”, a maioria delas “cerca a fileira do radicalismo à esquerda e à direita” – 26 de junho.

O diretor de redação entrevistado busca ressaltar em sua fala que a *Folha* tinha todo o controle sobre o material obtido (“A *Folha* controlaria tudo o que publicaria, tudo seria editado e apurado pela nossa equipe. Os documentos aos quais a gente tivesse acesso não seriam publicados acriticamente pela *Folha*”), inclusive sobre os prazos para publicação, ressaltando todos os cuidados necessários que cercavam a divulgação dos materiais (“A nossa equipe apurava e quando nossa equipe achava que havia algo consistente a gente publicava. Sem muita preocupação com o timing, nem com o furo, a gente só publicava quando havia segurança”).

Em relação aos editoriais, Sergio Davila, aquando da entrevista, destaca que há a dificuldade em se posicionar sobre os assuntos mais quentes no momento em que eles ocorrem (“você tem que formar opinião dos fatos enquanto eles ainda estão quentes e podem ter mil desdobramentos futuros que comprometam essa opinião. É um trabalho muito delicado”), mas que, ainda assim, apesar de adotar uma posição mais branda (“o jornal sempre adota uma posição um pouco mais cautelosa”) o veículo não deixa de se posicionar (“Não pode se furtar um opinar sobre os assuntos do momento”).

Ele ainda destaca que pode haver nas próprias peças jornalísticas a inserção de alguns raciocínios que induzem a uma determinada opinião (“muitas vezes há necessidade de você, ao contextualizar a informação, você acabar editorializando um pouco os títulos, por exemplo”) e que podem trazer palavras mais contundentes em relação ao assunto, de maneira diferente em relação aos editoriais (“Ao procurar contextualizar você pode avançar um pouco no palavreado, digamos assim. E isso acontecia independentemente dos editoriais”).

Assim, é possível verificar que a *Folha de S. Paulo* optou por expor de maneira muito clara a existência de irregularidades, o que se comprova pelos títulos, linha-fina e leads das

peças jornalísticas, em uma cobertura com tom crítico à Lava Jato, conforme apontado por Sergio Davila. O diretor de redação, Sergio Davila, ressalta que a reportagem procurou contextualizar ao máximo e procurou fazer tudo com independência, de acordo com os preceitos do jornal. Por outro lado, nos editoriais, o veículo aposta em um discurso mais neutro e com mais opiniões mais cautelosas.

3.4.2 Estilo léxico na *Folha de S. Paulo*

As peças jornalísticas publicadas até o dia 23 de junho mostram uma preocupação do veículo com a repercussão dos fatos, mas sem evidenciar um posicionamento claro (destaque para a palavra “colaborações” entre Moro e Deltan Dallagnol, “põem em xeque a equidistância da Justiça”, do juiz Marco Aurelio Mello e “pode ter havido desvio ético”, segundo alguns juristas – 10 de junho). Em relação aos ataques *hackers*, há a utilização de termos como “suspeita-se que” e “teriam acessado” ao se referir às invasões aos celulares dos procuradores.

Nas primeiras matérias do caso, há uma descrição de diálogos, mas sem que houvesse uma posição clara do veículo a respeito do assunto (“Não há determinação legal que proíba conversas entre procuradores de primeiro grau e ministros do STF” – 12 de junho). A partir do dia 23, a *Folha de S. Paulo* anuncia a parceria com o *The Intercept Brasil* e passa a publicar peças jornalísticas exclusivas a partir do banco de dados das mensagens vazadas.

Com isso, passa-se a realizar uma exposição completa das mensagens debatidas nos textos para que o leitor possa ter um contexto mais amplo sobre o assunto (“Leia trechos de mensagens trocadas pelos procuradores da Lava Jato sobre a Venezuela” – 7 de julho; “Leia mensagens dos procuradores da Lava Jato sobre o ministro Dias Toffoli” – 1 de agosto). Os detalhes sobre a série de reportagens e seus conteúdos presentes em “Para entender as conversas” (10 de junho), além da utilização de trechos de reportagens que resumiam a *Vaza Jato* se tornaram constantes em muitas peças jornalísticas.

Sergio Davila afirmou, em sua entrevista, que havia a preocupação de produzir reportagens mais contextualizadas para não utilizar apenas as mensagens como únicos elementos (“o material serviria como ponto de partida para que uma apuração fosse feita e a partir daquela apuração a gente publicasse as reportagens”). Davila ressalta que a busca pelo contexto e pelo didatismo sempre pautou as publicações da *Vaza Jato*, assim como foi percebido pela análise de discurso (“Durante a *Vaza Jato*, a gente contextualizava, ouvia especialistas, tirava dúvidas se alguma lei foi quebrada ou não. Isso é muito característico do jornal”).

A *Folha de S. Paulo* buscou ressaltar, por meio de entrevistas e consultas a legislações que essas condutas poderiam ser vistas como ilegalidades ainda que não houvesse confirmações a respeito do cometimento prático das ações (“Deltan desprezou esses limites”; “Moro e Deltan buscaram ‘contornar os limites do acordo’”). As reportagens procuravam exibir a proximidade entre Sergio Moro e os procuradores do MPF, oferecendo exemplos de condutas consideradas reprováveis expostas pelas mensagens vazadas (“Moro sugeriu ao MPF trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobrou a realização de novas operações, deu conselhos e pistas e antecipou ao menos uma decisão judicial” – 23 de junho).

Nos editoriais, há a defesa das publicações e a constatação de que Moro “não seguiu o devido processo” (11 de junho) ressaltando palavras que enfatizavam o caráter negativo das ações (“Deu dicas de estratégia processual aos procuradores sob o comando de Deltan Dallagnol, repassou-lhes o nome de um possível denunciante e cobrou-lhes pelo estio de operações policiais” – 11 de junho). Há ressalvas quanto à ação criminosa dos *hackers* (“ação criminosa que precisa ser apurada pela Polícia Federal”) e às conquistas da Lava Jato (“quebrou paradigmas da impunidade”; “merecido prestígio da Lava Jato na sociedade”), mas enfatiza-se o caráter negativo da própria Operação extraído a partir das conversas (“Quando o devido processo não é estritamente seguido, só a delinquência vence”), além de salientar que diversas dessas práticas não seriam “surpresa” – 11 de junho. Também há referências negativas em casos como a tentativa de Moro de destruir as mensagens encontradas com os hackers (“tentativa de desrespeitar a autonomia, prejudicar o trabalho policial e comprometer o esclarecimento dos fatos” - 27 de julho).

3.4.3 Estratégias de discurso na *Folha de S. Paulo*

Quadro 37 – Principais estratégias de discurso Folha de S. Paulo

	Discurso noticioso	Discurso editorial	Entrevista
Defesa da autenticidade e da legitimidade das mensagens	“Os repórteres, por exemplo, buscaram nomes de jornalistas da <i>Folha de S. Paulo</i> e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material” – 23 de junho).	“Não houve nenhum desmentido entre os participantes das conversas”; “a estratégia da defesa é diversionista e provavelmente inócua” – 10 de agosto	“Fiquei muito tranquilo porque eu sei o jornal que nós fazemos e que muito rapidamente daria provas de que a independência continuaria”; “À época falei: esperem e vejam se a independência estará comprometida ou não. Os anos mostram que não”
Defesa em relação à publicação dos conteúdos	“O site informou que obteve o material de uma fonte anônima, que procurou a reportagem há cerca de um mês. Segundo o <i>The Intercept Brasil</i> , o vazamento não está ligado ao ataque ao celular de Sergio Moro, ocorrido no último dia 4 de junho” – 10 de junho	“O evidente interesse público justifica a publicação do seu conteúdo” – 27 de julho	“Nós emprestavamos a credibilidade da <i>Folha</i> para que o material que ele (Glenn) apurou em primeira mão tivesse credibilidade e ele emprestava ao material a credibilidade dele”
Criticas às condutas de Moro e Dallagnol	“Troca de colaborações entre Moro e Deltan, envolvendo, por parte do juiz, a indicação de uma testemunha, a antecipação de ao menos uma decisão e a sugestão de uma resposta ao “showzinho” da defesa de Lula, que havia prestado depoimento a ele”; “Segundo a legislação, é papel do juiz se manter imparcial diante da acusação e da defesa” – 20 de junho	“Quem acompanha a movimentação de juizes e procuradores não se surpreendeu, infelizmente” com a revelação da proximidade entre Moro e Deltan que acontecia às raias da promiscuidade” – 11 de junho	“A relação entre juiz e o promotor daquela maneira tão explícita foi algo que talvez tenha sido o que mais chamou a atenção naquele momento. Era algo que até então você ouvia falar, você sabia, mas ninguém tinha colocado o preto no branco e isso e ali estava o preto no branco, como ela acontecia e como havia aspectos questionáveis nessa relação”

A *Folha de S. Paulo* adota, a partir do dia 23 de junho, quando iniciam as reportagens exclusivas em parceria com o *The Intercept Brasil*, um posicionamento diretamente favorável a respeito da autenticidade do material (“A reportagem não detectou indício de que ele possa ter sido adulterado” – 23 de junho),

O veículo em análise cita ainda que não havia à época “provas de que os diálogos foram obtidos pela fonte anônima do *Intercept* a partir de ataque hacker” – 10 de junho. Essas se tornam as principais estratégias do veículo para ressaltar a veracidade dos materiais apresentados. Também mostraram a incoerência de Moro e dos próprios procuradores que não “contestaram a autenticidade dos diálogos” e dias depois passaram a “colocar em dúvida a integridade e a criticar o vazamento das mensagens” (“Até agora, Moro e os procuradores não apresentaram nenhum indício de que as conversas reproduzidas sejam falsas ou tenham sido modificadas” – 10 de junho).

O veículo também enumera as revelações das reportagens e afirma que o caso possui “indícios da suspeição de Moro”. Cita-se ainda as possibilidades de que Moro e os procuradores possam ser punidos, mas afirma que “depende de como a atitude de Deltan e dos demais procuradores pode ser interpretada”.

Os editoriais também defendem a legitimidade e da autenticidade dos diálogos e o direito do *The Intercept Brasil* e de outros veículos em publicar os diálogos vazados (“evidente interesse público justifica a publicação do seu conteúdo” – 27 de julho). Ainda é destacado que a própria *Folha* “não encontrou sinais de adulteração ao examinar as mensagens” (27 de julho).

Busca-se ainda rebater os argumentos de contestação de Moro e de Dallagnol em relação às mensagens (“é frágil o argumento que tenta questionar sua fidedignidade das mensagens”; “os resultados da Lava Jato não podem servir de escudo aos participantes da operação e impedir que sejam coibidos abusos”) além de rebater o argumento, a partir da fala de Bolsonaro, de que o povo iria dizer se Moro estava correto ou não, o que colocava o debate sobre o assunto apenas na esfera política (“se a popularidade de Moro pode mantê-lo no cargo, isso não será decisivo para a delicada análise jurídica que o caso impõe” – 8 de julho).

A preocupação de ressaltar a independência do jornal é uma constante ao longo da entrevista de Davila. O diretor de redação reforça que os ideais de independência da *Folha* foram decisivos para a proposta da parceria (“Glenn se identificava com a posição de independência do jornal, com o projeto editorial de jornalismo crítico e apartidário”) e para que

o jornal mantivesse a sua credibilidade ao longo do tempo mesmo após as críticas sofridas pelo fato da parceria ter sido feita com um site de posicionamento à esquerda (“Parte do público que acompanhava a *Folha* questionou se isso seria uma guinada da *Folha* à esquerda. E eu confesso que eu não me preocupei com esse tipo de questionamento à época”).

O entrevistado garante porém que isso não foi afetado em nenhum momento e nem mesmo a busca pela independência era “uma deliberação, uma ordem”, mas apenas “seguia o jornalismo de sempre” (“A gente não queria que essa parceria colocasse em um xeque ou comprometesse a nossa busca por independência”) – Quadro 37.

Nesse sentido, o diretor explica que a *Folha* ficou “semanas publicando sozinhos os resultados da nossa apuração da *Vaza Jato*, até que os outros veículos se centrassem também na repercussão, na investigação” e atribui o fato a uma indisposição, por parte dos veículos, em desagradar fontes jornalísticas oriundas da Lava Jato (“Talvez se você tocasse nesse assunto dos vazamentos talvez essas fontes deixassem de passar informações para você. Isso aconteceu e as portas da Lava Jato foram fechadas para a gente. Foi um risco que decidimos correr”).

3.4.4 Características marcantes do título, linha-fina e lead da *Gazeta do Povo*

O discurso noticioso da *Gazeta do Povo* é pautado por colocar o ministro Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato como os agentes ativos principais e tomadores das principais ações nos títulos e leads das peças jornalísticas (“Moro nega autenticidade de conversas divulgadas por site” – 15 de junho; “Lava Jato chama de “notícia falsa” troca de procuradora no caso triplex” – 22 de junho). O veículo busca repercutir com maior evidência as notas oficiais do Ministério da Justiça e do MPF-PR para então dar destaque aos conteúdos das mensagens apenas ao longo do texto, mas sem destaque a isso no lead.

Nas primeiras peças jornalísticas, a repercussão dos conteúdos das mensagens divulgadas na série ficou concentrada em uma única peça jornalística (“O que se sabe até agora sobre o vazamento de supostas conversas entre Moro e Deltan”) que recebeu atualizações constantes até 9 de julho. A partir desse momento, com a divulgação de reportagens pela *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *BandNews FM* e *El País*, alguns dos escândalos passaram a receber espaços exclusivos em notas e notícias do veículo (“Lava Jato considerou buscar provas contra Gilmar Mendes, segundo supostas conversas” – 6 de agosto).

Nos editoriais isso se torna ainda mais evidente e a defesa dos procuradores e de Moro se torna mais clara. A estratégia de posicionamento dos editoriais da *Gazeta do Povo* é clara:

Moro e Dallagnol são vistos como heróis que vêm lutando para enfrentar a corrupção e salvar o Brasil (“enorme conjunto probatório que a força-tarefa construiu ao longo de anos de investigação laboriosa” – 11 de junho), além da defesa de suas ações mesmo em meio a contestações e processos contra Deltan (“ninguém pode ser processado, muito menos condenado, com base unicamente em evidências de origem ilegal” – 13 de agosto) e a defesas em relação ao desempenho de Moro em seu depoimento no Senado Federal (“saiu-se bem, mantendo a tranquilidade e defendendo seu trabalho durante os anos que passou à frente da Operação Lava Jato” – 19 de junho). Também há tom crítico às gestões petistas e às acusações contra Moro e Dallagnol (“daqueles que arquitetaram a pilhagem das estatais para fortalecer o projeto de poder petista”) que são vistas como uma “indignação seletiva por parte dos esquerdistas” – 12 de junho.

Ewandro Schenkel, em entrevista, afirma que os destaques dados a falas dos procuradores do MPF, de Moro e de outras autoridades governamentais “mostrava um outro lado da *Vaza Jato*, que não estava com mais destaque em outros veículos e, por isso, viria na *Gazeta do Povo* para conseguir ter acesso a essa informação”. Ele defende que as falas dessas autoridades são naturalmente notícia e seriam repercutidas pelo veículo (“Eles são agentes públicos e você pode comprovar o que eles falaram. Então é natural que a gente se sinta mais tranquilo em publicar as repercussões”). Por conta disso, admite ainda que a cobertura teve limitações (“A gente fica amarrado. Como você vai fazer um material profundo sobre algo que você não tem?”) e que por isso o assunto não se tornou prioridade na redação, uma vez que havia discussões sobre “temas mais relevantes como a Reforma da Previdência”. A fala segue o raciocínio de editorial de 12 de junho que colocava a Reforma da Previdência como uma prioridade para o momento.

O entrevistado enfatiza ainda que, como a *Gazeta do Povo* utiliza o sistema de Paywall, para oferecimento de matérias a assinantes, não houve priorização ao tema (“Se a gente não tem como dar um olhar diferenciado, dar com qualidade e outros veículos como o *UOL* e o *The Intercept* já oferecem o material gratuitamente, não tem por que eu ser redundante”).

3.4.5 Estilo léxico na *Gazeta do Povo*

Nas peças jornalísticas da *Gazeta do Povo* é uma constante o uso do termo “supostos” para mensagens e diálogos, além do uso do tempo futuro do pretérito composto (“teria escrito”; “teria afirmado”; “teria informado” – 10 de junho), que o jornal justifica utilizar porque o “*Intercept Brasil* não expôs a informação primária como cópias das telas e áudios” (“Toda a

informação publicada até o momento é fruto de edição ou interpretação do conjunto de dados ao qual o site alega ter obtido” – 10 de junho). A falta da “fonte primária” é utilizada ao longo dos textos jornalísticos e editoriais como argumento nesse sentido.

O jornalista Ewandro Schenkel ressalta que há dúvidas até hoje porque “ninguém confirmou a autenticidade das mensagens” (“a lógica era que eu não vou publicar porque você também pode estar manipulando alguma coisa. Se eu não tiver o material bruto ou uma checagem não dava”). Repete-se assim o argumento da “fonte primária” para alegar que não era possível saber se as mensagens foram adulteradas (“Se o hacker tem a capacidade de pegar essa documentação ele pode ter tido a capacidade de ter colocado um ponto num lugar errado que muda a interpretação. Como alguém pode afirmar que o hacker não fez isso?”).

Nas peças jornalísticas há o destaque principal para os ataques *hackers* que procuradores e políticos sofreram, ressaltando-se a “ação criminosa”, “grave e ilícita afronta ao Estado” (10 de junho), o “sensacionalismo e violação criminosa de privacidade” (18 de julho) e tenta-se minar a credibilidade do *The Intercept Brasil*. Destaca-se a “linha editorial de esquerda” do *The Intercept Brasil* e a conexão de Glenn Greenwald, editor-chefe do *website* com um político de esquerda (“casado há 14 anos com o ativista LGBT e deputado federal David Miranda (PSol-RJ) – 10 de junho”). Nesse sentido, também procura-se atrelar ao PT e outros partidos de esquerda parte das ações na Justiça contra Moro e Dallagnol e possíveis interferências no processo legal (“pedidos de providências feitos na Justiça Eleitoral em relação à fraudes e interferências ilegais no processo eleitoral. O resultado das ações pode levar à cassação da chapa de Bolsonaro” – 27 de julho).

Também o entrevistado Schenkel critica os textos produzidos pelo *The Intercept Brasil* (“está muito confuso, muito editorializado, misturam opinião com informação, fazem um recorte, mudam as coisas de ordem”) e também o posicionamento adotado pelos repórteres (“os próprios repórteres do *Intercept* pediam a prisão dos agentes da Lava jato”), pelo *website* em relação a outros casos, inclusive citando erros e espaços para interpretações (“estupro culposo”; “caso Winner”) e em relação à uma reportagem feita sobre a própria *Gazeta do Povo* (“eles fizeram uma matéria sobre a *Gazeta* em 2018 que era cheia de erros”).

Os editoriais oferecem críticas à própria veiculação das mensagens e à repercussão em torno do tema (“não ofereceu até agora qualquer evidência de que as conversas são verdadeiras” – 29 de junho), além das ressalvas ao crime de hackeamento das autoridades (“não há a menor dúvida de que houve crime da parte de quem invadiu os celulares das autoridades, do eventual

mandante da invasão e de quem as distribuiu para o site *The Intercept*” – 11 de junho), ainda que se busque isentar o *The Intercept Brasil* da prática de crimes (“eles estão exercendo seu direito à liberdade de imprensa” – 11 de junho).

Em dois desses textos são feitas fortes críticas à abertura de um processo disciplinar contra Deltan Dallagnol no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), incluindo adjetivos e expressões muito críticas (“farsa jurídica”; “desperdiçar tempo, energia e recursos do CNMP” e “atropelo claro da Constituição” – 1 de julho) e elogios ao órgão quando esse processo foi arquivado (“fim de uma perseguição”; “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”; Dallagnol jamais poderia ser punido pelo CNMP com base nas publicações do *Intercept*).

3.4.6 Estratégias de discurso na *Gazeta do Povo*

Quadro 38 – Principais estratégias de discurso *Gazeta do Povo*

	Discurso noticioso	Discurso editorial	Entrevista
Consequências dos ataques cometidos pelos <i>hackers</i>	“Graves ataques à atividade do Ministério Público”; “grave e ilícita afronta ao Estado”; “uma ação hostil, complexa e ordenada, típica de organização criminosa” – 9 de junho; “vazamento de documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-tarefa e de suas famílias” – 9 de junho	“Não há a menor dúvida de que houve crime da parte de quem invadiu os celulares das autoridades, do eventual mandante da invasão e de quem as distribuiu para o site The Intercept” – 11 de junho; “Com a divulgação das mensagens obtidas ilegalmente, a esquerda inicia uma nova tentativa de impor a fábula segundo a qual a Lava Jato não passaria de uma conspiração para derrubar o PT e colocar Lula na cadeia” – 11 de junho	“Eles demoraram muito para explicar a origem daqueles arquivos. Se o hacker tem a capacidade de ter pegado toda essa documentação ele pode ter tido a capacidade de ter dado um ctrl + F, escolhido alguma coisa e ter colocado um ponto num lugar errado que muda a interpretação. Como alguém pode afirmar que o hacker não fez isso? Você não tinha como?”
Críticas às revelações dos escândalos	“Utilização e edição fora de contexto para embasar acusações e distorções que não correspondem à realidade” – 6 de agosto; “há fortes indícios de edição de nomes e datas nas reportagens” – 29 de junho; “A partir disso pode-se ‘deturpar fatos’, ‘falsificar informações’ e ‘disseminar fake news’” – 10 de junho	“Acusações contra Moro são apontadas como ‘absurda’, ‘infundadas’ e ‘não consistentes’” – 11 de junho; “Ainda não surgiu nem mesmo a comprovação de que as mensagens trocadas foram efetivamente enviadas por Moro e Dallagnol. E, ainda que surja essa prova, será preciso ter acesso à íntegra das conversas” – 11 de junho	“A gente usou a expressão de ‘circo midiático’. Como você pode estar construindo algo tão grande, com bases tão pouco sólidas? Além de você ter o trabalho do Intercept, você tinha uma vontade muito grande de que aquilo fosse verdade, e tornava aquilo muito grande. Quando você vai examinar fundo qual é o conteúdo, qual é a acusação?”
Defesas às condutas de Moro e Dallagnol	“Ressalta a solidez do trabalho”; “baseado em fundamentação robusta e detalhada” – 30 de junho; procuradores que “pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade” – 30 de junho	“O enorme conjunto probatório que a força-tarefa construiu ao longo de anos de investigação laboriosa” – 12 de junho	“A Gazeta do Povo é um jornal que faz uma defesa dos benefícios da depuração que a Lava Jato fez no Brasil. A Operação tem uma contribuição para a sociedade muito grande”

As estratégias de discurso do veículo passam por reforçar os crimes cometidos pelos hackers e pelo reforço dos graves riscos que os ataques incutiriam ao combate à corrupção e à própria sociedade brasileira. Ao longo das peças jornalísticas há detalhes sobre os danos que podem ter sido causados aos procuradores (“documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-

tarifa e de suas famílias” – 9 de junho) e as graves consequências disso para o combate à corrupção (“tem o objetivo de obstar a continuidade da Operação” – 9 de junho), além da sugestão de que a ação teria sido cometida por pessoas condenadas pela Lava Jato (“atende interesses inconfessáveis de criminosos atingidos pela Lava Jato” – 9 de junho).

Ao repercutir diversos trechos das notas oficiais busca-se reforçar o discurso oficial e a gravidade das ações cometidas. Busca-se reforçar, como estratégia de legitimação, que os envolvidos “negam a autenticidade”, “questionam a veracidade” (10 de junho) e sugere-se que pode ter havido “indícios de edição” (29 de junho), “notícia falsa” (22 de junho) e que os diálogos podem ter sido “forjados” (12 de junho). Por meio de notas oficiais que se destacam nas matérias Moro e os procuradores negam ter realizado ações presentes nas matérias como a investigação a ministros do STF (“nunca solicitou à Receita Federal a investigação de ministros”; “jamais recebeu qualquer informação sobre suposto envolvimento de Gilmar Mendes” - 1 de agosto). Há ainda o reforço a hipérboles em notas oficiais do MPF (“informações sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-tarefa e de suas famílias” – 9 de junho) e de eufemismos por parte dos procuradores em relação às suas próprias ações (“Confio no ministro do Supremo!. Qual é o problema em falar nisso? Problema nenhum” – 7 de julho).

Nos editoriais, as críticas àqueles que são opositores às práticas da Lava Jato se tornam ainda mais contundentes. A esquerda é atrelada fortemente aos escândalos de corrupção e criticada por ser um ente preocupado em enfrentar a Lava Jato, uma vez que estaria sendo prejudicada pela Operação, além de ser acusada de estar sendo beneficiada pelas reportagens da *Vaza Jato* (“uma nova tentativa de impor a fábula segundo a qual a Lava Jato não passaria de uma conspiração para derrubar o PT e, especialmente, colocar Lula na cadeia” – 11 de junho).

Ainda nos editoriais, há fortes críticas ao debate, por parte de deputados e senadores, sobre os conteúdos das reportagens da *Vaza Jato* e há preocupação em estabelecer que há outras prioridades ao país (“Seria ridículo imaginar que todo o Poder Legislativo só pudesse se concentrar em um tema por vez, elegendo como centro das atenções justamente o que tem menos relevância, em vez das reais urgências” – 12 de junho). Também buscava-se a contraposição às matérias questionando a autenticidade das mensagens publicadas.

Em consonância com as estratégias de discurso das peças jornalísticas e dos editoriais, Ewandro Schenkel destaca que havia, por parte do veículo, uma defesa da Operação (“a *Gazeta*

do Povo, editorialmente, faz sim uma defesa da Lava Jato”) e que isso era de fato repercutido pelos editoriais, com críticas às repercussões e aos conteúdos veiculados nas reportagens da *Vaza Jato* (“A aderência a qualquer coisa contra a Lava Jato era muito forte, mas as bases daquilo mostravam que não. Essa era a visão mais crítica ainda que o editorial tinha ao falar disso”).

Por fim, também destaca que o posicionamento adotado pela *Gazeta do Povo* não era favorável a um ou outro governo, apesar da posição favorável à atuação da Lava Jato no combate à corrupção (“A gente tem uma linha editorial que vem antes do governo Bolsonaro. Se grande parte da pauta dele era compatível com a pauta da *Gazeta do Povo* o problema é do governo. Não existia de nenhuma maneira uma defesa de governo”).

Abaixo apresenta-se uma comparação da relação entre as entrevistas dos diretores de redação dos dois veículos em análise (Quadro 39).

Quadro 39. Comparativo entre os discursos dos diretores de redação da Folha de S. Paulo e da *Gazeta do Povo*

Posicionamentos	Gazeta do Povo	Folha de S. Paulo
Procura para a publicação de mensagens e relação com o The Intercept Brasil	A <i>Gazeta do Povo</i> foi procurada para repercutir as informações a partir do banco de dados de mensagens vazadas (“A gente pediu para que esse pacote fosse enviado na íntegra, isso seria enviado para uma análise e, a partir disso, a gente voltaria a conversar. E aí a fonte não voltou a falar com a gente. A gente não teria acesso às fontes primárias. E como eu faço para checar se é verdadeiro?” - Ewandro Schenkel). É realizada uma crítica à cobertura do <i>The Intercept Brasil</i> (“Eram várias afirmações com base apenas na sua credibilidade. O <i>The Intercept</i> ainda era um veículo muito novo e com um histórico de erros muito grandes. É diferente da Folha de S. Paulo em que a gente sabe da história” - Ewandro Schenkel).	A Folha de S. Paulo foi procurada pelo próprio Glenn Greenwald para propor uma parceria (“Fomos a primeira mídia procurada. Depois foram atrás da <i>Veja</i> e do <i>Reinaldo Azevedo</i> . Eles estavam atrás dessa credibilidade que eles mesmos não tinham” - Sergio Davila). Glenn Greenwald é elogiado e também empresta credibilidade ao material (“Nós emprestavamos a credibilidade da <i>Folha</i> para que o material que ele apurou em primeira mão tivesse credibilidade e ele emprestava ao material a credibilidade dele, afinal ele é um jornalista de renome, que tinha dado um furo mundial. Então foi um parceria de negócios sem envolver nenhum dinheiro” - Sergio Davila). Destaque para o acesso às “fontes primárias”, ou seja, a todas as materiais originais obtidas pelos hackers (“Não foi nada em segunda mão, foi tudo em primeira mão” - Sergio Davila).
Prioridade na cobertura do tema	Escolha por uma cobertura sobre as repercussões envolvidas em relação ao caso (“Do ponto de vista jornalístico a gente fez uma cobertura sobre os impactos, não fez uma cobertura sobre os vazamentos” - Ewandro Schenkel).	Priorização da cobertura da Vaza Jato no veículo, ao contrário do que acontecia na <i>Gazeta do Povo</i> (“Na cobertura política era um conteúdo prioritário, era a nossa principal pauta naquele momento. Tanto que a gente destacou esse time de quatro repórteres, o que não é comum” - Sergio Davila).
Posicionamento em relação à Lava Jato	O veículo se refere à Lava Jato de forma elogiosa: (“A Operação Lava Jato tem uma contribuição para a sociedade muito grande” - Ewandro Schenkel). Ele cita ainda que “as consequências talvez tenham sido alcançadas” em relação à devolução do dinheiro recuperado pela Lava Jato e em relação à possibilidade de prisão dos agentes da Lava Jato.	A Folha de S. Paulo adota uma postura crítica em relação à cobertura da Lava Jato e seus impactos políticos (“Os repórteres acabavam comendo muito pelas mãos das fontes que estavam interessadas em divulgar informações que eram selecionadas. Não havia o contexto, eram pensados detalhes que as fontes queriam ver chegar ao público” - Sergio Davila). Segundo ele, o noticiário pró Lava Jato “pautou e determinou a política brasileira a ponto de ajudar a definir uma eleição presidencial” - Sergio Davila

Análise sobre impactos da Vaza Jato	Reconhecimento dos impactos políticos da série, mas com críticas em relação à maneira como foram realizadas: (“A série foi usada em todos os processos, na anulação das condenações da Lava Jato, foi usada para criar uma outra versão da Lava Jato. O objetivo em si talvez seja alcançado. Os próprios repórteres do Intercept pediam a prisão dos agentes da Lava Jato, e talvez isso aconteça. O impacto me parece inegável, porém em relação à cobertura em sacho que haverá espaço para muitas críticas no futuro” – Ewandro Schenkel)	A Vaza Jato serviu para “equilibrar” a cobertura realizada pela Lava Jato e “colocar as coisas em perspectiva”: (“Nós decidimos priorizar essa nova apuração até para contrapor aquela apuração anterior e completar aquela apuração que era muito dependente de uma fonte só, que era a fonte da condução do processo. A Vaza Jato colocou em perspectiva todos aqueles elementos que que tinham levado à condenação do presidente Lula” – Sergio Davila)
Posicionamento entre setor editorial e jornalístico	Conexão entre os setores editorial e a redação: (“O jornal não pode ter uma opinião e sua redação fazer outra coisa. Porque senão não é opinião do jornal, certo? O jornal é um corpo, é uma revista, é um conglomerado daquilo que ele entrega para o leitor” – Evandro Schenkel)	Ao contrário da Gazeta do Povo, os setores editorial e a redação são independentes: (“O editorial tem um comando e serve a uma lógica e a redação e serve a outra lógica. Há uma separação de fato” – Sergio Davila)

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados do primeiro objetivo específico mostram que há similaridades entre os valores-notícia utilizados tanto por parte da *Folha de S. Paulo* quanto pela *Gazeta do Povo*. Valores-notícia como *Conflito*, *Envolvimento de Pessoas de Poder* e *Transgressão Moral* estão de acordo com o que McNair (2019) apresentou como fatores preponderantes para que um escândalo seja noticiável, além da definição de Verri (2018) sobre os escândalos políticos brasileiros. Por outro lado, a “capacidade de um escândalo em se propagar no tempo” (Cunha, 2017) também está presente com a subcategoria *Prolongamento do Escândalo*. Já o *Alinhamento com a Linha Editorial* segue a ideia de Harcup e O’Neil (2016) de que as orientações editoriais também influenciam na escolha noticiosa.

Quando se refere, porém, aos valores-notícias principais presentes nas peças jornalísticas dos dois veículos há divergências importantes. A *Folha de S. Paulo* prioriza a *Transgressão Moral* (peças que se focam na violação de regras e transgressão de valores da sociedade) e a *Gazeta do Povo* priorizar o *Prolongamento do Escândalo* (focado nas repercussões dos escândalos), o que vai ao encontro da afirmação de que a ideologia e posicionamento dos veículos e a relação com atores políticos e contextos sociais podem influenciar a utilização desses valores-notícia (Brighton & Foy, 2007).

Em relação ao segundo objetivo específico, que diz respeito ao *framing*, é possível perceber que as diferenças se tornam ainda mais significativas entre ambos os veículos. A partir

das adaptações às tabelas de Keplinger *et al.* (2012), Maier *et al.* (2019) e Shah (2002), verifica-se que os enquadramentos de ataque, ou seja, mais suscetíveis a repercutir os escândalos e a atacar os agentes presentes neles, são mais frequentes nas peças jornalísticas da *Folha de S. Paulo*, enquanto os enquadramentos de defesa, que se destinam à defesa dos agentes envolvidos, estão mais presentes na *Gazeta do Povo*. Dessa forma, confirma-se o raciocínio de Maier *et al.* (2019) e Keplinger (2012) de que o escândalo não é algo pré-fabricado, mas acaba sendo moldado pelos veículos. A partir disso, os jornalistas “ampliam certas perspectivas enquanto reprimem outras” na cobertura de escândalos políticos (Shah *et al.*, 2002). Thompson (2000) e Waisbord (2004) definem que a mídia escolhe que tipos de escândalos e como serão repercutidos, de tal forma que um fato político poderá ser um escândalo em um veículo e não no outro.

A conclusão de Maier *et al.* (2012) de que “frames de ataque são geralmente explícitos enquanto frames de defesa são predominantemente implícitos” (p. 112) se relaciona diretamente com as narrativas construídas por ambos os veículos. As narrativas de ataque, presentes de maneira mais frequente na *Folha de S. Paulo*, começam cautelosas por conta das incertezas envolvendo a origem e a autenticidade das mensagens e evoluem à medida que novas evidências são captadas e divulgadas, em um esforço para reforçar a tese do veículo, de forma a ir ao encontro do raciocínio de Entman (2012) que reforçava que “um enquadramento de escândalo precisa ser aplicado repetida e proeminentemente” (p. 28), de maneira a também vilanizar certos agentes ativos. Prior e Araujo (2015) relatam que a mídia tem a capacidade de definir “novos contornos e significações”, a fim de aumentar a complexidade da trama e “atribuir novidade a uma intriga mediática que rapidamente se propaga na esfera pública” (p. 170).

Para além dos *framings*, é possível verificar que o tipo de cobertura, os direcionamentos e a priorização do assunto também são distintos entre os veículos, com um esforço grande por parte da *Folha de S. Paulo* em buscar novas informações, conforme o que Entman (2012) aponta como fator para expandir o alcance dos escândalos, enquanto a *Gazeta do Povo* concedia menor importância aos conteúdos das mensagens e reforçava os argumentos apontados pelos procuradores e pelo ex-juiz Sergio Moro. Percebe-se a construção dessas narrativas nos principais aspectos analisados no terceiro objetivo específico e, em especial, nas categorias de escândalos em foco, agentes ativos principais e ações tomadas. Segundo Prior (2018), o acompanhamento das publicações jornalísticas ao longo do tempo é um fator essencial para se perceber a construção das narrativas ligadas a cada veículo.

Ao se estudar as narrativas, tanto em relação à *Folha de S. Paulo* quanto em relação à *Gazeta do Povo*, é possível perceber, de maneira conjunta, como as peças jornalísticas contam

uma história e como as publicações agem como “produtores de significados sociais” (Paschen & Ison, 2014, p. 1086) que vão além do texto e também incluem elementos como o tom e a ênfase.

A *Folha de S. Paulo* buscou repercutir os escândalos desde o início e reforçou seu interesse na cobertura ao anunciar a parceria com o *The Intercept Brasil* para a publicação de novos materiais. Com isso, também passou a criar uma “sequência episódico-temporal dos acontecimentos, integrar as unidades temáticas e encontrar as microproposições dispersas recompondo um acontecimento unitário” (Prior, 2018, p. 9). Essa sequência de acontecimentos é reforçada pela presença de trechos de reportagens que visam situar e contextualizar os escândalos, além de matérias especiais com as reportagens anteriores compiladas e a exibição das mensagens na íntegra. O didatismo apontado por Davila em sua entrevista (Apêndice 8) e a inserção de informações que buscavam contextualizar as matérias vão ao encontro das estratégias de argumentação (Nettel & Roque, 2011) e de granularidade (Van Dijk, 2014).

É possível perceber na *Folha de S. Paulo* a predominância de narrativas críticas a Sergio Moro, Deltan Dallagnol e outros agentes da Lava Jato e narrativas favoráveis ao *The Intercept Brasil*. A estratégia de posicionamento (Carvalho, 2008) de seu discurso reforçava a gravidade das ações de Sergio Moro e Deltan Dallagnol e alertava para o que poderia estar por vir como consequências dos diálogos e como reforço da narrativa (Prior, 2015).

A partir disso, também a *Folha de S. Paulo* busca confirmar a legitimidade da história, com defesas à autenticidade do material, veracidade das mensagens e direito do *website The Intercept Brasil* e da própria *Folha de S. Paulo* em divulgá-las, conforme defendido em peças jornalísticas, editoriais e na entrevista de Davila. Com base nisso que estão baseadas as principais estratégias de legitimação (Carvalho, 2008) do discurso da *Folha de S. Paulo*. Essas estratégias de discurso são formas de uma “manipulação discursiva da realidade por atores sociais, incluindo jornalistas, com o objetivo de atingir um certo efeito ou objetivo” (Carvalho, 2008, p. 169). Cabe lembrar que a manipulação não tem o sentido de modificar a realidade, mas sim de promover uma intervenção discursiva, segundo a autora. Carvalho (2008) ainda cita que fazem parte dessa intervenção os elementos de *framing* e composição de elementos com o objetivo de produzir certo significado, em consonância com a teoria do *agenda-setting* (Rudiman et al., 2020).

É possível apontar que a *Folha de S. Paulo*, ao adotar uma posição crítica à Lava Jato, busca reforçar seus ideais de independência econômica e editorial (Mancini, 2018) e a autenticidade das publicações e legitimidade das reportagens, a partir dos ideais de interesse público apontado pelas peças do *The Intercept Brasil* (Dalmonte e Queiroz, 2020). Assim, a

Folha de S. Paulo realiza uma cobertura diferente dos padrões anteriores, com a defesa da Lava Jato e de repercussão ampla das informações veiculadas pela Operação (Cioccarri, 2015; Silva Cruz, 2023; Fontana, 2020), realizadas de maneira a favorecer os posicionamentos oferecidos pelas próprias fontes. (Apêndice 9).

A capacidade de selecionar e compor elementos que estão presentes nas peças jornalísticas é clara na *Gazeta do Povo* que não priorizou a cobertura da série *Vaza Jato* em seu noticiário (Apêndice 5). As narrativas adotadas pelo veículo priorizaram espaços para frames de defesa dos procuradores da Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro. Esse posicionamento se conecta à defesa editorial da Operação Lava Jato (Apêndice 5). Com isso, o veículo buscava reforçar as argumentações, como também as reações emocionais, comportamentais do público, a fim de ainda reforçar as inocências dos agentes ativos em questão (Keplinger et al., 2012).

Com isso, a *Gazeta do Povo* reforça a existência de um herói e de uma idolatria a Sergio Moro, por meio de um enredo que aposta em perseguições à Lava Jato e ao combate à corrupção, conforme apontam as análises de Medeiros e Silveira (2017), Bello et al. (2021) e Prior (2018). O veículo conduz as estratégias discursivas de forma a oferecer gravidade aos atos de corrupção do PT e da esquerda (Van Dijk, 2017) e a vincular os materiais jornalísticos a essa disputa política. Busca-se, como estratégias de posicionamento e de legitimação (Carvalho, 2008) a lembrança de que as mensagens são oriundas de meios ilícitos (ataques hackers) e que podem não ser verdadeiras e, como estratégia de argumentação (Nettel e Roque, 2011), o fato de que os questionamentos à Lava Jato podem apresentar prejuízos para o combate à corrupção.

O veículo manteve sua posição favorável à Lava Jato e apostou em uma cobertura com o foco nas repercussões do escândalo, ainda que fossem grandes as pressões para que os escândalos fossem repercutidos de maneira direta (Apêndice 5). Com isso, reforça seu posicionamento ao defender a Operação Lava Jato e seus principais atores políticos e atacar os opositores e o próprio *The Intercept Brasil*. A posição da *Gazeta do Povo*, presente nos editoriais, reforça o raciocínio apontado por Puglisi e Snyder (2011) de que os veículos adotam vieses mais favoráveis de acordo com suas preferências políticas e isso também direciona suas coberturas, com mais ou menos matérias desfavoráveis a um dos lados. Dessa forma, também buscou-se oferecer uma cobertura sobre o escândalo compatível com as crenças e pensamentos políticos do público consumidor (Von Sikorski et al., 2020), inclusive almejando se tornar uma referência na defesa da Lava Jato (Apêndice 5). Pois, ao “moldar a interpretação de um escândalo, a mídia pode influenciar o discurso público e o conhecimento, atitudes e comportamento do público” (Maier et al., 2012).

Se no período do estudo em questão a parcialidade de Moro ainda era uma incerteza, ao

se analisar o cenário atual, em 2023, ambos os diretores de redação ressaltaram o quanto a série Vaza Jato foi decisiva para os desdobramentos políticos futuros que culminaram com a eleição de Lula em 2022 para a Presidência (Apêndices 5 e 9). Reforça-se assim o argumento de Entman (2012) de que os escândalos políticos, a depender de como são veiculados, podem “co-decidir sobre as carreiras de políticos acusados, o sucesso eleitoral de partidos políticos e as direções futuras do processo político” (p. 37)

Ambos os veículos buscam, seja por meio da utilização de termos negativos, estilo léxico e de estratégias de discurso, reiterar suas posições acerca do escândalo, que vão evoluindo e se definindo ao longo dos três meses, e “atribuir significados ao comportamento dos atores, das instituições ou até mesmo sobre o ato presente no acontecimento noticiado”, o que reforça sua “capacidade de legitimar determinadas representações da realidade social” (Verri, 2018). Conforme o mesmo autor, os veículos são agentes de “(re)significação dos sentidos dos acontecimentos” (p. 102).

A *Folha de S. Paulo*, ao repercutir as reportagens que atingiam negativamente a Lava Jato, operação anteriormente defendida pelo veículo, deu amplitude ao escândalo em meio a um cenário político que vinha sendo dominado politicamente por Jair Bolsonaro e com uma oposição enfraquecida após as eleições de 2018, mas que se mostrava conturbado com questionamentos à Lava Jato e ao Governo Federal. Esses são alguns dos fatores que Marcos-Marne *et al.* (2022) e Nyhan (2014) apontam como favoráveis para a eclosão dos escândalos políticos.

A *Folha de S. Paulo* realizou uma parceria com um veículo que estava fora da mídia tradicional, como o *The Intercept Brasil*, que passou a pautar uma agenda importante no noticiário brasileiro (Meraz, 2019; Williams & Carpini, 2004), mas que ainda vinha tendo sua credibilidade questionada (Apêndice 9).

As produções de reportagens especiais por parte da *Folha de S. Paulo* a partir das mensagens fornecidas pelo *The Intercept Brasil* se deram após um longo processo de “negociação da noticiabilidade” (Cook, 2012, p. 12). A Folha investiu na cobertura da Vaza Jato e a insistência no escândalo, mesmo quando os principais veículos ainda não repercutiam as reportagens (Apêndice 9) colaboraram para que houvesse o consenso sobre a existência do escândalo (Nyhan, 2014).

CONCLUSÃO

O objetivo geral desse estudo foi compreender como a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo*, nas suas versões *online*, cobriram a série de reportagens *Vaza Jato* no período entre 9 de junho de 2019 e 9 de setembro de 2019. Para a construção desses resultados foram definidos quatro objetivos específicos que tiveram como pergunta de partida: como os portais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo* cobriram a série de reportagens *Vaza Jato*?

As análises feitas através de todo o período permitiram compreender as diferenças significativas nas coberturas dos dois veículos sobre o mesmo tema. A análise dos valores-notícia se mostrou semelhante em relação à presença dos 20 valores-notícia especificados, mas apresenta algumas diferenças importantes, como a priorização do Prolongamento do Escândalo e Alinhamento com a Linha Editorial pela *Gazeta do Povo* e a Transgressão Moral e Exclusividade pela *Folha de S. Paulo* que já permitem perceber a opção da *Gazeta do Povo* pela cobertura das repercussões relativas ao caso e da *Folha de S. Paulo* em relação ao caso em si.

Mas é nas análises de *framing* e narrativa que essas diferenças se tornam ainda mais significativas. A *Gazeta do Povo* utiliza predominantemente *framings* de defesa dos principais atores envolvidos nos escândalos, como os procuradores da Operação da Lava Jato e do ex-juiz Sergio Moro enquanto a *Folha de S. Paulo* utiliza majoritariamente *framings* de ataque em relação a esses agentes ativos. As narrativas utilizadas também permitem observar diferenças significativas entre os dois veículos. Se a *Gazeta do Povo* se foca nos crimes realizados pelos *hackers* ao invadir os celulares de autoridades e busca dar destaque à voz de Sergio Moro e dos procuradores que visam colocar a autenticidade das mensagens e a credibilidade do *The Intercept Brasil* em dúvida, a *Folha de S. Paulo* procurou ampliar o alcance dos escândalos e explorou as ilegalidades e imoralidades cometidas por Sergio Moro e pelos procuradores do Ministério Público Federal.

Fica claro, ao longo das análises de discurso das peças jornalísticas, editoriais e das entrevistas dos dois chefes de redação, como ambos os veículos se posicionam ideologicamente, como possuem práticas jornalísticas distintas e como dispenderam atenções diferenciadas para a *Vaza Jato*. A *Gazeta do Povo* optou por não explorar com destaque as mensagens vazadas em suas peças noticiosas por não terem tido acesso às chamadas fontes primárias. Com esse posicionamento, tratou, ao longo de toda a cobertura, os conteúdos como “supostas mensagens” e as ações em questão sempre no futuro do pretérito, a fim de não cravar que aqueles conteúdos

eram de fato verdadeiros. Dessa maneira, também pôde manter sua posição ideológica de defesa da Operação Lava Jato e reforçou o seu posicionamento ideológico perante os seus leitores. A *Gazeta do Povo* busca, assim como aconteceu no caso da Lava Jato, realizar uma cobertura sempre baseada nos princípios editoriais do veículo. Em sua maioria se tratam de princípios conservadores e aliados à direita, mas que, segundo o chefe de redação do veículo, não faziam uma cobertura favorável ao Governo de Jair Bolsonaro. A *Folha de S. Paulo*, embora tenha apoiado a Lava Jato e repercutido as informações da Operação nos anos anteriores, buscou atuar para “contrapor” aquela cobertura (inclusive com o seu diretor de redação realizando uma auto-crítica sobre a própria cobertura do veículo) e repercutiu de maneira intensa, inclusive por meio da parceria com o *The Intercept Brasil*, as mensagens vazadas.

Percebe-se, assim, que os casos de *Folha de S. Paulo* e de *Gazeta do Povo* priorizam informações e escândalos em detrimento de outros. É possível verificar que fatores sociais, contextos e atores políticos, interesses e princípios editoriais e ideológicos foram determinantes para que os escândalos fossem construídos. É possível perceber que todas as características e elementos presentes nas análises quantitativas estão em consonância com as narrativas e os discursos presentes nas peças jornalísticas, nos editoriais e nos discursos dos chefes de redação de ambos os veículos e marcam significativamente as diferenças entre as coberturas de *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*.

Entre as limitações do estudo pode-se destacar o distanciamento temporal das entrevistas, com efeitos na memória e precisão dos entrevistados, pois estes responderam às perguntas quatro anos após o período pesquisado. Outra limitação encontrada foi a existência de um grande número de matérias a serem estudadas e classificadas ao longo dos quatro objetivos estudados. A possibilidade de cruzamentos estatísticos poderia ter sido mais ampla mas por motivos de tempo e delimitação de espaço optou-se apenas pelos dados mais relevantes.

Futuros trabalhos poderão aprofundar essa temática por meio de outros vieses, outros veículos de comunicação e outros períodos específicos. Também pode ser um possível tema o estudo da recepção do público em relação aos conteúdos trabalhados por esse e outros veículos, a fim de se verificar a própria recepção do público em relação à própria série de reportagens *Vaza Jato*.

Esse estudo busca ser mais um contributo acadêmico-científico sobre a cobertura da série de reportagens *Vaza Jato*, ainda pouco explorada em estudos acadêmicos, mas muito rica

em relação a temas voltados aos escândalos políticos no jornalismo. Em especial a nível conceitual, o contributo diz respeito à própria complexidade da Vaza Jato como série de escândalos políticos, uma vez que possui elementos inéditos como as múltiplas parcerias entre veículos jornalísticos a partir de um banco de mensagens vazadas obtido por um veículo considerado independente e de fora da grande mídia. Também se trata de uma série de escândalos que se tornou um contraponto em relação aos escândalos revelados pela Operação Lava Jato e que dominaram a mídia brasileira nos últimos anos. Compreender as relações entre os veículos, a Lava Jato e seus interesses na cobertura da Vaza Jato pode ampliar as possibilidades de estudo e trazer novos conceitos e teorias sobre escândalos políticos. Este estudo também busca ser um contributo metodológico, devido à pluralidade de técnicas e matrizes detalhadas. Ainda, pelo fato de ser um estudo focado na produção jornalística, oferece um contributo de oferecer conhecimentos plurais vindos das peças noticiosas como mensagens e de compreender as decisões de gatekeepers a partir de falas dos entrevistados.

Em termos prático-profissionais, permite entender práticas jornalísticas consoante políticas editoriais distintas no contexto de um escândalo político e refletir sobre o valor da verdade no contexto jornalístico. Em termos sociais, contribui para o entendimento do jornalismo como um garante da verdade e da democracia, no sentido de investigar para expor e para desmascarar. Esse trabalho ainda pode ser fonte de estudo para jornalistas e cidadão que queiram compreender os diversos aspectos envolvendo as coberturas jornalísticas, os escândalos políticos e as relações e interesses da mídia em relação aos agentes de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albæk, E., Hopmann, D., & Skovsgaard, M. (2019). Political coverage. In T. Vos, F. Hanusch, D. Dimitrakopoulou, M. Geertsema-Sligh & A. Sehl (Eds.). *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1-11). Wiley Online Library. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0213>
- Albuquerque, A. (2017). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906-923. <https://doi.org/10.1177%2F1464884917738376>
- Albuquerque, A., & Gagliardi, J. (2020). Democracy as corruption: The news media and the debunking of democracy in Brazil. In X. Orchard, S. G. Santamaria, J. Brambila & J. Lugo-Ocando (Eds.), *Media and governance in Latin America* (pp. 77-95). Peter Lang.
- Aldé, A. & Vasconcellos, F. (2008). Ao Vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. *Revista de Ciências Sociais*, 39(2), 61-69. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8437069.pdf>
- Apostolidis, P., & Williams, J. A. (2004). *Public affairs: Politics in the age of sex scandals*. Duke University Press.
- Aucoin, J. L. (2005). *The Evolution of American Investigative Journalism*. University of Missouri Press.
- Bainbridge, J., Goc, N., & Tynan, L. (2015). Television: The zoo. *Media and journalism: New approaches to theory and practice*, 144-163.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bello, E., Capela, G., & Keller, R. J. (2021). Operação Lava Jato: Ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. *Revista Direito e Práxis*, 12(3), 1645-1678. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/53884>
- Bonfim, I., Dartor, B., & Vieira, K. M. (2021). O embate entre o jornalismo tradicional e o The Intercept Brasil a partir do caso #InterceptNoRodaViva. In I. Bonfim, B. Sartor, K. M. Vieira & M. V. Silva (Eds.), *Mídia e zeitgeist* (pp. 19-58). Editora Insular.
- Borges, A. F.; Brito, M. J.; Brito, V. G. P. & Enoque, A. G. (2016). Contribuições do diálogo entre o realismo crítico e o construcionismo social para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(2), 391-405. <https://doi.org/10.1590/1679-395122299>
- Brighton, P., & Foy, D. (2007). *News Values*. SAGE.
- Bryman, A. (2016). *Social research methods* (4.^a ed.). Oxford University Press.
- Carvalho, A. (2008). Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of critical discourse analysis. *Journalism studies*, 9(2), 161-177. <https://doi.org/10.1080/14616700701848162>
- Castro, A. & Ansari, S. (2017). Contextual “Readiness” for institutional work. A study of the fight against corruption in Brazil. *Journal of Management Inquiry*, 26(4), 351-365. <https://doi.org/10.1177%2F1056492617696887>
- Cioccari, D. (2015). Operação Lava Jato: Escândalo, enquadramento e agendamento. *Revista Alterjor*, 12(2), 58-78. <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-a04/104083>
- Cook (2011). *Governing with the news: the news media as a political institution* (2.^a ed.). University of Chicago Press.
- Costas-Pérez, E., Solé-Ollé, A., & Sorribas-Navarro, P. (2012). Corruption scandals, voter information, and accountability. *European Journal of Political Economy*, 28(4), 469-484. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2012.05.007>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed Methods* (4.^a ed.) approaches. SAGE.
- Croucher, S. M., & Cron-Mills, D. (2014). *Understanding communication research methods: A theoretical and practical approach*. Routledge
- Croteau, D., & Hoynes, W. (2003). *Media/society: Technology, industries, content and users* (6.^a ed.).

SAGE.

- Cunha, I. F. (2017). Democracia e corrupção política mediatizada. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 65-90). Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS) - Universidade do Minho.
- Dalmonte, E., & Queiroz, C. C. (2020). A vigilância como prática e valor jornalístico na cobertura da #VazaJato. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(2), 238-250. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n2p238>
- Damgaard, M. (2018). Cascading corruption news: Explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opinião Pública*, 24(1), 114-143. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018241114>
- De Vreese, C., Esser, F., & Hopmann, D. N. (2016). *Comparing Political Journalism*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315622286>
- Doherty, D., Dowling, C. M., & Miller, M. G. (2011). Are financial or moral scandals worse? It depends. *PS: Political Science and Politics*, 44(4), 749-757. <https://doi.org/10.2307/41319963>
- Donsbach, W. (2004). Psychology of news decisions: Factors behind journalists' professional behavior. *Journalism*, 5(2), 131-157. <https://doi.org/10.1177/146488490452002>
- Donsbach, W. (1997). Media Thrust in the German Bundestag Election, 1994: News Values and Professional Norms in Political Communication, *Political Communication*, 14:2, 149-170. DOI: [10.1080/105846097199416](https://doi.org/10.1080/105846097199416)
- Downs, A. (1962). The public interest: Its meaning in a democracy. *Social research*, 1-36.
- Duarte (2020). *Vaza Jato: Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Mórula Editorial.
- Dziuda, W. & Howell, W. G. (2020). Political Scandal: A Theory. *American Journal of Political Science*, 65(1), 197-209. doi:10.1111/ajps.12568
- Entman, R. (1993). Framing: Towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Entman, R. (2012). *Scandal and silence: Media responses to presidential misconduct*. Polity Press.
- Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis*. Longman.
- Fernandes, C., Oliveira, L., & Chagas, G. (2021). Diálogos inconvenientes no Palácio do Jaburu: a mediatização do escândalo político no Jornal Nacional. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 1(146), 279-302. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v1i146.3980>
- Fontana, V. (2020). News frames and their influence on political participation and media engagement: A study of the Brazilian Car Wash Operation. *Journal of Latin American Communication Research*, 8(1-2), 109-129. <https://doi.org/10.55738/journal.v8i1-2p.109-129>
- Gabardo, E., Lazzarotto, G. S., & Watzko, N. A. M. (2012). Ética pública e parcialidade no combate à corrupção: o caso The Intercept Brasil vs. Operação Lava Jato. *International Journal of Digital Law*, 2(1), 151-198, 2021. <https://doi.org/10.47975/IJDL/1gabardo>
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of International Peace Research*, 2(1), 64-90. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>
- Gans, H. J. (2005). *Deciding what's news: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time* (25.^a ed.). Northwestern University Press.
- Geiss, S., Allern, S., & Pollack, E. (2012). Scandalous! The mediated construction of political scandals in four Nordic countries. *International Journal of Public Opinion Research*, 26(2), 269-272. <https://doi.org/10.1093/ijpor/eds026>
- Gonçalves, J. F. (2014). Quem fala no jornalismo?. In B. Leal, E. Antunes & P. B. Vaz. (Eds.), *Para entender o Jornalismo* (pp. 89-101). Autêntica Editora.
- Harcourt, R., Wändi, B. B., Dessai, S., & Taylor, A. (2020). What adaptation stories are UK newspapers telling? A narrative analysis. *Environmental Communication*, 14(8), 1-18. <https://doi.org/10.1080/17524032.2020.1767672>
- Harcup, T., & O'Neil, D. (2016). What is news? *Journalism Studies*, 28(12), 1470-1488.

- <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>
- Humphrecht, E. (2019) Ownership of news media. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1-7). John Wiley Library.
- Keplinger, H.M., Geiss, S., & Siebert, S. (2012). Framing scandals: Cognitive and emotional media effects. *Journal of Communication*, 62(4), 659–681. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2012.01653.x>
- Junior, J. F., & Sassara, L. O. (2016). Corrupção, escândalos e cobertura midiática da política. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(2), 205-225. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020011>
- Kumlin, S., & Esaiasson, P. (2012). Scandal fatigue? Scandal elections and satisfaction with democracy in Western Europe, 1977–2007. *British Journal of Political Science*, 42(2), 263–282. <https://doi.org/10.1017/S000712341100024X>
- Larangeira, A. N., & Junior, T. P. (2020). Idolatria e desmascaramento do Judiciário de exceção: Sérgio Moro, Operação Lava Jato e a Vaza Jato. In J.M. Gómez, M.C. Turón-Padial & M.J. Cartes-Barroso (Eds.), *Más sobre Periodismo y Derechos Humanos Emergentes* (pp. 176-201). Universidade de Sevilla.
- Li, J. (2010) Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 42(12), 3444–3458. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2010.04.028>
- Lima, A. E. C., & Pilau, L. S. B. (2022). Os Usos da Vaza Jato. *Revista De Ciências Sociais*, 53(2), 153–196. <https://doi.org/10.36517/rcs.53.2.d05>
- Maier, J., Jansen, C., & von Sikorski, C. (2019). Media framing of political scandals. In H. Tumber & S. Waisbord (Eds.), *The Routledge Companion to Media and Scandal* (pp. 104-114). Routledge.
- Mancini, P. (2018). “Assassination Campaigns”: Corruption Scandals and News Media Instrumentalization. *International Journal of Communication*, 12(1), 3067-3086. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/7098>
- Marcos-Marne, H., González-González, P., & Zúñiga, H. G. (2022). Media skepticism and reactions to political scandals: An analysis of the Trump–Ukraine case. *International Political Science Review*, 00(0), 1-16. <https://doi.org/10.1177/019251212111073005>
- McNair, B. (2002). *Journalism and Democracy: An evaluation of the political public sphere*. Routledge.
- McNair, B. (2019). Scandal and news values. In H. Tumber & S. Waisbord (Eds.), *The Routledge Companion to Media and Scandal* (pp. 76-85). Routledge.
- Medeiros, C. R. O., & Silveira, R. A. (2017). A Petrobrás nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 11-20. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134817>
- Meraz, S. (2019). Scandals and agenda setting. In H. Tumber & S. Waisbord (Eds.), *The Routledge Companion to Media and Scandal* (pp. 55-66). Routledge.
- Molotch, H., & Lester, M. (1974). News as purposive behavior: On the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*, 39(1), 101. <https://doi.org/10.2307/2094279>
- Moreira, A., Araújo, E., & Sousa, H. (2019). A corrupção e os média: Um olhar dos jornalistas sobre a relevância do tempo. *Comunicação e sociedade*, 35(1), 173-192. [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.35\(2019\).3137](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.35(2019).3137)
- Moretzsohn, S. D., & Pinto, M. (2020). O caso Vaza Jato: Uma discussão sobre verdade, política, ética e credibilidade. In Z. Pinto-Coelho; T. Ruão & S. Marinho (Eds.), *Dinâmicas comunicativas e transformações sociais* (pp. 182-201). Atas das VII Jornadas Doutorais em Comunicação & Estudos Culturais.
- Nettel, A. L. & Roque, G. (2012). Persuasive argumentation versus manipulation. *Argumentation*, 26(1), 55-69. <http://dx.doi.org/10.1007/s10503-011-9241-8>
- Neuendorf, K. (2017). *The Content Analysis Guidebook* (2.^a ed.). SAGE.
- Nyhan, B. (2014). Scandal potential: How political context and news congestion affect the president's

- vulnerability to media scandal. *British Journal of Political Science*, 45(2), 435-466. <https://doi.org/10.1017/S0007123413000458>
- Padgett, J.; Dunaway, J. L. & Darr, J. P. (2019). As Seen on TV? How Gatekeeping Makes the U.S. House Seem More Extreme. *Journal of Communication*, 69(6), 696–719. <https://doi.org/10.1093/joc/jqz039>
- Paschen, J. A., & Ison, R. (2014). Narrative research in climate change adaptation-exploring a complementary paradigm for research and governance. *Research Policy*, 43(6), 1083–1092. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2013.12.006>
- Prior, H. (2015). O Escândalo político como experiência narrativa. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 100–119. <https://doi.org/10.25200/BJR.v11n2.2015.722>
- Prior, H., Guazina, L., & Araújo, B. (2015). Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. *Media & Jornalismo*, 14(26), 167-185. http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_26_10
- Prior, H. (2018). Escândalo político e narratologia: Tecendo os fios narrativos dos casos Face Oculta e Lava Jato. *Revista Famecos*, 25(1), 1-25. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.28191>
- Puglisi, R. & Snyder, J. M. (2011). Newspaper coverage of political scandals. *The Journal of Politics*, 73(3), 931–950. <https://doi.org/10.1017/S0022381611000569>
- Rudiman, R., Suryadi, A., & Andriansyah, F. (2020). Manohara case analysis to understand Agenda Setting theory. *The International Journal of Politics and Sociology Research*, 8(3), 92–96. <https://ijopsor.pelnu.ac.id/index.php/ijopsor/article/view/38>
- Santos, R. M., & Leite, S. P. M. (2021). Toda a fonte do mal é a Folha de São Paulo?: A relação entre Bolsonaro e Folha pelas ombudsman. *Âmbitos: revista internacional de comunicação*, 52(1), 87-101 <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2021.i52.0>
- Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49(1), 103-122. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>
- Semetko, H. A., Bumler, J. G., Gurevitch, M., Weaver, D. H., & Barkin, S. (1991). *The formation of campaign agendas: A comparative analysis of party and media roles in recent American and British elections*. Routledge.
- Semetko, H. A., & Valkenburg, P. M. (2000). Framing European politics: A content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, 50(2), 93–109. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>
- Shah, D. V., Watts, M. D., Domke, D., & Fan, D. P. (2002). News framing and cueing of issue regimes. *Public Opinion Quarterly*, 66(3), 339–370. <https://doi.org/10.1086/341396>
- Shanahan, E. A., Jones, M. D., & McBeth, M. K. (2018). How to conduct a Narrative Policy Framework study. *The Social Science Journal*, 55(3), 332-345. <https://doi.org/10.1016/j.soscij.2017.12.002>
- Shoemaker, P. J., & Reese, S. D. (2013). *Mediating the message in the 21st Century* (3.^a ed.). Routledge.
- Silva Cruz, A. C. (2023). Operação Lava Jato e Lula: enquadramento e memória na Folha de S. Paulo. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 10(1), 283-303. <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21729>
- Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em jornalismo e mídia*, 2(1), 95-107.
- Sousa, L. (2011). *Corrupção*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Streck, L. L. (2021). Por que Moro foi parcial e o Ministério Público não foi isento: a prova do lawfare da Lava Jato. In L. L. Streck, M. A. Carvalho, C. Proner & F. S. Santos (Eds.), *O livro das parcialidades* (pp. 25-37). Editora Telha.
- Strömback, J., & Sehata, A. (2020). Political journalism. In H. Örnebring (Ed.). *The Oxford Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1319–1338). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.859>
- Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: Power and visibility in the media age*. Cambridge: Polity

- Press.
- Van Dijk, T. A. (2014). *Discourse and knowledge: a sociocognitive approach*. Cambridge University Press.
- Van Dijk, T. A. (2017). How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199-229. <https://doi.org/10.1177%2F1750481317691838>
- Van Dijk, T. A. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283. <https://doi.org/10.1177%2F0957926593004002006>
- Van Dijk, T. A. (1988). *News as discourse*. Laurence Erlbaum Associates Publishers.
- Verri, F. (2018). Entre as fronteiras do aceitável: o valor-notícia como legitimador do jornalismo como gestor de consenso. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 100-111. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n2p100>
- von Sikorski, C. (2018). The aftermath of political scandals: A meta-analysis. *International Journal of Communication*, 12(1), 3109-3133. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/7100>
- von Sikorski, C.; Heiss, R. & Matthes, J. (2020) How political scandals affect the electorate: Tracing the eroding and spillover effects of scandals with a panel study. *Political Psychology* 41(3), 549–568. <https://doi.org/10.1111/pops.12638>
- Vos, T. P., & Hanusch, F. (2019). *The international encyclopedia of journalism studies*. Wiley Online Library.
- Vos, T. P., & Heinderyckx, F. (2015). *Gatekeeping in transition*. Routledge.
- Waller, L., Dreher, T., Hess, K., McCallum, K., & Skogerbø, E. (2019). Media hierarchies of attention: News values and Australia’s Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse. *Journalism Studies*, 21(1), 1–17. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2019.1633244>
- Waisbord, S. R. (2004). Scandals, media, and citizenship in contemporary Argentina. *American Behavioral Scientist*, 47(8), 1072–1098. <https://doi.org/10.1177/0002764203262278>
- Warde, W. (2018). *O espetáculo da corrupção: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país*. LeYa.
- Weimann, G., & Brosius, H-B. (2017). Redirecting the agenda: Agenda-setting in the online Era. *The Agenda Setting Journal*, 1(1), 63-101. <https://doi.org/10.1075/asj.1.1.06wei>
- Westerståhl, J., & Johansson, F. (1994). Foreign news: News values and ideologies. *European Journal of Communication*, 9(1), 71–89. <https://doi.org/10.1177%2F0267323194009001004>
- Williams, B. A., & Carpini, M. X. D. (2004). Monica and Bill all the time and everywhere: The collapse of gatekeeping and agenda setting in the new media environment. *American Behavioral Scientist*, 47(9), 1208–1230. <https://doi.org/10.1177/0002764203262344>
- Williams, B. A., & Delli Carpini, M. X. (2000). Unchained reaction: The collapse of media gatekeeping and the Clinton–Lewinsky scandal. *Journalism*, 1(1), 61–85. <https://doi.org/10.1177/146488490000100113>
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação de massa*. Martins Fontes.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Bernardes, J. (2022). Questionamentos sobre a Lava Jato mudaram visão da imprensa internacional sobre a operação. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/ciencias/questionamentos-sobre-a-lava-jato-mudaram-visao-da-imprensa-internacional-sobre-a-operacao-aponta-pesquisa/>
- CNN Brasil (2022). *O que foi a Operação Lava Jato*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>
- Conselho Nacional de Justiça (2008). *Código de Ética da Magistratura*. Diário da Justiça, pp. 1 e 2 – 18 de setembro de 2008. <https://www.cnj.jus.br/wp->

- [content/uploads/2011/01/codigo_de_etica_da_magistratura_nacional.pdf](#)
- El País (2017). *Cronologia da Operação Lava Jato*. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/12/politica/1492018492_100094.html
- Folha de S. Paulo (2019, 12 de março). *Princípios editoriais*. <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>
- Folha de S. Paulo (2019, 12 de março). *Sua excelência, o consumidor de notícias*. <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>
- Folha de S. Paulo (2021, 27 de março). *Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>
- Freedom House (2022). *Freedom in the World 2022*. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-02/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf
- Galani, L. (2019, 1 de fevereiro). *Gazeta do Povo completa 100 anos como um dos jornais mais lidos do Brasil*. *Gazeta do Povo*. https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/centenario-jornal-mais-lido-brasil/?_gl=1*4s84r3*_ga*MTA2ODcwNzcxNC4xNjYzNTk2NjQ4*_ga_B7X3QY6Y1N*MTY2NTU4OTkzNy41LjEuMTY2NTU5MDAxMy4wLjAuMA
- G1 (2019). *Linha do tempo da Lava Jato*. <https://especiais.g1.globo.com/politica/2015/lava-jato/linha-do-tempo-da-lava-jato/>
- Gazeta do Povo (2017, 29 de abril). *Por que apresentar nossas convicções?* <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/nossas-conviccoes/>
- Gazeta do Povo (2019, 1 de fevereiro). *Convicções editoriais da Gazeta do Povo em resumo*. <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-resumo/?ref=explore>
- Gazeta do Povo (2018, 9 de outubro). *A ameaça do PT à democracia é real*. <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-ameaca-do-pt-a-democracia-e-real-3gjzutrzk9ekzcbixwb5bxesf/>
- Gazeta do Povo (2018, 28 de outubro). *A vitória de Jair Bolsonaro e o amadurecimento democrático*. <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-vitoria-de-jair-bolsonaro-e-o-amadurecimento-democratico-alctqngbl9h5swz0jue3vxq3/>
- Greenwald, G.; Reed, B. & Demori, L. (2019, 9 de junho). *Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro*. *The Intercept Brasil*. <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>
- Lei 13.709/2018, de 14 de agosto, da Secretaria-Geral da Presidência da República. *Diário Oficial da União*, Edição 157, Seção 1, p. 59. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm
- Lei 13.105/2015, de 17 de março, da Secretaria-Geral da Presidência da República. *Diário Oficial da União*, Edição 51, Seção 1, p. 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm
- Martins, R. M. (2018, 10 de dezembro). *Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro*. *The Intercept Brasil*. <https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>
- Mello, I. & Martins, L. (2021). *Lula pode agora ser candidato em 2022? Entenda*. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/03/08/lula-pode-ser-candidato-apos-ter-condenacoes-anuladas.htm?cmpid=copiaecola>
- Oliveira, R. (2020, outubro, 23). *‘Vaza Jato’, a investigação que obrigou a imprensa brasileira a se olhar no espelho*. *El País*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-23/vaza-jato-a-investigacao-que-obrigou-a-imprensa-brasileira-se-olhar-no-espelho.html>
- Otoboni, J. & Freire, D. (2020, março, 7). *Relembre todas as 79 fases da operação Lava Jato, que*

chegou ao fim. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao/>

Schreiber, M. (2021, março, 23). Após reviravolta, STF decide que Moro foi parcial contra Lula. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56503901>

Shalders, A. (2019, 11 de novembro). Lava Jato vai do 'auge' a derrotas em série nos 580 dias de prisão de Lula. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50373115>

Silva, E. (2019, 29 de julho). Análise: em agosto, STF encara as tensões provocadas pela Vaza Jato. *BCC Brasil*. <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/analise-em-agosto-stf-encara-as-tensoes-provocadas-pela-vaza-jato>

Yahya, H. (2021, 24 de junho). Circulação impressa de grandes jornais cai 12% nos 5 primeiros meses do ano. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/brasil/circulacao-impressa-de-grandes-jornais-cai-12-nos-5-primeiros-meses-do-ano/>

APÊNDICES

Apêndice 1 – Manual de codificação para análise de conteúdo e análise narrativa de cada peça noticiosa

Categoria	Valores
Variáveis	
1) Mês de publicação	1. Junho
	2. Julho
	3. Agosto
	4. Setembro
2) Período de publicação	1. 1
	2. 2
	3. 3
	4. 4
	5. 5
	6. 6
	7. 7
	8. 8
	9. 9
	10. 10
	11. 11
	12. 12
	13. 13
	14. 14
	15. 15
	16. 16
	17. 17
	18. 18
	19. 19
	20. 20
	21. 21

	22. 22
	23. 23
	24. 24
	25. 25
	26. 26
	27. 27
	28. 28
	29. 29
	30. 30
	31. 31
3) Dia da semana	1. Segunda-feira
	2. Terça-feira
	3. Quarta-feira
	4. Quinta-feira
	5. Sexta-feira
	6. Sábado
	7. Domingo
4) Gênero jornalístico	1. Nota
	2. Notícia
	3. Reportagem
	4. Entrevista
5) Enfoque/direção	1. Positivo
	2. Negativo
	3. Neutro
	4. Dual
6) Tamanho da peça –Número de parágrafos	1. 1 a 3
	2. 4 a 6
	3. 7 a 9
	4. 10 e mais
7) Tipo de abordagem sobre escândalo	1. Revelação exclusiva do veículo
	2. Repercussão a partir de outro veículo
	3. Referência ao escândalo, mas peça trata de repercussões
	4. Citação breve, mas matéria trata de temas correlatos
8) Escândalo em foco	1. Colaboração entre Moro e Deltan
	2. Autorização entrevista de Lula a Monica Bergamo
	3. Apoio de Luiz Fux à Lava Jato
	4. Colaboração na elaboração de denúncias, nota à imprensa e ordem das fases da Lava Jato
	5. FHC poupado de investigação
	6. Discussão sobre troca de procuradora
	7. Apoio da Lava Jato a Moro em meio à tensão
	8. Críticas a Moro por adesão a Bolsonaro
	9. Deltan e ações contra Jaques Wagner
	10. Desconfiança de procuradores em relação a delator
	11. Apoio de Edson Fachin à Lava Jato
	12. Orientação de Moro sobre inclusão de prova contra

	réu e interferência em delações
	13. Lava Jato e dados sigilosos sobre Venezuela
	14. Receio em caso relacionado a Flavio Bolsonaro
	15. Pagamento de empresa envolvida na Lava Jato a Deltan
	16. Delação de Palocci às vésperas das eleições
	17. Cerco da Lava Jato a Toffoli
	18. Omissão de palestra remunerada de Moro
	19. Cerco da Lava Jato à Gilmar Mendes e queixa de Deltan sobre falta de confronto com Gilmar
	20. Ausência de apuração após conduta grave de Dallagnol
	21. Orientação sobre não apreensão de celular de Eduardo Cunha
	22. Acesso ilegal de dados da Receita e tentativa de utilização do órgão para investigar autoridades
	23. Monumento à Lava Jato e campanha pelas 10 Medidas contra a Corrupção
	24. Ilegalidades e plano para lucrar com cobranças por palestras de Deltan
	25. Ironia sobre morte de neto de Lula
	26. Interferência de Deltan na escolha do novo PGR
	27. Ilegalidades em relação à interceptação telefônica de Lula e Dilma
	28. Escândalo principal
	29. Vários escândalos
	30. Ataques hackers aos procuradores e outros autoridades
	31. Investigação a Glenn Greenwald e ameaças ao jornalista
	32. Encontro de Moro e Deltan em jantar de Luis Roberto Barroso
	33. Destruição de mensagens encontradas com hackers
	34. Nova fase Operação Lava Jato – Odebrecht e ex-petistas
	35. Lavagem de dinheiro para Grupo Silvio Santos
9) Foco temático	1. Revelação de escândalo
	2. Repercussão política
	3. Repercussão jurídica
	4. Repercussão econômica
10) Fontes utilizadas	1. Banco de dados com mensagens vazadas pelos <i>hackers</i>
	2. Reportagens do site <i>The Intercept Brasil</i>
	3. Outros veículos
	4. Jair Bolsonaro e fontes oficiais do Governo Federal
	5. Lula
	6. Advogados de Lula
	7. Supremo Tribunal Federal e ministros
	8. Sergio Moro
	9. Ministros do Governo Jair Bolsonaro
	10. Ministério Público Federal

	11. Ex-juristas, delegados e outros procuradores e ex-procuradores
	12. Senadores, deputados e ex-políticos
	13. Outros advogados
	14. Não identificadas (em off)
	15. Joao Doria
	16. Conselho Nacional do Ministério Público
	17. Especialistas em tecnologia
	18. Grupo de advogados Prerrogativas e Associações de Defesa da Imprensa
	19. Associação de Procuradores e procuradores federais
	20. Empresários e investidores do mercado econômico
	21. Ordem dos Advogados do Brasil
	22. Polícia Federal
	23. Rodrigo Maia
	24. Conselho Nacional de Justiça
	25. Deltan Dallagnol
	26. Advogados e professores de direito
	27. Líderes da Esquerda e manifestantes
	28. Institutos de pesquisas e bancos de dados
	29. Raquel Dodge e Procuradoria Geral da República
	30. David Miranda
	31. Jean Wyllys
	32. Fernando Henrique Cardoso
	33. Artistas e celebridades
	34. Movimento Brasil Livre e movimentos de apoio à Lava Jato e Moro
	35. Juízes Federais e Associação de Juízes Federais
	36. Glenn Greenwald
	37. Apoiadores de Moro, Lava Jato e Bolsonaro
	38. Tribunal de Contas da União
	39. Partidos políticos
	40. Dilma Rousseff
	41. Rosângela Moro
	42. Hackers
	43. Ministros do Superior Tribunal de Justiça
	44. Manuela D'Avila
	45. Congressistas americanos
	46. Procurador italiano Mãos Limpas – Antonio Di Pietro
	47. Papa Francisco
	48. Militares
11) Agente ativo principal 1	1. Sergio Moro
	2. Deltan Dallagnol
	3. Jair Bolsonaro
	4. Lula
	5. Marco Aurelio Mello
	6. Não se aplica
	7. Advogados de Lula
	8. Flavio Bolsonaro

9. Eduardo Bolsonaro
10. Joao Doria
11. Bancada governista
12. Membros do Conselho Nacional do Ministério Público
13. Rodrigo Maia
14. Especialistas em tecnologia
15. Hamilton Mourão
16. Bancada de oposição
17. Juristas e professores de direito
18. Grupo de advogados Prerrogativas e Associações de Defesa da Imprensa
19. Associação de Procuradores e procuradores federais
20. Senadores e deputados
21. Mercado econômico
22. Ordem dos Advogados do Brasil
23. Folha de S. Paulo
24. The Intercept Brasil
25. Edson Fachin
26. Procuradores do Ministério Público Federal do Paraná
27. Paulo Guedes
28. Polícia Federal
29. Empresários
30. Gilmar Mendes
31. Davi Alcolumbre
32. Conselho Nacional de Justiça
33. Partido político
34. Thamea Damelon
35. Glenn Greenwald
36. Ministros do STF
37. Hackers
38. Dias Toffoli
39. Público em geral – opositores ao Governo e a Moro
40. Público em geral – apoiadores do Governo e de Moro
41. Imprensa em geral
42. Artistas – cantores, bandas e atores
43. Ricardo Lewandowski
44. Raquel Dodge e Procuradoria Geral da República
45. Executivos e jornalistas da TV Globo
46. Ministros do Governo Bolsonaro
47. David Miranda
48. Alexandre de Moraes
49. Fernando Henrique Cardoso
50. Jean Wyllys
51. Institutos de pesquisas
52. Movimento Brasil Livre e outros movimentos de apoio à Lava Jato
53. Luis Fux
54. Associação de Juízes Federais e juízes federais

	55. Carmen Lucia
	56. Celso de Mello
	57. Telegram
	58. General Santos Cruz
	59. Leo Pinheiro e delatores
	60. Tribunal de Contas da União
	61. Dilma Rousseff
	62. Rosângela Moro
	63. Luis Roberto Barroso
	64. Advogados dos hackers
	65. Sergio Noronha e ministros do STJ
	66. Manuela D'Avila
	67. Michel Temer
	68. Integrantes da Receita Federal
	69. Congressistas americanos
	70. Procurador italiano Mãos Limpas – Antonio Di Pietro
	71. CUT, Sindicatos e movimentos de esquerda
	72. Papa Francisco
	73. Militares
12) Agente ativo principal 2	1. Sergio Moro
	2. Deltan Dallagnol
	3. Jair Bolsonaro
	4. Lula
	5. Marco Aurelio Mello
	6. Não se aplica
	7. Advogados de Lula
	8. Flavio Bolsonaro
	9. Eduardo Bolsonaro
	10. Joao Doria
	11. Joice Hasselman
	12. Membros do Conselho Nacional do Ministério Público
	13. Rodrigo Maia
	14. Especialistas em tecnologia
	15. Hamilton Mourão
	16. Bancada de oposição
	17. Juristas e professores de direito
	18. Grupo de advogados Prerrogativas e Associações de Defesa da Imprensa
	19. Associação de Procuradores
	20. Senadores e deputados
	21. Mercado econômico
	22. Ordem dos Advogados do Brasil
	23. Folha de S. Paulo
	24. The Intercept Brasil
	25. Edson Fachin
	26. Procuradores do Ministério Público Federal do Paraná
	27. Paulo Guedes
	28. Polícia Federal
	29. Empresários
	30. Gilmar Mendes

	31. Davi Alcolumbre
	32. Conselho Nacional de Justiça
	33. Partido político
	34. Thamea Damelon
	35. Glenn Greenwald
	36. Ministros do STF
	37. Hackers
	38. Dias Toffoli
	39. Público em geral – opositores ao Governo e a Moro
	40. Público em geral – apoiadores do Governo e de Moro
	41. Imprensa em geral
	42. Artistas – cantores, bandas e atores
	43. Ricardo Lewandowski
	44. Raquel Dodge
	45. Executivos e jornalistas da TV Globo
	46. Ministros do Governo Bolsonaro
	47. David Miranda
	48. Alexandre de Moraes
	49. Fernando Henrique Cardoso
	50. Jean Wyllys
	51. Institutos de pesquisas
	52. Movimento Brasil Livre e outros movimentos de apoio à Lava Jato
	53. Luis Fux
	54. Associação de Juízes Federais e juízes federais
	55. Carmen Lucia
	56. Celso de Mello
	57. Telegram
	58. General Santos Cruz
	59. Leo Pinheiro e delatores
	60. Tribunal de Contas da União
	61. Dilma Rousseff
	62. Rosangela Moro
	63. Luis Roberto Barroso
	64. Advogados dos hackers
	65. Sergio Noronha e ministros do STJ
	66. Manuela D’Avila
	67. Michel Temer
	68. Integrantes da Receita Federal
	69. Congressistas americanos
	70. Procurador italiano Mãos Limpas – Antonio Di Pietro
	71. CUT, Sindicatos e movimentos de esquerda
	72. Papa Francisco
	73. Militares
13) Defesa das práticas da Lava Jato	1. Sim
	2. Não
	3. Indefinido
14) Declarações em 1.ª voz	1. Entrevistas exclusivas
	2. Entrevistas repercutidas a partir de outros veículos

	3. Declarações repercutidas a partir de discursos, posts em redes sociais, entrevistas coletivas e outros
	4. Em off
	5. Notas oficiais de órgãos e instituições
	6. Decisões e documentos judiciais
	7. Sem entrevista
15) Citação ao próprio veículo	1. Sim
	2. Não
16) Foto	1. Sim
	2. Não
17) Ação tomada principal 1	1. Defesa da Lava Jato
	2. Ênfase em ilegalidades e imoralidades da Lava Jato
	3. Ilegalidades por parte de <i>hackers</i>
	4. Alegações de ilegalidades na produção de matérias a partir das mensagens
	5. Defesa da publicação de matérias a partir das mensagens vazadas
	6. Apoio ao Governo Federal
	7. Críticas ao Governo Federal
	8. Reprodução do discurso oficial
	9. Críticas ao Julgamento que poderia beneficiar Lula
	10. Defesa do julgamento que poderia beneficiar Lula
	11. Conflitos entre políticos e discussões sobre projetos de lei
	12. Novas ações e processos jurídicos
	13. Destaque pelo agente ativo do apoio da opinião pública
18) Ação tomada principal 2	1. Defesa da Lava Jato
	2. Ênfase em ilegalidades e imoralidades da Lava Jato
	3. Ilegalidades por parte de <i>hackers</i>
	4. Alegações de ilegalidades na produção de matérias a partir das mensagens
	5. Defesa da publicação de matérias a partir das mensagens vazadas
	6. Apoio ao Governo Federal
	7. Críticas ao Governo Federal
	8. Reprodução do discurso oficial
	9. Críticas ao Julgamento que poderia beneficiar Lula
	10. Defesa do julgamento que poderia beneficiar Lula
	11. Conflitos entre políticos e discussões sobre projetos de lei
	12. Novas ações e processos jurídicos
	13. Destaque pelo agente ativo do apoio da opinião pública
	14. Sem ação definida

Apêndice 2 - Análise de discurso das peças jornalísticas da Gazeta do Povo

1. Lava Jato denuncia ataque hacker contra procuradores

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lava-jato-denuncia-ataque-hacker-contra-procuradores/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título, o destaque se concentra na Lava Jato como agente ativo principal e a ação de que houve a denúncia de um “ataque hacker contra os procuradores”. Não há menção ao conteúdo das conversas divulgadas</p> <p>- No lead, isso também acontece. O destaque foi para a nota divulgada pela Lava Jato que ressalta a “invasão de celulares de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) no Paraná por um hacker”. O texto traz trecho de que teriam sido coletados “cópias de mensagens e arquivos” e que os membros teriam suas identidades “subtraídas”, mas sem deixar claro o que isso quer dizer</p>
- Estilo léxico	<p>- A reportagem destaca a apuração sobre a “invasão dos aparelhos telefônicos” há cerca de um mês em “ataques” cometidos a “membros do MPF em Curitiba e no Rio de Janeiro e o ministro Sergio Moro”</p> <p>- Destacam-se mais trechos da nota em que se ressalta a gravidade das ações dos hacker (“graves ataques à atividade do Ministério Público”; “grave e ilícita afronta ao Estado”; “violação criminosa”) e que teriam sido vazados “documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-tarefa e de suas famílias”. A Lava Jato ainda afirma que a partir disso pode-se “deturpar fatos”, “falsificar informações” e “disseminar “fake news”, em uma tentativa de desqualificar as informações existentes nas matérias publicadas</p> <p>- Apenas após isso são citadas as reportagens do The Intercept Brasil, de maneira a liga-las à invasão dos hackers (“Parte das conversas eletrônicas hackeadas pode ter sido divulgada pelo site The Intercept Brasil”)</p> <p>- Há destaque para a nota de Moro, com ressalvas a não haver “qualquer anormalidade ou direcionamento da</p>

	<p>atuação” e de terem sido “retiradas de contexto”, além do “sensacionalismo” presente</p> <p>- Cita-se ainda a nota de partidos de esquerda que ressaltam a “parcialidade e motivações políticas” e uma acusação “acusação sem provas” com “farsa jurídica contra Lula”</p> <p>- Em seguida, porém, a reportagem volta à nota do MPF e se prontifica a negar essa versão com mais parágrafos de destaque (“pleno respeito à legalidade e de forma técnica e imparcial”). Busca-se ainda ligar as matérias a interesses de criminosos (“se aproveitar da ação do 'hacker' para deturpar fatos, apresentar fatos retirados de contexto e falsificar integral ou parcialmente informações atende interesses inconfessáveis de criminosos atingidos pela Lava Jato”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: há um claro posicionamento de ressaltar a gravidade dos ataques hackers e dos crimes cometidos (“violação criminosa das comunicações”) em detrimento dos conteúdos das mensagens que não é exibido. Busca-se ainda atrelar a invasão hacker às reportagens do The Intercept Brasil (“Parte das conversas eletrônicas hackeadas pode ter sido divulgada pelo site The Intercept Brasil”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: argumenta-se que o hackeamento das autoridades já é motivo de investigação por parte da Polícia Federal (“estaria apurando a invasão dos aparelhos telefônicos há cerca de um mês”). Cita ainda a invasão a Sergio Moro e ao desembargador Abel Gomes</p> <p>- Estratégia de argumentação: por meio da nota do MPF, a reportagem busca ressaltar que os ataques hackers e os vazamentos são crimes de altíssima gravidade e que podem comprometer investigações e até mesmo impactar na segurança de suas próprias famílias (“entre os arquivos estão documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-tarefa e de suas famílias”). Ainda</p>

	<p>rebate acusações feitas pela esquerda e busca-se conectar os vazamentos a “interesses inconfessáveis de criminosos atingidos pela Lava Jato”</p> <p>- Estratégia retórica: destaques a hipérboles feitas pelo MPF em suas notas de posicionamento com referências a familiares (“sobre rotinas pessoais e de segurança dos integrantes da força-tarefa e de suas famílias”) e à gravidade dos crimes e de tentativas de obstruir investigações (“grave e ilícita afronta ao Estado”; “objetivo de obstar a continuidade da Operação”; “atende interesses inconfessáveis de criminosos atingidos pela Lava Jato”)</p>
--	---

2. O que se sabe até agora sobre o vazamento de supostas conversas entre Moro e Deltan

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/conversas-privadas-moro-deltan-dallagnol-intercept/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título demarca que o objetivo da matéria é listar os conteúdos das mensagens vazadas. Destaque para o termo “supostas conversas entre Moro e Deltan”, o que já demonstra um juízo de valor sobre a desconfiança da autenticidade das mensagens</p> <p>- No lead, indica-se que as conversas “indicam o que seriam comportamentos ilegais e partidarizados de membros da investigação”, o que mais uma vez demonstra o que o veículo não crava essa afirmação e sim demonstra aquilo que é alegado pelas reportagens. Também há a menção à parceria da Folha de S. Paulo com o The Intercept Brasil a partir de 23 de junho. A matéria, publicada originalmente em 10 de junho, foi sendo atualizada com novidades sobre o caso até 9 de julho</p>
- Estilo léxico	- A reportagem cita os principais pontos envolvidos nos escândalos da Vaza Jato à medida que os fatos iam surgindo. Os conteúdos das mensagens são repercutidos, mas também o são as notas de Moro e do

MPF (“assessoria do Ministério Público Federal do Paraná enviou uma nota sobre o tema”). Ganha destaque ainda os conteúdos publicados por Veja, Folha de S. Paulo e Reinaldo Azevedo, mas apenas com resumos de conteúdos e sem links para as reportagens

- A reportagem utiliza sempre o futuro do pretérito composto (“teria escrito”; “teria informado”) e os termos “supostas conversas e “supostos diálogos” e ressalta que optou por esse caminho porque “Intercept Brasil não expôs a informação primária – por exemplo, cópias (prints) das telas do aplicativo utilizado (no caso, o Telegram) ou áudios que diz ter tido acesso”. Diz que a informação é fruto de “edição” ou “interpretação de conjunto de dados” e que por isso utiliza o termo “supostas conversas”. Por isso, também utiliza os verbos como “teria dito” em relação aos diálogos. Ganha destaque ainda a parceria do The Intercept Brasil com a Folha de S. Paulo, m que a Gazeta do Povo repercute a informação de que o material “incluía diálogos entre procuradores e jornalistas da Folha o que seria um indício de que este material não teria sido adulterado”. A Gazeta do Povo, porém, afirma que seria possível dizer isso “no que diz respeito às conversas entre membros da força-tarefa e jornalistas”

- Ressalta-se que a obtenção de mensagens, “sem autorização judicial, pelos hackers é ilegal”, mas que o Intercept não “costuma ser punida judicialmente” e nem é obrigado a “revelar a fonte”. Não se crava, porém, que o Intercept não cometeu crime, o que pode causar essa dúvida no leitor. A reportagem destaca ainda o uso do termo “fonte anônima” como indicação que o site “desconhece a identidade da pessoa”. Porém, em seguida traz a contradição de que ele poderia conhecer quem seria a fonte (“Nós ficamos muitas semanas planejando como proteger a nos e a nossa fonte contra os riscos físicos, riscos legais, riscos políticos”)

	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda há algumas perguntas sobre possíveis incoerências apontadas nas matérias do The Intercept Brasil como o fato de não ouvir o outro lado (“O Intercept não fez isso. E justificou usando como argumento um suposto risco de censura prévia”), o fato de mensagens terem o mesmo horário nos prints (“foram encaminhadas em conjunto, de uma única vez, a partir de outro grupo de mensagens”) - Destaca-se informações sobre o The Intercept Brasil com ressalvas à ser um site com “linha editorial de esquerda” e de Glenn Greenwald com informações sobre ele ser “casado há 14 anos com o ativista LGBT e deputado federal David Miranda (PSol-RJ)”, o que sugere uma conotação política em relação a seu trabalho
<p>- Estratégias de discurso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de posicionamento: utilização do termo “supostas conversas” para os diálogos por conta da alegação de não saber se teria havido adulteração do material por não haver a “fontes primária (“prints ou áudios”). Por conta disso também se usam os verbos compostos (“teria dito”, teria afirmado”). Ainda afirma-se em relação à Folha de S. Paulo que a argumentação do veículo sobre a autenticidade diria respeito apenas às conversas entre “jornalistas e procuradores” - Estratégia de legitimação: busca-se ressaltar a existência de crimes para a obtenção das mensagens e que seria “impossível saber” a partir de qual celular as mensagens foram obtidas. Também ressaltase a palavra dos procuradores sobre as incertezas do material (“externaram a preocupação de que as conversas obtidas pelo Intercept sejam retiradas de contexto – o que indica que elas (ou ao menos parte delas) não seriam inverídicas”; “podem ter sido forjadas”) - Estratégia de granularidade: a reportagem busca trazer diversos detalhes sobre as matérias, alegações e debates sobre as reportagens, além de personagens envolvidos, porém há pouca profundidade a respeito dos conteúdos das mensagens e

	<p>mais em relação ao contexto em si e às repercussões dos acontecimentos</p> <p>- Estratégia de argumentação: Alega-se que “Toda a informação publicada até o momento é fruto de edição ou interpretação do conjunto de dados ao qual o site alega ter obtido” por não haver a divulgação das informações primárias. Também busca-se desqualificar o The Intercept Brasil por ser um “site de esquerda” e Glenn Greenwald por fazer a conexão com seu marido, deputado por um partido de esquerda. Ainda busca-se contradições como as mensagens “encaminhadas com o mesmo horário” e a discussão sobre Moro e Dallagnol “não terem sido procurados”</p>
--	---

3. Diálogos inteiros podem ter sido forjados por hacker, diz Lava Jato

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lava-jato-dialogos-forjados-hacker/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título destaca que a Lava Jato alega os diálogos podem ter sido “forjados”, o que pode dar a entender que as conversas vazadas podem ter sido adulteradas ou inventadas, buscando a desconfiança por parte do público</p> <p>- No lead, destaca-se que podem ter sido forjados “diálogos inteiros” e que essa declaração vem após a invasão virtual de um servidor do CNMP que conversou com outros procuradores. Busca-se assim trazer a desconfiança sobre todos os conteúdos divulgados</p>
- Estilo léxico	<p>- O texto repercute diversos trechos da nota do Ministério Público Federal, em nome da Operação Lava Jato. Há palavras fortes em relação à atuação dos hackers (“investidas criminosas contra celulares de autoridades”; “atacar a Lava Jato”; “diálogos obtidos por meio ilícito”; “ação hostil, complexa e ordenada, típica de organização criminosa”) e aos conteúdos das reportagens, colocados em dúvida (“dúvidas inafastáveis quanto à</p>

	<p>sua autenticidade”; “fake news”; “torna impossível aferir se houve edições, alterações, acréscimos ou supressões no material”)</p> <p>- Ressalta-se que um integrante do CNMP teve sua conta invadida e entrou em grupo de procuradores “Distorcendo fatos” , buscando “desacreditar a imagem de integrantes da força-tarefa” e “queimar a imagem dos integrantes do MPF”</p> <p>- Apenas brevemente é dito que um novo diálogo “veio à tona e envolve um ministro do Supremo Tribunal Federal”. Já se descreve também que sua “autenticidade é questionável”. Apenas após a repercussão da nota do MPF são dados mais detalhes sobre os conteúdos dos diálogos que foram veiculados na Rádio Band News FM. O diálogo entre Moro e Deltan detalha a confiança no ministro Luis Fux (“in Fux we Trust”), mas são poucos os detalhes oferecidos</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: o posicionamento da Gazeta do Povo é dar foco às alegações do MPF em relação aos diálogos que afirma que eles poderiam ter sido “forjados” e citando episódios de “invasões pelos hackers a grupos de procuradores”. Destaca-se a gravidade dos crimes e a possibilidade de adulteração de mensagens, ligando os atos à divulgação de fake news (“Uma informação conseguida por um hackeamento traz consigo dúvidas inafastáveis quanto à sua autenticidade”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: descrições com detalhes sobre as ações dos hackers em grupo de 11 de junho (“um hacker passando-se por um integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cuja identidade virtual havia sequestrado, entabulou conversas com outras autoridades e ainda em grupos de aplicativos de trocas de mensagens eletrônicas buscando “queimar a imagem” de integrantes do MPF”), além de ressaltar novos hackeamentos (“os procuradores da República Thaméa Danelon e Andrey Borges de Mendonça sofreram tentativa de invasão em seus celulares</p>

	<p>funcionais no mês de maio”)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de argumentação: com os questionamentos em relação aos conteúdos das mensagens (“torna impossível aferir se houve edições, alterações, acréscimos ou supressões no material alegadamente obtido”) também já se oferece pouco espaço às mensagens vinculadas em relação à aproximação da Lava Jato com Luis Fux (“In Fux we trust”) e se questiona sua veracidade (“cuja autenticidade é questionável”) - Estratégia de generalização: busca-se tomar como parte inteira a possibilidade de alguns diálogos serem forjados e, dessa forma, coloca-se em dúvida todo o material divulgado pela série de reportagens (“Uma informação conseguida por um hackeamento traz consigo dúvidas inafastáveis quanto à sua autenticidade, o que inevitavelmente também dará vazão à divulgação de fake news”) - Estratégia retórica: hipérboles relacionadas às gravidades dos hackeamentos aos celulares dos procuradores (“uma ação hostil, complexa e ordenada, típica de organização criminosa”)
--	---

4. Moro nega autenticidade de novas conversas divulgadas por site

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/moro-nega-autenticidade-de-novas-conversas-divulgadas-por-site/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título, mais uma vez o destaque vai para a ação de Moro que “nega autenticidade de conversas divulgadas por site”. O conteúdo das mensagens mais uma vez fica em segundo plano</p> <p>- No lead, destaca-se que Moro negou a autenticidade das conversas e se revela que, no texto do The Intercept Brasil, “Moro teria dado sugestões para a elaboração de uma nota em resposta a manifestações da defesa</p>

	do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, o que se mostraria inadequado para a sua função
- Estilo léxico	<p>- Mais uma vez Moro e o procurador utilizam palavras para desqualificar os conteúdos das reportagens. Afirmam que “não reconhecem a autenticidade das conversas”, que desconhece “completamente as mensagens citadas” e que as informações “podem ter sido adulteradas e editadas”, além de classificar como “nova rodada de mentiras”. Também pedem providências para a apuração da veracidade desses conteúdos (“Reitera-se a necessidade de que o suposto material seja apresentado a autoridade independente para que sua integridade seja certificada”).</p> <p>- Há ainda tentativas de desacreditar o site The Intercept Brasil e de sugerir um crime por parte do veículo (“o órgão jornalístico deve uma explicação de como teve acesso a esse material de origem criminosa, e quais foram as medidas que tomou para ter certeza de sua veracidade e integridade. Lembro que a liberdade de imprensa não cobre qualquer participação de jornalistas no crime de violação de sigilo de comunicações”). Destacam-se as publicações a partir de um post feito no Facebook</p> <p>- A reportagem então revela alguns conteúdos da reportagem com as mensagens vazadas com a utilização de dois discursos diretos (“a Defesa [de Lula] já fez o showzinho dela”) e reforço da expressão “supostas conversas”, além de ressaltar que a publicação “não releva a fonte das mensagens”</p>
- Estratégias de discurso	- Estratégia de posicionamento: a Gazeta do Povo reforça que não são confiáveis os diálogos e segue os tratando como “supostas conversas” e ressaltando a “não revelação da fonte das mensagens”. Dá menor destaque a seus conteúdos e reforça os posicionamentos oficiais de Moro e dos procuradores, que reforçam a “invasão criminosa dos hackers” e colocam em dúvida a publicação ao reforçar a “obtenção dos diálogos de

	<p>maneira criminosa”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de legitimação: para o veículo, não teria como haver a certeza sobre a autenticidade do material, o que só seria obtido por meio de perícia. Isso é cobrado em nota oficial (“Reitera-se a necessidade de que o suposto material, obtido de maneira criminosa, seja apresentado a autoridade independente para que sua integridade seja certificada”) e no post do procurador (“Gostaria de saber também se foram entregues os meios eletrônicos pelos quais esse material foi recebido para perícia pela PF [Polícia Federal], tanto para verificar possíveis manipulações, quanto para identificar a origem do crime”) - Estratégia de granularidade: não há aprofundamento nos conteúdos divulgados pelo site, há apenas a divulgação das notas oficiais e da repercussão sobre o assunto - Estratégia de argumentação: os diálogos divulgados pela Lava Jato tiveram obtenção com origem criminosa e por isso não seria possível saber se haveria qualquer edição do material (“mensagens de autoridades públicas colhidas por meio de invasão criminosa de hackers e que podem ter sido adulteradas e editadas”). Há o reforço do trecho em que o procurador cobra “quais foram as medidas que tomou para ter certeza de sua veracidade, integridade e ausência de manipulação” - Estratégia de generalização: mais uma vez, reforça-se que as mensagens foram obtidas por “meio reconhecidamente criminoso” e por isso não seria possível afirmar a veracidade sobre nenhum trecho - Estratégia retórica: ironia e hipérbole presente na fala do procurador e veiculado pelo veículo (“acreditando singular que o 'órgão jornalístico' volte-se agora contra mim, aparentemente incomodada pelas críticas que tenho feito ao péssimo exemplo de 'jornalismo' que produz”)
--	--

5. Lava Jato chama de “notícia falsa” troca de procuradora no caso triplex

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título o destaque é a expressão “notícia falsa” utilizada para caracterizar uma das reportagens da Vaza Jato. Nesse caso, a afirmação é categórica em afirmar que o fato em questão é mentira</p> <p>- No lead, destaca-se que a “notícia falsa” é relativa à interferência “na escalção dos procuradores do Ministério Público Federal que participaram de audiências e outros atos relativos a processos da operação” e que o nome principal em questão é o de Laura Tessler. Destaca-se ainda que os diálogos apareceram no “site de esquerda” Intercept Brasil e pelo “blogueiro” Reinaldo Azevedo, termos utilizados para tentar desacreditar as fontes de informação</p>
- Estilo léxico	<p>- A reportagem recapitula informações a respeito de uma primeira reportagem do The Intercept Brasil, ao questionamento sobre a “troca de agentes” por Moro e sua negação sobre isso e uma posterior veiculação de informações a respeito de orientações sobre a troca da procuradora que foi revelada por Reinaldo Azevedo, em que “Dallagnol teria repassado a sugestão sobre Tessler a outro membro da força-tarefa”</p> <p>- Na sequência há o destaque para a nota da Lava Jato que reforça que Laura Tessler “continuou participando de todos os atos que envolviam o ex-ministro Antônio Palocci” e que eram outros procuradores “diretamente responsáveis pelo caso de Lula”. Há ressalvas a elogios feitos à procuradora (“atuação firme, técnica e dedicada”) e de que o trabalho com ela continua (“segue responsável por diversas investigações e ações criminais, realizando todos os atos processuais necessários”)</p> <p>- Em relação a Reinaldo Azevedo, busca-se desqualificar a informação (“informação rasa, equivocada e sem checagem”;</p>

	<p>“movimento fantasioso de troca de procuradores”; Reinaldo Azevedo não realizou a devida apuração”). Não há a menção ao trecho da nota com a expressão “notícia falsa”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Gazeta do Povo ressalta que há o erro na veiculação da reportagem (“notícia falsa”) e que as informações publicadas não são verdadeiras (“rasa, equivocada e sem checagem”). Busca-se ainda desqualificar os dois meios de informação (“site de esquerda”; “blogueiro”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização de argumentos presente na nota dos procuradores que ressalta que Laura Tessler continuou sendo parte importante da Lava Jato e que não teria sido retirada da Lava Jato a pedido de Moro (“Laura Tessler continuou participando de todos os atos que envolviam o ex-ministro Antônio Palocci mesmo depois da data da suposta mensagem de Moro a Dallagnol”) e de que outros procuradores estavam envolvidos diretamente com o caso de Lula (“estiveram presentes nas principais medidas investigatórias do caso, na exposição pública do conteúdo da denúncia em 14/09/2016, e em 16 das 18 audiências judiciais do caso”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: A Lava Jato busca ressaltar a sua importância em processos da Lava Jato (“contribuiu decisivamente para a condenação de 13 réus acusados de corrupção e lavagem de dinheiro a mais de 90 anos de prisão”) e seu trabalho de “atuação firme, técnica e dedicada”). Argumenta-se ainda que Reinaldo Azevedo “pretendeu desmentir Moro” ao publicar novo trecho dos diálogos que poderia contradizer a fala de Moro à Câmara</p> <p>- Estratégia retórica: ironias em relação à participação de Reinaldo Azevedo no caso (“antigo crítico e agora “parceiro” do Intercept”; “blogueiro Reinaldo Azevedo”)</p>

6. Lava Jato aponta indícios de edição em nova leva de mensagens

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lava-jato-aponta-indicios-de-edicao-em-nova-leva-de-mensagens/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- Título: “indício de edição” nas novas mensagens vazadas leva o leitor a crer que houve manipulação e adulteração das informações. Trata-se de declaração da Lava Jato e ainda não é oferecido qualquer outro detalhe</p> <p>- No lead, divulga-se que a Lava Jato apontou a edição de “nomes e datas” em uma nova leva de “supostas mensagens” publicadas pela imprensa. Não se sabe ainda a que se referem</p>
- Estilo léxico	<p>- A publicação envolveria uma crítica dos procuradores a Moro por este ter aceitado o cargo de Ministro da Justiça</p> <p>- A reportagem foca em uma publicação do site Antagonista que teria apontado uma incoerência nos personagens participantes da matéria (“O procurador citado primeiramente foi preso em 2017 e não poderia ter participado da conversa citada, ocorrida em 2018”). Outra “inconsistência” diria respeito à procuradora Monique Cheker, em que “ela teria se referido a episódios envolvendo Moro em 2008”, momento em que “ainda não estava em atividade no MPF e não havia tido contato com Moro”.</p> <p>- Esse raciocínio é reforçado pelos posicionamentos da Lava Jato (“alertando haver fortes indícios de edição de nomes de interlocutores e datas nas supostas mensagens”) que ressaltam que o material tem “origem criminosa”, é “ilegítimo”, “um balão vazio, cheio de nada e não teria “interesse público subjacente” (“visa constranger as autoridades públicas mencionadas”)</p>
- Estratégias de discurso	- Estratégia de posicionamento: A Gazeta do Povo reforça as incoerências que

	<p>comprometam as informações em nova matéria do The Intercept, levando o leitor acreditar que nenhuma delas é verdadeira (“fortes indícios de edição de nomes e datas”)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de legitimação: utilização de exemplos de possíveis manipulações dos materiais em caso do procurador Angelo (“não poderia ter participado da conversa citada em 2018”) e de Monique (“ainda não estava em atividade no MPF e não havia tido contato com Moro”) - Estratégia de argumentação: reforçam-se as matérias do site O Antagonista para demonstrar as incoerências presentes. Destaca-se tweets de Sergio Moro que utilizam essas matérias como argumentos em defesa da Lava Jato (“A matéria do site, se fosse verdadeira, não passaria de supostas fofocas de procuradores, a maioria de fora da Lava Jato. Houve trocas de nomes e datas pelo próprio site que as publicou, como demonstrado por OAntagonista”) - Estratégia de generalização: o veículo busca tomar exemplos pontuais de possíveis falhas presentes nos materiais como regras em relação ao que pode ter acontecido em todas as mensagens publicadas, reforçando o que é dito pelas notas da Lava Jato (“reconhece como ilegítimo o material publicado” e “não traz qualquer interesse público subjacente”) - Estratégia retórica: hipérboles em nota da Lava Jato a respeito dos erros existentes (“fortes indícios de edição”; “constranger as autoridades públicas)
--	---

7. Força-tarefa da Lava Jato questiona veracidade de mensagens sobre empreiteiro

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/forca-tarefa-da-lava-jato-questiona-veracidade-de-mensagens-sobre-empreiteiro/>

Análise de discurso	
Categorias	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- No título, mais uma vez o destaque é a ação da Lava Jato que levanta dúvidas sobre os diálogos (“questiona veracidade de mensagens”), dessa vez sobre empreiteiro, mas não é claro qual é</p> <p>- No lead, o primeiro destaque vai para a nota da Lava Jato que diz que “não foi possível constatar o contexto e a veracidade do material publicado sobre a delação do ex-presidente da OAS”. Em seguida se revela que reportagem da Folha de S. Paulo apontou que procuradores “veriam com descrédito as informações repassadas por Léo Pinheiro mudou a versão de seus depoimentos diversas vezes”</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A nota da Lava Jato ressalta que o testemunho de Leo Pinheiro “foi prestado sem a existência de acordo de colaboração premiada, sem qualquer promessa de benefício”. A reportagem aponta que o MPF utilizou o depoimento para embasar a denúncia mas que ela era composta por “farto material probatório, como documentos, perícias e outros testemunhos”. Diz-se que é “inadequada a insinuação de que o ex-presidente teria sido condenado em razão desse depoimento”</p> <p>- A publicação ressalta as notas do MPF que enaltecem o trabalho da Lava Jato com adjetivos elogiosos (“solidez do trabalho”; “fundamentação robusta e detalhada”; “pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: questiona-se a veracidade das informações presentes na reportagem, destacando que a reportagem contrasta com fatos públicos (“a publicação contrasta com o fato de que testemunho de Léo Pinheiro foi prestado sem a existência de acordo de colaboração premiada, sem qualquer promessa de benefício, por decisão dele e de seu advogado”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: busca-se ressaltar a qualidade dos trabalhos realizados pela Lava Jato nesse caso, com mais provas para além do depoimento de Leo Pinheiro (“havia farto material</p>

	<p>probatório, como documentos, perícias e outros testemunhos”; “testemunho de Léo Pinheiro sequer existia quando foi feita a acusação”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: utiliza-se o argumento que as provas apresentadas foram robustas e os argumentos do MPF foram validados também por instâncias superiores (“A análise de fatos e provas em fundamentação robusta e detalhada pelas diferentes instâncias, evidenciam a solidez do trabalho”), além de princípios da operação (“sempre pautam suas ações pessoais e profissionais pela ética e pela legalidade”)</p>
--	--

8. O que dizem as supostas conversas de Moro e Deltan Dallagnol divulgadas pela Veja

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/moro-deltan-dallagnol-supostas-conversas-veja/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título indica que a matéria visa apresentar os conteúdos sobre as “supostas conversas entre Moro e Dallagnol”. Destaca ainda que foram divulgadas pela Veja, o que oferece especial atenção por ser considerada um veículo de direita mas que realizou a parceria com o The Intercept Brasil para a publicação das matérias</p> <p>- No lead, diz-se que as mensagens divulgadas pela Veja indicam que Moro “teria orientado ‘ilegalmente’ as ações da Lava Jato”</p>
- Estilo léxico	<p>- Em primeiro lugar, a publicação ressalta que as mensagens fazem parte de série de reportagens publicadas nas últimas semanas e destaca que a origem ter sido uma “fonte anônima”, o que o veículo vê como algo discutível. A posição da Lava Jato indica não “reconhecer a veracidade dos diálogos”</p> <p>- A reportagem destaca em dois parágrafos e algumas aspas os diálogos em que Moro teria indicado a inclusão de uma prova contra um réu (“No caso do Zwi, Moro disse</p>

	<p>que tem um depósito em favor do (Eduardo) Musa (ex-funcionário da Petrobras) e, se for por lapso que não foi incluído, ele disse que vai receber amanhã e dá tempo. Só é bom avisar ele", teria escrito Deltan"). Em seguida, a nota de Moro explica que a "absolvição do réu revela por si só a falsidade da afirmação"</p> <p>- Em seguida, há a veiculação de outros diálogos; como a de uma manifestação que Deltan teria antecipado para Moro ("quase pronta para facilitar o preparo da decisão de Moro"), seguido de ausência de manifestação de Moro; pela posição de Moro de ser contra a delação de Eduardo Cunha ("Rumores de delação do Cunha... Espero que não procedam") e de constante troca de informações sobre o assunto ("sempre que quiser, vou te colocando a par"), seguido de informação de que a delação de Cunha jamais esteve sob seu poder; breve informação sobre contato da Lava Jato com o ministro Edson Fachin ("Aha, uhu, o Fachin é nosso"); e um encontro de Sergio Moro com o apresentador Faustão ("Ele disse que vocês nas entrevistas precisam usar uma linguagem mais simples. Para todo mundo entender. Para o povão"). Realiza-se assim, uma</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a estratégia é citação de diversos trechos de diálogos veiculados pela Veja, com informações básicas sobre cada uma delas mas sem grande aprofundamento. Para praticamente todas elas, há a presença de manifestações de Moro ou do MPF, destacando a relevância de suas manifestações ("Em resposta à revista"; "em nota publicada no site do Ministério da Justiça")</p> <p>- Estratégia de legitimação: aponta-se uma série de pontos abordados pela reportagem de maneira rápida, mas destaca-se a posição de Moro e de Deltan a elas, reforçando que não é possível "confirmar a veracidade". Utiliza-se ainda o argumento do uso de "fonte anônima" para que não se ofereça credibilidade às denúncias</p>

	<p>- Estratégia de granularidade: o objetivo é oferecer informações muito básicas para cada um dos temas relacionados à publicação das mensagens, de forma a não oferecer foco a cada uma delas</p> <p>- Estratégia de argumentação: Utiliza-se a absolvição de dois réus como argumento para a “falsidade da afirmação da existência de conluio entre juiz e procuradores ou de quebra de parcialidade” e de que a delação de Eduardo Cunha “jamais tramitou na 13ª Vara de Curitiba”</p>
--	--

9. Moro e Lava Jato teriam cogitado vazamento de dados sigilosos sobre Venezuela

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/moro-lava-jato-vazamento-dados-sigilosos-venezuela/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- Título: destaque para “teriam cogitado expor” em relação a dados sigilosos sobre a Venezuela. Trata-se sobre uma das reportagens da série Vaza Jato</p> <p>- No lead, destaque para o fato de que as “supostas mensagens” entre Moro e procuradores foram veiculadas pela Folha de S. Paulo em parceria com The Intercept Brasil</p>
- Estilo léxico	<p>- Há a exibição de um parágrafo de resumo sobre a possível exposição de “informações sigilosas sobre corrupção na Venezuela, contidas em delação da Odebrecht”</p> <p>- Em seguida, ressalta-se a manifestação de Moro pelo Twitter ao criticar a matéria (“Novos crimes cometidos pela Operação Lava Jato, supostas discussões para tornar públicos crimes de suborno da Odebrecht na Venezuela, país no qual juízes e procuradores são perseguidos e não podem agir com autonomia. É sério isso?”). Destaca-se ainda outras manifestações do ministro com o uso de termos como “falso escândalo”, “sensacionalismos fraudados” e alegando que “o suposto hacker que as</p>

	<p>obteve quer impedir novas investigações e anular condenações”</p> <p>- Na sequência, divulgam-se mais detalhes sobre as conversas (“Talvez seja o caso de tornar pública a delação da Odebrecht sobre propinas na Venezuela”) em que vazamentos das conversas foram debatidos apesar de não serem permitidos (“as informações só poderiam ser compartilhadas com outros países caso estes garantissem não tomar qualquer medida contra a companhia e os delatores”). A descrição dos eventos após a reportagem alegar que os “supostos diálogos” vieram por meio de “fonte anônima”, utilizado para tirar a credibilidade das informações (“Tinha pensado inicialmente em tornar público. Acusação daí vcs tem que estudar viabilidade”). Depois seguem-se mais detalhes descritivos sobre as mensagens (“Folha e Intercept relatam uma série de supostas conversas entre procuradores para debater como expor as informações sigilosas...”)</p> <p>- Por fim, o veículo ainda utiliza um subtítulo para destacar as falas de Moro ao jornal Correio Braziliense. Ele descaracteriza as reportagens (“falsos escândalos”; “revanchismo”) e afirma que há o interesse de “impedir novas investigações e anular condenações”. Também diz que as mensagens podem ter existido e que se existiram não haveria irregularidade, como desfecho da reportagem (“Nas minhas mensagens, se não forem adulteradas, não existe qualquer espécie de irregularidade. Tenho muita convicção do que eu fiz como juiz e sempre me pautei com base na lei e na ética”).</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a ideia é publicar alguns detalhes sobre o possível vazamento de dados envolvendo a Venezuela mas também reforçar a imagem de Moro por meio de suas manifestações sobre esse tema (“É sério isso?”) e sobre outros escândalos (“Tenho muita convicção do que eu fiz como juiz e sempre me pautei com base na lei e na ética”)</p>

	<p>- Estratégia de legitimação: busca-se legitimar a posição de Moro ao exibir ao público a imagem de um juiz que sabe “que na Venezuela juízes e procuradores não têm autonomia e são perseguidos”. Não se reconhece a legitimidade mas busca-se ressaltar que há “sensacionalismos fraudados” nas reportagens. Busca-se ressaltar que há tentativas de “anular investigações” e afirmar que essa é a motivação por parte das reportagens</p> <p>- Estratégia de argumentação: afirma-se que algumas mensagens podem ter sido “adulteradas total ou parcialmente e não foram publicadas a partir do contexto delas”, mas admite que “pode ter mensagens que tenham ocorrido”. O argumento é que se esse for o caso não haveria qualquer problema com sua conduta (“Confio no ministro do Supremo’. Qual é o problema em falar nisso? Problema nenhum. Se não foram adulteradas, não há nenhuma irregularidade”)</p> <p>- Estratégia de generalização: busca-se colocar as reportagens como meios para “impedir novas investigações e anular condenações”</p> <p>- Estratégia retórica: eufemismo nas declarações de Moro a respeito da gravidade dos fatos (“Confio no ministro do Supremo’. Qual é o problema em falar nisso? Problema nenhum”)</p>
--	---

10. Em áudio, Deltan Dallagnol apresenta ‘aviso em primeira mão’ sobre entrevista de Lula

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/audio-deltan-dallagnol-lula-the-intercept/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	- O título descreve que Deltan Dallagnol teria apresentado “aviso em primeira mão sobre entrevista de Lula”. Destaca-se as aspas na expressão “primeira mão”, o que daria a entender que essa poderia ter sido

	<p>apenas a alegação da reportagem</p> <p>- No lead, destaca-se que “pela primeira vez na sequência de supostas conversas” foi apresentado um áudio, o que reforça o pedido do veículo para que prints e áudios fossem apresentados como provas considerada “primárias”. Reforça-se ainda que o site The Intercept Brasil publicou áudio “atribuído” a Deltan, o que não seria uma confirmação de autenticidade</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Utilização das palavras “supostas” e “atribuído” em relação às mensagens e áudio de Deltan</p> <p>- Segue-se à descrição do áudio com o seu conteúdo em relação à suspensão da liminar que autorizava a realização da entrevista de Lula à Folha de S. Paulo</p> <p>- Por fim, é destacada a nota da Lava Jato, com destaque a alegações semelhantes. Reforça-se que as “supostas mensagens” são “oriundas de crime cibernético” e não puderam ter “contexto e veracidade” verificados. Ainda acusa-se de poder haver adulterações e má utilização desses conteúdos (“usadas, editadas ou descontextualizadas, para embasar falsas acusações que contrastam com a realidade dos fatos”)</p> <p>- Por fim, há um vídeo com o áudio de Deltan Dallagnol</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Gazeta do Povo afirma que seria preciso apresentar as provas primárias, como áudios e prints, para que os conteúdos das mensagens pudessem ser verificados. Destaca-se que pela “primeira vez” isso aconteceu mas continua a se tratar os conteúdos com desconfiança (“supostas mensagens” e “áudio atribuído a Deltan”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: mesmo com o áudio ainda não foi realizada a verificação ou a perícia necessária em relação ao áudio (“as mensagens não puderam ter seu contexto e veracidade verificados”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: argumenta-se</p>

	que sem a perícia, não é possível ter a certeza sobre a veracidade dos fatos e que, portanto, as mensagens podem ter sido “usadas, editadas ou descontextualizadas” para embasar “falsas acusações”. Ressalta-se que o veículo optou em oferecer menos espaço ao conteúdo das mensagens como escolha editorial
--	--

11. Reinaldo Azevedo: Sergio Moro e Deltan Dallagnol teriam combinado com PF fases da Lava Jato

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/reinaldo-azevedo-moro-deltan-lava-jato/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título apresenta-se primeiro a fonte da informação (“Reinaldo Azevedo”) e em seguida que Moro e Deltan “teriam combinado com PF fases da Lava Jato” em mais um capítulo das reportagens da Vaza Jato</p> <p>- No lead, destaca-se a fonte da informação (“programa É da Coisa e blog do Reinaldo Azevedo”) e que Moro e Dallagnol “teriam combinado” a reunião para “planejar novas fases da Lava Jato”</p>
- Estilo léxico	<p>- Após a apresentação do assunto, destaca-se que Moro disse que prendeu “3 da Odebrecht para não pisar em ovos”. As conversas seriam de 2015</p> <p>- Na sequência destaca-se que poderia ter havido violação do “Código de Processo Penal (CPP) por conta de parcialidade do magistrado”. Porém, a ressalva é apontada pelo jornal (“se verdadeiros os diálogos”)</p> <p>- Na nota da Lava Jato, a força-tarefa diz “não reconhecer” as mensagens que “são atribuídas” aos integrantes. Destaque à expressão “crime cibernético” e que não tiveram “contexto e veracidade verificados” em uma repetição a outras notas</p>
- Estratégias de discurso	- Estratégia de posicionamento: destaca-se a matéria de Reinaldo Azevedo pelo fato do jornalista ser conhecido por ser de direita (e

	<p>ainda assim participar de parceria com o The Intercept Brasil) e pelo fato do conteúdo apresentar grande gravidade e ser um complicador para a Lava Jato “a reunião violar o Código de Processo Penal (CPP) por conta de parcialidade do magistrado”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de legitimação: destaca-se, porém, que não é possível “reconhecer as mensagens”. Por isso, a própria reportagem destaca que a hipótese de “parcialidade é uma “suspeita” e que dependeria “se são verdadeiros os diálogos” - Estratégia de argumentação: o material possui origem em “crime cibernético” e que por isso, o material não pode ter “seu contexto e veracidade confirmados”. Ressalta-se que o veículo optou em oferecer menos espaço ao conteúdo das mensagens como escolha editorial
--	---

12. Moro reage à publicação sobre negociação de delações na Lava Jato

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/moro-publicacao-negociacao-delacoes/>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- No título, o grande destaque é a ação de Moro que “reage” à publicação sobre delações na Lava Jato. Não há qualquer outra informação sobre o assunto</p> <p>- O lead repete que Moro reagiu à reportagem que trata sobre “negociação de delações na Lava Jato de executivos da Camargo Corrêa” e foi veiculada pelo The Intercept Brasil</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Destaque para a manifestação de Moro através da rede social Twitter (há um link que direciona para o tweet original) que fala sobre “sensacionalismo e violação criminosa de privacidade”</p> <p>- A reportagem diz que ele “questionou a crítica” e destacou sua fala sobre a “campanha contra a Lava Jato”</p> <p>- Um dos tweets é destacado pela</p>

	<p>reportagem que questiona as críticas sobre procedimentos de delação. Ressalta sobre “poder” e “dever legal” de “não homologar ou exigir mudanças em acordos”, vinculando essa ação de correção dos acordos a seus atos. Destaca ainda que esse problema foi feito em “acordo com sócios da JBS”, caso que “não passou por ele”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: Moro teria agido de maneira correta ao tentar corrigir e propor mudanças sobre o acordo de delação premiada presente na matéria. Essa posição é destacada em seu tweet (“O juiz tem não só o poder, mas o dever legal de não homologar ou de exigir mudanças em acordos de colaboração excessivamente generosos com criminosos”). A reportagem realça a sua posição e coloca um link para a matéria original da Folha de S. Paulo mas não se encontra mais detalhes na publicação</p> <p>- Estratégia de legitimação: outros acordos de delação premiada foram feitos de maneira incorreta e trouxeram benefícios a criminosos, por isso, ele teria atuado para corrigir isso (“Não foi, aliás, essa a crítica a acordos como os dos sócios da JBS (que não passaram por mim)?”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: Moro argumenta que há “sensacionalismo e violação criminosa de privacidade”. Tenta imputar as divulgações a crimes para que seus conteúdos não sejam destacados e ressalta que se trata de “campanha contra a Lava Jato”</p> <p>- Estratégia retórica: paralelismo entre acordos de delação premiada da JBS e alegações sobre correções em acordos em que Moro esteve envolvido como forma de apresentar sua defesa às acusações (“Não foi, aliás, essa a crítica a acordos como os dos sócios da JBS (que não passaram por mim)?”)</p>

13. PT pede que Procuradoria investigue Moro por abuso de autoridade

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/pt-pede-que-procuradoria-investigue-moro-por-abuso-de-autoridade/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título destaca o pedido do PT, partido de oposição ao Governo, para investigação a Moro por “abuso de autoridade”. Destaca-se isso sem qualquer referência a mensagens ou ao motivo da investigação</p> <p>- No lead, destaca-se que a investigação diz respeito a crimes de “crimes de prevaricação e abuso de autoridade”</p>
- Estilo léxico	<p>- Em seguida revela-se que o pedido se dá por conta de uma nova matéria de S. Paulo a respeito da “divulgação de trechos da delação de Antonio Palocci antes do primeiro turno das eleições de 2018”.</p> <p>- Diz-se ainda que o partido quer que a Procuradoria “investigue se o ministro interferiu nas eleições” após uma fala da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que afirma que Moro queria dar um “xeque mate uma semana antes das eleições” para Bolsonaro ganhar as eleições</p> <p>- Na sequência, também se destaca que o partido agregou a reportagem da Folha de S. Paulo a “pedidos de providência na Justiça Eleitoral em relação à fraudes e interferências ilegais no processo eleitoral”, o que poderia levar à “cassação da chapa de Bolsonaro”. Não fica claro, porém, quais pedidos e que processos seriam esses</p>
- Estratégias de discurso	<p>- Estratégia de posicionamento: A Gazeta do Povo coloca o PT à frente das ações como partido que busca se opor às ações de Moro e da Lava Jato, sugerindo que o partido busca reverter o resultado das eleições ou retirar Bolsonaro do poder de alguma forma (“pede que a Procuradoria investigue se o ministro interferiu nas eleições”). Os conteúdos das mensagens, porém, ficam em segundo plano</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização de fala da presidente do PT para reafirmar que o partido acredita que as eleições podem ter sido manipuladas (“Nossa avaliação é que</p>

	<p>Moro queria dar um xeque mate uma semana antes das eleições para que Bolsonaro ganhasse as eleições no primeiro turno”). Isso configuraria um puro interesse eleitoral e político com alegação jurídica a partir da matéria da Folha de S. Paulo</p> <p>- Estratégia de argumentação: O PT passa a utilizar a reportagem da Folha de S. Paulo para alegar que o “ministro interferiu nas eleições” e para agregar mais elementos à Justiça Eleitoral sobre “fraudes e interferências ilegais no processo eleitoral”, com o objetivo de “levar à cassação a chapa de Bolsonaro”</p> <p>- Estratégia retórica: hipérbole causada pelo pedido de investigação a Moro e relação com possível cassação da chapa de Bolsonaro (“pedidos de providências feitos na Justiça Eleitoral em relação à fraudes e interferências ilegais no processo eleitoral. O resultado das ações pode levar à cassação da chapa de Bolsonaro”)</p>
--	---

14. Lava Jato diz que Deltan nunca pediu à Receita investigação de ministros do STF

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lava-jato-diz-que-deltan-nunca-pediu-a-receita-investigacao-de-ministros-do-stf/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título, a Lava Jato e Deltan continuam como agentes ativos e suas declarações são os destaques principais. Em sua defesa, ele alega “que nunca pediu à Receita investigação de ministros do STF”, uma referência a uma das matérias da Vaza Jato</p> <p>- O lead destaca novamente que a Lava Jato se manifestou sobre o assunto e traz link para a matéria original da Folha de S. Paulo com revelações de novas mensagens</p>
- Estilo léxico	- A reportagem oferece a informação sobre o escândalo divulgado na Folha mas ressalta que Deltan “supostamente incentivava colegas a investigar o ministro Dias Toffoli” e que “poderia ter solicitado à Receita

	<p>Federal para levantar informações”. Não se crava que as informações sejam verdadeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na sequência, mais um destaque para a nota da Lava Jato que afirma que “nunca solicitou à Receita Federal a investigação de ministros” e “tampouco orientou trabalhos no órgão”. Também disse “não conhecer os auditores responsáveis” - Por fim, o texto aponta providências tomadas por ministros do STF para “suspender investigações da Receita contra ministros”, além de uma atuação para “investigar a atuação da força-tarefa da Lava Jato”
<p>- Estratégias de discurso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de posicionamento: a Lava Jato afirma que não houve qualquer direcionamento às atividades da Receita e nenhuma investigação contra ministro do STF. Além disso, não se reconhecem as mensagens, portanto, utiliza-se termos como “supostamente” e “poderia ter solicitado” para os atos em questão - Estratégia de legitimação: não se tinha conhecimento de pedidos de investigação e nem mesmo sobre “quem são os auditores responsáveis por eventual ação”. Também não há certeza sobre a veracidade das mensagens - Estratégia de argumentação: destaca-se as ações do STF para suspender investigações e para atuar contra a Lava Jato (“defendeu que conselhos do Ministério Público e de Justiça investiguem a atuação da força-tarefa da operação Lava Jato”), além de utilizar um hiperlink com referência a outra matéria com crítica de Gilmar Mendes à Lava Jato

15. PT pede e conselho do MP aceita procedimento contra Deltan por palestra em banco

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/conselho-mp-deltan-reclamacao-pt/>

<p>Análise de discurso</p>	
<p>Categorias</p>	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título explica que foi aberto um “procedimento contra Deltan por palestra em banco” no Conselho do MP e atribui a abertura ao PT, partido de oposição a Bolsonaro e que também se opõe à Lava Jato. A “palestra em banco”, novo escândalo da Vaza Jato, fica em segundo plano</p> <p>- No lead, destaca-se que a representação surgiu através da “bancada do PT na Câmara” e que o procedimento foi aberto pelo “corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel Moreira”</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Destaca-se que esse procedimento contra Deltan não é o primeiro e que foi aberto novamente por pedido do PT (“Já é a quarta vez que o corregedor acata pedidos do tipo com base em pedidos de representantes do PT”)</p> <p>- Mais uma vez, busca-se enfraquecer o impacto das mensagens presentes nas reportagens (“supostas mensagens com colegas”; “poderia descumprir”). Diz-se que uma palestra de Deltan poderia descumprir o dever do Ministério Público sobre “guardar segredo sobre assunto sigiloso”. Não fica, claro, porém, a que isso se refere</p> <p>- Por fim, tenta-se alarmar o leitor com a afirmação, a partir do site Buzz Feed News, de que Dallagnol “poderá ser afastado de suas atividades pelo órgão nos últimos dias”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: o PT busca retirar Deltan de suas funções e tem pedido abertura de procedimentos contra ele, o que tem sido acatado pelo CNMP (“Já é a quarta vez que o corregedor acata pedidos do tipo com base em pedidos de representantes do PT”) e pode prejudicar a Lava Jato</p> <p>- Estratégia de legitimação: ressalvas ao PT como agente causador de problemas para Deltan e uso de expressões que reiteram os pedidos do partido no CNMP (“mais uma vez”; “quarta vez”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: a investigação teria como base uma “palestra feita por Deltan à XP Investimentos”, o que descumpriria um dever do Ministério</p>

	<p>Público sobre “guardar segredo sobre assunto sigiloso”. Não fica clara a ligação entre uma informação e outra nem mais detalhes, o que visa justamente enfraquecer o argumento sobre qualquer denúncia contra Deltan</p> <p>- Estratégia retórica: hipérbole que relaciona o pedido de abertura de investigação a um possível afastamento de Deltan Dallagnol de suas funções</p>
--	--

16. Lava Jato considerou buscar provas contra Gilmar Mendes, segundo supostas conversas

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gilmar-mendes-lava-jato-provas-stf/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título destaca que “supostas conversas” teriam indicado que a Lava Jato “considerou buscar provas” contra Gilmar Mendes. Ao utilizar o considerar a busca por provas busca-se esvaziar a denúncia realizada pela Vaza Jato</p> <p>- No lead, destaca-se que a Lava Jato “teria considerado” buscar as provas contra Gilmar no caso do operador Paulo Preto. Ressalta-se que a reportagem do El País vem de parceria com o The Intercept Brasil que vem publicando as matérias com base nas conversas. Ainda se ressalta a utilização do termo “fonte anônima” para o recebimento das mensagens</p>
- Estilo léxico	<p>- Utilização de explicações e de suposições sobre os diálogos (“que nas supostas conversas teriam cogitado pedir ajuda de investigadores na Suíça”), oferecendo incertezas a respeito do conteúdo. O objetivo seria “pedir suspeição e impeachment de Mendes”, mas a investigação extrapolaria “as competências constitucionais do MPF” que não poderiam investigar ministros do STF</p> <p>- Na descrição sobre os fatos apontados pelos diálogos, há a utilização de futuro do</p>

	<p>pretérito para todas as ações presentes nos diálogos (“mensagens atribuídas a ele”; “teriam comentado”; “teria debatido”)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na sequência, a reportagem vincula novamente nota da Lava Jato sobre “crime cibernético” e sobre utilização e edição “fora de contexto para embasar acusações e distorções que não correspondem à realidade” - Também houve espaço para a confirmação de que não houve “nenhum indício de que cartões da conta de Paulo Vieira de Souza” e “jamais recebeu qualquer informação sobre suposto envolvimento de Gilmar Mendes” - Por fim, retoma-se o tema sobre uma suposta investigação, por meio da Lava Jato e Receita Federal, ao ministro Dias Toffoli em reportagem. Reforça-se a negativa de ações ilícitas (“Deltan nunca solicitou à Receita Federal que investigasse ministros do STF ou familiares”), seguida de imputação de sentido negativo ao ministro Gilmar Mendes (“chamou a Lava Jato de “organização criminosa para investigar pessoas”)
<p>- Estratégias de discurso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de posicionamento: A Lava Jato nunca teria buscado provas contra Gilmar Mendes porque sabe-se da ilegalidade que esse ato representaria (“A investigação de fatos relativos a um ministro do Supremo, no entanto, extrapola as competências constitucionais do Ministério Público Federal (MPF)”) - Estratégia de legitimação: a Lava Jato nunca teria encontrado indícios que ligariam Paulo Preto a Gilmar Mendes e “não recebeu qualquer informação sobre suposto envolvimento de Gilmar Mendes com as contas no exterior”. Reafirma-se que se há indício de envolvimento de pessoas com foro privilegiado “as informações são sempre encaminhadas à PGR e ao STF”. Ainda se ressalta que as mensagens vieram de “crime cibernético” e que o material pode ter sido “editado” ou “tirado de contexto” - Estratégia de argumentação: a reportagem

	<p>faz uma conexão com outra publicação que afirma que teria havido tentativas de investigação contra outro ministro, Dias Toffoli, além de Gilmar Mendes. Ao destacar a negação da Lava Jato (“Deltan nunca solicitou à Receita Federal que investigasse ministros do STF”) há a conexão com o fato de Gilmar Mendes ter chamado a Lava Jato de “organização criminosa”. Com isso, busca-se imputar um sentido negativo às críticas de Gilmar Mendes, além de buscar a desconfiância do público em relação às reportagens que estariam sempre uma ferramenta contra a corrupção</p>
--	--

17. Procuradora da Lava Jato pede desculpas a Lula no Twitter

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/procuradora-lava-jato-pede-perdao-lula-morte-marisa/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título traz apenas o destaque sobre a ação principal da procuradora no escândalo da Lava Jato – o “pedido de desculpas a Lula no Twitter”</p> <p>- No lead, há o destaque ao pedido de desculpas da procuradora Jerusa Viecilli que surgiu após uma reportagem do UOL ter “acusado” membros da Lava Jato “de ironizarem a morte da ex-primeira-dama Marisa Letícia, em 2017”</p>
- Estilo léxico	<p>- A reportagem destaca o tweet da Procuradora e a discussão sobre a veracidade dos fatos a partir do comentário de uma seguidora (“então as mensagens são verdadeiras. Enfim, alguém assumiu!”). Destaca-se então a argumentação da Procuradora (“Lembrar de uma mensagem não autentica todo o conjunto”; “Os procuradores da Lava Jato nunca negaram que há mensagens verdadeiras, exatamente porque foram efetivamente hackeados. Contudo, não é possível saber exatamente o quanto está correto”). Há ainda as ressalvas</p>

	<p>sobre o fato das mensagens serem “fruto de crime” e terem sido “descontextualizadas ou deturpadas para fazer falsas acusações”</p> <p>- Por fim, há a descrição de manifestações contrárias, mas apenas com trechos das falas, com críticas aos comentários dos procuradores por parte de Gilmar Mendes (“gente que comemora a morte de alguém e diz que isso é uma falcatrua. Que falta de sensibilidade moral”) e de Lula (“extrema indignação”; “referem-se de forma debochada e até desumana” à morte de Marisa e outros entes queridos”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: embora essa mensagem seja verdadeira ainda se ressalta que as mensagens foram “fruto de crime e têm sido descontextualizadas ou deturpadas para fazer falsas acusações”. Ao se debater a veracidade ou não das mensagens se afasta da discussão sobre os conteúdos veiculados nas reportagens</p> <p>- Estratégia de legitimação: seria impossível saber exatamente quais mensagens seriam verdadeiras por conta do grande número de materiais envolvidos ao longo dos anos (“é impossível recordar de detalhes de 1 milhão de mensagens em 5 anos intensos”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: o fato de se admitir que uma mensagem é verdadeira não torna todas elas válidas (“Lembrar de uma mensagem não autentica todo o conjunto”). Existem mensagens verdadeiras mas não todas (“Os procuradores da Lava Jato nunca negaram que há mensagens verdadeiras, exatamente porque foram efetivamente hackeados. Contudo, não é possível saber exatamente o quanto está correto”)</p> <p>- Estratégia retórica: eufemismos por parte da procuradora (“Lembrar de uma mensagem não autentica todo o conjunto. Não é possível saber o quanto está correto”)</p>

Apêndice 3 – Análise de discurso dos editoriais da Gazeta do Povo

1. Moro, Dallagnol e o vazamento de conversas

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- Título é pouco esclarecedor e só apresenta os atores no texto (“Moro, Dallagnol e o vazamento de conversas”).</p> <p>- No lead já é possível perceber o tom crítico às gestões petistas e às acusações contra Moro e Dallagnol (“daqueles que arquitetaram a pilhagem das estatais para fortalecer o projeto de poder petista”). Há a utilização de palavras fortes e acusatórias contra Lula e em defesa de Sergio Moro e da Lava Jato (“Acusações de parcialidade, tão frequentes quanto infundadas, cresceram em intensidade quando a Lava Jato chegou ao ex-presidente Lula”).</p>
- Estilo léxico	<p>- Utilização de diversos adjetivos e expressões de cunho negativo para se referir a Lula e ao governo petista, como: “corrupto”, “articuladores do petróleo” e “pilhagem de estatais” e às acusações contra Moro como “absurda”, “infundadas” e “não consistentes”.</p> <p>- As palavras também são fortes contra os hackeamentos (“não há a menor dúvida de que houve crime da parte de quem invadiu os celulares das autoridades”) e há até mesmo a sugestão de possíveis ilegalidades envolvendo os jornalistas.</p> <p>- Há manifestações que reforçam o papel da Lava Jato na busca contra a corrupção (“A estratégia de deslocar todo o foco para as supostas conversas entre Moro e Dallagnol, no entanto, não é capaz de derrubar o enorme conjunto probatório que a força-tarefa construiu ao longo de anos de investigação laboriosa”)</p> <p>- Em relação aos conteúdos das mensagens, há a escolha pela cautela e por palavras e perguntas que buscam colocar dúvidas sobre o caso (“Entre os supostos diálogos já divulgados, há aqueles que revelam certa imprudência de juiz e procurador, sendo eles os reais autores? Talvez. Há violação do devido processo legal? Só a análise do conteúdo integral permitiria chegar a essa conclusão, o que ainda não é possível fazer”);</p>

	<p>“Qualquer conclusão até o momento será precipitada”)</p> <p>- Há, porém, o reforço de que há dúvidas sobre a veracidade das mensagens e, por isso, não se pode atribuí-las a seus autores (“ainda não surgiu nem mesmo a comprovação de que as mensagens trocadas foram efetivamente enviadas por Moro e Dallagnol. E, ainda que surja essa prova, será preciso ter acesso à íntegra das conversas – ou seja, sem omissões de trechos que poderiam até mesmo demonstrar que os interlocutores procederam de forma correta”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>Estratégia do posicionamento: Construção de identidades de Moro e de Dallagnol como agentes públicos de grande importância para o Brasil (“o enorme conjunto probatório que a força-tarefa construiu ao longo de anos de investigação laboriosa”) de Lula como corrupto (“uma nova tentativa de impor a fábula segundo a qual a Lava Jato não passaria de uma conspiração para derrubar o PT e, especialmente, colocar Lula na cadeia”), de hackers como criminosos (“não há a menor dúvida de que houve crime da parte de quem invadiu os celulares das autoridades, do eventual mandante da invasão e de quem as distribuiu para o site The Intercept”), mas de isenção de crimes aos jornalistas do The Intercept Brasil (“eles estão exercendo seu direito à liberdade de imprensa e têm inclusive garantido o sigilo da fonte”)</p> <p>Estratégia da legitimação: Legitimação das conversas entre juiz e procuradores como ações normais e presentes no Judiciário brasileiro (“o material não nos permite endossar nem a narrativa de parcialidade, nem a de trabalho conjunto entre acusador e julgador, nem aquela que vê violações dos códigos que regem o comportamento da magistratura e dos membros do Ministério Público”)</p> <p>Estratégia da granularidade: Não se observa descrição específica sobre as mensagens e detalhes das conversas, (“Quanto ao conteúdo das mensagens, o que foi divulgado até o momento”)</p> <p>Estratégia da argumentação: Argumentações para provar o ponto de que Moro e Dallagnol não realizaram qualquer ato ilícito e de que os</p>

	<p>vazamentos podem ser tentativas de inocular Lula (“Com a divulgação das mensagens obtidas ilegalmente, a esquerda inicia uma nova tentativa de impor a fábula segundo a qual a Lava Jato não passaria de uma conspiração para derrubar o PT e, especialmente, colocar Lula na cadeia”)</p> <p>Estratégias retóricas: Uso de hipérboles para enfatizar os pontos negativos de Lula e do PT (“ex-presidente Lula, hoje corrupto condenado em três instâncias da Justiça brasileira”) e para reforçar positivamente as ações de Moro e Dallagnol (“enorme conjunto probatório”, “investigação laboriosa”). Paralelismos e oposições que realizam comparações entre as condutas dos agentes em destaque no editorial (“Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa que investiga o megaescândalo de corrupção, e o ex-juiz federal Sergio Moro, hoje ministro da Justiça” e “ex-presidente Lula, hoje corrupto condenado em três instâncias da Justiça brasileira”)</p>
--	--

2. O Congresso não pode usar Moro para desviar o foco

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/congresso-moro-dallagnol-previdencia/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título leva à conclusão que o Congresso estaria utilizando o caso e repercutindo a Vaza Jato e perdendo o foco em relação a matérias mais importantes para o momento como a reforma da Previdência</p> <p>- No primeiro parágrafo destaca-se os pedidos de esclarecimentos no Senado e na Câmara para que Moro e Dallagnol falem a respeito das mensagens publicadas pela Vaza Jato. O texto ressalta que o conteúdo “foi ilegalmente obtido por um hacker” e levou os defensores de Lula “a rasgar as vestes com aquela indignação nunca vista quando eles são colocados diante da realidade dos megaescândalos de corrupção armados pelo PT”. Trata-se então de uma crítica à suposta indignação seletiva de escândalos a que os “esquerdistas” seriam adeptos</p>

<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A Gazeta do Povo cita diversos pedidos para que Moro comparecesse à Câmara e elogia o fato dele ter se disposto a isso (“louve-se, aqui, o fato de o próprio ministro ter tomado essa iniciativa”), em contraposição à aprovação a um convite para esclarecimentos que frustrou um adversário (“aprovou convite ao ministro da Justiça, frustrando o petista Rogério Correia, autor da proposta, que desejava uma convocação – neste caso, Moro seria obrigado a comparecer”)</p> <p>- Em seguida, vem uma severa crítica à discussão sobre o assunto dedicada à “oposição de esquerda e encrocada na Lava Jato” que tentaria “paralisar o Congresso Nacional”, já que atrapalharia o andamento da Reforma da Previdência. Chama-se de “gastar tempo precioso” e de “expediente extremamente duvidoso” a realização de discursos contra a Lava Jato</p> <p>- O texto trata com palavras pesadas (“irresponsabilidade”; “pura má-fé”) o “imbróglio envolvendo Moro e Dallagnol” como fator “complicador para as votações. Diz-se que atrasar as votações para essa discussão é “misturar assuntos sem relação”. Afinal, ainda seria “prematura qualquer conclusão” a respeito do caso. Destaca-se novamente que não é possível paralisar as tarefas deixando “como centro das atenções justamente o que tem menos relevância, em vez das reais urgências”. A Reforma da Previdência é tratada como a “urgência real”</p> <p>- Destaca-se ainda a culpa em deputados do Nordeste para a votação da Reforma, por conta do feriado de Corpus Christi (“escala de prioridades coloca as festas juninas acima das reformas necessárias para tirar o Brasil do abismo fiscal”)</p> <p>- Por fim, ressalta-se a dificuldade para a realização da votação e para a necessidade de urgência em relação ao tema</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Gazeta do Povo ressalta que a Câmara tem se dedicado a discutir o “imbróglio de Deltan Dallagnol” e considera o assunto como o de “menos relevância” em comparação com as urgências reais, como é o caso da Reforma da Previdência. Ressalta ainda que ainda é “prematura qualquer conclusão nesse sentido” e considera a discussão sobre a Vaza Jato “misturar assuntos sem relação”</p>

	<p>- Estratégia de legitimação: destaca-se que a votação da Reforma da Previdência é “uma discussão fundamental para o futuro do país” e que a votação é um elemento para que o “Brasil possa superar essa fase de incerteza”</p> <p>- Estratégia de generalizações: busca-se colocar em deputados de oposição a discussão sobre a Vaza Jato como forma de atrapalhar a reforma e diz-se que os interessados nisso são os deputados de “oposição de esquerda e os encrencados com a Lava Jato”</p> <p>- Estratégia de argumentação: argumenta-se que é possível que os deputados possam discutir mais do que apenas um assunto (“Não é possível que qualquer escândalo tenha a capacidade de paralisar quase 600 parlamentares, incapazes de realizar suas tarefas enquanto aguardam o desfecho de um assunto”). Também afirma-se que é preciso entender as prioridades reais do país e priorizá-las (“Seria ridículo imaginar que todo o Poder Legislativo só pudesse se concentrar em um tema por vez, elegendo como centro das atenções justamente o que tem menos relevância, em vez das reais urgências”)</p> <p>- Estratégia retórica: paralelismos entre atuações de deputados, em relação à discussão sobre a Vaza Jato e sobre a Reforma da Previdência, ironias em relação a deputados de esquerda e do Nordeste (“levando esquerdistas e defensores do presidente Lula a rasgar as vestes com aquela indignação nunca vista quando eles são colocados diante da realidade dos megaescândalos de corrupção armados pelo PT”; “escala de prioridades coloca as festas juninas acima das reformas necessárias”)</p>
--	---

3. Sergio Moro e os senadores

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/sergio-moro-ccj-senado-oposicao/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título apenas apresenta os personagens envolvidos no texto (“Sergio Moro e os senadores”)</p> <p>- No primeiro parágrafo, destaca-se a sabatina de</p>

	<p>Moro no Senado (“maratona de cerca de nove horas”) em relação ao escândalo da Vaza Jato com textos “atribuídos” a Moro e Dallagnol. A conclusão do debate comparado a um “debate eleitoral” é favorável a Moro (“saiu-se bem, mantendo a tranquilidade e defendendo seu trabalho durante os anos que passou à frente da Operação Lava Jato”)</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O texto afirma que houve “elevação da temperatura” causada por “parlamentares petistas” e critica severamente Lula e suas atuações, guiadas por “uma lógica particular”, ao mesmo tempo que diminui o impacto dos escândalos (“interessados em desmoralizar Moro”; “uma hipotética falha de conduta da parte do então juiz levaria à conclusão de que o ex-presidente não cometeu nenhum dos crimes”; o “presidiário Lula”). Diz-se que a fala de Humberto Costa seria um “disparate” que Moro “optou por se recusar a responder” - Há ainda outras citações a argumentos de petistas e a reações de Moro (“agiu de forma mais enfática”) e a negação da comparação entre a Vaza Jato e “a divulgação das interceptações telefônicas de Lula, em 2016” (“ignorando as óbvias diferenças entre uma ação criminosa de um hacker e um grampo autorizado pela Justiça”) - Em relação às respostas sobre as trocas de mensagens, o texto ressalta seus argumentos principais (“não ofereceu até agora qualquer evidência de que as conversas são verdadeiras”; do “sensacionalismo”, em que as conclusões tiradas pelo Intercept não derivam do texto exato das conversas]”) e cita exemplos como o caso do debate sobre FHC (“não estava nas mãos nem de Moro, nem de Dallagnol”) - Ressalta-se ainda que ele não admitiu a “veracidade das mensagens”, ressaltou que não há “nada de ilegal” e que não havia “aconselhamento, apenas uma interlocução”. Destaca-se ainda a inserção de uma fala do ministro colocada na íntegra - Por fim, há novas críticas aos opositores do Governo e da Lava Jato, dizendo que “nada os faria mudar de opinião” (“detratores da Lava Jato e defensores do “Lula livre”; “a narrativa que faz da Lava Jato uma enorme conspiração”), além de novos elogios a Moro (“soube escapar dos truques

	da oposição e defender sua atuação”)
- Estratégias de discurso	<p>- Estratégia de posicionamento: há claro posicionamento de defesa do desempenho de Moro em seu depoimento ao Senado (“saiu-se bem, mantendo a tranquilidade e defendendo seu trabalho”), com grandes críticas à oposição (“disparate”; interessados em desmoralizar Moro e guiados por uma lógica muito peculiar”) e às matérias do The Intercept Brasil (“fez questão de criticar a maneira como o site vem tratando o caso”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: busca-se destacar que Moro foi ponderado e soube defender o “respeito à decisão do Intercept de publicar as conversas em consonância com a liberdade de expressão”, ainda que não concordasse com o modo como o site trata do tema. Também busca-se colocar argumentos que mostrariam que o site tem tirado conclusões “que não derivam do texto exato das conversas” (“como uma investigação contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, assunto que não estava nas mãos nem de Moro, nem de Dallagnol, mas que foi divulgado como indício de uma combinação para preservar o tucano”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: busca-se desqualificar argumentos utilizados pelos petistas que se opuseram a Moro no depoimento no Senado citando alguns de seus argumentos (“chegou a exigir que Moro renunciasse ao cargo e “pedisse desculpas ao povo brasileiro” por ter lhe tirado o direito de votar em Lula”; “insinuou que Moro havia pago R\$ 170 mil a uma empresa de media training”) citando-os como “disparates” e merecedores de “resposta dura do ministro”. Também diz-se que não há comparações entre os atos discutidos (“ignorando as óbvias diferenças entre uma ação criminosa de um hacker e um grampo autorizado pela Justiça”)</p> <p>- Estratégia retórica: eufemismo em relação às interceptações telefônicas de Lula (“grampo autorizado pela Justiça e cujo conteúdo foi divulgado por ordem judicial”; “hipotética falha de conduta da parte do então juiz”) e na fala de Moro em relação às conversas (“Não tem nenhum aconselhamento, apenas uma interlocução”), além de ironias em relação à atuação dos petistas e em relação a Lula (“presidiário Lula”; “lógica muito</p>

	peculiar”; “chegou a exigir que Moro pedisse desculpas ao povo brasileiro”)
--	---

4. O fim de uma perseguição

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/dallagnol-o-fim-de-uma-perseguiacao/>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título “O fim de uma perseguição” não esclarece a que assunto ou que contexto se refere</p> <p>- No primeiro parágrafo, ressalta-se que o corregedor nacional do Ministério Público “mandou arquivar investigação” contra Dallagnol, “fruto de uma reclamação disciplinar protocolada em 10 de junho”, ou seja um dia após a publicação das primeiras conversas. Trata-se de um elogio ao que seria considerado pelo veículo como o “fim da perseguição” de Deltan Dallagnol</p>
- Estilo léxico	<p>- Destaca-se mais detalhes sobre os pedidos de reclamação disciplinares, destacando-se que foram por conselheiros, por deputados de esquerda e “pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, também de posicionamento mais à esquerda”, o que mostra que o veículo já busca tratar da questão como meramente política</p> <p>- Diz-se que as justificativas dos procuradores foram acatadas e o processo arquivado (“nem havia como ser diferente”). Busca-se ressaltar o “modo criminoso” como foram obtidas as mensagens “ainda que sejam verdadeiras” e cita-se o artigo 5º da Constituição para justificar a decisão</p> <p>- O argumento da Gazeta do Povo é que as reclamações são baseadas nas reportagens que têm como “única fonte o produto da invasão de aparelhos dos procuradores”. Destaca-se ainda o entendimento da Justiça que “ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas”</p> <p>- Ainda argumenta-se que mesmo com as “fragilidades evidentes” não poderia ter arquivamento prévio “fazendo-o assim que o</p>

	<p>regulamento permitiu”. Há a ressalva de que “a inutilidade desse tipo de evidência (prova ilícita) para a acusação é amplamente conhecida”. Afirma-se que isso era sabido por parte dos que “protocolaram reclamação contra a força-tarefa” e que isso foi utilizado para “constranger e seus colegas” e “desmoralizar a Lava Jato”, além de frisar que houve “farsa jurídica”</p> <p>- Também em relação ao mérito, o veículo elogia a atuação do corregedor que afirmou que “não é possível identificar infração disciplinar”, ainda que “as mensagens e sua autoria sejam confirmadas”. Conclui ainda dizendo que se tratou de “tentativa de perseguição” e elogia que a “Corregedoria não se prestou papel”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Gazeta do Povo é enfática ao tratar das reclamações disciplinares como “farsa jurídica” e “tentativa de perseguição”, chamando a atuação de um quarto dos procuradores e da associação “juristas pela Democracia” como “vergonhosas”.</p> <p>- Estratégia de legitimação: destaca-se a utilização do artigo 5º da Constituição (“são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”), além de jurisprudência do STF a partir de um julgamento de 2008 (“ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: ressalta-se que, com base em argumentos jurídicos a reclamação seria totalmente inadequada. Diz-se que houve o respeito às formalidades do julgamento mas afirma-se que os políticos e partidos que protocolaram a reclamação não tinham como intuito “fazer justiça, mas constranger Dallagnol e seus colegas”. Também chama de “vergonhosas” as atuações dos entes jurídicos no caso (“um quarto dos corregedores e a associação Juristas pela Democracia”). Destaca-se ainda que são “provas obtidas de forma criminosa e de autenticidade questionável” e que o corregedor disse que não ter havido “nenhuma infração disciplinar”</p>

5. Liberdade pela metade é hipocrisia por inteiro

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/liberdade-de-expressao-pela-metade-e->

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título, a Gazeta do Povo questiona as demandas por liberdade a apenas um dos lados do espectro político e chama isso de hipocrisia pelo fato de não ser válida para todos os lados. Não fica claro, porém, a que isso se refere exatamente</p> <p>- No primeiro parágrafo, o texto conta um episódio em que Glenn Greenwald, “que comanda o The Intercept Brasil”, foi quase impedido de falar em uma feira literária em Paraty (“Só a intervenção da polícia conseguiu garantir que Greenwald falasse”)</p>
- Estilo léxico	<p>- Em outro parágrafo, mais um episódio é narrado, agora envolvendo a jornalista Miriam Leitão, que teve sua participação na Feira do Livro de Jaraguá do Sul cancelada. O texto destaca que houve abaixo-assinado contra sua presença “viés ideológico e posicionamento” e isso teria incluído “até mesmo ameaças de agressão física”</p> <p>- Destaca-se as críticas referentes a esses dois episódios “vindas de apoiadores de Jair Bolsonaro” (“merece todo o repúdio”; “típica de aprendizes de ditadores”; “uma vergonha para o país”). Ressaltou ainda que o “pluralismo de ideias é “marca de qualquer sociedade democrática saudável”. Em relação às publicações da Vaza Jato, ressalta-se que “continua a ser um direito do Intercept, sempre que se trate de assunto de interesse público”. Ressalta-se isso também no caso de Miriam Leitão</p> <p>- Em seguida, porém, o jornal faz questão de destacar que a “indignação da esquerda tem um quê de seletivo”. Destaca-se três episódios envolvendo cancelamento de eventos, hostilidades e agressões em “ações de militantes de esquerda”. Busca-se equivaler os casos dos dois lados, chamando-os de “manifestações de ódio à liberdade de expressão” (“não há a menor diferença entre estes casos de 2013 e 2017 e os episódios de dias atrás”)</p> <p>- A seguir trata-se da indignação seletiva, ou seja, para apenas um ou outro lado (“haverá quem</p>

	<p>silencie sobre uns e critique outros. Pior ainda: haverá quem repudie uns enquanto aplaude e justifica outros”). Ressalta-se as exceções (“apologia ao crime ou a promoção de ideias que violam claramente a dignidade humana, caso do racismo”) e o fato de que o livre fluxo de ideias é “um grande teste para as convicções democráticas de cada um de nós, independentemente de posição político-partidária, é justamente a defesa dos direitos daqueles que discordam das nossas posições”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Gazeta do Povo cita exemplos de agressões a jornalistas e filósofos e pensadores de ambos os lados do espectro político e destaca que não é possível exercer a violência contra o direito de expressão e que essa indignação não pode ser seletiva, ou seja, a apenas um dos lados. Para o texto, é importante garantir o amplo direito à liberdade de expressão “após anos de censura e autoritarismo” (“Um grande teste para as convicções democráticas de cada um de nós é justamente a defesa dos direitos daqueles que discordam das nossas posições”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização de dois exemplos de agressões contra Glenn Greenwald e Miriam Leitão “vinda de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro”, além de outros exemplos vindos de “militantes de esquerda”, inclusive contra a própria Miriam Leitão. Utiliza-se os dois para equivaler e dizer que há agressões dos dois lados e que isso não pode ser permitido</p> <p>- Estratégia de argumentação: argumenta-se que não há diferença entre os casos citados que são “manifestações de ódio à liberdade de expressão, tentativas de calar quem pensa de forma diferente”. Ressalta-se que há a indignação seletiva (“haverá quem silencie sobre uns e critique outros”) e que defender isso “apenas para quem concorda conosco não é democracia, mas hipocrisia”. Ressalta-se que a democracia envolve a liberdade de expressão e que “o livre fluxo de ideias é uma conquista civilizatória”</p> <p>- Estratégia retórica: paralelismo e comparações entre os casos de violência presentes em manifestantes de direita e de esquerda</p>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título apresenta os elementos que são discutidos no texto (“Deltan Dallagnol e o julgamento no CNMP”), em referência ao julgamento que envolve a conduta de Deltan revelada nas mensagens presentes nas reportagens da Vaza Jato</p> <p>- No primeiro parágrafo, destaca-se, a partir do artigo 5º da Constituição que “ninguém pode ser processado, muito menos condenado, com base unicamente em evidências de origem ilegal”. Ressalta-se, porém, que “operadores do direito” deveriam utilizar esse parâmetro, mas que essa regra estaria sendo quebrada “a julgar por movimentos recentes” (“essa regra tão cristalina está sendo ignorada”)</p>
- Estilo léxico	<p>- O texto destaca os pedidos de desarquivamento de uma “reclamação disciplinar contra Deltan Dallagnol”, além da “instauração de uma sindicância” contra ele por conta dos diálogos da Vaza Jato. Esse arquivamento, também destacado categoricamente no texto (“Dallagnol jamais poderia ser punido pelo CNMP com base nas publicações do Intercept”) já havia motivado a realização de um editorial sobre o tema em junho</p> <p>- Com o novo pedido, iniciaria mais um procedimento de julgamento da ação, o que a Gazeta do Povo classifica como “desperdiçar tempo, energia e recursos do CNMP” e em um “atropelo claro da Constituição”</p> <p>- Cita-se ainda uma outra derrota de Deltan, mas referente a outro processo que o procurador enfrentava e que envolveria uma “entrevista dada por ele à Rádio CBN em 2018”. O texto ressalta que “há margem para subjetividade na análise”, ainda que não se considere que Dallagnol “tenha ultrapassado os limites regimentais”. Destaca-se que isso acontece, porém, “ao contrário do caso The Intercept, em que não se admite interpretação que justifique um processo”</p> <p>- Por fim, tenta-se tratar do escândalo do The</p>

	<p>Intercept como um “estardalhaço” que prejudica colocou a “Lava Jato na defensiva” e prejudicou o combate à corrupção. Diz-se que a tentativa de desmoralizar Moro e a Lava Jato vem de “descontentes com o combate à ladroagem, sentindo cheiro de sangue”. Coloca-se no CNMP a esperança de “preservar as garantias constitucionais e a liberdade de expressão”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a investigação contra Deltan seria flagrantemente ilegal por envolver “unicamente provas ilícitas” e isso seria um “atropelo da Constituição” vindos de “descontentes com a ladroagem. Utiliza-se o fator constitucional para o argumento contra a investigação a Deltan, mas o texto se posiciona claramente a favor da Lava Jato e seu trabalho desempenhado (“poderia estar totalmente focada na continuação das investigações sobre um dos maiores escândalos de corrupção da história do país”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: utiliza-se novamente o argumento ligado ao artigo 5º da Constituição (“são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”) e a referência ao arquivamento anterior já realizado pelo CNMP e baseado nesses mesmos parâmetros</p> <p>- Estratégia de argumentação: legitima-se a possibilidade de abertura de procedimentos em relação a temas que possuam “margem para subjetividade da análise” como é o caso da entrevista de Deltan à Rádio CBN com críticas a ministros do STF, mas destaca-se que isso se dá “ao contrário do caso The Intercept”, em que “o dispositivo constitucional em questão não admite nenhuma interpretação que justifique um processo”</p> <p>- Estratégia retórica: paralelismo e comparação entre um caso e outro envolvendo Deltan Dallagnol no CNMP (“caso Intercept” e “entrevista à Rádio CBN em 2018”)</p>

Apêndice 4 – Guião de entrevista semiestruturada e em profundidade com Ewandro Schenkel, chefe de redação da Gazeta do Povo

I. Avaliação da série de reportagens da Vaza Jato e da cobertura noticiosa e posicionamento editorial da *Gazeta do Povo*

- 1- Como avalia a série de reportagens da Vaza Jato publicadas pelo *The Intercept Brasil*? O que significou estas reportagens para o jornalismo brasileiro?
- 2- De que maneira a *Gazeta do Povo* enxergou a publicação de matérias com as conversas vazadas de Sergio Moro e dos procuradores?
- 3- Quais foram os principais valores-notícia que guiaram a cobertura da *Gazeta do Povo* sobre a Vaza Jato?
- 4- Assim que houve a primeira publicação, qual foi a orientação editorial para a redação da *Gazeta do Povo*? Porquê?
- 5- De que modo foi tomada a decisão pelo posicionamento editorial adotado pela *Gazeta do Povo*?
- 6- O alinhamento mais à esquerda do *The Intercept Brasil* influenciou o posicionamento editorial da *Gazeta do Povo* e a cobertura noticiosa sobre a série de reportagens da Vaza Jato? Como?
- 7- Você considera que a cobertura da Vaza Jato na *Gazeta do Povo* se diferenciou em relação às demais coberturas de veículos da grande mídia? Como? Por quê?
- 8- Como foi o retorno do público em relação ao posicionamento editorial adotado pela *Gazeta do Povo*?
- 9- Como vocês lidaram com os diálogos vazados expostos pelas matérias da Vaza Jato? Havia dúvidas em relação à veracidade dos diálogos?
- 10- Como você caracteriza a cobertura noticiosa que a *Gazeta do Povo* conduziu à série de reportagens da Vaza Jato? Quais foram as características dessa cobertura?
- 11- Essa cobertura noticiosa coincide com o posicionamento da *Gazeta do Povo* adotado nas convicções editoriais? Como?
- 12- Que cuidados tiveram necessidade de cumprir na cobertura noticiosa sobre a série de reportagens da Vaza Jato?
- 13- Com que desafios jornalísticos tiveram de lidar na cobertura noticiosa sobre a série de reportagens da Vaza Jato? E especificamente com que desafios éticos?
- 14- Qual a influência para a *Gazeta do Povo* de outros veículos parceiros, como a *Folha de S. Paulo*, a *Veja* e o Reinaldo Azevedo terem publicado matérias exclusivas com base nos arquivos da Vaza Jato? Isso trouxe algum tipo de mudança à abordagem da *Gazeta do Povo*? Se sim, qual?
- 15- Qual foi o entendimento da *Gazeta do Povo* em relação à postura de Glenn Greenwald e dos editores do *The Intercept Brasil* sobre a publicação das mensagens vazadas? O veículo concordava com a postura do *website* em publicar as matérias e não divulgar a fonte? Porquê?

II. Esclarecimento de alguns resultados a partir das técnicas de análise ao conteúdo

- 16- Por que a opção da *Gazeta do Povo* por publicar mais notas (curtas) durante a cobertura noticiosa? Essa era uma orientação prevista na redação?
- 17- Por que a opção pela utilização de matérias da Agência Estadão Conteúdo?
- 18- Quais os critérios adotados pela *Gazeta do Povo* para a utilização de materiais de outros veículos noticiosos na cobertura da Vaza Jato?
- 19- Havia a intenção por parte das matérias produzidas em despertar mais sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, no leitor?

20- Ao longo dos meses, o tema foi perdendo força na política editorial da *Gazeta do Povo* ou continuava relevante? Por quê? E se era relevante isso dizia mais respeito às repercussões do caso ou às revelações das mensagens em si?

21- Como a repercussão e todos os desdobramentos jurídicos pautaram a cobertura desse tema? Foi possível observar que quase metade dos resultados relacionados ao foco das matérias dizia respeito à repercussão jurídica dos fatos.

22- O fator político era um componente muito importante para vocês na cobertura da Vaza Jato? Esse era um foco temático principal no veículo? Segundo a análise realizada a maior parte das matérias estava inserida na Repercussão Política como foco temático.

23- A análise realizada mostra que as matérias da *Gazeta do Povo* tiveram grande foco em Sergio Moro, Deltan Dallagnol e procuradores do MPF do Paraná e entre as principais ações tomadas estava a Defesa da Lava Jato. O veículo procurou dar foco especial aos posicionamentos desses atores? Por quê?

24- Outros personagens muito utilizados estavam relacionados ao caso dos ataques hackers. Esse foi um foco de grande atenção da cobertura da *Gazeta do Povo* na cobertura sobre a Vaza Jato? Por quê?

III. Esclarecimento de alguns resultados a partir das técnicas de análise ao conteúdo

25- Como caracteriza os editoriais da *Gazeta do Povo* sobre a Vaza Jato?

26- Quais os principais desafios na construção desses editoriais?

27- Os editoriais da *Gazeta do Povo* realizaram uma defesa clara de Sergio Moro e dos demais procuradores. Porquê esta defesa?

28- Esse posicionamento era também adotado na redação? Existia essa separação entre os dois lados: o noticioso e o dos editoriais? Como faziam essa separação?

29- Após os desdobramentos dos fatos, houve a preocupação em admitir que as mensagens poderiam ser verdadeiras mas que seu conteúdo não constituía crime? Como foi atendida esta preocupação?

Apêndice 5 – Transcrição da entrevista com Ewandro Schenkel, chefe de redação da *Gazeta do Povo*

Como você avalia a série de reportagens da Vaza Jato que inicialmente foi publicada pelo *The Intercept Brasil* e o que essas reportagens significaram para o jornalista brasileiro e para a sociedade de modo geral?

Eu vou separar, primeiro fazer uma análise do ponto de vista jornalístico e depois sobre o impacto. Do ponto de vista jornalístico, eu acho que houve uma falta de cuidado e de explicação com o leitor. O que você tinha ali era uma fonte afirmando que tinha uma série de documentos contra uma das operações mais noticiadas nos últimos anos e que tinha grandes desdobramentos políticos. Esses documentos eram fruto de um ataque hacker que foi capaz de recolher essas informações. Com base nisso, a gente como jornalista e como redação se tivesse chegado pra

Gazeta, como depois foi oferecido para a Gazeta do Povo esse material, a gente se pergunta: como eu atesto essa integridade? Como eu checo se ela tem veracidade? Ela pode ser íntegra e não ter veracidade, como ela pode não ser íntegra e ainda assim ter veracidade. Se alguém chega na redação e fala que invadiu o celular de um juiz e tem os documentos e oferece isso para publicação de uma série de matérias na Gazeta do Povo o nosso procedimento seria o de colher esse material e primeiro ver a veracidade, pedir uma perícia e verificar com uma equipe técnica para checar se o material pode ter sido editado, deturpado ou não. A partir do momento em que se tem uma conclusão, se por ventura for concluído que o material está na íntegra a gente tem que se perguntar se o material tem lastro na verdade. Aí tem que buscar outras fontes para tentar achar um mecanismo para checar se essa informação é verdadeira. Se vem uma denúncia anônima para poder publicar você tem que ter um mínimo de segurança para poder trabalhar com aquele material. Aqui a gente recebe direto dossiês. Na época da Lava Jato, sempre tinha alguém vindo com uma delação premiada. A pessoa vinha e falava que acabou de falar com o Moro e que o governador tinha feito isso, empresário tal fez aquilo. Mas a fonte não queria aparecer, queria apenas vaziar os dados. Mas aí qual o material que me comprova que você realmente falou isso para o juiz? Aí o cara dá uma sambada, afirma que falou isso mesmo, que acabou de sair de lá e que há advogado. Mas qual a comprovação de que você realmente falou isso? Porque eu tenho uma informação forte, você é uma parte dessa informação. Agora eu preciso checar essa informação via Ministério Público, via Polícia Federal, via advogado de acusação, via Justiça se esse depoimento foi feito e qual seu conteúdo. Depois de fazer essa contra checagem eu consigo fazer uma denúncia. Do ponto de vista jornalístico a gente fez uma cobertura sobre os impactos, não fez uma cobertura sobre os vazamentos. Porque a gente perguntava: mas como a gente pode ter certeza de que essas mensagens não foram adulteradas, que não tem um não ou uma vírgula onde não deveria ter. Se o hacker tem a capacidade de ter pegado toda essa documentação ele pode ter tido a capacidade de ter dado um ctrl + F, escolhido alguma coisa e ter colocado um ponto num lugar errado que muda a interpretação. Alguém pode afirmar que o hacker não fez isso? Você não tinha como. Então assim, a cobertura em si foi pouco clara, ela não conseguia explicar isso para as pessoas. Não conseguia falar se essas mensagens eram ou não íntegras e se depois tinham lastro na verdade. Ou seja, alguma outra fonte que participou das conversas poderia ter confirmado? Então veja, eles tiveram acesso supostamente a todo o histórico de conversas do Deltan Dallagnol. No mínimo umas mil pessoas vão estar afetadas por esse vazamento que vai ter as conversas dele. Você não tem um tio, uma tia, um assessor, uma fonte que possa olhar o histórico de conversas e confirmar a veracidade disso e ver que bateu. Aí você começaria a ter elementos para falar sobre a

veracidade. Quando foi oferecido para a Gazeta do Povo um tempo depois aconteceu da seguinte maneira: a fonte afirmava que tinha todo o pacote de mensagens, mas eu não posso passar as informações. Vocês me pedem as informações, eu passo para vocês, mas não posso passar isso diretamente para vocês. E a pergunta foi: como eu faço para checar se é verdadeiro? A gente pediu para que esse pacote fosse enviado na íntegra, a gente mandaria isso para uma análise e a partir disso a gente voltaria a conversar. E aí a fonte não voltou a falar com a gente. Ela se recusou que fosse feita a análise de integridade, mesmo com a preservação da fonte.

A fonte era anônima?

Sim, era anônima. A gente sabia quem era, era uma fonte interna e a pessoa sabia que ela poderia ter acesso às mensagens. Mas a lógica era que eu não vou publicar porque você também pode estar manipulando alguma coisa. Se eu não tiver o material bruto ou uma checagem não dava. E veja, ninguém confirmou a autenticidade dessas trocas de mensagens. Ninguém confirmou e veio a público dizer que tinha dito aquilo. Os afetados sempre falavam que pode ter sido, mas como não tinha o histórico não poderia dizer se era verdade ou não. A gente tem esse ponto. E me parece que a base do jornalismo foi afetada por essa falta de cuidado e de transparência da apuração em si. Não estou falando que foi má fé, nem nada disso. Mas para os rigores que nós adotamos aqui ela não poderia ter sido feita daquela forma. Logo isso nos leva à discussão sobre os impactos políticos. Foi uma série de reportagens que teve efeitos políticos muito grandes, ela foi um fator político mais forte que um fator jornalístico. Ela foi usada em todos os processos da Lava Jato, na anulação das condenações da Lava Jato, foi usada para criar uma outra versão da Lava Jato em relação ao que a gente tinha até então. Então, o impacto me parece inegável, porém em relação à cobertura em si acho que haverá espaço para muitas críticas no futuro. Até porque, dois anos depois, um laudo da Polícia Federal atesta que não tem como se afirmar que aquilo não foi adulterado. Depois isso foi retificado pelo Ministério Público. Se os arquivos que estavam com o The Intercept Brasil foram os mesmos dos apreendidos pela PF na Operação Spoofing e que chegaram para a PF e para o MP para serem analisados a gente fez certo de ter tido esse olhar mais crítico. Se não pode ser afirmado que aquilo está na íntegra então não pode ser afirmado que aquelas informações são verdadeiras. Pode ser que sejam, mas essa informação carece de um pouco de crença e de fé no trabalho dos outros.

Deixa eu só perguntar uma coisa, que por curiosidade, pelo que você comentou no começo. Essa opinião é da Gazeta do Povo ou você como jornalista também tem essa opinião e as coisas andam juntas?

A primeira parte é mais técnica, quase nenhuma opinião. Faltou transparência, isso ficou demonstrado. Então assim eu concordo. A gente debateu isso internamente: então, o que a gente tem aqui, né? Como acontece várias vezes, né? A gente sempre tem alguém chegando com uma denúncia. Se a gente for dar todas as denúncias com valor de face a gente não teria 104 anos, a gente já teria fechado porque a nossa credibilidade teria sido destruída. E como até hoje a gente nunca enfrentou uma crise de credibilidade isso mostra que esse nosso olhar mais cuidadoso com o jornalismo é um caminho mais seguro para a gente fazer.

Você comentou aí um pouco sobre essas primeiras tomadas de decisões. Como que foi tomada essa decisão para orientação, posicionamento editorial assim que a primeira matéria foi publicada? Como vocês passaram a agir a partir daquele momento e como isso também foi repassado para a redação?

Eu vou ser ele impreciso, porque eu vou puxar tudo da memória até porque ali, 2019 tinha muitos outros fatos que a gente estava cobrindo ali. Com um time do nosso tamanho obviamente a gente tem que escolher as brigas que a gente quer entrar todos os dias. A gente não tem a pretensão de explicar todo o noticiário, principalmente para o noticiário, que é gratuito. Então, se o Intercept, UOL e o G1 estão dando muita cobertura, a Gazeta do povo vai ter normalmente uma vontade de se diferenciar, de olhar para outras coisas, porque o nosso jornalismo é pago. Ele está atrás do paywall. Eu tenho que gerar valor pro meu assinante. Ele tem que olhar e falar “todo mundo está falando disso daqui e a Gazeta está falando disso, então eu vou assinar o jornal por causa disso. Se a gente fizer o mesmo que os demais, porque alguém pagaria por algo que pode ser adquirido de graça?

À época, quando teve as primeiras matérias, a gente fez uma leitura crítica. Quando tinha uma denúncia, como a Veja e outros veículos também faziam denúncias, a gente normalmente toma o cuidado de colocar no condicional. Às vezes erramos e esquecemos de colocar um condicional uma denúncia para publicar. Dependendo do tamanho da denúncia, a gente faz uma contra checagem. Então é quando obviamente, é um material que que é uma questão de tempo pra gente checar, a gente vai lá e vai tentar checar aquele material e aí a gente dá o crédito para quem trouxe a denúncia.

Por isso só já nos tira a velocidade de coberturas de denúncia, porque quando você pega um material como o do Intercept, que era o material, é com muita informação, mas também muito mal escrito. Quando você vai ler está muito confuso, muito editorializado, misturam opinião com informação, fazem um recorte, mudam as coisas de ordem, então tinha que fazer uma depuração daquilo. E o que a gente fez foi justamente discutir e tentar entender primeiro o que

que eles estão afirmando aqui e quais estão essas provas. E aí eu me lembro, eu posso estar enganado, mas eu me lembro que no começo a gente falava, mas por que eles não divulgam esse áudio que eles falam que existe? Por que eles não divulgam esse documento? Você já pode divulgar esse documento. Eles já fizeram isso como foi naquele caso do estupro culposo da menina com o juiz eles foram lá jogaram o vídeo. Aí você pode assistir e tirar as suas conclusões. É lógico que a denúncia é deles, mas você vai assistir e tirar suas conclusões O vídeo tá na íntegra, ele tem cortes? Aí você começa a fazer essas análises pra tentar ver o quão crível é aquela denúncia.

No caso da Vaza Jato, era muito difícil fazer isso porque eram várias afirmações com base apenas na sua credibilidade. E aí, pra você entrar nessa, você tem que comprar a credibilidade daquele veículo que, no Brasil, ainda era um veículo muito novo, não tinha 10 anos. Então, veja, as pessoas que trabalhavam lá, eram pessoas que trabalharam na Gazeta. Não querendo fazer uma crítica desleal, mas a gente conhece a qualidade daqueles profissionais. Se você fala do Mauri Konig então já é outro tipo de qualidade, ele fala e você escuta porque sabe como as coisas foram feitas. Mas o fato que aqueles dois repórteres que serão da Gazeta eram júnior ainda. E aí você pensa e se alguém tropeçou ou caiu no conto da fonte como que você faz? Como que depois você volta? Então a orientação foi a de ter um olhar mais crítico com muito cuidado e tentar checar e a hora que alguém confirmar isso a gente começa a entrar de uma maneira mais forte.

Por outro lado, a gente fez uma cobertura, eu estou puxando de memória, você tem os dados, vai ter os números. Então pelo que eu me lembro o impacto político a gente dava, como as ações da PGR, Senado pede algo. Tem um impacto político que são as figuras políticas comentando aquele noticiário. A isso a gente ia dando, mas sempre com as considerações de não validar, não comprar com valor de face a apuração que não era nossa. O que eu vou falar é que eles alegam ter os áudios, alegam ter acesso, alegam que essa fonte fez isso ou fez aquilo. E também a gente explicar quem é o the Intercept Brasil. Então eu me lembro da gente publicar matérias falando sobre o The Intercept Brasil, quem financia o site, quem são os donos do The Intercept Brasil, né? Então isso também ajuda a opinião pública a entender o debate. Existe uma denúncia, existe quem é o denunciante.

E assim, o Intercept também tem um histórico de erros grandes, né? É que eles são muito bons em abafar isso, mas você também fica com um pé atrás, né? Tipo assim, eles cometeram um

erro gravíssimo nos Estados Unidos, lá com uma fonte. É um caso clássico do jornalismo que o próprio New York Times fez matérias perguntando como um jornal erra de tal forma que inclusive a fonte foi presa. Eles identificaram, fizeram uma lambança. Deixa eu só lembrar aqui, foi o caso Winner, que era a pessoa que tava vazando dados para eles e eles foram lá e jogaram a pessoa na fogueira. Então isso também preocupa. E quando você pega a própria posição de jornalistas que estavam fazendo a cobertura, quer dizer, eles estavam nas redes sociais pedindo a prisão do Moro. Eles estavam fazendo uma campanha política pessoal, mas assim, vai na apuração, né? Entrega na apuração. Então eles claramente estavam combativos. Então o que é informação e o que é opinião e o que é a vontade deles de mexerem no debate político. Foi o olhar crítico. Agora, se existe o fato a gente tem que dar. Se o ministro da justiça se manifesta, a gente tem que dar. Isso a gente foi dando, mas a orientação era o olhar crítico porque o Intercept não é uma Folha de São Paulo em que a gente sabe da história, conhece os erros, mas sabe de todos os acertos que eles fizeram, né? A Folha de S. Paulo deve ter entrado um mês depois e se eu não me engano a Folha de São Paulo não teve acesso aos conteúdos. O que ela teve foi acesso à equipe do Intercept, em que ela podia olhar os dados, mas ela não podia ter acesso aos dados.

E eu acho que eles explicaram isso em uma ou outra matéria e que eu acho que esse foi um motivo pelo qual a Globo também não entrou na cobertura como fonte primária, né? Se eu não me engano foi a Folha e a Veja.

A Folha entrou, o UOL, Veja, o Reinaldo Azevedo, El País e Agência Pública. Foram esses. Então assim, quando eles explicaram como estava funcionando essa cobertura, tipo assim, eu acho que eles, de alguma maneira, não foram tão rigorosos como eles sempre foram, né? Como que você aceita fazer uma cobertura desse nível sem ter acesso? Quer dizer, você tem que ter um intermediário, né? Porque eu acho que foi mais ou menos o que foi proposto pra gente agora fazendo a comparação. Não, eu não te mando os arquivos, eu tenho os arquivos que você checa os meus arquivos comigo. Cara, desculpa, não tem como prosseguir com isso, né? A partir do momento que eles entenderam que era importante, que eles abririam mão nesse aspecto, eu respeito.

Pegando esse gancho, quando esses veículos começaram a publicar isso, deu alguma diferença pra vocês em relação à credibilidade dessas mensagens? Vocês passaram a pensar a pensar que poderia ter coisas verdadeiras e passaram a olhar com outros olhos, digamos assim?

Não, porque o conceito original ainda estava carecendo de... veja, o Intercept Brasil poderia ter arrebatado se tivesse mandado esses arquivos para uma consultoria nos Estados Unidos, uma perícia. Manda para uma perícia sigilosa nos Estados Unidos pega um laudo e aí eles teriam arrebatado. Eles se recusaram a fazer isso, né? E quando a Folha assume que ela vai fazer isso, eu não me lembro se foi dentro da matéria ou se depois eu li (eu participo da ANJ também então muita coisa vai pela Associação Nacional dos Jornais). Então, eu tenho dúvida se isso tava claro, mas eu tenho a impressão que estava claro, que ninguém teve acesso a essa fonte primária, tirando o Intercept Brasil. Então assim, muda mas não muda. A Folha entrou então a gente discute, será que a gente não está sendo rigoroso? Mas, ainda assim é um risco, né? Porque se for demonstrando que isso não pode ser comprovado que é verdadeiro vai ser uma versão, mas a versão de quem? A versão do Intercept ou do próprio hacker? É alguém que depois foi trabalhar com a Carla Zambelli, então assim, você vai confiar num hacker? Então assim, não mudou, lógico que a gente continua acompanhando, porque continuava acumulando fatos políticos, né? Então a gente olhava para esses fatos políticos. Mas sempre tentando fazer as considerações de que era supostamente baseado numa troca de mensagens reais entre o procurador e suas fontes.

Ainda sobre isso para a gente deixar claro também essa questão do the Intercept Brasil. O fato da Gazeta ter um posicionamento editorial mais à direita, mas identificado com pautas conservadoras e o Intercept ser mais à esquerda. Isso foi um fator de influência também ou isso não foi levado em consideração?

Não, se a Piauí que está também à esquerda, tem um GPS ideológico que a própria Folha publica e classifica os veículos conforme seus leitores e a própria Folha está à esquerda, então há uma afirmação minha, né? Então, se entrar no GPS ideológico, vou te mandar o link para não parecer que estou fazendo afirmações com base na opinião. É lógico que vai ser com base na minha opinião, mas eu vou te mandar aqui, porque aqui a gente consegue olhar como se posiciona os leitores de cada veículo. OK, é a Piauí é de esquerda, A Folha é de esquerda, a Gazeta do Povo de direita, Intercept de esquerda, normal. Então não há problema quanto a isso. Isso não afeta, porque o que a gente tá discutindo aqui é o conceito da apuração em si. Então a Folha está no espectro diferente da Gazeta, né? A gente se espelha muito na Folha... a Folha conversa com esse público, nós conversamos com aquele, então a gente tem que ter a qualidade da Folha na entrega de material se a gente quiser crescer. Graças a Deus estamos crescendo, só pra pontuar que em questão de assinantes digitais nossa carteira já é maior do que a do Estadão. Já somos o terceiro, passamos o Valor também. Então queremos passar a Folha, a gente se espelha muito

no que eles fazem e estudamos muito o jornalismo no que eles fazem. Então a gente quer ser o contraponto da Folha e a Folha naturalmente vai querer ser o contraponto da Gazeta do Povo. A gente dá furos da Folha. Então quando a Folha fala do Orçamento Secreto, fala da ministra do turismo, a gente vê se isso pode ser checado. Ah ok, é verdade, aconteceu isso, está documentado e vamos em frente. Na Folha você também tem um com décadas e décadas de jornalismo. Então, se você está dúvida, você ainda pode, de alguma maneira, falar “vou dar um pouco de credibilidade até conseguir...”. Mas de nenhuma maneira se sobrepõe a ideologia. A informação se sobrepõe, só que também existem coisas que não estão no nosso escopo. Então a gente não vai dar, não depende ser de direita ou de esquerda. É como o caso da Americanas. A Gazeta não faz uma cobertura de mercado para chegar e transformar aquele material forte. Vai ser uma nota ou outra, algum movimento, algum movimento de mercado que tem algum aspecto, uma CPI. A Gazeta tem um olhar mais político do que de mercado aí a gente vai lá e entra. Se o Valor der um furo pode ser que a gente não repercute dependendo da área. Então não é por causa da linha editorial, se a Jovem Pan dá um furo, a gente não compra com valor de face, não é só porque está na direita. Então a gente vai pesquisar, a gente vai olhar isso, é o que fazemos todos os dias. Todos os dias eu passo duas ou três coisas que eu vi em tal lugar e tem que checar e o time tem que ter maturidade e experiência jornalística para identificar se aquilo está próximo ou não da verdade. E aí a gente publica.

Nesse sentido você acha que a cobertura da Gazeta do povo em relação à Vaza Jato se diferenciou em relação às demais e como foi o retorno do público em relação a isso?

Eu acho que quando se fala em se diferenciar existe o tom positivo, né? Nesse caso, nós não nos diferenciamos num tom positivo de que fizemos melhor. A gente adotou um tom crítico, fizemos o melhor tentando entender, mas definitivamente não era o nosso foco rumo naquele momento, né? A gente estava com muitas outras pautas que nos importava. Então assim, era um material que estava gratuitamente em todos os lugares. Eu diria que não foi prioridade pra gente. A gente sabia que poderia ser importante e se em algum momento a gente tivesse as confirmações e os mecanismos jornalísticos que nos permitissem além, a gente iria. Mas como isso não aconteceu e como dois anos depois se mostrou que o material não podia ter a sua integridade comprovada, então mostrou que a nossa prudência foi importante. O nosso leitor não é mais um leitor de jornal, é um leitor de timelines, então provavelmente ele teve acesso a tudo isso e a Gazeta do Povo foi um complemento para ajudar ele a entender outras coisas que também estavam acontecendo à época. Então eu não sei como foi visto pelo leitor, porque a gente não chegou a fazer esse debate interno para saber como o leitor reagiu a nossa cobertura

de Vaza Jato.

A partir das minhas análises eu vi que tinha alguns picos de matéria que se relacionavam direta ou indiretamente à Vaza Jato, né? E ali desse período de três meses da Gazeta foram 298 matérias contando também notas e reportagens. Deu pra ver que tinha alguns picos como quando o Moro foi falar no Congresso sobre isso e aí a Gazeta publicava mais coisas em relação a isso e dava esse destaque. Ou quando tinha atos em favor do Moro ou depois ali na prisão dos hackers que também foi um dos picos de matérias. Então vocês tentaram privilegiar esses fatos assim que envolviam diretamente as figuras públicas como o Moro, o Dallagnol (que teve a entrevista exclusiva com ele também) e outros?

Eu não diria privilegiar porque a gente não tem como determinar o que vai ser lido ou não pelo leitor, né? Então se a gente soubesse, a gente estaria em outro patamar, porque a gente conseguiria melhorar. Então, assim, olhando para o que foi mais acessado, é uma questão do que o leitor talvez tenha se interessado mais e aí você dá mais espaço ou dar um destaque para o Moro. Eu não sei se foi dado, porque eu precisaria olhar as telas da home naquele período que teve a cobertura e eu não fiz isso nesse momento enquanto a gente fala. Pode ser que o próprio leitor tenha enxergado que esse tipo de conteúdo, que mostrava um outro lado da Vaza Jato não estava com mais destaque em outros veículos e por isso viria na Gazeta do povo para conseguir ter acesso a essa informação.

Mas o fato é que é entre o Moro, o Deltan, o Castor, outros procuradores, a própria oposição, como o Renan Calheiros quando eles falam é notícia. Eles são agentes públicos e você pode comprovar o que eles falaram. Então é natural que a gente se sinta mais tranquilos em publicar a as repercussões do que publicar os furos alegados pelo Intercept Brasil. E aí não tem como, a gente fica amarrado, né? Essa é a vantagem do furo na verdade. É quando você tem uma informação que ninguém consegue correr atrás, porque você dá uma informação e todo mundo tem meia hora depois ninguém acaba sabendo quem deu antes. Como o próprio orçamento secreto, foi um grande furo do Estadão, mas ninguém lembra que foi o Estadão que deu. Todo mundo já tinha e isso acabou com os caras, mas foi um trabalho muito, muito interessante. E você tem uma que não pode ser checada, então você não tem como ir a reboque do que o Intercept está fazendo. Agora, o mundo político está funcionando, está emitindo opiniões, está fazendo afirmações, declarações sobre se está certo ou está errado. E também vai que uma das fontes que aparece e fala que aqueles diálogos são críveis? Como eu falei, eles tinham acesso a toda a agenda do Deltan, uma pessoa poderia ter confirmado isso, né? Então isso não ter acontecido e não acontecia, eles demoraram muito para explicar a origem daqueles arquivos.

Estamos falando de dois ou três meses, talvez nem se soubesse ainda a negociação do hacker com a Manuela. E teve o Glenn negociando com a Globo...então a gente fica sabendo depois, né? Então a gente ainda não sabia porque a Globo tinha tomado a posição dela que ela tomou e eu acho que foi prudente. Como eu já falei, né? Me dá os arquivos que eu tomo as decisões. Agora, eu não posso tomar decisões sem ter acesso a esses arquivos. Você imagine, vamos fazer por suposição. Se eu sou o intercept Brasil, um site pequeno, com uma equipe enxuta que tem um material que podem mudar o Brasil. Eu chego na Globo só que eu não tenho dinheiro, não tenho recursos. Se eu chego na Globo, eu ofereço esse material e falo, vamos fazer uma parceria, vamos mandar isso aqui para o melhor laboratório de perícia técnica e aí vamos fazer uma série de matérias? Eles têm o tempo da publicação. Eles não precisavam publicar, eles podem aguardar um mês, dois meses, como todo mundo faz, isso é normal, né? Tem materiais que você fica meses trabalhando. E para a Globo não faltaria recursos. Então, lógico que vamos fazer, vamos transformar isso daqui e já chegar com um nível de autenticidade muito forte. A Globo entrando muda tudo. A Globo tem uma credibilidade que é muito forte, né? Isso mudaria o jogo, tipo ele não abrir mão a ponto de perder uma parceria com a Globo, depois ele saiu xingando o ali Kamel. Foi um negócio estranho o que aconteceu, são duas versões e a gente nunca vai saber o que realmente aconteceu, mas, enfim, foi um negócio que se tornou passionai, né? Que até o Kamel rebate os argumentos do Glenn sobre o que aconteceu.

Falando agora um pouco de outros elementos da análise também que eu reparei. Foi possível comprovar nessa análise a opção por notas curtas que a Gazeta oferece, naquela coluna Breves. Por que essa é uma opção da Gazeta do Povo? É para repercutir alguns assuntos, em relação à repercussão política ou jurídica? Por que essa opção por simplesmente uma nota e não se aprofundar em determinados assuntos?

São dois fatores que pesam, basicamente. O primeiro é que isso é commodity, está todo mundo dando com essa pegada mas é importante e você vai lá e registra com uma nota. Num time limitado, o que não é nota tem que virar o que a gente chama de aposta. Você vai ter que locar um repórter para ficar do ou um dois dias escrevendo sobre um assunto, para publicar uma aposta.

Aí é que está o problema do furo sem poder ser checado. Como eu vou colocar alguém, vou destinar recursos para fazer uma apuração que não pode ser checada? Qual é a saída? Como eu vou dar essa pauta? Então isso limita muito a cobertura de transformar numa manchete que a própria Folha vai estar dando, porque ela pode estar negociando com o Intercept o que soltar e o que não soltar, como o próprio Reinaldo Azevedo negociava “amanhã eu vou falar sobre...”

sabe? Ele está negociando a informação, eles têm mais material, a gente não tem. Como você vai fazer um material profundo sobre algo que você não tem? Fica muito mais difícil e, como eu falei, não é prioridade. Nossa prioridade não é essa repercussão do veículo X, a gente tinha outras prioridades que a gente precisa entregar no dia a dia, né? Talvez a gente tivesse na época a Reforma da Previdência. E aí você falava, aqui eu consigo entregar algo diferente, consigo algo diferente em relação aos demais jornais na reforma da previdência. Eu teria que olhar ali nas matérias que eram os focos na época. Mas o fato é que se é um material que a gente não tem como dar um olhar diferenciado, dar com qualidade e que outros estão dando muito melhor nosso leitor já vai conseguir acessar, vai conseguir ler o UOL ou o Intercept, então não tem porque eu vou ser redundante, né? Não tem porque ser redundante, então registra-se ali para a história e vida que segue.

E às vezes procurava se registrar o posicionamento, certo? Uma coisa que me chamou muita atenção assim era que, principalmente no começo, é que às vezes a manchete era algo como “A Lava jato rebate nova matéria do Intercept” e na matéria vinha primeiro a repercussão da nota da Lava jato para depois falar nos conteúdos das mensagens. Então vocês tentavam dar essa prioridade pra essas vozes desses atores?

Não é nem prioridade, porque o fato em si é a pessoa rebatendo. Como eu falei, eu não posso checar a informação...se o Intercept falar que o Deltan brigou com a mulher. Cara, como que eu vou dar isso? Intercept fala que Deltan brigou com a mulher? É muito difícil. Agora, se a mulher dele fala “ai, ele brigou comigo”, então eu falo, “mulher reconhece briga e não sei o que lá” e depois falo porque que ela reconheceu. Ela reconheceu porque o Intercept falou, se o Deltan fala que isso nunca aconteceu eu vou dar isso. Se ele fala que nunca aconteceu porque é em reação à matéria... É a lógica dos fatos, se eu não posso dar por não ter autenticidade, né? E o Intercept, assim, eles fizeram uma matéria sobre Gazeta que eu lembrei de 2018, que era cheia de erros. Só que para a gente era piada, né? Isso que quem escreveu trabalhou na Gazeta e a gente olhava que as datas não batiam, a ordem das contratações das pessoas não batiam, os cargos não batiam. Isso que ele falou com o Guilherme, dono do jornal. Eu estou falando que havia uma maneira por causa de um tom agressivo. Talvez se ele tivesse construído a história da maneira certa teria sido tido até mais efetividade daquilo que ele estava tentando construir sobre o jornal que se tornou conservador. Mas pela quantidade de erros e de falta de cruzamento não tem como você confiar. Assim como você vai olhar aquela matéria sobre o estupro culposo e vai ver o vídeo, eles editaram essa parte do vídeo para suprimir que foram condenados em todas as instâncias ali que eu saiba pelo erro que eles cometeram, né? No caso da menina lá do

aborto também. Eles têm essa carga muito alta ali, que eles misturam um pouco, e se torna difícil de identificar o que é fato. Você tem que procurar uma outra fonte, mas se há um fato que eles afirmam que só eles tem a informação não tenho como transformar aquele notícia. É muito difícil. Por isso que eu falo, se eles tivessem tido mais transparência, a cobertura seria diferente. Teria sido muito diferente e eles teriam todos os créditos.

Você acha que ao longo dos meses essa cobertura e o impacto das reportagens foram perdendo força e esse assunto foi sendo deixado de lado ou isso também acabou ganhando um outro fôlego a partir de outros episódios como a prisão dos hackers? Como que você viu isso?

Do ponto de vista jornalístico do furo deles foi crescendo e talvez hoje esteja no pico porque, por causa das reportagens deles, que tiveram um conteúdo, teoricamente, que mostrava as mensagens dos procuradores ali da Lava jato e que não conseguiram mostrar que a integralidade daquilo..., do ponto de vista jornalístico e de negócios teve um período de 6 meses e eles até estão a ponto, eles estão nas últimas, né? É, eles perderam muitos assinantes. Na época da vaza jato chegaram até os 40 mil assinantes, foram caindo, caindo, o próprio Glenn até saiu do projeto. Então para eles realmente a curva foi acentuada de baixa. Mas, politicamente, que é o que nos interessa, nunca esteve tão forte, porque é isso que acaba causando a parcialidade do Moro, que leva à anulação de provas e é por isso que todos os acusados, os condenados por corrupção já foram soltos. E mais, né? Os partidos de esquerda agora, enquanto a gente fala, pega o resultado desse material para pedir que o estado devolva todo o dinheiro que foi recuperado pela Lava jato para as empresas, né? E que toda as multas aplicadas até 2020 sejam devolvidas para as empresas. Então agora é o auge, na verdade, porque você teve aquele momento do jornalismo, eles lá meio que desapareceram, mas as consequências que talvez, aí vai dar interpretação política de cada um, mas as consequências em si elas foram alcançadas.

Independentemente se é verdade ou não. Porque eu também não falo que é mentira. O que o laudo final da PF e o que o Ministério público fala é que não pode ser aferida a autenticidade disso. Beleza, isso é uma coisa. Não quer dizer que é mentira, tá? São 2 coisas separadas, mas o fato é que isso, de alguma forma, foi usada em todas as instâncias, principalmente pelo STF, que fala que não reconhece as mensagens, mas muda de voto com base em outros argumentos que eles não explicam qual. A própria Rosa Weber fez isso, a Cármen Lúcia. Elas falam que não reconhecem essas provas por serem ilícitas, mas mudo de voto em relação a parcialidade do moro, né? Então, sim, mas então é parcial, porque se isso dali não vale? Então tem esse casamento. Você vê que politicamente afeta e isso desencadeia uma série de coisas que agora

o estado brasileiro, que somos nós, provavelmente em algum momento, quando chegar no STF esse pedido dos partidos de esquerda, vai ter que devolver todo o dinheiro que foi arrecadado com as multas.

Porque foi se dado que se eles fizeram aquele pagamento de multas por uma condenação que teoricamente estava contaminado, porque o juiz era parcial e que a coleta de provas foi contaminada. A lógica está construída, perfeito. Essa é a lógica, que se faça a lógica, né? Que se construa. Efetivamente agora que está no auge. Quando você consolida uma decisão num processo, outra decisão em outro processo e outro em outro, as defesas se reorganizam e falam, se cria uma quarta e vai somando, é uma bola de neve. Todo mundo vai sair. O objetivo em si talvez seja alcançado. Veja, os próprios repórteres do Intercept pediam a prisão dos agentes da Lava jato, e talvez isso aconteça. Então assim, o motivador, que talvez seja o ápice, seja ter a prisão dos agentes da Lava jato. Por sinal, estão fazendo uma correição na 13ª Vara, no TRF 4, no CNJ. Em algum momento, pode ser que você tenha a finalização de todo esse processo aí da Vaza Jato.

E também estão acontecendo aquelas discussões sobre as mensagens encontradas na operação spoofing, com base na validade das mensagens. Então talvez novos desdobramentos das mensagens encontradas com o hacker também possam vir à tona.

Vai que a gente um dia esse documento possa ser verificável por uma consultoria externa e se encontrem outras informações lá que não eram de interesse do Intercept. Porque você imagine, para alguém oferecer esse conteúdo para a Gazeta do povo é porque, de alguma maneira, acreditava que poderia ter um conteúdo que fosse contrário aos interesses do Intercept. Concorda? O Intercept já tem isso daqui, você pode oferecer para o Estadão, pode oferecer para outros jornais e você procura a Gazeta para oferecer isso? O que a fonte não contava era que a gente falava “tudo bem, mas a nossa regra é um pouquinho diferente. A gente a gente quer ter um mínimo de segurança para poder trabalhar sobre isso”

Existia ao longo dessa cobertura uma tentativa de despertar alguns sentimentos e buscar um certo engajamento? Por exemplo, destacar na manchete alguma conduta que poderia ser ilícita. E eu lembro de um caso muito específico que era o de uma matéria que dizia que a PF ia investigar a venda do mandato de Jean Wyllys em benefício do David Miranda que era marido do Glenn Greenwald. Posso até buscar essa matéria em específico, foi uma nota. Existia esse destaque pela manchete e imagino que para o leitor da Gazeta do Povo isso fosse causar um sentimento negativo, uma revolta. Existia essa tentativa de despertar

esses sentimentos ao se divulgar essas matérias, especialmente quando envolvia a Vaza Jato? Outro exemplo são as manifestações a favor de Moro, com um tom mais otimista. Vejo esses dois exemplos e te pergunto se era algo que norteava a cobertura também.

Vou te encaminhar aqui, mais ou menos no mesmo tamanho, a informação de que a Polícia Federal falou que não tinha nada mais investigando o Glenn, certo? Ou até mais ou menos na mesma linha, com a mesma construção de texto. De maneira geral, a realidade na cobertura do dia a dia é que a gente tem um direcionamento macro, que era o cuidado e o que o olhar crítico para essa cobertura, como todas, mas essa, em especial, por causa dos impactos que estava tendo. Mas é muito difícil ser controlar como um título que dentro de uma nota é construído. A minha maior luta todo dia aqui é porque os títulos, às vezes são ininteligíveis e eu falo para o pessoal deixar mais direto pessoal deixa mais direto, mas é muito difícil, você produzindo 150 conteúdos por dia, você ter esse tipo de controle.

Agora, falando do ponto de vista do editorial que é a opinião da Gazeta. Quando você fala de notas e Breves, a gente fala da redação. Quando é o editorial, é a posição do jornal. Ela era muito clara, já se falava que você teria que ter muito cuidado entre o que se alega e aquilo que se pode ter de real lá. Eu me lembro que a gente usou a expressão de “circo midiático”. Como você pode estar construindo algo tão grande, com bases tão pouco sólidas, né? Com a falta de demonstração de que isso tem lastro na verdade, né? E, ao mesmo tempo, um assunto que era uma cola nos ouvidos da esquerda, porque era tudo que eles queriam, né? Então, além de você ter o trabalho do Intercept, você tinha uma vontade muito grande de que aquilo fosse verdade, e tornava aquilo muito grande. Toda a classe política que estava acuada com o Centrão, o Aras, o próprio Governo Bolsonaro estava tentando minar a Lava Jato desde o começo. Então assim, a aderência a qualquer coisa contra a Lava jato era muito forte. A aderência era muito grande, mas as bases daquilo que estava se dizendo não.

Por outro lado, você tinha uma discussão de o que de verdade está errado naqueles áudios. Uma coisa é você falar que tem os áudios, mas de verdade, qual é o crime que pode ser checado? Ah, que ele falou isso como, mas como que está no processo? Essa é uma checagem, está lá no processo. Isso aconteceu ou não? Se ele falou que vai investigar o Gilmar Mendes. Ele investigou o Gilmar Mendes? Olha, se tivesse um ponto dentro lá, que eles acionaram um sistema interno, colocaram o CPF do ministro para tentar investigar. Mas não tem isso, então como que você pode alegar que o Deltan estava mexendo na máquina para investigar o Gilmar Mendes? Agora, uma pessoa falar, temos que investigar todo mundo. Qual é o crime? Se ele falar que tem que investigar todo mundo? O crime é ele usar a estrutura, ele direcionar a força de trabalho dele e a função dele para atingir uma pessoa. E cadê? Aonde está? Onde ficou

registrado? Não tem. Então assim, mas então porque ele falou, porque ele supostamente falou num grupo que o Deltan liberava bandidos? Ele não fez isso lá oficialmente, foi num grupo então. Tá, e qual é o escândalo? Onde está o escândalo? Então essa era a visão mais crítica ainda que o editorial tinha ao falar disso. Então, a gente falava, mas no fim das contas, o que é a Lava jato? E aí é a Gazeta do Povo, editorialmente, ela faz sim uma defesa da Lava Jato, né? Ela entende que você tem provas, você tem pedalinhos, você tem depoimentos, você tem amigos, você tem ex-ministros falando que roubaram, né? E agora você tá falando o Sérgio Cabral. Não faltam provas. O cara foi condenado a 400 anos de prisão, tá solto, tá solto por causa da Vaza Jato.

Então, assim, do ponto de vista do editorial da Gazeta do povo, é óbvio que a operação Lava jato tem uma contribuição para a sociedade muito grande. E você pode fazer críticas para ela, mas tem que ter lastros, ter lastros para que essas críticas possam ser feitas, ter conteúdo. Quando você vai examinar fundo qual é o conteúdo, qual é a acusação? Qual é a contraprova que você pode falar? Não, realmente eles mexeram no processo lá, realmente ele vazou isso e isso estava dentro do processo e a defesa ou acusação teve acesso antecipado? Aonde isso está? Se você não consegue me mostrar isso então você não consegue fazer a crítica necessária, que talvez pudesse ser feita para a Lava jato.

E você falou ali sobre essa defesa da Lava Jato. Existia também a defesa do Governo Federal também e, no caso, dos agentes do governo também?

Não, a gente não depende do governo. A gente tem uma linha editorial que vem antes do governo Bolsonaro. Então assim, num se grande parte da pauta dele era compatível com a pauta Gazeta do povo o problema é do governo, né? Então assim, não existia de nenhuma maneira uma defesa de governo. Assim como a gente não tem a defesa de governos locais. De governos pra gente a gente sempre teve independência, até porque a gente não tinha, do ponto de vista escuso, algo a ser ganhado. Agora é analisar os fatos. Qual é o nosso diferencial? É isso que foi falado. Merece a repercussão que tem o que realmente está em jogo? E aí a gente vai fazer uma análise assim, só fazendo uma comparação. À época que o Bolsonaro não quis fazer a lista tríplice na PGR você teve nota de repúdio da PGR, de grupos jurídicos, teve um escândalo. A hora que o que o Lula fala isso. Qual é a repercussão?

Quando ele fala, não vou escolher na lista tríplice qual é a repercussão? Você tem dois pontos que você pode avaliar: ou houve um exagero ou existe um acobertamento agora, certo?

A época nós tratávamos o assunto com “Vamos olhar o que que tem e o que que não tem aquele exagero e vamos dar os fatos”. Ok, não é legal, não é registrado, né, que ele precisa seguir.

Porém, foi uma atitude de governo, feito desde o primeiro governo Lula. Beleza está registrado. A mesma coisa a gente está fazendo agora com o governo Lula. A gente manteve a ideia de que existe um tom para essa cobertura e estamos seguindo com isso. Obviamente que existe agora uma hipocrisia, né? Porque, veja, o PT emitia notas contra o Bolsonaro por causa da lista tríplice. Agora é o PT que está indo contra a lista tríplice. No caso do Bolsonaro, é a primeira vez que ele tava lá. Então assim, esse nivelamento você pode ser medido em todos os assuntos do dia a dia e isso pode fazer parecer que você é mais pró ou anti-governo. Pode parecer.

Voltando à questão dos editoriais, vocês então tiveram essa postura em defesa ali da Lava jato. Como que era feita essa separação e primeiro, se existia essa separação entre esse posicionamento dos editoriais e a redação e a produção dos conteúdos jornalísticos. Ela existia? E se sim como ela era feita? Uma coisa que chama a atenção é que a Gazeta do Povo fala que os princípios da Gazeta estão presentes nas matérias, certo? E como que é feito então essa separação no caso dos editoriais e da parte jornalística?

Não é feito, não é feito. Assim, a Gazeta do povo tem uma linha editorial muito clara, né? Então é um jornal que faz uma defesa dos benefícios da depuração que a Lava Jato fez no Brasil. Isso é conhecido, todo mundo conhece. Agora existe os fatos e aí você vai fazer a cobertura dos fatos. O jornalismo vai cobrir os fatos, ele não precisa fazer essa defesa dentro do seu jornalismo, porque isso é uma questão de opinião. A opinião do jornal é essa.

Agora o jornal não pode ter uma opinião e sua redação fazer outra coisa? Porque senão não é opinião do jornal, certo? O jornal é um corpo, é uma revista, é um conglomerado daquilo que ele entrega pro leitor. Então, isso existe em todos, alguns aceitam, alguns assumem, outros não. Nos Estados Unidos, isso é muito claro, muito claro. O The New York Times tem entre o seu público alvo o grupo Urban Left. O Guardian, na Inglaterra, é um jornal trabalhista, o trabalhismo é um partido. O Telegraph lá é um jornal conservador. Você tem isso e vai produzir um jornalismo com essas bases. Você não vai entrar lá no jornal conservador e vai começar a falar sobre a liberação do aborto, certo? Isso não vai existir. Assim como você não encontra isso no The New York Times. Eu não sei se você lembra da Bari Weiss, editora de opinião, saiu de lá há dois anos falando que não havia mais espaço para quem pensa diferente dos “liberals”, que são os democratas/progressistas. Ela saiu de lá afirmando isso e o Sulzberger não rebateu. Depois, ele fez uma carta em que ele faz essas considerações e reflexões. Isso é só um exemplo de como isso já existe, é consolidada a ideia de o jornal ter uma posição e você ter uma cobertura com essa posição. De maneira nenhuma você muda os fatos por causa disso. Os fatos são os fatos, você não perde a objetividade por causa disso. Você passa a ter mais coerência naquilo

que você faz.

Eu costumo usar a seguinte figura de linguagem. Se você manda o seu currículo e quer participar da redação da Quatro Rodas, você pode ser um cicloativista e você pode atuar como cicloativista. Mas quando você sugerir escrever pautas na Quatro Rodas vai ser sobre carros. É, é isso que se trata a revista e é para isso que os leitores compram a revista. Essa é a importância da revista no cenário automotivo. Ela é uma revista sobre carros. Então se você quer escrever também sobre cicloativismo você deve enviar o seu currículo para uma revista de ciclismo. Lá você vai ter espaço, porque lá vai falar lá, você não vai conseguir falar sobre carros tunados. São coisas muito diferentes. A Gazeta do povo faz uma cobertura sobre ideologia de gênero. A Folha de São Paulo, nos seus textos de reportagem, fala que ideologia de gênero é uma teoria da conspiração dos reacionários. E aí? Às vezes você fala beleza, mas eles não têm um lado, eles são plurais? Eles falam isso sempre. Eles renegam o que 50% ou mais da população entende e fala que isso é teoria da conspiração. Beleza. Esse é o modus deles desde que eles não deturpem fatos, eles podem interpretar os fatos de que isso é uma conspiração. O jornalismo não permitiria isso e a gente não permite. A gente de maneira nenhuma vai manipular fatos, criar fatos ou vai inventar. Os fatos são os fatos, eles acontecem e a gente registra eles, desde que estejam dentro do nosso escopo de cobertura.

Como que vocês utilizavam e quais eram esses critérios para essa repercussão de fatos de vindos de outros veículos principalmente para as notas que eram muito comuns e também para a utilização das matérias da Agência Estado?

No começo de 2019 talvez a gente tinha Folhapress, The New York Times, Estado, um pacote de agências e com o tempo isso foi uma decisão estratégica, editorial e também financeira, em a gente foi diminuindo cada vez mais o espaço das notas. Então chega ali no final de 2019, é capaz de quase nada sendo publicado de agência dentro do jornal, porque a gente começou a extinguir os contratos. Em algum momento você deixa até de olhar, porque vai vencer o login daqui 30 dias. Aí o editor já nem começa a pegar quase nada. Eu não sei quanto que a gente encerrou o contrato com a Agência Estado. Eu sei que em 2019, 2018 talvez, a gente começou a diminuir. Final de 2018, começo de 2019 por aí, a gente já começou a diminuir. Hoje, para você ter uma ideia, a gente deve ter só a agência EFE Internacional, porque a gente precisa ver imagens em internacionais, né? Essas a gente tem mais dificuldade para conseguir, então a gente contrata agência. Não pelo texto, mas pela imagem. Dos 200 conteúdos que a Agência EFE manda para a gente se a gente publica dois por dia é muito. A gente não gosta, a gente não quer mais porque as agências têm um sentido de commodity. O G1 contrata agência, o UOL

contrata agência. Esses dias veio um pedido do editor falando que precisamos contratar a Reuters, que ela é mais rápida. Legal, mas como a gente vai fazer para que o conteúdo da Reuters seja diferente do conteúdo da Reuters que está gratuito no UOL e eles colocam o feed direto, eles são mais rápidos. Então você tem certeza que vale a pena ou é melhor a gente investir num conteúdo diferente que o nosso próprio time produz? Então é isso que está por trás, provavelmente do escasseamento das notas de agência. Até porque, se a gente quer se colocar como um player nacional, não adianta ficar replicando os players nacionais que aí a gente fica se colocando como o jornal regional. Como a gente passaria o Estadão em volume de assinaturas digitais, se a gente publicasse o conteúdo do Estadão a pessoa assina o Estadão. É uma escolha estratégica. Naturalmente, vai ter menos conteúdo sendo usado ali no período.

E aí também quando é algum fato importante vindo de outro veículo, vocês repercutem quando há necessidade, certo?

E aí preferencialmente sempre tentando trazer um outro olhar dentro da nota deles por causa de Google. Se você publica a nota do Estadão, o Google enxerga que a do Estadão é a original ele só vai entregar essa. É natural, é normal que isso aconteça. Então não adianta você ficar replicando conteúdo de agência. Então, se você tem que dar, tem que pegar aquele conteúdo e transformar ele, fazer uma edição, mantendo os fatos da agência e citando ali para que o Google identifique que aquele conteúdo é um conteúdo original. Quanto mais parecido com agência é como jogar fora o tempo. Essa é a realidade do esquema de negócios da internet. É quase como jogar fora o tempo de quem publicou aquilo.

Esse trabalho de Google, de SEO, vocês já fazem há quanto tempo e como que isso faz parte das práticas jornalísticas do dia a dia?

Hoje em dia é muito mais conceitual do que práticas mesmo, né? Então a gente está amadurecendo essas ideias então, a gente hoje nem lembra mais que a gente está dando preferência para conteúdos autorais justamente por causa do Google. Mas todo o jornal tem lá seu departamento de SEO que fica sinalizando as boas práticas. E assim, conteúdo duplicado sempre foi colocado como uma prática que piora o teu resultado orgânico. Para você ter uma ideia, temos um jornal loca, a Tribuna. É ruim para a Tribuna quando a gente pega um conteúdo deles e publica na Gazeta. Cria dois conteúdos iguais, aí o Google vai dar preferência para um e ele vai começar a sinalizar que aquele que aquele cara sempre vai ter um corpo, sabe? Então, assim como para eles era ruim copiar nosso conteúdo, às vezes se fazia por necessidade. Hoje em dia, é muito baixo esse uso justamente porque cada um tem seu espaço.

Apêndice 6 – Análise de discurso das peças jornalísticas da Folha de S. Paulo

1- Mensagens mostram colaboração entre Moro e Deltan na Lava Jato, diz site - <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/site-publica-mensagens-que-mostrar-colaboracao-entre-moro-e-deltan-na-lava-jato.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<ul style="list-style-type: none"> - O título enuncia que “mensagens mostram colaboração”, remetendo para alguma prova de algo que aconteceu. - Utilização da palavra “Colaboração” que liga Moro à Lava Jato, mas sem especificar no título e no lead que colaborações são essas. - Menção a detalhes sobre processo de Lula (“Diálogos mencionam detalhes do processo que condenou Lula”), o que dá margem para discussões sobre o assunto e poderá causar mais curiosidade e interesse do leitor pelo assunto. - No título, há apenas a menção da fonte se referindo a “site”. No lead, é dito que os diálogos foram divulgados pelo <i>The Intercept Brasil</i>. - Resposta do MPF com declarações chamativas sobre “ataque criminoso”
- Estilo léxico	<ul style="list-style-type: none"> - Destaques para as palavras “colaborações” entre Moro e Deltan Dallagnol, “põem em xeque a equidistância da Justiça”, do juiz Marco Aurelio Mello e “pode ter havido desvio ético” para as reações aos diálogos. - A utilização da expressão “ataque criminoso à Lava Jato” e “risco à segurança dos integrantes” marcam a defesa de Moro e do MPF. - Há a preocupação em não emitir reações negativas, mas há a exibição detalhada dos diálogos publicados
- Estratégias de discurso	Estratégia do posicionamento: Tentativa de não emitir um posicionamento direto e nem cravar que haveria condutas ilegais

(“Especialistas em direito disseram à reportagem que não haveria, a princípio, nenhuma ilegalidade, mas pode ter havido desvio ético.”), , mas houve a preocupação em replicar os conteúdos dos diálogos, já os assumindo como verdadeiros) – “Segundo a reportagem, Moro sugeriu ao MPF (Ministério Público Federal) trocar [a ordem de fases da Lava Jato](#), cobrou a realização de novas operações, deu conselhos e pistas e antecipou ao menos uma decisão judicial.

Estratégia da legitimação: Há a tentativa de expor os dois lados da história, mas o veículo busca ressaltar o direito ao sigilo da fonte e à publicação das reportagens por parte de Greenwald (por meio de uma entrevista exclusiva com ele), além da confiança na veracidade das informações. (“Ele afirmou ter "absoluto nível de confiança" na veracidade do conteúdo”)

Estratégia da granularidade: Descrição específica dos eventos e dos conteúdos das reportagens do The Intercept Brasil – detalhes sobre os conteúdos das três reportagens.

Estratégia da argumentação: Veiculação de mensagens é acompanhada de explicações sobre o contexto e hiperlinks para publicações da Folha de S. Paulo, o que pode reforçar o fato dos conteúdos das mensagens serem verdadeiras (“Segundo conversas reproduzidas pela reportagem, procuradores do MPF envolvidos na Lava Jato reagiram com indignação à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de autorizar a Folha a entrevistar Lula [pouco antes do primeiro turno.](#)”)

Estratégias retóricas: eufemismos relativos às repercussões de Marco Aurelio Mello (“põe em xeque a equidistância do órgão julgador”) e de juristas sobre a repercussão da matéria (“não haveria, a princípio, nenhuma ilegalidade, mas pode ter havido desvio ético”). Uso de hipérboles relacionadas à nota oficial da Lava Jato (“praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida

	privada e à segurança de seus integrantes”).
--	--

2. PF tem 4 investigações sobre ataques de hackers contra pessoas ligadas à Lava Jato

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/pf-tem-4-investigacoes-sobre-ataques-de-hackers-contr-pessoas-ligadas-a-lava-jato.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Título é genérico e apenas cita a existência de investigações sobre os ataques hackers, mas relaciona os inquéritos à invasão a Moro e aos procuradores (“PF tem 4 investigações sobre ataques de hackers contra pessoas ligadas à Lava Jato”)</p> <p>- A linha-fina marca a indefinição que cerca os inquéritos por meio do uso das expressões “Suspeita-se que” e “tenham acessado” sobre os métodos utilizados pelos hackers. A citação a ausência de “programas de espionagem” também visa criar curiosidade para o restante da matéria.</p> <p>- No lead, são expostos detalhes sobre a localização dos ataques hackers e repetida a informação sobre as suspeitas envolvendo os hackers (“acesso direto a aplicativos dos alvos”). Também já é exibido o nome de Sergio Moro como uma das vítimas envolvidas na apuração do inquérito, mas sem grandes detalhes (“o mais recente inquérito é sobre a invasão ao aparelho de Sergio Moro”).</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Após as primeiras informações sobre os inquéritos, o veículo contextualiza o escândalo das mensagens (“O site The Intercept Brasil disse ter tido acesso...”) e sobre a reação de Moro (“disse não ter visto nada de mais nas mensagens”)</p> <p>- O veículo destaca que Moro e Dallagnol deram grande ênfase nos ataques hackers em suas defesas no contexto do escândalo, reforçando ainda a longa duração dos ataques (“a força-tarefa de Curitiba disse que os ataques cibernéticos ocorrem desde</p>

	<p>abril”; “O hacker ainda sequestrou identidades, se passando por procuradores e jornalistas em conversas”).</p> <p>- Também foram exibidas palavras que reforçam os crimes e a conduta negativa dos hackers (“O modo de agir agressivo, sorrateiro e dissimulado do criminoso é um dos pontos de atenção da investigação”; “intuito hediondo do criminoso”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: O posicionamento principal foi de indefinição em relação às investigações feitas pela Polícia Federal, inclusive em relação a possíveis manipulações de conteúdo (“Suspeita-se que”; “investigações não conseguem mostrar eventual manipulação no conteúdo ao qual o hacker teve acesso”) e o foco da Lava Jato nas invasões aos celulares como crime cometido (utilização de “criminoso” em duas oportunidades).</p> <p>- Estratégias de legitimação: Moro busca legitimar a importância de sua atuação como juiz e da atuação da Lava Jato no combate à corrupção (“matérias que ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato”). A Lava Jato busca legitimar seus argumentos sobre a conduta criminosa dos hackers com detalhes sobre as etapas da invasão e sua gravidade (“foram identificadas tentativas de ataques cibernéticos a familiares próximos de procuradores, o que reforça o intuito hediondo do criminoso”).</p> <p>- Estratégia de granularidade: Não há descrições detalhadas sobre os inquéritos, apenas detalhes superficiais. Em relação aos ataques hackers, busca-se descrever as etapas do processo de invasão aos celulares, mas sem grande aprofundamento (“o hacker utilizou uma espécie de “máscara digital”, que faz indicar como origem dessas ligações números como os dos próprios procuradores. No momento que a ligação ocorria, a invasão se viabilizava”).</p> <p>- Estratégias de argumentação: São</p>

	<p>reforçados, por parte da Lava Jato, os argumentos de foram graves os crimes cometidos pelos hackers (“uso de tom intimidatório”; “identidade virtual falsa”; “modo de agir agressivo, sorrateiro e dissimulado do criminoso”)</p> <p>- Estratégia das generalizações: há o detalhamento sobre as invasões a celulares e sobre vulnerabilidades do sistema (“já foram descobertas vulnerabilidades de software e hardware em aparelhos líderes de mercado que permitem o acesso de hackers”).</p> <p>- Estratégias retóricas: hipérbole utilizada por Moro para reforçar as ações da Lava Jato (“gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato”), personificação das ações do hacker (“conduta hedionda do criminoso”) e reforço nas caracterizações negativas na conduta do hacker (“agressivo, sorrateiro e dissimulado”).</p>
--	---

3. 'In Fux we trust', diz Moro a Deltan em mensagem sobre ministro do STF

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/in-fux-we-trust-diz-moro-a-deltan-em-mensagem-sobre-ministro-do-stf.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Destaque logo no título para a frase principal revelada no novo escândalo (“In Fux we trust”), o que reforça seu impacto; seguido pela contextualização da mensagem (“Diz Moro a Deltan sobre ministro do STF”)</p> <p>- Na linha-fina ênfase na palavra “comemoram” para reforçar a ideia da aproximação do ministro com o juiz. Com isso, já há a primeira indicação de conduta negativa revelada pelo escândalo</p> <p>- No lead, há o reforço sobre a aproximação entre Luis Fux e a Lava Jato caracterizada pela expressão “poderia contar com ele "para o que precisar", que Fux teria dito a</p>

	<p>Deltan Dallagnol. Com isso, busca-se reforçar o impacto das revelações antes do aprofundamento nas mensagens.</p> <p>- Em seguida há créditos para o The Intercept Brasil e seu editor Leandro Demori, e para o jornalista Reinaldo Azevedo e seu programa “O É da Coisa”, da Rádio BandNews FM. Foi nesse programa que Demori revelou o conteúdo das mensagens.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A ideia da aproximação entre a Lava Jato e o ministro Luis Fux é reforçada pela descrição completa das mensagens que incluem as expressões ditas por Deltan (“Teori [Zavascki] fez queda de braço com Moro e viu que se queimou”, “Disse para contarmos com ele para o que precisarmos”, “Só faltou, como bom carioca, chamar-me pra ir à casa dele”; e por Moro (“In Fux we trust”).</p> <p>- Há a preocupação do veículo em contextualizar os episódios sobre Teori Zavascki (“então relator da Lava Jato no STF”, “Moro foi repreendido em despacho de Teori”) e sobre o momento da mensagem (“declarações feitas após o impeachment de Dilma Rousseff”).</p> <p>- O veículo expõe o tema mas busca não se posicionar negativamente (“Não há determinação legal que proíba conversas entre procuradores de primeiro grau e ministros do STF”)</p> <p>- O tom de resposta da Lava Jato é marcado por sugestões de que poderia ter havido adulterações no conteúdo das mensagens (“diálogos inteiros podem ter sido forjados pelo hacker”; “a informação traz dúvidas inafastáveis quanto à sua autenticidade”).</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: Reforço na posição de que havia a proximidade entre a Lava Jato e Luis Fux por conta das descrições relatadas por Deltan e pela reação de Moro (“Os sinais foram ótimos”; “podem contar com a gente para o que precisar”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: novamente a</p>

	<p><i>Folha de S. Paulo</i> busca legitimar a autenticidade das mensagens e a confiança no site <i>The Intercept Brasil</i>. Para isso, busca contextualizar o período em que a mensagem foi enviada (citação sobre o “novo governo” e contexto sobre o “impeachment de Dilma Rousseff”) e os detalhes descritos por Deltan sobre a atuação de Teori Zavascki (cerca de quatro parágrafos com a contextualização)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de granularidade: há a descrição e contextualização sobre os eventos acontecidos no contexto da mensagem. - Estratégia de argumentação: o veículo ressalta a veracidade das mensagens e o contexto da publicação dos escândalos das mensagens (“Esse é o primeiro trecho de conversas entre autoridades da Lava Jato a ser divulgado desde o último domingo (9)”). Embora a Folha admita que “não há determinação legal que proíba conversas entre procuradores de primeiro grau e ministros do STF”, ressalta o impacto das declarações e da proximidade entre os agentes públicos a ponto da existência da frase “In Fux we trust”. - Estratégias retóricas: os diálogos entre Moro e Deltan estão com várias figuras de linguagem, como eufemismo presente na frase “In Fux we trust” e de Deltan (“fez queda de braço com Moro e viu que se queimou”), a hipérbole presente na frase de Deltan (“Só faltou, como bom carioca, chamar-me pra ir à casa dele rs.”). Há ainda hipérbolos em relação à nota da Lava Jato que afirma que “diálogos inteiros podem ter sido adulterados”.
--	--

4. Moro disse a Deltan temer que investigação melindrasse FHC, afirma site - <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/moro-disse-a-deltan-temer-que-investigacao-melindrasse-fhc-afirma-site.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Título destaca um possível desvio de conduta que teria sido realizado por Moro. Ao “temer que investigação melindrasse FHC”, sugere-se que havia uma escolha por não investigar o político, o que poderia sugerir algum tipo de preferência política e uma atuação parcial. Destaca-se ainda o crédito a site (<i>The Intercept Brasil</i>).</p> <p>- Na linha-fina, o nome do veículo <i>The Intercept Brasil</i> já aparece como destaque. Na frase, a suspeita trazida pelo título é revelada e sugere que Moro não queria prejudicar FHC, alguém “cujo apoio é importante”. Dessa forma, traz a curiosidade sobre os fatos trazidos na reportagem</p> <p>- Em relação ao lead, as informações do título e da linha-fina se repetem. Mas há ênfase em dizer que Moro “se posicionou contra investigações sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB)”, tornando ainda mais claro o posicionamento revelado pelas mensagens.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Destaque para a palavra “melindra” utilizada por Moro como uma forma de reforçar que a investigação poderia ser um incômodo a um apoiador da Lava Jato (“Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante”)</p> <p>- Entre os diálogos destacam-se trechos que visam reforçar a ideia de que a investigação contra FHC seria algo sem importância (“Tem alguma coisa mesmo séria do FHC? O que vi na TV pareceu muito fraco”; “Em pp [princípio] sim, o que tem é muito fraco”) e que teria sido enviado apenas por uma formalidade (“Foi enviado para SP sem se analisar prescrição. Suponho que de propósito. Talvez para passar recado de imparcialidade”)</p> <p>- A reportagem, porém, reforça que o caso de FHC “não chegou a passar pela Justiça Federal no Paraná ou pelos procuradores de Curitiba”. Busca-se assim explicar o histórico das investigações para oferecer contexto e sentido às mensagens entre Moro e Deltan que não estavam envolvidos</p>

	<p>no caso.</p> <p>- Nas respostas da força-tarefa da Lava Jato e de Sergio Moro, as notas oficiais reforçam que “nunca houve interferência no caso” e destacam, para se referir às matérias, as expressões “sensacionalismo”, “podem ter sido manipuladas”, “não reconhece autenticidade” e “obtidas por meios criminosos”.</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>Estratégia de posicionamento: após o título e o lead, o veículo busca explicar o contexto das mensagens, reforçando que Moro apenas oferecia uma opinião em relação à delação da Odebrecht, não tendo alguma ação oficial a respeito. (“Moro questiona o procurador Deltan Dallagnol em 2017 sobre citações a FHC na delação da Odebrecht”; “O procedimento com a menção ao tucano na delação da Odebrecht não chegou a passar pela Justiça Federal no Paraná”).</p> <p>Estratégia de legitimação: Com base nas mensagens, a reportagem busca sublinhar a opinião de Moro a respeito do caso, mas sem que tivesse havido ação efetiva e reforçando que depois o caso foi de fato arquivado (“O caso de Fernando Henrique Cardoso foi enviado para São Paulo e considerado pela Polícia Federal como prescrito”). Porém, é reforçada a ideia de que poderia haver preferências políticas por parte dos agentes públicos nas investigações (“uma investigação a respeito daria "mais argumentos pela imparcialidade”)</p> <p>Estratégia de granularidade: há a descrição específica sobre uma das delações e o resultado final da investigação contra FHC</p> <p>Estratégia de argumentação: utilização de trechos que falam sobre as opiniões de Moro e Deltan sobre investigação contra FHC levam o leitor à conclusão de que pode ter havido preferências políticas na realização de denúncias e condenações, além da conclusão de que a Lava Jato poderia beneficiar aliados e defensores da operação (“Talvez para passar recado de</p>

	<p>imparcialidade”; “Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante”). Já a Lava Jato e Moro levam a crer em suas notas que esse pensamento induz a erro e a conclusões precipitadas (“o site tenta criar artificialmente uma realidade inexistente que dê suporte a teses que favoreçam o ex-presidente Lula”).</p> <p>Estratégias retóricas: a utilização de “melindra” e alguém “cujo apoio é importante” podem representar eufemismos utilizados por Moro.</p>
--	--

5. Lava Jato discutiu troca de procuradora após crítica de Moro, indicam diálogos

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-discutiu-troca-de-procuradora-apos-critica-de-moro-indicam-dialogos.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Título sugere que Moro teria o poder de interferir a atuação da força-tarefa da Lava Jato (“discutiu troca de procuradora”), o que seria uma transgressão da lei e violaria a sua imparcialidade. A referência está em indicam diálogos em menção às mensagens vazadas</p> <p>- A linha-fina acompanha esse raciocínio e indica que a orientação de Moro foi pauta de conversas de procuradores (“Moro e colega discutiram orientação de ex-juiz”) antes de um momento importante para a força-tarefa (“audiência de Lula”), sugerindo uma cooperação entre juiz e acusação</p> <p>- O lead traz alguns elementos adicionais às informações e ressalta que houve “críticas” de Moro a procuradora. Por conta disso, teria havido discussões sobre “alterações de escala”. Há também os créditos ao jornalista que relevou as novas mensagens em seu programa de rádio (Reinaldo Azevedo no programa É da Coisa, da BandNews FM).</p>

<p>- Estilo léxico</p>	<p>- As conversas se relacionam com outros diálogos que já haviam tratado sobre a procuradora Laura Tessler em relação à melhoria de “seu seu desempenho em interrogatórios da operação”. A reportagem reforça que as mensagens foram trocadas de “maneira particular” com um dos procuradores e que havia a preocupação de manter o assunto em segredo (“Não comenta com ninguém e me assegura que teu telegram não tá aberto aí no computador e que outras pessoas não estão vendo...”; “O coordenador da força-tarefa combinou com Santos Lima de apagar o conteúdo da mensagem”).</p> <p>- Apesar disso, havia a intenção de seguir de fato a orientação de Sergio Moro em relação à troca da procuradora, o que indicaria, segundo as reportagens, que o juiz de fato realizava orientações diretas à força-tarefa (“Vamos ver como está a escala e talvez sugerir que vão 2, e fazer uma reunião sobre estratégia de inquirição, sem mencionar ela”; “Por isso tinha sugerido que Júlio ou Robinho fossem também”). Ainda se considerava que o depoimento de Lula era um dos mais importante para a Lava Jato (“No [depoimento] do Lula não podemos deixar acontecer”)</p> <p>- Nas defesas de Moro e da Lava Jato, a força-tarefa utiliza a expressão “notícia falsa” e que “não reconhece a autenticidade do diálogo”, uma vez que a procuradora “participou de todas as subsequentes do caso no mês de março”, além de realizar elogios a sua atuação (“atuação firme, técnica e dedicada”). Também ressaltam que “não se cogitou em nenhum momento de substituição de membros”.</p> <p>- Por fim, a Folha de S. Paulo faz um resumo sobre os casos e resalta atos questionáveis de Moro trazidos pelas mensagens (“trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobra a realização de novas operações, dá conselhos e pistas, antecipa ao menos uma decisão judicial”), além de ressaltar as possíveis ilegalidades</p>
------------------------	--

	<p>(“Segundo a legislação, é papel do juiz se manter imparcial diante da acusação e da defesa”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: o veículo busca reforçar o escândalo da matéria anterior para situar o leitor em relação aos novos diálogos e reforçar a possível interferência de Moro (“Em diálogo divulgado no último dia 9, o site havia mostrado que Moro enviou mensagem a Deltan Dallagnol, em 2017, orientando que aconselhasse a procuradora Laura Tessler a melhorar seu desempenho em interrogatórios da operação”). Apenas em seguida, é tratado do novo escândalo.</p> <p>- Estratégia de legitimação: referência à primeira matéria e explicação sobre o contexto geral (“A discussão ocorreu dois meses antes do primeiro depoimento de Lula como réu em Curitiba”). Há a menção de que “Laura Tessler, criticada por Moro, não participou”, o que reforçaria a veracidade das conversas exibidas.</p> <p>- Estratégia da granularidade: há explicações em detalhes sobre o contexto que envolvia o depoimento de Lula e da participação dos procuradores (“compareceram três procuradores: Santos Lima, Júlio Noronha e Roberson Pozzobon”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: há a explicação sobre os detalhes que levaram à troca de mensagens, como “O coordenador do grupo chegou a encaminhar ao colega a mensagem em que Moro critica a procuradora” e “O coordenador da força-tarefa combinou com Santos Lima de apagar o conteúdo da mensagem”. A revelação sobre a ausência de Laura Tessler no depoimento (“Laura Tessler, criticada por Moro, não participou”) e os complementos sobre outras falas de Moro a respeito da procuradora (“o site havia mostrado que Moro enviou mensagem a Deltan Dallagnol, em 2017, orientando que aconselhasse a procuradora Laura Tessler a melhorar seu desempenho”) reforçam o argumento de interferência de Moro na</p>

	<p>força-tarefa.</p> <p>- Estratégias retóricas: eufemismos realizados por Moro ao se justificar sobre orientações a procuradores (“Olha, profissionalmente, vou te dar um conselho, faça assim, não faça assado... Como isso pode ser considerado alguma coisa ilícita?”). Há ainda hipérboles em relação ao uso da expressão “notícia falsa” pela força-tarefa.</p>
--	---

6. Entenda vazamento de conversa entre Moro e Deltan e impacto para a Lava Jato

- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/entenda-vazamento-de-conversa-entre-moro-e-deltan-e-impacto-para-a-lava-jato.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título é amplo e visa introduzir uma explicação mais detalhada sobre os escândalos principais divulgados um dia antes e suas possíveis consequências (“Entenda vazamento de conversa entre Moro e Deltan e impacto para a Lava Jato”)</p> <p>- A linha-fina já exhibe o primeiro dos impactos possíveis dos escândalos que trata da possibilidade de anulação de sentenças de Sergio Moro na Lava Jato. Essa explicação é esmiuçada ao longo do texto (“Caso pode abrir margem para anulação de sentenças, segundo especialistas”)</p> <p>- No lead, é apresentado o contexto do escândalo, mas já é introduzida a informação de que a Folha “teve acesso ao pacote de mensagens trocadas pelos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato nos últimos anos e obtidas pelo site The Intercept Brasil”. A partir disso, o jornal também explorou em outra reportagem todos os detalhes relativos ao vazamento das conversas.</p> <p>- O jornal trata apenas na sequência sobre o hackeamento das autoridades e sobre o inquérito para apurar esse crime (“A</p>

	<p>Polícia Federal abriu inquéritos para investigar suspeitas de ataques de hackers”). O foco se mantém, portanto, no conteúdo das mensagens e nos seus efeitos.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>. Logo no início, o veículo destaca que os diálogos indicam “troca de informações” que sugerem que “Moro pode ter interferido na atuação da Procuradoria”. Não há, portanto, a afirmação categórica de que isso aconteceu até aquele momento.</p> <p>- Ao inserir o tópico “Para entender as conversas”, no item “Análise”, o jornal afirma que “não detectou indício de que o material possa ter sido adulterado”, reforçando sua confiança na veracidade do conteúdo. No decorrer do texto, o assunto volta a tona e são descritas algumas técnicas para a verificação do conteúdo (“Os repórteres encontraram diversas mensagens que eles próprios trocaram com a força-tarefa”).</p> <p>- Há também o reforço de afirmar que Moro e outros procuradores não negaram a autoria das mensagens a princípio (“nem Moro nem os procuradores negaram a autenticidade das conversas”), mas que houve uma mudança de discurso nesse sentido posteriormente.</p> <p>- O veículo também reforça que pode ter havido comportamentos antiéticos por parte de Moro (“É papel do juiz se manter imparcial diante da acusação e da defesa”), oferecendo uma imagem negativa a respeito de sua conduta. O veículo se mostra cauteloso em cravar algum tipo de punição (“Há margem para processos administrativos”; “Para que isso ocorresse, porém, seria necessária uma investigação oficial”; “Os procuradores podem ter infringido a lei? Depende de como a atitude de Deltan e demais procuradores pode ser interpretada”). Em relação à defesa de Moro, o veículo elenca seus argumentos mas também oferece contradições. (“Especialistas, porém, avaliam que o modo como isso foi feito contraria a</p>

	<p>legislação”).</p> <p>- O veículo também reforça a conduta negativa de Moro e da Lava Jato, sugerindo a possibilidade das anulações das sentenças de Moro e até da condenação de Lula (“há indícios da suspeição de Moro, o que pode resultar na anulação”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>Estratégia do posicionamento: Há a busca por reforçar a autenticidade e veracidade das mensagens (“não encontrou indício de adulteração). Há reprovações à conduta de Moro, sugerindo até mesmo violações à lei (“o modo como isso foi feito contraria a legislação”; “há indícios da suspeição de Moro”; “há margens para processos administrativos”), porém são reforçadas as incertezas em relação ao caso e sobre os desdobramentos jurídicos possíveis (“Depende de como a atitude de Deltan e demais procuradores pode ser interpretada”; “Especialistas acham difícil que haja uma anulação em massa”). Há, porém, espaço para as defesas de Moro e de Dallagnol com uma listagem de seus argumentos (“vítima de ataque hacker”; “não ter como garantir autenticidade”; “refutou o conluio”).</p> <p>Estratégia da legitimação: Há a tentativa de expor os dois lados da história, com detalhes sobre as acusações, defesas, investigações existentes (“Ataques hackers”) e ações jurídicas possíveis (“anulações de sentenças”). Porém, o veículo busca legitimar o trabalho do The Intercept Brasil e da autenticidade das mensagens exibidas nas reportagens (“não há provas de que os diálogos foram obtidos pela fonte anônima do Intercept a partir de ataque hacker”; “A Folha teve acesso ao material e não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado”).</p> <p>Estratégia da granularidade: Há uma descrição rápida sobre os conteúdos das mensagens em si (em parágrafos, mas com hiperlinks que direcionam para outras matérias que aprofundam os escândalos), o foco está nas possíveis consequências e desdobramentos (“quais as possíveis</p>

	<p>consequências para a Lava Jato e para Sergio Moro”).</p> <p>Estratégia da argumentação: O foco do texto se concentra nas consequências das reportagens, mas os conteúdos são direcionados a páginas com hiperlinks para o próprio site da Folha de S. Paulo. Há argumentações em favor da autenticidade das mensagens (“mensagens sobre encontro com Fausto Silva e Lava Jato que foi confirmado pelo apresentador”) e sobre a possível violação de leis nas condutas de Moro e de Dallagnol. Para isso são citados trechos do “Código de Processo Penal”, a “Constituição Federal e “código de Ética da Magistratura” que se relacionam com a independência dos poderes e a imparcialidade do juiz, além de argumentos utilizados por especialistas em outras matérias (“Especialistas afirmam que a análise deve ser feita caso a caso em relação aos processos da Operação”)</p> <p>Estratégias retóricas: há a utilização de poucas figuras de linguagem e mais o relato sobre os fatos, repercussões e argumentos utilizados pelos atores envolvidos. Elas estão mais presentes nas ironias presentes na defesa de Dallagnol que fala sobre “teoria da conspiração” e no eufemismo sobre “supostos diálogos”. Há ainda por parte de Bolsonaro, a hipérbole sobre a importância de Moro para o Governo (“o que ele fez não tem preço”).</p>
--	--

7. Lava Jato articulou apoio a Moro diante de tensão com STF, mostram mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-articulou-apoio-a-moro-diante-de-tensao-com-stf-mostram-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	- Título destaca revelações obtidas a partir de novas mensagens que tratam sobre as cooperações entre Moro e a Lava Jato (“Lava Jato articulou apoio a Moro”) em momentos críticos ao ex-juiz (em meio a

	<p>tensão com o STF”). Ainda que seja vago, título dá o tom de colaboração entre as duas partes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na linha-fina, há uma breve menção sobre o tema que gerou a tensão (“por divulgação de planilhas com políticos”) e ressalta o diálogo entre as partes (“Conversas indicam que Deltan discutiu com então juiz”). O resumo dá a noção de que ambos debatiam temas críticos e buscavam se apoiar - O lead ressalta os elementos já exibidos no título e na linha-fina e ressaltam que foi em meio a um momento crítico para a Lava Jato em 2016. Outra novidade é que essa foi a primeira matéria que a Folha de S. Paulo teve acesso direto às mensagens e produziu sua primeira reportagem inédita a partir do banco de dados (“segundo mensagens privadas enviadas por uma fonte anônima ao The Intercept Brasil e analisadas pela Folha e pelo site.”)
<p>- Estilo léxico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A reportagem apresenta uma longa explicação sobre o contexto em que Moro estava envolvido em uma tensão com o STF, em questões que envolviam “papeis encontrados na casa de um executivo da Odebrecht” e de “escutas telefônicas envolvendo Lula” e que poderiam envolver o “desmembramento de processos”. A reportagem reforça que havia o clima de tensão com o STF com as expressões “acirrasse o confronto com o STF”, “ser repreendido pelo tribunal”. - Em seguida, os trechos dos diálogos confirmam a bronca de Moro com a Polícia Federal por conta da divulgação de documentos que poderiam prejudica-lo perante o STF (“Vai parecer afronta”; “Não pode cometer esse tipo de erro”; “continua sendo lambança”), o que dá a entender que a PF também poderia estar agindo em parceria com Moro e com a Lava Jato. - Na sequência Deltan apoia e elogia Moro (“faremos tudo o que for necessário para defender Vc de injustas acusações”) e a

	<p>reportagem segue com mais exemplos dessa atuação vista pelo veículo como conjunta entre juiz e procurador (“procuradores e policiais se mobilizaram em diversos momentos para manter o juiz como um aliado da força-tarefa”). Esse raciocínio de que havia a colaboração se segue no diálogo de Deltan com outros agentes públicos (“Moro está chateado”; “Vai apanhar mais do STF, porque vai parecer afronta”), inclusive com alertas a possíveis críticas (“O receio é que isso seja usado pelo STF contra a operação e contra o Moro. O momento é que ficou ruim. Vem porrada”).</p> <p>- A narrativa sobre a colaboração entre MPF e Moro é complementada pelo pedido de ajuda de Moro para que fossem cessados os protestos do grupo MBL contra um ministro do STF porque isso poderia trazer prejuízos a ele (“isso não ajuda evidentemente”).</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: o veículo se posiciona com a produção de uma reportagem que reforça, por meio de diversos trechos de mensagens, o apoio da força-tarefa a Sergio Moro em um momento de tensão com o STF (divulgação de material sigiloso pela PF, mobilização para “manter o juiz aliado da força-tarefa”, e contenção de protesto do MBL contra Teori Zavascki)</p> <p>- Estratégia de legitimação: a reportagem traz detalhes que complementam fatos complementares relacionados aos diálogos (“divulgação de material sobre delação pelo blog do jornalista Fernando Rodrigues”, “protesto em frente ao apartamento do ministro Teori Zavascki”), além de movimentações judiciais relativas aos processos (“Teori decidiu devolver os três processos a Curitiba”; “A retomada dos inquéritos foi importante para o avanço das investigações sobre a Odebrecht”). Com isso, os diálogos legitimam os fatos ocorridos.</p> <p>- Estratégia de granularidade: descrição detalhada sobre os fatos políticos,</p>

	<p>movimentações jurídicas, operações e processos da Lava Jato, em que os diálogos complementam os fatos narrados.</p> <p>- Estratégia de argumentação: em meio à divulgação dos diálogos e contextualização das mensagens, a reportagem ressalta que a Vaza Jato “expôs a proximidade entre Moro e a força-tarefa e pôs em dúvida sua imparcialidade como juiz” e reforça que Moro e a Lava Jato não reconhecem “as mensagens como autênticas, mas, assim como Moro, não apontou indícios de fraude nos diálogos revelados”, como argumento em defesa da veracidade dos conteúdos. Também é dito que, segundo a legislação, “juízes devem se manter imparciais diante da acusação e da defesa” e que se houver ligação com as partes devem “se declarar suspeitos”, em um reforço ao argumento de que havia colaboração entre Moro e Deltan.</p> <p>- Estratégias retóricas: uso de metáforas por Moro como “tremenda bola nas costas da PF” e com Deltan com “vem porrada” e “vai apanhar mais do STF”.</p>
--	---

8. Procuradores criticaram Moro por questões éticas e adesão a Bolsonaro, mostram mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/procuradores-criticam-moro-por-violacoes-eticas-e-adesao-a-bolsonaro.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título apresenta mais um escândalo decorrente das mensagens e aponta que alguns procuradores teriam criticado Moro por questões éticas. Com isso, se oferece uma quebra no padrão que vinha sido apontado até então, de colaboração e apoio entre procuradores e Moro. Também já indica que eles percebiam comportamentos discutíveis na atuação de Moro</p> <p>- Na linha fina, o grande destaque está na frase “É tolerado por seus resultados”, o que indica que os próprios procuradores</p>

	<p>questionavam e criticavam Moro, mas o aceitavam por conta dos resultados de sua atuação. Dessa forma, já se apresenta um primeiro exemplo desse questionamento.</p> <p>- No lead, reforça-se que procuradores reclamavam de “violações éticas” por parte de Moro e de uma possível “perda de credibilidade” da Operação Lava Jato. Com isso, entende-se que apesar da “parceria” entre procuradores e Moro havia críticas ao juiz e preocupações com críticas pelo fato de ambos os lados estarem muito conectados e vistos como atuantes no combate à corrupção. Assim, também deixa claro que os procuradores tinham conhecimento de possíveis violações éticas mas ainda assim o apoiavam publicamente em suas decisões. Há ainda os créditos ao site <i>The Intercept Brasil</i>.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Além do lead, os parágrafos seguintes trazem expressões que reforçam o entendimento negativo e as críticas que os procuradores faziam a Moro como “críticas duras à agenda pessoal e política de Moro” e “o acusarem de desrespeitar os limites da magistratura para alcançar seus objetivos”. As mensagens dos procuradores reforçam essas críticas de modo mais veemente e são destacadas (“viola sempre o sistema acusatório”; “é tolerado por seus resultados”; “Moro se perde na vaidade”).</p> <p>- Também há críticas em especial à sua proximidade com Bolsonaro que acabava de ser eleito presidente (“Esposa de Moro comemorando a vitória de Bolso nas redes. Erro crasso”; “Moro já cumprimentou o eleito. Como perde a chance de ficar de boa, pqp”; “vai queimas a Lava Jato”; “Ele se perdeu e pode levar a Lava Jato junto. Com essa adesão ao governo eleito toda a operação fica com cara de 'República do Galeão”)</p> <p>- Até mesmo Deltan Dallagnol, chefe da Lava Jato e procurador com quem Moro mais teria tido contato traz críticas à atuação do juiz, especialmente no que se refere à Lava Jato (“Temos uma preocupação sobre alegações de</p>

	<p>parcialidade que virão. Não acredito que tenham fundamento, mas tenho medo do corpo que isso possa tomar na opinião pública”)</p> <p>- Outros procuradores são citados trazendo críticas a Moro e citando até mesmo colaborações que Moro fazia com o próprio Ministério Público Federal e possíveis favorecimentos do juiz ao longo de toda sua carreira, o que reforça os argumentos de sua parcialidade nos casos (“Moro é inquisitivo, só manda para o MP quando quer corroborar suas ideias, decide sem pedido do MP e respeitosamente o MPF do PR sempre tolerou isso”; “a fama de Moro é antiga”; “Alguns colegas do MPF do PR diziam que gostavam da pro atividade dele”; “Fez umas tabelinhas lá, absolvendo aqui para a gente recorrer ali”)</p> <p>- Na resposta da Lava Jato, novamente há alegações de que não é possível “constatar o contexto e a veracidade do conteúdo” e reforçam que a Lava Jato sempre atuou dentro da “ética e legalidade”</p> <p>- Já Sergio Moro reforça que as mensagens seriam “supostas fofocas”, reforçando seu caráter negativo e que haveria “trocas de nomes e datas” na matéria, em referência a uma correção feita pela matéria do <i>The Intercept Brasil</i> à época.</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: procuradores tinham imagem negativa a respeito de diversas ações de Sergio Moro, o que incluíam favorecimentos e a proximidade com Jair Bolsonaro (“Moro viola sempre o sistema acusatório e é tolerado por seus resultados”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: são utilizadas frases de diversos procuradores federais em diferentes âmbitos e sobre diferentes momentos da atuação de Moro para reforçar que as críticas eram realizadas e reforçar a preocupação que tinham em relação à Lava Jato (“Moro se perde na vaidade”; “Ele se perdeu e pode levar a Lava Jato junto”; “postura de Moro poderia ser considerada "incompatível com a de</p>

	<p>juiz"; "Cara, eu não confio no Moro não")</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de granularidade: há descrições e explicações para contextos específicos, como é o caso de críticas pelo elogios que Moro realizou a Bolsonaro, mas outros diálogos acabam não oferecendo grandes detalhes ("Temos uma preocupação sobre alegações de parcialidade que virão") - Estratégia de argumentação: há a argumentação de que as críticas a Moro eram generalizadas e atingiam diversos procuradores do MPF especialmente com o apoio ao Governo Bolsonaro, incluindo aqueles afetados por Moro ("Alvo de críticas de Moro por seu desempenho em interrogatórios, a procuradora Laura Tessler também foi contra a decisão do ex-juiz") e o próprio chefe da Lava Jato ("Deltan Dallagnol demonstrou preocupação com a adesão de Moro ao governo Bolsonaro"), além de outros procuradores federais sem relação com a Lava Jato ("Ângelo Augusto Costa, procurador do MPF em São José dos Campos, afirma em um grupo que não confia em Moro"). - Estratégias retóricas: eufemismos em relação à atuação de Moro ("na investigação criminal - a única coisa que interessa - opa, a dupla polícia/juiz eh senhora"; "respeitosamente o MPF do PR sempre tolerou isso pelos ótimos resultados alcançados") e metáforas por parte dos procuradores ("vai queimar a Lava Jato"; "Com essa adesão ao governo eleito toda a operação fica com cara de 'República do Galeão'")
--	--

9. Deltan queria acelerar ações contra Jaques Wagner em 2018, mostram mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/06/deltan-queria-acelerar-acoes-contrajacques-wagner-em-2018-mostram-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título exhibe mais um escândalo trazido pelas mensagens: a de que o procurador Deltan Dallagnol teria atuado para instaurar ações judiciais contra Jacques Wagner em 2018. O escândalo se tornava maior porque Wagner era um dos principais nomes do PT, cujo candidato Fernando Haddad, era o principal concorrente de Bolsonaro nas eleições de 2018. Isso poderia indicar um favorecimento da Lava Jato em prol de Bolsonaro, algo que já era alegado pelo PT</p> <p>- Na linha fina, reforça-se essa ideia de que a atuação seria política, já que seria feita uma “busca e apreensão” por “questão simbólica”. Não haveria, portanto, motivação jurídica e sim política</p> <p>- O lead ainda apresenta a informação de que Wagner tinha acabado de ser eleito senador pela Bahia (“e tomaria posse em fevereiro”) e que a busca e apreensão aconteceria entre o primeiro e o segundo turno (“24 de outubro de 2018”), o que poderia arranhar a imagem do PT e prejudicar a eleição de Fernando Haddad à presidência contra Jair Bolsonaro.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- O termo que mais chama a atenção é “questão simbólica”, utilizado como motivação de Deltan para que a operação de busca e apreensão fosse realizada. Dessa forma, demonstra-se a manipulação do MPF por motivações políticas.</p> <p>- Com a exposição dos diálogos, reforça-se a ideia de que Deltan procurava por algo contra Wagner (“Caros, Jaques Wagner evoluiu? É agora ou nunca... Temos alguma chance?”) e que havia pressa e urgência, antes que Wagner pudesse tomar posse como senador em fevereiro (“Isso é urgentíssimo. Tipo agora ou nunca kkkkk”; “Não impactará, mas só podemos fazer BAs [operações de busca e apreensão] nele antes [da posse]”; “vale outra BA até, por questão simbólica. Mas temos que ter um caso forte”) apesar de outros procuradores afirmarem que não havia nada contra ele no momento (“As primeiras quebras em face dele não foram deferidas. Vamos pedir</p>

	<p>reconsideração”; “isso não impactará o foro”; “Nem sei se vale outra”)</p> <p>- A Lava Jato reforça na nota oficial que seus procedimentos levam tempo “semanas ou meses” e que não os diálogos não seriam verdadeiros (“indigna de credibilidade a suposta mensagem”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: Deltan Dallagnol procurava algo contra Jacques Wagner consultando procuradores a respeito de possíveis provas e queria a busca e apreensão mesmo sem fatos novos (“Acho que se tivermos coisa pra denúncia, vale outra BA até, por questão simbólica”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: mesmo com as resistências de outros procuradores (“As primeiras quebras em face dele não foram deferidas”; “nem sei se vale outra”), Deltan insistiu na possibilidade de uma operação (“Caros, Jaques Wagner evoluiu? É agora ou nunca... Temos alguma chance?”)</p> <p>- Estratégia de granularidade: material apresenta um resumo da reportagem do The Intercept Brasil. Apresenta bom contexto sobre as mensagens mas sem grandes aprofundamentos a respeito de outras operações e processos contra o político do PT</p> <p>- Estratégias de argumentação: argumenta-se que haveria a motivação política para isso já que os fatos aconteceram em 24 de outubro, entre o primeiro e o segundo turno e impactavam também Sergio Moro (“juiz Sergio Moro já era cotado para virar ministro de Jair Bolsonaro—que disputava com Fernando Haddad (PT-SP) o segundo turno das eleições”). Também ressaltou-se a urgência com que Deltan procurou informações para realizar uma operação, inclusive com complementações de informações nas aspas para que se soubesse o contexto (“Isso é urgentíssimo. Tipo agora ou nunca kkkkk”; só podemos fazer BAs [operações de busca e apreensão] nele antes [da posse]). Reforça-se que Deltan tinha a vontade de se realizar uma operação (““mais fácil”</p>

	Wagner aparecer “forte” em outro caso, e Deltan finaliza: “Isso seria bom demais”)
--	--

10. Lava Jato desconfiou de empreiteiro pivô da prisão de Lula, indicam mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-desconfiou-de-empreiteiro-pivo-da-prisao-de-lula-indicam-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título e a linha-fina apontam a desconfiança da Lava Jato em relação à delação do empreiteiro que foi o responsável pela principal delação que levou à prisão de Lula (“incriminou o petista no caso do triplex”). As mensagens obtidas pelos hackers e reveladas pela Folha apontariam que os próprios procuradores não confiavam nas delações do “ex-presidente da OAS” (“foi tratado com descrédito”), o que contradizia toda a atuação anterior da Lava Jato e até mesmo a confiabilidade na denúncia contra Lula</p> <p>- No lead, aponta-se que os procuradores não confiaram durante muito tempo em Leo Pinheiro (“durante quase todo o tempo em que se dispôs a colaborar com as investigações”) e que só se tornou “merecedor de crédito” após mudar “diversas vezes sua versão sobre o apartamento triplex”. Essa informação contrariaria toda a credibilidade do depoimento e da própria atuação da Lava Jato.</p>
- Estilo léxico	- A reportagem reforça a ideia de que houve mudanças no depoimento do delator ao longo do tempo (“mais de um ano depois do início das negociações com a Lava Jato”) para que seu conteúdo pudesse incriminar Lula (“só apresentou a versão que incriminou Lula em abril de 2017”; “disse que a reforma do apartamento era parte dos acordos que fizera com o PT para

	<p>garantir contratos da OAS com a Petrobras”)</p> <p>- O texto ressalta os diversos problemas nas negociações para a delação de Leo Pinheiro (“até hoje não concluídas, foram tão acidentadas”) e reforça a ideia de que houve mudanças no conteúdo (depoimento sobre Lula e o tríplex foi decisivo para que os procuradores voltassem a conversar com Pinheiro meses depois de rejeitar sua primeira proposta de acordo”)</p> <p>- O texto ressalta a ideia negativa que os procuradores tinham do delator Leo Pinheiro (“esforço inútil”; “tem que prender o Leo Pinheiro”; “eles falam pouco”) e que mesmo após “diversas alterações” nos depoimentos havia a insatisfação (“eles precisariam melhor[ar] consideravelmente os anexos”)</p> <p>- A reportagem reconstitui fatos relativos a possíveis delações que envolveriam o Supremo Tribunal Federal e que representariam risco para a Lava Jato e por isso suspenderia o acordo de delação (“Para evitar atritos com o STF, a Procuradoria-Geral da República decidiu então suspender as negociações com a OAS”). Haveria, porém, discussões sobre o descarte dessas delações, com visões contrárias (“não podemos descartar”) e favoráveis (“Os anexos da OAS não valem isso). A reportagem reforça que os vazamentos de informações à imprensa trouxeram esse imbróglio (“Um novo vazamento abortou de vez o processo”)</p> <p>- A reportagem ressalta que houve mudança da versão do depoimento de Leo Pinheiro com incriminações a Lula (“tinha uma conta informal para administrar acordos com o PT”; “acusou Lula de orientá-lo a destruir provas de sua relação com o partido”) quando se “preparava para ser interrogado por Moro”</p> <p>- Então, chega-se à desconfiança das provas apresentadas por Leo Pinheiro que a reportagem descreve como “fragilidade dos elementos para estabelecer a conexão”.</p>
--	---

	<p>Procuradores reforçaram isso com as mensagens que ganharam destaque no texto (“Leo parece que está escondendo fatos também”; “Não pode parecer um prêmio pela condenação do Lula”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha de S. Paulo conduz uma linha do tempo que oferece um panorama sobre as negociações da delação com Leo Pinheiro, com rejeição aos conteúdos de seus depoimentos, vazamentos pela imprensa até a sua utilização como parte da sentença contra Lula e redução de sua pena, mesmo com as desconfianças de procuradores (“As mensagens analisadas pela Folha e pelo Intercept mostram que os relatos apresentados pela empreiteira sofreram várias alterações até que os procuradores aceitassem assinar um termo de confidencialidade com os advogados, passo essencial para que as negociações avançassem”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: a reportagem mostra as diversas turbulências e desconfianças por parte dos procuradores e da Justiça, mesmo com as diversas mudanças no depoimento de Leo Pinheiro. As mensagens reforçam essa desconfiança em uma delação que foi homologada posteriormente (“os ajustes feitos pela OAS pareciam sempre insuficientes”; “Os anexos que a OAS entregou hoje são muito semelhantes Àqueles que a carol enviou antes aqui”; “Na minha visao, são muito ruins, o adv Eh mal caráter e Léo Pinheiro Eh o empreiteiro com mais prova contra si”)</p> <p>- Estratégia de granularidade: descrição detalhada da linha do tempo dos acontecimentos com inserção de informações sobre vazamentos à imprensa (“uma reportagem da revista Veja apontou o ministro Dias Toffoli como um dos citados pelos delatores; “revista Veja divulgou o conteúdo de sete dos anexos que a empresa havia apresentado aos procuradores”) e sobre polêmicas que poderiam envolver o STF e acabar com a</p>

	<p>negociação com Leo Pinheiro (“evitar um atrito que poderia levar o STF a tomar medidas para frear o avanço das investigações”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: Há diversas referências a fatos oficiais envolvendo o vai e vêm das negociações com as delações (“Moro mandou prender Léo Pinheiro por causa de um dos inqueritos”; “negociações de sua delação ficaram congeladas por meses”) e trechos de mensagens que mostram as desconfianças em relação a Leo Pinheiro em diversos momentos (“Ficou na promessa. Acho q não será nada consistente”). Para além da linha do tempo, a reportagem também entrevistou uma fonte em off que reforça os raciocínios apresentados (“Uma pessoa que acompanhou as conversas da OAS com a Lava Jato na época disse à Folha que, inicialmente, Léo Pinheiro descreveu o tríplex como um presente que oferecera a Lula sem pedir nada em troca. Segundo essa pessoa, a insatisfação dos procuradores o levou a mudar sua versão pelo menos duas vezes até chegar àquela adotada em 2017.”)</p> <p>- Estratégia de generalização: há, por parte da reportagem, a afirmação de que a delação foi motivo de crédito por parte dos procuradores após incriminar Lula. Embora ela tenha sido assinada pelos procuradores (“As negociações se arrastaram por meses até que um acordo fosse fechado, no fim de 2018. Ele foi assinado pelos procuradores e pelo colaborador”), não há mensagens que reforcem esse crédito, apenas há pela desconfiança (“Leo parece que está escondendo fatos também”)</p>
--	---

11. Moro nega perseguição a jornalista após vazamento de mensagens da Lava Jato

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/moro-nega-perseguiçao-a-jornalista-apos-vazamento-de-mensagens-da-lava-jato.shtml>

Análise de discurso

Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título marca o posicionamento de Moro em relação a uma possível investigação a Glenn Greenwald, dono do site <i>The Intercept Brasil</i>, por conta do escândalo envolvendo as mensagens vazadas</p> <p>- A linha-fina detalha o caso e faz referência a uma possível investigação a “atividades financeiras” do jornalista. Porém, não há grandes conclusões, há apenas a informação de que a Polícia Federal não confirma qualquer investigação. Ressalta-se a dúvida em torno do assunto.</p> <p>- O lead destaca as mesmas informações anteriores e traz o nome de Glenn Greenwald pela primeira vez. Reforça o posicionamento de Moro de que “não há perseguição a jornalista”, mas ressalta que não houve confirmação a respeito de investigação contra ele</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A reportagem apenas contextualiza o caso no segundo parágrafo com a menção de que o site Antagonista teria afirmado haver uma investigação contra Gleen Greenwald (“O site O Antagonista noticiou nesta terça que a PF pediu ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), vinculado ao Ministério da Fazenda, informações sobre Greenwald”). Dessa forma, reforça-se a ideia de que não havia grande credibilidade ou mais detalhes sobre essa informação e que, por conta disso, o destaque principal da matéria foi a posição de Moro sobre o assunto.</p> <p>- A reportagem, porém, ressalta que Moro busca se esquivar do assunto e não o comenta de maneira direta (“qualquer questionamento a esse respeito tem que ser feito à PF. Respeitamos a liberdade de imprensa”). Também mostra que os demais órgãos não confirmam qualquer informação e há a busca por respostas evasivas sobre o assunto (“A PF disse que não confirma a informação”; “O Coaf informou que não comenta casos específicos”; “O Coaf também esclarece</p>

	<p>que não tem conhecimento de nenhum pedido por parte da Polícia Federal”)</p> <p>- Há ainda destaque para a resposta de Glenn, com críticas com fortes palavras a Moro (“táticas tirânicas”) e referências a mobilizações em torno da liberdade de imprensa (“Grupos de liberdade de imprensa em todo o mundo terão muito a dizer sobre isso”)</p>
- Estratégias de discurso	<p>- Estratégia do posicionamento: Sergio Moro e órgãos do Governo Federal evitam se posicionar a respeito do assunto e são evasivos sobre a investigação (“Não há qualquer perseguição a jornalista”; “A PF não confirma nenhuma informação”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: há a exibição de notas da PF e do Coaf sobre o assunto, mas que desviam do assunto principal e não fornecem a informação necessária (“Além disso, não é função do Coaf realizar investigações, o que faz é encaminhar às autoridades competentes de investigação”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: a referência ao escândalo se dá apenas por meio de uma nota do site O Antagonista, mas sem qualquer outro detalhe. Busca-se assim reportar em especial a posição dos órgãos oficiais. Como suas posições sobre o assunto são evasivas (“PF não comenta a informação”; “O Coaf não comenta casos específicos) e genéricas (“Não há perseguição a qualquer jornalista”; “Respeitamos a liberdade de imprensa”), fica o espaço para a dúvida a respeito do assunto.</p>

12. Aha uhu o Fachin é nosso, disse Deltan após encontro com o ministro do STF

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/aha-uhu-o-fachin-e-nosso-disse-deltan-apos-encontro-com-o-ministro-do-stf.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título chama a atenção pelo destaque à frase de Deltan (“Aha, uhul, o Fachin é nosso”), dita após o encontro com o ministro do STF. A frase já dá a entender que os procuradores tinham o apoio declarado do ministro.</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que a frase foi tirada das mensagens vazadas e foi divulgada pela Revista Veja</p> <p>- No lead, a principal informação é a inserção da palavra “entusiasmo” que a reportagem utiliza para descrever a reação de Dallagnol em relação ao encontro com Edson Fachin. Também faz referência ao veículo que veiculou as reportagens, a Revista Veja.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A primeira parte da matéria destaca a frase de Deltan Dallagnol que indica a proximidade com o ministro do STF (““Caros, conversei 45 m com o Fachin. Aha uhu o Fachin é nosso.””). A reportagem também lembra de outro diálogo que indicou a mesma proximidade com o ministro Luis Fux (“In Fux we trust”), mas ressaltou que as conversas entre procuradores e ministros não seriam ilegais. Dessa forma, apenas com os diálogos, poderia-se questionar a atuação dos ministros, mas não haveria nenhuma indicação concreta de favorecimento a eles.</p> <p>- Na segunda parte, a reportagem ressalta que “Moro chamou a atenção de procuradores da Lava Jato para a inclusão de uma prova considerada importante por ele na denúncia de um réu da operação”. Os diálogos na sequência demonstram que a informação de Moro foi compartilhada entre os procuradores e que o documento pedido por Moro foi incluído. A reportagem leva à conclusão de que o pedido foi aceito após essa ação (“então juiz Moro aceitou a denúncia e, na decisão, mencionou o documento que havia pedido”)</p> <p>- Na sequência, o texto aponta trechos da resposta de Moro às mensagens exibidas,</p>

	<p>afirmando que “não foi reconhecido como crime na sentença” e acusando o “caráter fraudulento” das mensagens. A própria reportagem, porém, rebate as acusações ressaltando que não houve “vínculo do repasse” no caso em questão e mencionando o acordo de delação realizado que o tirou da cadeia e que uma suposta condenação “teria pouco efeito prático na situação do operador”.</p> <p>- A reportagem reproduz trechos dos textos que trazem uma breve cronologia do caso, com destaque para os principais destaques do escândalo das mensagens (“Conversas publicadas pelo site The Intercept Brasil desde o último dia 9 de junho têm revelado a relação próxima entre o então juiz Moro e os procuradores da Lava Jato, entre eles Deltan”). Em seguida, também insere o subtítulo “Para entender as conversas”, com descrições sobre “O que são”, “Análise”, “Período”, “Conteúdo”, “Defesa” e “Consequências” para oferecer um resumo sobre os escândalos em questão.</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Folha de S. Paulo reforça a ideia da proximidade de autoridades (ministro Edson Fachin) com a Lava Jato (“entusiasmo do procurador após o encontro com Edson Fachin”) e de um conluio da Lava Jato e de Moro (“o então juiz o havia chamado a atenção sobre a ausência de uma informação na denúncia”). Há ainda o argumento contrário à alegação de Moro em defesa às acusações (“A condenação por esse crime naquele momento teria pouco efeito prático na situação do operador”) e o reforço do contexto e das informações mais relevantes reveladas pelas mensagens vazadas nos subtítulos “Relação Próxima” e “Para entender as conversas”</p> <p>- Estratégia de legitimação: a reportagem busca confrontar mensagens com outros fatos e ações jurídicas relacionadas, como é o caso da citação a outro ministro do STF nas mensagens (“Essa não é a primeira menção a ministros do Supremo nos</p>

	<p>diálogos vazados da Lava Jato”), a fatos relacionados à inclusão de provas contra um delator após dica de Moro (“No dia seguinte a esse diálogo, de acordo com Veja, a Procuradoria em Curitiba incluiu um comprovante de depósito na denúncia”) e ao resultado da sentença envolvendo esse delator (“foi absolvido não foi encontrado vínculo do repasse com a Petrobras ou a Sete Brasil”).</p> <p>- Estratégia de granularidade: há descrições sobre detalhes envolvendo os acordos de delação e de denúncias da Lava Jato, com referências a datas e nomes de personagens relevantes (“denúncia contra o lobista Zwi Skornicki, réu da operação e representante da Keppel Fels, estaleiro com contratos suspeitos com a Petrobras”).</p> <p>- Estratégia de argumentação: a reportagem buscou conectar as mensagens aos fatos e trouxe uma contextualização final sobre o caso com um resumo sobre os principais escândalos e ações realizadas por Moro (“O então juiz, segundo os diálogos, também propõe aos procuradores uma ação contra o que chamou de "showzinho" da defesa do ex-presidente Lula, sugere à força-tarefa melhorar o desempenho de uma procuradora durante interrogatórios e se posiciona contra investigações sobre o ex-presidente FHC na Lava Jato por temer que elas afetassem "alguém cujo apoio é importante”). Ainda, ao final da matéria, a Folha repete a informação de que teve acesso ao material e “não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado”, a fim de oferecer credibilidade às mensagens.</p> <p>- Estratégia retórica: utilização de metáforas por Deltan em “aha, uhu, o Fachin é nosso”.</p>
--	--

13. Lava Jato e Moro atuaram para expor dados sigilosos sobre Venezuela, mostram mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/lava-jato-e-moro-atuaram-para-expor-dados-sigilosos-sobre-venezuela-mostram-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Título exhibe conclusão direta sobre colaboração mútua entre Moro e Deltan, com mais um episódio trazido pelas mensagens que exemplifica essa parceria. O caso destacado são “dados sigilosos sobre Venezuela”</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que a Lava Jato atuou por sugestão de Sergio Moro em 2017. O caso específico, porém, ainda não é claro. Também há alegação de que ambas as partes negam os conteúdos</p> <p>- No lead, revela-se que a colaboração se deu por conta dos membros da força-tarefa “se mobilizarem para expor informações sigilosas sobre corrupção na Venezuela”. Destaca-se que houve a “sugestão” do juiz Sergio Moro em relação ao assunto em 2017, como uma maneira de deixar clara a existência dessa colaboração entre as partes. Reforça-se ainda o caráter exclusivo da reportagem e destaque para “Folha” como veículo produtor do texto.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A reportagem da Folha traz uma ordem cronológica do episódio das delações envolvendo dados da Venezuela e reforça que a iniciativa era uma “resposta política ao endurecimento do regime imposto pelo ditador Nicolás Maduro” e que era levada em consideração por Moro e Deltan ainda que a “ação não tivesse efeitos jurídicos”</p> <p>- O texto reforça o longo período de tempo em que o assunto foi discutido (“meses de trabalho”) e ampla mobilização em torno do assunto (“chegaram a trocar informações com procuradores venezuelanos” e “vasculharam contas usadas pela Odebrecht para pagar propina”)</p> <p>- Em seguida, é reforçada a possível ilegalidade em torno de vazamento (“informações foram mantidas em sigilo pelo STF”) e estabelece os termos em que</p>

	<p>isso poderia ocorrer (“só podem ser compartilhadas com investigadores de outros países se eles garantirem que não tomarão medidas contra a empresa”).</p> <p>- A reportagem ressalta que Moro e Deltan buscaram “contornar os limites do acordo”, em uma clara alegação de ilegalidade. Os diálogos reforçam o viés negativo de suas ações e reforçam as suas intenções de vazamento, mesmo com a consciência de que poderia haver consequências – mais uma vez a conversa entre Moro e Deltan mostra mais um episódio da colaboração entre eles (“Haverá críticas e um preço, mas vale pagar para expor e contribuir com os venezuelanos”; “dá pra enviar informação espontânea [à Venezuela] e isso torna provável que em algum lugar no caminho alguém possa tornar público”)</p> <p>- Mais diálogos reforçam a discussão frequente entre os procuradores após a conversa entre Moro e Deltan. Mesmo com a resistência de alguns procuradores, a reportagem ressalta que Deltan não via o ato “como uma questão de efetividade, mas simbólica” e que Moro “considera” realizar o vazamento.</p> <p>- O texto ressalta a dificuldade em levar o caso adiante e posteriormente as conversas com uma procuradora venezuelana que foi ao Brasil após exílio imposto por Maduro. Ainda cita-se o vazamento que ela realizou ao publicar um vídeo e os questionamentos e pedidos de investigação à Lava Jato (“Os advogados da empresa questionaram a força-tarefa após o vazamento”; “A Odebrecht pediu a Edson Fachin que abrisse investigação sobre o vazamento”)</p> <p>- Nas respostas de Moro e da Lava Jato reforça-se o posicionamento repetido de ambos em relação às mensagens (“limitou-se a reafirmar posicionamento adotado nas últimas semanas”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha de S. Paulo reconstitui os fatos a respeito de discussões sobre os dados sigilosos da Venezuela com o início das discussões</p>

	<p>entre Moro e Deltan (“Talvez seja o caso de tornar pública a delação dá Odebrecht sobre propinas na Venezuela”), discussão entre procuradores sobre um possível propósito nobre (“O propósito de priorizar [a ação] seria contribuir com a luta de um povo contra a injustiça”), as tentativas fracassadas e as discussões sobre um vazamento posterior (“Vcs que queriam leakar as coisas da Venezuela, tá aí o momento. A mulher está no Brasil”). Além de demonstrar a colaboração entre Moro e Deltan, ressalta-se o caráter ilegal de possíveis vazamentos (“buscariam uma maneira de contornar os limites do acordo”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: existência de diversos diálogos que coincidem com fatos e ações por parte da Lava Jato e da Justiça Brasileira e que reforçam as possíveis ilegalidades envolvendo o vazamento. Para isso, são descritos em detalhe os diálogos entre Moro e procuradores (“Leia trechos de mensagens trocadas pelos procuradores da Lava Jato sobre a Venezuela”). A Folha também reforça que essa reportagem exclusiva a partir das mensagens vazadas teve o trabalho de jornalistas “pesquisando as mensagens e analisando seu conteúdo” e que o veículo não encontrou “nenhum indício de que o material possa ter sido adulterado”</p> <p>- Estratégia de granularidade: descrição detalhada de fatos, eventos e ações que complementam os diálogos e localizam o leitor em meio às discussões sobre os fatos, (“acordo fechado pela Odebrecht estabelece que as informações só podem ser compartilhadas...”; “a procuradora-geral Luisa Ortega Diaz foi destituída e buscou refúgio na Colômbia”), além de datas e organização das mensagens por ordem cronológica.</p> <p>- Estratégia de argumentação: A Folha destaca que não poderia haver o acesso da Lava Jato aos dados sigilosos e reforça o posicionamento da Procuradoria-Geral da República (“o acordo não previa seu acesso</p>
--	---

	<p>à delação da Odebrecht, informou a Procuradoria-Geral da República à Folha”) e que também houve outras resistências em relação ao assunto (“encontrou resistências neste ano no Supremo e na Justiça Federal do Paraná”), inclusive por parte do sucessor de Moro (“Luis Antonio Bonat comunicou aos procuradores em abril deste ano que o caso venezuelano não compete à sua jurisdição”)</p> <p>- Estratégias retóricas: eufemismos por parte de Deltan Dallagnol (“ propósito de priorizar [a ação] seria contribuir com a luta de um povo contra a injustiça”) e hipérboles por parte dos procuradores (“Vejam que uma guerra civil lá é possível e qq ação nossa pode levar a mais convulsão social e mais mortes”)</p>
--	---

14. Deltan montou plano para lucrar com fama da Lava Jato, apontam mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/deltan-montou-plano-para-lucrar-com-fama-da-lava-jato-apontam-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Título já traz caráter negativo a Deltan que vincula sua “fama” com a Lava Jato a “plano para lucrar”, de modo a instigar a curiosidade no leitor</p> <p>- Na linha-fina, é detalhado que ele teria buscado “criar empresa sem ser sócio”, o que já oferece uma imagem de ilegalidade ao ato e que teria buscado uma maneira de “arrecadar com palestras”, em um ato para seu benefício próprio. O final ainda ressalta que “ele diz promover cidadania” em claro contraste às demais informações</p> <p>- No lead, além das informações já expostas também é dito que ele teria utilizado “contatos obtidos durante as investigações” para colocar seu plano em prática. Também é ressaltado o caráter exclusivo da matéria na parceria com o The Intercept Brasil (“mensagens obtidas pelo The Intercept Brasil e analisadas em</p>

	conjunto com a Folha.”)
- Estilo léxico	<p>- O texto oferece um caráter negativo à tentativa de Deltan de criar empresa ao reforçar que ele “não apareceria como sócio” ao buscar evitar “questionamentos legais e críticas” e realizar parcerias com outras empresas. A reportagem reforça esse ponto de vista na sequência (“A lei proíbe que procuradores gerenciem empresas e permite que essas autoridades apenas sejam sócios ou acionistas de companhias”) e destaca sua atuação em torno de “atividade pessoal” e incentivo a outros procuradores a “realizar palestras remuneradas”</p> <p>- Além de haver questionamentos, o texto demonstra que Deltan não via ilegalidades e alegava que buscava “promover a cidadania” e que parte dos recursos era destinada a “entidades filantrópicas”, além de que as palestras poderiam compensar um “prejuízo financeiro decorrente da Lava Jato”</p> <p>- Os planos de palestras são detalhados com mensagens entre os procuradores em um grupo privado, a discussão sobre a elaboração de um “plano de negócios” e que a “empresa fosse aberta em nome das mulheres deles”. Deltan ainda “mostrou grande interesse quanto ao valor de cada palestra” e o texto ressalta diversos diálogos em torno do assunto (“Se tudo der certo nas palestras, vai entrar ainda uns 100k [R\$ 100 mil] limpos até o fim do ano”; “faculdades normalmente “não pagam esse valor”! mas se pedir uns 15k [R\$ 15 mil], acho que pagam”). Há ainda a utilização da própria Procuradoria em seu benefício próprio (“Deltan usou os serviços de duas funcionárias da secretaria da Procuradoria, tendo realizado pedidos de registro de recibos e documentos relativos aos eventos”) e até mesmo da possibilidade de realizar cursos para jovens (“buscaram uma maneira sair da linha tradicional do ensino jurídico para conseguir clientes</p>

	<p>jovens e interessados em cursos motivacionais”)</p> <p>- Ressalta-se, porém, que não foram encontradas empresas nos nomes das mulheres dos procuradores nem a constituição de fundações. O fato é citado pelos procuradores em suas respostas (“não têm empresa ou instituto de palestras em nome próprio nem de seus familiares”) que também alegam o caráter “lícito” e de prática “comum” entre os procuradores, além de ressaltar o caráter “gratuito” e que parte dos valores iriam para “fins beneficentes”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha constrói a imagem de Deltan como alguém motivado a abrir a empresa e a lucrar com palestras. Demonstra isso com diálogos que demonstram “a estratégia para criar um instituto e obter elevados cachês”, “incentivo a autoridades a realizar palestras”, “criação de um grupo de mensagens específico para o tema”, “grande interesse sobre o valor de cada palestra” e a busca para evitar “questionamentos jurídicos e a repercussão negativa”</p> <p>- Estratégia de legitimação: exibição de diversos diálogos que debatem estratégias relacionadas ao plano de negócios, constituição da empresa e valores de palestras (“Total líquido das palestras e livros daria uns 400k [R\$ 400 mil]. Total de 40 aulas/palestras”; “Pedi 5 mil reais para dar aulas lá ou palestra”; “Se chegarem nesse grau de verificação é pq o negócio ficou lucrativo mesmo”). Exibição dos diálogos completos ao final da matéria, com exibição de datas e ordem cronológica dos fatos (“As mensagens dos procuradores da Lava Jato sobre os negócios de eventos e palestras”)</p> <p>- Estratégia de granularidade: descrição detalhada sobre os diálogos envolvendo as palestras, informações sobre personagens e eventos realizados (“Ainda em dezembro de 2018, os procuradores Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon criaram um grupo</p>

	<p>para discutir com as esposas a criação de uma empresa para organizar eventos e palestras”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: descrição sobre a abertura de procedimento disciplinar no Conselho Nacional do Ministério Público por parte de deputados petistas (“O requerimento, porém, foi arquivado, pois o órgão entendeu à época que as palestras se enquadravam como atividade docente, o que é permitido por lei”), informações sobre participações em palestras e confrontação com diálogos (“Moro aceitou o convite e participou com Deltan em 26 de agosto de 2017 do 1º Congresso Brasileiro da Escola de Altos Estudos Criminais”). Ressalvas quanto à “intenção” de realização do plano de palestras ainda que não tenha havido a “constituição de empresa de palestras em nome das mulheres dos procuradores ou de um instituto em nome deles”)</p> <p>- Estratégias retóricas: a reportagem demonstra tom de ironia ao ressaltar que Deltan buscava “promover a cidadania e o combate à corrupção” em meio a “plano para lucrar com palestras”</p>
--	--

15. Deltan receou comentar caso Flávio e questionou reação de Moro, apontam mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/deltan-receou-comentar-caso-flavio-e-questionou-reacao-de-moro-apontam-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título destaca que Deltan teve receio de “comentar caso Flávio”, que envolve Flávio Bolsonaro, filho do, na época, presidente Jair Bolsonaro, uma vez que Sergio Moro era seu ministro da Justiça e era um dos cotados a uma vaga no STF. A referência a “questionou reação de Moro” teria a ver com a receptividade do ex-juiz a possíveis comentários que poderiam acabar por prejudicá-lo na indicação</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que Deltan tinha</p>

	<p>receio de ser “questionado pela imprensa” sobre o tema ainda que acreditasse que ele estivesse “implicado com corrupção”. Busca-se demonstrar assim o favorecimento a uma corrente política que também implica em sua colaboração com Sergio Moro</p> <p>- No lead, destaca-se que havia a preocupação de “não desagradar o Governo Jair Bolsonaro”. Destaque ainda para os créditos ao <i>The Intercept Brasil</i> pela reportagem exclusiva</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A reportagem traz as referências ao caso envolvendo Queiroz e Flavio Bolsonaro em relação a “movimentações atípicas” investigada pela Operação Furna da Onça.</p> <p>- Em todo o texto, destaca-se as dúvidas envolvendo comentários sobre esse caso de corrupção (“Não sei se vale bater mais forte”; “Estou na mesma dúvida”; “E agora, José?”), ainda que Deltan acreditasse na existência de corrupção (“É óbvio o que aconteceu”)</p> <p>- Ressalta-se que os procuradores tinham a preocupação em como isso poderia afetar Sergio Moro, visto como um grande colaborador da Lava Jato (“O problema é: o pai vai deixar? Ou pior, e se o pai estiver implicado, o que pode indicar o rolo dos empréstimos? Seja como for, presidente não vai afastar o filho. E se isso tudo acontecer antes de aparecer vaga no supremo?”), além de possíveis prejuízos à pauta da anticorrupção, defendida por Moro e pela Lava Jato (“o quanto ele vai bancar a pauta Moro Anticorrupção se o filho dele vai sentir a pauta na pele?”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: coloca-se em dúvida a imparcialidade de Deltan Dallagnol em relação à sua atuação na Lava Jato ao demonstrar não querer comentar o caso envolvendo o filho do presidente da República (“manifestou em mensagens receio de comentar o caso Flávio Bolsonaro para não desagradar o governo Jair Bolsonaro”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: demonstra-se</p>

	<p>que havia a preocupação com a própria pauta de combate à corrupção e, portanto, de benefícios à Lava Jato (“Vamos depender dele pra reformas... Não sei se vale bater mais forte”), além de ressaltar que o próprio Moro já sofria críticas “por não se manifestar a respeito do caso Queiroz”. Também se duvida das causas defendidas por Bolsonaro por conta do caso (“o quanto ele vai bancar a pauta Moro Anticorrupcao se o filho dele vai sentir a pauta na pele?”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: discussões e questionamentos sobre o caso ressaltam que os procuradores mediam a temperatura política para comentar os assuntos. A preocupação era especialmente a situação de Moro e sua possível indicação ao STF (“Moro deve aguardar a apuração e ver quem será implicado. Filho [Flávio] certamente. O problema é: o pai vai deixar? Ou pior, e se o pai estiver implicado, o que pode indicar o rolo dos empréstimos? Seja como for, presidente não vai afastar o filho. E se isso tudo acontecer antes de aparecer vaga no supremo?”)</p>
--	--

16. Moro avisa autoridades que mensagens apreendidas com hacker serão destruídas

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/moro-avisa-autoridades-que-mensagens-apreendidas-com-hacker-serao-destruidas.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- No título, as “mensagens apreendidas com hackers” se referem àquelas obtidas na Operação Spoofing que prendeu os hackers responsáveis por invadir celulares de autoridades. Destaca-se a palavra “destruídas” para as mensagens que poderiam envolver inclusive conversas suas e as de procuradores da Lava Jato</p> <p>- Na linha-fina, ressalta-se que o homem preso afirmou que “hacqueou as mensagens” e as entregou “de forma anônima ao Intercept”, o que demonstra</p>

	<p>que Moro poderia destruir as mensagens a fim de evitar novos vazamentos que pudessem prejudicar a sua imagem</p> <p>- No lead, o texto afirma que Moro informou o presidente do STJ, João Otávio de Noronha e que esse realizou a “afirmação à Folha por telefone” além de ter sido “confirmada pela assessoria de Moro”, o que confirma a veracidade do relato.</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Na frase de Noronha, o ministro destaca que “As mensagens serão destruídas, não tem outra saída, é isso que tem que ocorrer”, em referência à sua conversa com Moro. A reportagem destaca que Noronha foi uma das autoridades com os “celulares atacados”</p> <p>- Na sequência, o ministro do STF, Marco Aurelio Mello destaca, assim como outros “especialistas ouvidos pela Folha”, que a decisão não cabe a Moro. Eles afirmam que “Cabe ao Judiciário decidir isso” e que é preciso apurar “responsabilidade civil e criminal”, além de que “o magistrado pode todo esse material intacto e sob sigilo até que o processo tenha uma decisão final”</p> <p>- A própria reportagem afirma que os materiais podem ser úteis à “tanto à acusação quanto à defesa” e que o Ministério Público poderia pedir “o descarte de parte das mensagens” e que uma “parcela de informações seja armazenada”</p> <p>- Destaca-se ainda que o hacker entregou as mensagens de forma “anônima” e ressalta-se novamente os conteúdos das mensagens e que elas podem colocar Moro como “juiz suspeito” e que suas “sentenças poderiam ser anuladas”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha busca a opinião de um ministro do STF e de especialistas do Direito para reforçar a opinião de que a destruição de mensagens não poderia acontecer (“Para especialistas ouvidos pela Folha, uma decisão nesse</p>

	<p>sentido cabe apenas ao juiz responsável pelo caso”)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de legitimação: legitima-se a veracidade do ato de Moro ao se reforçar a fala de João Otavio de Noronha (“Foi isso que me disse o ministro e é isso que tem de ocorrer”) e de que houve a confirmação “pela assessoria de Moro”. Ressalta-se, porém, que o “descarte de qualquer material apreendido em operações policiais é uma decisão que cabe à Justiça e só pode ocorrer com decisão do juiz” - Estratégia de granularidade: não há grande aprofundamento na questão, são ouvidos alguns especialistas e discutida a possibilidade de perícia, mas não havia mais informações a serem repassadas no momento. - Estratégia de argumentação: Ressalta-se que Moro defendia que o “The Intercept Brasil entregasse o material para ser periciado”, já que não teria havido a “demonstração da origem desse material”, mas confronta-se com a nova atitude de Moro em destruir as mensagens originais encontradas com o hacker após a operação da Polícia Federal que o prendeu
--	---

17. Deltan foi pago por palestra em empresa citada na Lava Jato

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/deltan-foi-pago-por-palestra-em-empresa-citada-na-lava-jato.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título revela que Deltan Dallagnol recebeu algum pagamento de “empresa citada na Lava Jato”, ou seja, que foi investigada na Operação. Com isso, se transmite a ideia de que Deltan teria tido algum benefício da empresa, mas que poderia haver conflito de interesses ou algum tipo de vantagem indevida</p> <p>- Na linha-fina, detalha-se o valor (“R\$33 mil”) vindo de empresa “citada por</p>

	<p>delator”. Com o valor, o veículo busca ampliar a curiosidade do leitor para buscar mais detalhes sobre o caso na matéria</p> <ul style="list-style-type: none"> - No lead, há a conexão entre as informações de que Deltan teria feito uma “palestra remunerada no valor de R\$33 mil” para empresa que havia sido citada em “acordo de delação da própria Lava Jato”. Dessa forma, o leitor já se questiona sobre possíveis ilegalidades que podem ter sido cometidas por conta desse pagamento. O veículo também ressalta que a matéria foi feita de forma exclusiva pela <i>Folha de S. Paulo</i> em parceria com <i>The Intercept Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Estilo léxico 	<ul style="list-style-type: none"> - Nos parágrafos seguintes do texto, novas informações são trazidas que expõem as ligações da Lava Jato com a empresa Neoway. A empresa foi “mencionada em um documento da operação” em 2016 e Deltan realizou a palestra em 2018, além de “buscar viabilizar o uso de produtos dela em um trabalho da força-tarefa”, além de destacar a tecnologia da empresa - A reportagem mostra que Deltan teve conhecimento desse conflito de interesses e exibe um diálogo em que ele afirma que “Isso é um pepino pra mim. É uma brecha que pode ser usada para me atacar”. Outros exemplos de empresas a quem Deltan daria palestras (Odebrecht Ambiental e Raízen) também estavam envolvidas, mas Deltan não as realizou - Com isso, a Folha exibe novos exemplos de ações em que as palestras se tornaram um problema para Deltan, conectando os fatos à reportagem que mostrou que Deltan “fez planos para lucrar com palestras na Lava Jato” - Após isso, o texto exibe mais detalhes sobre a delação envolvendo a Neoway (por envolvimento em um “projeto da subsidiária da Petrobras”) e anos depois sobre a palestra de Deltan que incluiu o interesse na contratação de uma ferramenta tecnológica da empresa para uso da Lava Jato (“Julio Noronha sugeriu que Deltan

	<p>procurasse marcar uma reunião com o presidente executivo da Neoway para tratar da obtenção de produtos para um projeto da Procuradoria denominado LINA (Laboratório de Investigação Anticorrupção).”). Ainda, a “reunião foi realizada com a Neoway para tratar do projeto de sistema de dados”. Com a delação em evidência, a reportagem traz detalhes sobre preocupações da Lava Jato, especialmente por conta de um vídeo postado pela empresa (“Deltan disse estar preocupado em parecer um garoto-propaganda da Neoway”) e a possibilidade de não se envolver no acordo de delação (“Melhor deixar fora quem teve contato com a neoway”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha de S. Paulo detalha os passos da negociação de Deltan com a Neoway e os possíveis conflitos de interesse existentes ao realizar a palestra remunerada e ao tentar contratar produtos da empresa (“Delta nao quer... problema da neoway, laurinha”). Com a cronologia dos fatos, busca-se pontuar que não houve o cuidado em apurar as informações e que os procuradores passaram a prever uma possível crise no futuro, o que já demonstraria a existência de conflitos (“Pensando rapidamente o que provavelmente poderia fazer ou informar: - Não tinha conhecimento, não participei da negociação -assim que tomei, me declarei suspeito e me afastei”)</p> <p>- Estratégia de legitimação e de granularidade: A Folha de S. Paulo traz datas e informações relativas à delação envolvendo a empresa (“em março de 2016, o delator afirmou que atuou em favor da Neoway em um projeto de tecnologia da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras”), a data da palestra de Deltan (“Deltan realizou a palestra para a Neoway no evento intitulado Data Driven Business”) e de detalhes sobre a fala do procurador no evento (“A participação de Deltan no evento da Neoway em março de 2018 também rendeu a gravação de um vídeo”), além de um futuro processo</p>

	<p>judicial (“O relato de Luz sobre a Neoway levou o ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin a determinar a abertura de um processo no STF para tratar do caso em abril de 2019”). Com a exibição de diversos detalhes, a reportagem traz fatos públicos que são conectados às ações e comentários presentes nos diálogos, visando oferecer mais credibilidade aos diálogos.</p> <p>- Estratégia de argumentação: A reportagem ressalta a incoerência e os conflitos presentes nas ações de Deltan, além de demonstrar que não houve o cuidado necessário em verificar a idoneidade da empresa antes da palestra. As duas ações (“nome da empresa de tecnologia ter sido mencionado nos documentos da delação” e a comemoração pela “realização da palestra para a companhia em uma mensagem enviada em um grupo dos procuradores dois anos depois”) são colocadas lado a lado para deixar isso ainda mais transparente para o leitor. Também se faz questão de demonstrar que o próprio procurador percebeu o problema pela palestra realizada (“Isso é um pepino pra mim. É uma brecha que pode ser usada para me atacar (e a LJ), porque dei palestra remunerada para a Neoway”)</p> <p>Estratégia retórica: presença de paralelismos entre as ações envolvendo a delação da empresa com a presença da palestra remunerada e tentativa de compra de produtos (demonstrada nos diálogos acima). Uso de metáforas por parte de Deltan (“isso é um pepino para mim e para a LJ”) e eufemismos dos procuradores sobre a proximidade com a Neoway (“Fiquei um pouco preocupado porque ficou parecendo que estou vendendo os produtos deles rrsrs, mas não foi proposital”)</p>
--	--

18. Moro achava fraca delação de Palocci que divulgou às vésperas de eleição, sugerem mensagens

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título revela, por meio das mensagens vazadas, que Sergio Moro considerava “fraca” a delação de Palocci divulgada “às vésperas da eleição. Isso é significativo porque representaria uma contradição nos próprios argumentos de Moro utilizados para a divulgação de conteúdos de delação que prejudicavam os políticos petistas.</p> <p>- Na linha-fina, se faz a conexão de Moro ao governo atual (“ministro de Bolsonaro”) e as “dúvidas” presentes sobre o conteúdo do “delator petista”. Com isso, conecta-se Moro ao Governo Bolsonaro e sua atuação política (de divulgação do conteúdo às vésperas da eleição entre Bolsonaro e o candidato do PT) a dúvidas existentes em um conteúdo que poderia prejudicar o PT</p> <p>- No lead, a reportagem deixa claro que “Considerações políticas” levaram Moro a divulgar a delação de Antonio Palocci às vésperas da eleição, um conteúdo que poderia prejudicar o PT contra Bolsonaro e que as “mensagens sugeriram” essa conclusão</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- O tom utilizado pela Folha de S. Paulo é o de que Moro “tinha dúvidas” e de que os procuradores apresentaram “ceticismo” e achavam que era não só “difícil provar como é impossível extrair algo da delação dele” a respeito da delação de Antonio Palocci. A reportagem reforça que Palocci fechou a delação com a Polícia Federal e que os procuradores do MPF “encerraram as negociações” de fechar o acordo anteriormente com ele porque “acrescentava pouco ao que os investigadores já sabiam e não incluía provas capazes de sustentar os depoimentos”</p> <p>- A utilização da expressão “Omertà petista” demonstrava que os procuradores</p>

	<p>viam os políticos petistas como uma máfia, em comparação à italiana, em que a lei do silêncio não deveria ser quebrada</p> <p>- Moro, porém, considerava divulgar a delação de Palocci porque “achava sua colaboração relevante mesmo assim por representar uma quebra dos vínculos que uniam os petistas”. Ele teria sido o único a “quebrar a Omertà petista”. A Folha ressalta que a divulgação foi feita “uma semana antes do primeiro turno das eleições presidenciais”, o que sugere fortemente a existência de um viés político na decisão.</p> <p>- Na argumentação, o veículo contradiz a justificativa de Moro de que a divulgação foi feita porque iria “anexar aos autos os termos da colaboração de Palocci” e que queria “garantir ampla defesa aos demais acusados na ação. O veículo afirma, porém, que “só iria considerar em sua sentença o depoimento prestado por Palocci à Justiça em 2017” e não o presente no novo acordo de delação. A reportagem explica que o próprio Ministério Público “se manifestou contra” a homologação da delação e que Palocci não tinha “apresentado provas das alegações” e era uma “repetição do que já tinha dito”. Apesar disso, o veículo ressalta que o assunto teve “grande repercussão na reta final da campanha presidencial” e cita exemplos de divulgações na mídia</p> <p>- Após apresentar as justificativas de Moro e as alegações de que “aguardara a apresentação das provas de Palocci à polícia para evitar a "divulgação prematura" da delação”, o texto faz a conexão de que um mês depois Moro saiu da magistratura para se tornar “ministro da Justiça do Governo Jair Bolsonaro”, sugerindo mais uma vez a atuação política</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Folha busca contrapor a atitude de Moro em divulgar o conteúdo da delação e da qualidade das provas apresentadas, trazendo-se assim o fator político como o determinante para a divulgação (“Moro</p>

tinha dúvidas sobre as provas apresentadas por Palocci, mas achava sua colaboração relevante por representar uma quebra dos vínculos que uniam os petistas”; “Russo comentou que embora seja difícil provar ele é o único que quebrou a omerta petista”; “Embora Palocci não tivesse apresentado provas das alegações sobre Dilma e sua narrativa fosse essencialmente uma repetição do que dissera antes, o depoimento divulgado por Moro alcançou grande repercussão na reta final da campanha presidencial”). Há ainda diversas indicações dessa repercussão (“nove minutos no Jornal Nacional”; “manchete na Folha”; “destaques em outros jornais”)

- Estratégia de legitimação: a reportagem traz vários exemplos de como os procuradores não consideravam relevantes os depoimentos feitos por Palocci (“é impossível extrair algo da delação dele”; “O melhor é que [Palocci] fala até daquilo que ele acha que pode ser que talvez seja”) e que decidiram abrir mão do acordo de delação (“Como os anexos estão sem elementos de corroboração suficientes, decidimos romper as negociações”), além de alegar que o acordo com a PF seria “o fim da picada” e de atuar para “tentar anular o acordo”. Dessa forma, a intenção é deixar claro que procuradores não consideravam a divulgação pela falta de qualidade dos depoimentos e isso incluiu o encerramento das negociações para a delação.

- Estratégia de granularidade: há diversas indicações sobre detalhes envolvendo os acordos de delação, decisões judiciais, ações do MPF e impactos sobre as repercussões da divulgação que corroboram os diálogos

- Estratégia de argumentação: A Folha cita diversos elementos presentes nos autos que reafirmam a ideia da falta de provas nas delações de Palocci (“Em 18 dos 53 anexos, não há nenhuma referência a provas”; “Em vários casos, as provas

	<p>pareciam insuficientes para comprovar os relatos de Palocci”). Para isso, também cita versões dos autos obtidos pelo The Intercept “com resumos dos relatos que ele pretendia fazer aos investigadores e indicações de evidências”. Ainda ressalta que os procuradores “silenciaram em público”, mas “continuaram a tratar com desprezo a colaboração do ex-ministro no Telegram” em referência à desconfiança do depoimento</p> <p>- Estratégia retórica: hipérbole em relação ao uso da expressão “Omertà petista”; eufemismo por parte de Deltan (“Deve ter mta notícia do goolge lá rs”) e outros procuradores (“O melhor é que [Palocci] fala até daquilo que ele acha que pode ser que talvez seja”)</p>
--	---

19. Deltan incentivou cerco da Lava Jato a Toffoli, revelam mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deltan-incentivou-cerco-da-lava-jato-a-toffoli-revelam-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- No título afirma-se que Deltan promoveu “cerco” da Lava Jato ao ministro do STF Dias Toffoli, em uma referência a uma possível perseguição ou possibilidade de investigação, o que se mostra um escândalo</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que Deltan “sugeriu investigações” contra o ministro e sua mulher, reforçando o que a palavra “cerco” traz no título. Ainda não fica claro o porquê e o contexto</p> <p>- No lead, destaca-se a palavra “sigilosamente” para a maneira como a investigação seria feita, uma vez que a Lava Jato não poderia investigar um ministro do STF (e na época presidente do STF). Também há a ligação de que isso seria feito, porque Toffoli era visto como um “adversário disposto a frear seu avanço”, em uma clara sugestão de que seria uma represália a críticas contra a Lava</p>

	Jato
- Estilo léxico	<p>- A Folha detalha que as sugestões de investigações estariam relacionadas a “informações sobre as finanças pessoais de Toffoli e sua mulher e evidências que os ligassem a empreiteiras envolvidas com a corrupção na Petrobras”. Destaca na sequência que ministros do STF não podem ser investigados por “procuradores da primeira instância”, como é o caso da Lava Jato e que isso só caberia ao “procurador-geral da República”. Dessa forma, já se destaca a ilegalidade de uma tentativa de investigação e obtenção de dados</p> <p>- Destaca-se que Deltan “desprezou esses limites” e que buscou a Receita Federal para investigar o “escritório de advocacia da mulher do ministro”</p> <p>- Nos diálogos é exibido que Deltan tinha interesse em informações sobre o ministro (“a OAS touxe a questão do apto do Toffoli?”; “Vc conseguiria por favor descobrir o endereço do apto do Toffoli que foi reformado?”) e demonstrou que sabia que não caberia a ele investigar (“Sei que o competente é o PGR”) mas ainda assim considerou repassar “dicas” (“talvez possa contribuir com Vcs com alguma informação”)</p> <p>- A reportagem constrói o tom crítico com que os procuradores viam decisões que teriam prejudicado a Lava Jato (“os procuradores chegaram a criticar Toffoli num artigo publicado pela Folha”) e que um vazamento sobre uma delação que envolveria o nome de Toffoli “obrigou os procuradores a recuar”. Ainda assim, ressalta-se que “Deltan continuou insistindo no assunto”, mas que não há registro se “alguma investigação formal sobre o ministro do STF foi aberta”</p> <p>- O tom da reportagem reforça que outros procuradores viam o encerramento da negociação da OAS de maneira negativa e</p>

	<p>tinham tom crítico contra Toffoli (“Qdo chega no judiciário, eles se fecham”; “Corrupção para apurar é a dos outros”) e buscavam algum tipo de prova contra ele (“peçam pesquisa para a Spea de pagamentos da OAS para o escritório da esposa do rapaz q terão mais alguns assuntos para a veja”; “A Receita Federal tá olhando”)</p> <p>- A reportagem, porém, reforça que não havia nada de concreto sobre ministros do STF (“Tem uma conversa de que haveria recebimentos cruzados pelas esposas do Toffoli e Gilmar. Tem muita especulação”; “Martello disse que não tinha nada que confirmasse as suspeitas”</p> <p>- Na sequência, há ainda mais um exemplo da atuação de Deltan para “barrar a indicação de um ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins”, que teria recebido propina, mas depois afirma não ter certeza sobre o assunto (“Não tá nos anexos, mas iriam entregar. Só não lembramos se era corrupção ou filho”)</p> <p>- Na resposta, a Lava Jato busca amenizar o discurso com termos como “intercâmbio de informações” e “caráter preliminar para apurar fatos”, mas que fatos sobre instâncias superiores seriam enviados “a quem compete decidir sem exceção”. Também buscam ressaltar a atuação com “conduta pela lei” e pela “ética”, mas sem a confirmação sobre o “contexto dos supostos diálogos”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: constrói-se o argumento de que por diversas vezes Deltan tentou acionar órgãos, bancos de dados e informações para investigar Toffoli e sua mulher (“Caros, a OAS touxe a questão do apto do Toffoli”; “Queria refletir em dados de inteligência para eventualmente alimentar Vcs”) e que isso se deu à medida que o ministro tomava decisões contrárias aos interesses da Lava Jato, mesmo quando havia recuos para preservar a operação (“Deltan continuou insistindo no assunto mesmo depois que</p>

um vazamento obrigou os procuradores a recuar”; “Deltan afirmou que a Receita Federal já estava pesquisando o assunto, mas disse que não sabia dos pagamentos que teriam sido feitos pela OAS”). O mesmo acontece em relação à Humberto Martins, em que Deltan tenta influenciar na indicação para o SRTJ (“É importante o PGR levar ao Temer a questão do Humberto Martins, que é mencionado na OAS como recebendo propina”)

- Estratégia de legitimação: a reportagem busca trazer o contexto ao leitor com a contagem em uma linha do tempo dos fatos envolvendo tentativas de investigação a Toffoli e sua mulher e depois citando o caso de Humberto Martins. Também traz hiperlinks, notícias e referências de suas próprias reportagens a respeito dos assuntos em questão. Ao final ainda destaca apenas os diálogos em separado (“Leia mensagens dos procuradores da Lava Jato sobre o ministro Dias Toffoli”)

- Estratégia de granularidade: a reportagem traz fatos relevantes relacionados a vazamentos, decisões judiciais e acordos de delação para contextualizar o leitor e situar os diálogos ao longo da linha do tempo de atuação da Lava Jato (“Em agosto, a revista Veja publicou uma reportagem de capa sobre a reforma na casa de Toffoli”; “O anexo com o relato sobre Martins só surgiu após a retomada das negociações, em março de 2017”)

- Estratégia de argumentação: Deltan sabia que não havia provas concretas e que não cabia a ele ou à Lava Jato investigar o assunto. Mesmo assim, insistia (““Tem uma conversa de que haveria recebimentos cruzados pelas esposas do Toffoli e Gilmar”, escreveu Deltan. “Tem mta especulação. Temos a prova disso na nossa base? Vc teve contato com isso?””; ““Sei que o competente é o PGR rs, mas talvez possa contribuir com Vcs com alguma informação, acessando umas fontes.””). Em relação a Humberto Martins, a reportagem também confirma que não

	<p>havia relato relacionado ao juiz e nem informações concretas mas buscava insistir no assunto (“Não tá nos anexos, mas iriam entregar. Só não lembramos se era corrupção ou filho... vou ver se alguém lembra e qq coisa aviso, mas já cabe a ponderação pq seria incompatível”). Também expõe que Deltan “preferiu não se manifestar” a respeito de como soube de informações sigilosas sobre a reforma na casa de Toffoli.</p> <p>- Estratégia retórica: a Folha de S. Paulo utiliza paralelismos entre as ações de Deltan e pedidos de cautela de procuradores (“Deltan continuou insistindo no assunto mesmo depois que um vazamento obrigou os procuradores a recuar”), utiliza a comparação entre as ações que buscaram investigar Dias Toffoli e Humberto Martins (“Toffoli não foi o único alvo da Lava Jato na cúpula do Judiciário”) e destaca os eufemismos utilizados pela Lava Jato para se referir às respostas dos procuradores (“É comum o intercâmbio de informações para verificar, em caráter preliminar, supostos fatos de que o Ministério Público tenha conhecimento”; “informações sobre autoridades com foro no STF são encaminhadas “por questão de dever”, e “sem exceção””)</p>
--	--

20. Moro omitiu palestra remunerada em prestação de contas como juiz federal

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/moro-omitiu-palestra-remunerada-em-prestacao-de-contas-como-juiz-federal.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	- O título oferece a acusação de que Sergio Moro “omitiu palestra remunerada em prestação de contas”, o que configuraria uma violação. Ao contrário de outros títulos, a afirmação é feita de forma direta e não em referência às mensagens. Esse é o grande destaque

	<p>- Na linha-fina, justifica-se que os juízes devem prestar informações (“data, assunto, local e entidade que organizou”) sobre a participação nos eventos. A partir disso, infere-se que Moro não realizou o procedimento adequado</p> <p>- O lead destaca a informação sobre a omissão da palestra remunerada “ao prestar contas de suas atividades” quando era juiz responsável pelas ações da Lava Jato. Outros detalhes são encaminhados apenas no decorrer do texto</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A Folha de S. Paulo destaca o total de eventos externos em que Moro participou em 2016, mas ressalta que o levantamento “não inclui uma palestra mencionada numa mensagem que ele enviou ao procurador Deltan Dallagnol”, o que significa que teria havido uma omissão da sua parte. Após a exibição do diálogo, o texto destaca que é “obrigatório o registro de palestras e outros eventos” e que há 30 dias para “registrar data, assunto, local e entidade responsável pela organização”. Não seria preciso, porém, informar se “foram remunerados”.</p> <p>- Com isso, a Folha destaca a posição de Moro, marcada pela palavra “lapso” para justificar e pela doação do cachê a “uma entidade beneficente”. A reportagem destaca a seguir detalhes do evento que comprovam a existência da palestra e informa que uma pessoa envolvida indicou “um cachê entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil”. Ao final do texto, indica que Deltan realizou a palestra no mesmo local e “disse ter cobrado R\$ 10 mil”. O texto ressalta uma nova contradição. Aponta que Moro não indicou nenhuma remuneração nas palestras em 2016 e sua assessoria afirma que “estão todas sem constar valor recebido, entendendo-se como gratuitas”. Com isso, o texto marca a contradição entre o cachê recebido na palestra em questão e a alegação de que as demais teriam sido gratuitas.</p> <p>- O texto é complementado com as informações sobre um levantamento que</p>

	<p>apontou “notícias sobre 12 cursos e palestras que Moro havia dado sem informar ao tribunal. Ele registrou 5 desses eventos depois, mas ignorou os outros 7.”. Destaca que em alegação a outro veículo, a assessoria de Moro afirmou que as palestras “não eram remuneradas”</p> <p>- Por fim, a Folha faz a conexão com a outra matéria em que afirma que Deltan teria feito um “plano para lucrar com as palestras”, o que corresponderia às informações apontadas no texto.</p> <p>- A resposta de Moro é marcada pela palavra “lapso” e sobre o cachê de que se tratava de “questão privada”, mas que foi doado a “entidade beneficente”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha de S. Paulo apresenta fatos e trechos de diálogos que sugerem a contradição relativa à inclusão da palestra e sobre a remuneração. Embora diga que houve remuneração (“Moro ganhou pela palestra um cachê entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil”) e utilize trecho da resposta de Moro para reforçar a afirmação (“maior parte foi doada para uma entidade beneficente dias antes da palestra”) ressalta a contradição a partir da nota do TRF-4 sobre o fato (“Estão todas sem constar valor recebido, entendendo-se como gratuitas”). A Folha reforça que não havia a obrigação de informar a remuneração, mas que isso não significaria que foram gratuitas. Cita-se ainda que outras palestras teriam sido remuneradas no ano seguinte e não foram informadas (“Moro declarou participação em 25 eventos, conforme os registros disponíveis no site do TRF-4. Em nenhum caso ele informou ter recebido remuneração”).</p> <p>- Estratégia de legitimação: além de fatos públicos apresentados, incluindo levantamentos e entrevistas a outros veículos (“Um levantamento realizado pela Agência Pública em julho do ano passado encontrou notícias sobre 12 cursos e palestras”; “Ao responder questionamentos do jornal Valor</p>

	<p>Econômico na época”), também são apresentados todos os diálogos organizados ao final do texto (“Leia os diálogos de Moro e Deltan sobre as palestras”)</p> <p>- Estratégia de granularidade: a reportagem traz informações sobre eventos e fatos públicos e consultas com fontes e órgãos da justiça que confirmam a realização da palestra (“o grupo Sinos lotou um teatro de Novo Hamburgo (RS) para receber Moro no dia 21 de setembro de 2016”; “O procurador esteve em Novo Hamburgo no dia 15 de março de 2018”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: A Folha utiliza as mensagens de Deltan Dallagnol sobre os valores recebidos na mesma palestra que Moro já havia realizado para indicar que teria havido uma alta remuneração (“Deltan disse ter cobrado R\$ 10 mil pela palestra”; “Ano passado dei uma palestra lá para eles, bem organizada e bem paga”). Com a falta de indicação sobre valores de remuneração (“Moro não declarou nenhuma remuneração pelas palestras que informou ao TRF-4 em 2016”), ainda que a informação não fosse obrigatória, sugere-se então uma tentativa de esconder valores recebidos que seriam altos em relação ao seu próprio salário (“Moro ganhou pela palestra um cachê entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil. De acordo com o TRF-4, Moro recebeu como juiz R\$ 28,4 mil em setembro de 2016”)</p> <p>- Estratégia retórica: eufemismos por parte de Sergio Moro para falar sobre o “lapso” e sobre o “histórico de dedicação à causa das pessoas com deficiência”</p>
--	---

21. Lava Jato planejou buscar provas contra Gilmar Mendes, indicam mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/lava-jato-planejou-buscar-provas-contragilmar-mendes-indicam-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título se destaca pelas palavras “planejou buscar provas contra Gilmar Mendes”, indicando que a Lava Jato teria planejado realizar uma investigação que não era de sua competência, o que representaria uma ilegalidade</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que os diálogos foram divulgados pela parceria entre o “<i>The Intercept Brasil e o El País</i>” e que a intenção era “atingir” o ministro</p> <p>- No lead, afirma-se que a intenção dos procuradores era de “afastá-lo de processos e “até pedir seu impeachment”. Nesse parágrafo ainda não são demonstradas as motivações</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Os parágrafos a seguir detalham que os procuradores queriam “apurar decisões e acórdãos do ministro” e até acionar investigadores na Suíça para “tentar reunir indícios contra Gilmar Mendes”. O texto afirma que o objetivo era “liga-lo ao acusado de ser o operador do PSDB Paulo Preto” que estava preso. A Folha destaca que ministros do STF “não podem ser investigados por procuradores da primeira instância, como Deltan e os demais integrantes da força-tarefa” e só poderiam ser investigados “autorização do próprio tribunal”, o que caracterizaria uma ilegalidade. Destaca-se que Gilmar Mendes era um dos “mais vigorosos críticos da atuação da força-tarefa de Curitiba”</p> <p>- As tentativas de investigação a Gilmar são reforçadas pelos diálogos, em que os procuradores suspeitavam que Gilmar poderia ser “beneficiário de contas e cartões que Paulo Preto mantinha na Suíça”. O texto sinaliza que os procuradores buscavam algum tipo de evidência contra o ministro (“Vai que tem um (cartão) para o Gilmar...hehehe; “Não que estejamos procurando. “Mas vaaaai que”) embora soubessem que a atitude era ilegal (“vc estava investigando ministro do supremo, robinho.. nao pode. Rs”; “Nós não podemos dar a entender que investigamos GM. Caso se confirme essa</p>

	<p>unha e carne, será um escândalo”). Afirmase que a discussão teria começado por um “boato da força-tarefa de São Paulo” sobre o assunto. Teria ainda havido a discussão sobre possíveis ligações de Paulo Preto ao próprio STF (“Vale ver ligações de PP [Paulo Preto] pra telefones do STF”) e sugestões sobre a atuação política de Gilmar (“Acho que tem uma chance grande de ALOYSIO ter colocado GILMAR no STF”)</p> <p>- Ainda ressalta-se que os procuradores tentaram articular ações em prol do impeachment de Gilmar Mendes, fizeram críticas a Raquel Dodge (“Caros a Raquel não confronta o GM [Gilmar Mendes] provavelmente por conta do sonho com uma cadeira no supremo”) e se mobilizaram pra isso (“ele está passando de todos os limites”; “ou passamos a falar publicamente que a sociedade tem um encontro marcado com o impeachment de Gilmar ou então precisamos cobrar posição pública da PGR”)</p> <p>- Ao longo do texto e a cada nova revelação são inseridas as falas de Gilmar Mendes em resposta às mensagens na entrevista que concedeu à Folha. O ministro caracteriza os diálogos com palavras e expressões duras (“investigação sórdida”; “delinquência institucional”; “ilações absolutamente irresponsáveis”; “organização criminosa”). Busca ressaltar ainda a gravidade da situação (“essa é a maior crise que se abateu sobre o aparato judicial desde a redemocratização”) e cobra providências (“está na hora de a Procuradoria tomar providências sobre o caso”)</p> <p>- Ainda é realizada a conexão das novas mensagens com a reportagem que aponta que os procuradores tentaram investigar outros ministro do STF, Dias Toffoli, em uma época em que ele começou a ser visto pela Lava Jato “como um adversário disposto a frear seu avanço”</p>
- Estratégias de discurso	- Estratégia de posicionamento: mais uma vez, se constrói o posicionamento de que

os procuradores atuavam com motivações políticas e poderiam direcionar suas investigações àqueles que se opunham aos métodos utilizados pela Lava Jato (“se perdermos o HC do Palocci creio que temos que representar/pedir o impeachment do GM”), ainda que isso fosse ilegal e os procuradores tivessem conhecimento, mas tentassem esconder o fato (“Nós não podemos dar a entender que investigamos GM”). A posição também é a de que havia a mobilização política para suas ações (“Tem q botar no papel. Mostrar suspeição. Pegar quem trabalhava nessa época no mesmo local. Imprensa é o ideal”)

- Estratégia de legitimação: A Folha ressalta que as ações realizadas pelos procuradores não poderiam ter sido cometidas (“Ministros do STF não podem ser investigados por procuradores da primeira instância”)

- Estratégia de granularidade: inserção de trechos e detalhes que retomam as ações de Gilmar Mendes e que correspondem às insatisfações dos procuradores (“Gilmar Mendes, que já havia concedido duas ordens de soltura em favor de Paulo Preto”; “Gilmar Mendes, um dos mais vigorosos críticos da atuação da força-tarefa de Curitiba”). Também sobre as investigações que envolveram Aloysio Nunes Ferreira (“relatórios indicaram que Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) havia ligado para o gabinete de Gilmar Mendes”)

- Estratégia de argumentação: A Folha de S. Paulo ressalta que a atuação com motivações políticas, como a realizada com Gilmar Mendes, pode ter sido recorrente (“Deltan incentivou colegas em Brasília e Curitiba a investigar Dias Toffoli sigilosamente em 2016”). O texto também reforça o contexto das mensagens e explica que as investigações podem ser colocadas em dúvida por conta de suspeições ou atuações inadequadas (“Caso haja entendimento de que Moro estava comprometido com a Procuradoria

	<p>(ou seja, era suspeito), as sentenças proferidas por ele podem ser anuladas”). Para embasar isso, cita o “Código de Processo Penal” e o “Código de Ética da Magistratura”</p> <p>Estratégia retórica: há paralelismos utilizados pela Folha de S. Paulo para ressaltar a proximidade entre os casos de Dias Toffoli e de Gilmar Mendes</p>
--	---

22. Deltan usou partido político para mover ação contra Gilmar Mendes no Supremo

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deltan-usou-partido-politico-para-mover-acao-contra-gilmar-mendes-no-supremo.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título relaciona duas ações controversas (“Deltan uso partido político” e “mover ação contra Gilmar Mendes no Supremo”) para mostrar mais uma ação da Lava Jato contra o ministro do STF</p> <p>- Na linha-fina destaca-se a parceria entre o “UOL e o The Intercept Brasil”. Novamente é utilizada o termo “atingir o ministro do STF”</p> <p>- No lead, ressalta-se que o partido Rede Sustentabilidade foi “laranja” e que Deltan “extrapolou as suas atribuições”, sugerindo que suas ações seriam ilegais, para “propor ação contra Gilmar Mendes”</p>
- Estilo léxico	<p>- A Folha de S. Paulo relata que o partido Rede Sustentabilidade protocolou uma ação para “para impedir que Gilmar soltasse presos em processos nos quais ele não fosse o juiz da causa”. Havia o entendimento de que as ações de Gilmar prejudicariam a atuação da Lava Jato. Em seguida, faz-se a relação de que a “negociação foi relatada” nos diálogos e que dois dias depois o partido protocolou a ação de fato</p> <p>- A Folha caracteriza os atos de Deltan como “driblar as limitações de seu cargo”, já que ele não poderia atuar em relação a</p>

	<p>causas do STF. A atribuição pelo Ministério Público é “exclusivamente da PGR (Procuradoria-Geral da República)” e por isso, o texto afirma que a atuação de Deltan “usurpou a competência da chefe do MPF”. Como autoridades, instituições, entidades e partidos políticos podem entrar com ação no STF esse teria sido o meio utilizado por Deltan (“Gilmar provavelmente vai expandir decisões da Integração pra Piloto. Melhor solução alcançada: ADPF da Rede para preservar juiz natural”)</p> <p>- Ressalta-se pelos diálogos a negociação com o político Randolfe Rodrigues e seus assessores, o que expõe a atuação direta da Lava Jato no caso (“Randolfe: super topou. Ia passar pra Daniel, assessor jurídico, já ir minutando”; “mandei a sugestão da adpf pro assessor do randolfe”)</p> <p>- Por fim, há grande carga negativa sobre a reação de Carmen Lucia como juíza que iria julgar a ação (“Frouxa”; “Amiguinha”; “Ela é amiga da esposa do GM”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: há a clara posição de que Deltan “extrapolou” e “usurpou” a sua competência, além de “driblar as limitações de seu cargo” ao utilizar um partido para mover a ação, já que ele não poderia atuar nesse sentido. Ressalta-se as previsões constitucionais para esse tipo de ação (“No âmbito do MPF, a atribuição para atuar junto ao STF é exclusivamente da PGR (Procuradoria-Geral da República), comandada por Raquel Dodge”; “Além de Dodge, um seletor grupo de autoridades e instituições pode propor ADPFs no Supremo”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: há a correspondência entre os diálogos realizados (““Randolfe: super topou. Ia passar pra Daniel, assessor jurídico, já ir minutando”; “mandei a sugestão da adpf pro assessor do randolfe”) e os fatos acontecidos em relação ao protocolo da ação no STF (“Em 11 de outubro, Deltan antecipou aos procuradores às 13h58, horas antes que o assunto fosse noticiado</p>

	<p>pela imprensa ou divulgado pelo senador, que a ADPF havia sido protocolada pela Rede”). Realiza-se assim uma relação direta entre os diálogos dos procuradores e a ação protocolada (“a Rede usa como argumento central para tentar cassar a decisão de Gilmar o princípio do juiz natural, o mesmo que já havia sido citado por Deltan nos diálogos com os colegas”)</p> <p>- Estratégia de granularidade: descrição de datas e eventos que correspondem aos diálogos e os complementam (“A negociação foi relatada por Deltan a outros integrantes da força-tarefa a partir de 9 de outubro de 2018 —dois dias depois, a Rede de fato protocolou a ADPF”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: destaca-se a insatisfação de procuradores com a atuação de Gilmar Mendes como uma das motivações para a atuação de Deltan (“Desde setembro, os procuradores se queixavam de uma decisão tomada por Gilmar Mendes sem relação direta com as investigações da Lava Jato”). Os mesmos argumentos seriam utilizados na ação do partido no STF (“impedir que o referido ministro Gilmar Mendes continue a conceder liminares para beneficiar presos”)</p> <p>- Estratégia retórica: hipérboles presentes nas falas de Randolfe e Deltan sobre Gilmar Mendes (“Liberador-Geral da República; “Supervisor-Geral’ das prisões cautelares”), metáfora sobre a “sugestão” dos procuradores feita a Randolfe</p>
--	---

23. Moro orientou Deltan a não pedir apreensão de celular de Cunha, sugere mensagem

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/moro-orientou-deltan-a-nao-pedir-apreensao-de-celular-de-cunha-indica-mensagem.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	

<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título sugere mais uma interferência por parte de Sergio Moro na atuação do MPF, representado por Deltan, além de um direcionamento político em benefício a Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara</p> <p>- Na linha-fina, ressalta que a orientação está em mais uma das mensagens vazadas na série de reportagens e que teria acontecido na “época da prisão de Eduardo Cunha, em 2016”</p> <p>- No lead, ressalta-se que Moro teria pedido a “não apreensão do celular de Eduardo Cunha” à época da prisão do político em 2016. As motivações não ficam claras pelo lead</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- O destaque é a existência de diálogo entre Moro e Deltan um dia antes da prisão de Eduardo Cunha. Na conversa, há o pedido de orientação de Deltan (“Queríamos falar sobre a apreensão de celulares. Consideramos importante. Teríamos que pedir hoje”) e as respostas de Moro (“Acho que não é uma boa”; “Entendemos que não é o caso de pedir os celulares, pelos riscos, com base em suas ponderações”). Dessa maneira, busca-se expor mais um episódio que demonstra a colaboração entre Moro e Deltan em relação às ações e julgamento dos processos da Lava Jato, além de sugerir uma possível atuação política</p> <p>- Destaca-se que Cunha já tinha tido seus celulares apreendidos em operação anterior “no fim de 2015, quando ainda era presidente da Câmara”. Por fim, ainda se afirma que Cunha não tinha mais “foro especial” e que julgamentos de autoridades poderiam “provocar o remanejamento de seu caso para instâncias superiores”, ou seja, o processo poderia sair de Curitiba e ir para o STF, o que contrariava os interesses da Lava Jato.</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: Moro e Deltan conversaram para combinar estratégias e possíveis pedidos de apreensão de celular, em mais um episódio que demonstra a colaboração ilegal entre eles (“Deltan Dallagnol foi orientado pelo</p>

	<p>ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro a não pedir a apreensão do celular do ex-deputado Eduardo Cunha”)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de legitimação: utilização de diálogos que demonstram as orientações e confrontação com um antigo pedido de apreensão de celular de Eduardo Cunha “Cunha já havia tido aparelhos apreendidos em uma outra operação derivada da Lava Jato” - Estratégia de argumentação: induz-se o raciocínio de que houve colaboração entre as partes, que poderia ter havido motivação política, mas que a estratégia escolhida foi adotada para preservar a própria Lava Jato em relação a manter o processo de Eduardo Cunha sob sua jurisdição (“Eventuais elos com autoridades com foro expostos em suas conversas poderiam até provocar o remanejamento de seu caso para instâncias superiores”)
--	---

24. Deltan fez lobby com STF e governo Bolsonaro para tentar emplacar novo PGR

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deltan-fez-lobby-com-stf-e-governo-bolsonaro-para-tentar-emplacar-novo-pgr.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O título caracteriza mais uma atitude de Deltan (“lobby com STF e Governo Bolsonaro”) que teria ultrapassado os limites de sua atuação e poderia favorecer interesses próprios e da Lava Jato (“para tentar emplacar novo PGR”) - Na linha-fina, destaca-se o nome de Vladimir Aras como aquele que Deltan tentaria emplacar - No lead, o texto destaca que Deltan usou seu “prestígio obtido como coordenador da Lava Jato” para tentar emplacar “nos bastidores” o nome de Vladimir Aras. O lobby, ou as conversas em torno do tema, envolveriam “ministros do Governo Jair Bolsonaro, senadores e ministros do STF”

<p>- Estilo léxico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para demonstrar a atuação direta de Deltan, a reportagem destaca que ele “se engajou pessoalmente na campanha” e “articulando diariamente com ele (Aras) estratégias para ser recebido por autoridades”, além de caracterizar como “interferência na disputa” - A reportagem demonstra que Deltan sabia que sua atuação acontecia de maneira indevida (“bom ficarmos na sombra”) - Há referências também a Sergio Moro, a quem Aras busca o apoio (“Fala com Moro sobre minha candidatura a PGR”) e que, apesar de ainda ser juiz federal, já era “tachado como alguém próximo do grupo de Bolsonaro”. O contato aconteceu antes do segundo turno das eleições de 2018 e Aras já tinha a ambição de se eleger com Bolsonaro no poder (“Com bolsonaro eleito, vou me candidatar”). Ressalta-se a influência de Deltan com Moro e com contatos de um possível governo de Bolsonaro (“consequimos articular sua indicação”; “Temos várias pessoas para chegar lá”) e depois o apoio de Moro (“Peço reserva, mas Moro confirmou pra mim que Vc é o candidato que ele vai defender”) - A reportagem detalha a articulação de Deltan com Barroso, Fachin e Fux, que formam a “formam a linha de frente da Lava Jato no Supremo” (“Deltan chegou a articular para que o aliado encontrasse o ministro do STF Luis Roberto Barroso em um jantar na véspera do evento”; “também enviou um texto elogioso sobre Aras para esses ministros do STF, mas a mensagem foi redigida pelo próprio Aras”). Assim, demonstra-se que foram diversas as estratégias e articulações - Como o PGR é indicado pelo Presidente da República, Deltan também buscou a atenção dos ministros Onyx Lorenzoni, André Mendonça, do senador Eduardo Girão e de uma “lista de senadores em postos de liderança com 20 parlamentares” (“nesse colégio, a metade vai aderir bem. Alguns talvez nem compense a visita...Mas
------------------------	---

	é aquele coisa; fechar o cerco!”)
- Estratégias de discurso	<p>- Estratégia de posicionamento: Deltan Dallagnol trabalhou para influenciar politicamente diversas autoridades no âmbito dos três poderes a fim de viabilizar a candidatura de Vladimir Aras à PGR. Mais uma vez se demonstra a aproximação com Sergio Moro (“Peço reserva, mas Moro confirmou pra mim que Vc é o candidato que ele vai defender”) e também da própria Lava Jato com o Governo Bolsonaro (“consequimos articular sua indicação. Temos várias pessoas para chegar lá”), o que representaria mais uma violação e uma falta de imparcialidade da atuação da Operação</p> <p>- Estratégia de legitimação: a reportagem detalha a importância de uma articulação com os poderes já que a decisão sobre o “novo Procurador-Geral da República é do presidente”, mas que “o trânsito dos postulantes com a cúpula do Judiciário e do Congresso costuma ser determinante para conquistar a indicação” e que por isso haveria o interesse no contato com ministros do STF. Além disso, a reportagem destaca que o PGR tem, entre outras atribuições, “criar e renovar o funcionamento de forças-tarefa, como a Lava Jato”, o que representaria um interesse direto por parte de Deltan</p> <p>- Estratégia de granularidade: presença de detalhes sobre a votação de Vladimir Aras para a PGR (“obteve 346 votos, o quinto mais votado”) e sobre detalhes de ações e outros eventos (“Barroso seria a estrela de um evento organizado pelo jornal O Estado de S. Paulo e pelo CDPP (Centro de Debates de Políticas Públicas) em São Paulo, no dia 1º de abril”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: a Folha busca ressaltar que as conversas de Deltan com alguns parlamentares poderiam representar algum tipo de conflito de interesse e contradição com suas atuações, como Onyx Lorenzoni, investigado na Lava Jato (“admitiu em 2017 ter recebido</p>

	<p>R\$ 100 mil da JBS por meio de caixa 2” e “chegou a ser alvo de inquérito no STF sob a suspeita de ter recebido R\$ 175 mil, também via caixa 2”), Randolfe Rodrigues (“ele participou de uma articulação de Deltan para usar a Rede Sustentabilidade como uma espécie de laranja para uma ação de interesse da Lava Jato no STF”) e outros citados em delações da Lava Jato (“é o caso de Eduardo Braga (MDB-AM); Humberto Costa (PT-PE); Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE); e Alvaro Dias (Podemos-PR)”). Com isso, o argumento é de que Deltan buscou a articulação política e não se importou com possíveis conflitos de interesse com a Lava Jato</p> <p>- Estratégia retórica: Eufemismos de Deltan em relação à aproximação com o Governo Bolsonaro (“Temos várias pessoas para chegar lá. Várias pessoas que se associaram a nós na luta contra a corrupção”) e metáfora por parte de Deltan (“como diz Martim Luther King Jr " O que me incomoda não é o grito dos maus (que muitas vezes tomam a liderança) mas o silêncio dos bons”)</p>
--	---

25. Deltan idealizou monumento à Lava Jato, mas Moro previu crítica à 'soberba'

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deltan-idealizou-monumento-a-lava-jato-mas-moro-previu-critica-a-soberba.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título apresenta duas ideias principais: a de que Deltan “idealizou monumento para a Lava Jato” e a de que Moro “previu crítica à ‘soberba’”. Destaca-se então que para além da colaboração a respeito da atuação judicial, Moro e Deltan trocavam conversas sobre outros assuntos de interesse da Lava Jato. Também se destaca a palavra “soberba”, que está entre aspas por ter sido dita pelo próprio Moro, o que chama ainda mais a atenção ao assunto</p> <p>- Na linha-fina, depreende-se que o “marco</p>

	<p>visual”, não especificado qual seria, seria uma “estratégia de marketing”. Isso mais uma vez seria discutível, uma vez que a Lava Jato passaria a ser tratada como uma espécie de marca e não como operação judicial com recursos do Estado</p> <p>- No lead, as expressões "Precisamos de estratégias de marketing. Marketing das reformas necessárias" ganham destaque. Entende-se que Deltan buscava novas tentativas de promover a imagem da Lava Jato na sociedade e na mídia</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- A reportagem ressalta as palavras “monumento”, “escultura” e “reformas em Curitiba” a serem produzidas por meio de concurso como intervenções que simbolizassem “a operação e mudanças defendidas pelos procuradores, como o projeto das Dez Medidas”. Em diálogo, Deltan já visualizava os monumentos (“Algo como dois pilares derrubados e um de pé, que deveriam sustentar uma base do país que está inclinada, derrubada”) que eram vistos como “estratégias de marketing. Marketing das reformas necessárias”</p> <p>- A ideia de Deltan era de que isso fosse “marco na cidade, ponto turístico, pano de fundo de reportagens” e que a existência do concurso estimularia o “debate sobre reformas” em parceria entre a “Procuradoria no Paraná com a Justiça Federal”</p> <p>- A reportagem traz o diálogo de Deltan com Moro sobre o assunto, em mais um exemplo de colaboração entre eles e de estabelecimento de estratégias para promover a Lava Jato (“Deltan esperava obter apoio do magistrado para colocar a peça na praça em frente à sede da Justiça Federal”), ainda que Moro não fizesse parte da Lava Jato e precisasse ser imparcial. Na resposta de Moro, destaca-se que seria melhor “esperar acabar” e “deixar para depois”, alegando que o gasto seria “questionado” e que a iniciativa poderia soar como “soberba”. Traz-se assim um sentido negativo para a iniciativa por parte de Moro, considerado um aliado nas ações em parceria</p>

	com Deltan
- Estratégias de discurso	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha se posiciona afirmando que a Lava Jato procurava iniciativas para fortalecer a sua imagem e a de seus procuradores (“Precisamos de estratégias de marketing. Marketing das reformas necessárias”) e das causas defendidas por eles, como a campanha das Dez Medidas (“frisaremos na proposta do concurso das esculturas a necessidade de reformas e que elas simbolizem as reformas necessárias”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: outra iniciativa que visava divulgar essas causas também foi citada como forma de reforçar a busca por estratégias de marketing em favor da Lava Jato (“Mensagens mostraram o chefe da Lava Jato pedindo apoio financeiro da 13ª Vara Federal para a produção de um vídeo em apoio às Dez Medidas que seria veiculado na TV. O vídeo com o roteiro descrito por Deltan de fato foi produzido, mas o Ministério Público Federal afirma que nunca houve direcionamento de recursos da Vara Federal para a campanha”). Reforça-se ainda que “o projeto das Dez Medidas, que estava em tramitação no Congresso, e a reforma política”, eram causas de interesse dos procuradores na época das mensagens</p> <p>- Estratégia de argumentação: A reportagem destaca que nem mesmo Sergio Moro, que apoiava causas e fornecia orientações aos procuradores da Lava Jato mostrou concordância com a ideia de Deltan Dallagnol (“Melhor deixar para depois. Em tempos de crise, o gasto seria questionado e poderia a iniciativa toda soar como soberba. Homenagens devem vir de terceiros”)</p> <p>- Estratégia retórica: eufemismos por parte de Deltan Dallagnol na defesa da construção dos monumentos em apoio à Lava Jato (“sabemos que precisamos ir além, como país, e só estou pensando nisso para fazer tudo o que estiver ao meu/nosso alcance”; “ajudará todos a lembrar que é preciso ir além”) e por parte da nota oficial do MPF sobre o assunto (“diversas vezes iniciativas</p>

	são cogitadas por seus integrantes ou por terceiros, sendo que muitas não se concretizam após reflexão e ponderações”)
--	--

26. Deltan mudou contratos de palestras, e filantropia ficou de lado, apontam mensagens

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deltan-mudou-contratos-de-palestras-e-filantropia-ficou-de-lado-apontam-mensagens.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título já apresenta tom acusatório afirmando que Deltan “mudou contratos de palestras” e conclui que “filantropia ficou de lado”, segundo as mensagens vazadas. Com isso, infere-se que Deltan teria se beneficiado das palestras para lucrar e obter algum tipo de vantagem</p> <p>- Na linha-fina, é trazido que o procurador “arrecadou ao menos R\$580 mil” desde 2017, deixando “doações em 2º plano”. De maneira, irônica, a reportagem destaca que “seu propósito é a cidadania”, contrariando os valores arrecadados</p> <p>- No lead, fica claro que houve “mudanças contratuais para deixar de ter a filantropia como principal destino dos valores”. Dessa forma, é retomada a ideia de que Deltan buscava o lucro por meio das palestras e isso é reforçado por meio do hiperlink para a matéria em que Deltan teria feito um “plano para lucrar com as palestras da Lava Jato”</p>
- Estilo léxico	<p>- A Folha aponta que Deltan arrecadou “ao menos R\$ 580 mil a partir de 2017” comprovados por meio de “mensagens, planilhas, recibos e contratos” presentes nas conversas vazadas. Outros valores são destacados com o objetivo de chamar a atenção do público (“da palestra variou entre R\$ 10 mil e R\$ 35 mil”; “a partir do início da Lava Jato passou de R\$ 1 milhão caso sejam somadas as quantias que Deltan também destinou para instituições filantrópicas”). Novamente a reportagem reforça a matéria sobre o “plano de lucrar</p>

	<p>com as palestras de Deltan”</p> <p>- A reportagem relembra que houve uma reclamação disciplinar no Conselho Nacional do Ministério Público em 2017 a respeito do tema mas que foi arquivada. Sua defesa ele “sempre se recusou a divulgar a relação de empresas e entidades que pagaram por suas palestras” e alegou que o objetivo era de “promover combate à corrupção e colaborar com ações de filantropia e sociais”. O texto, porém, ressalta que os documentos encontrados “indicam um contraste” com esses argumentos e ressalta que a partir de 2017 há uma mudança nesses contratos e que os valores passam a ser destinados a um “fundo para despesas em operações de combate à corrupção, iniciativas contra a corrupção ou para promover a cidadania e a ética”</p> <p>- O texto destaca, porém, que ainda que haja menção ao fundo em 2017, “os contratos de 2018 e 2019 já não previam esse tipo de destinação” e iam para a “conta corrente do procurador”. Diversos exemplos são destacados na sequência, com citações a empresas e valores e até mesmo um infográfico sobre o assunto. Destaca-se que “a falta de transparência sobre as palestras remuneradas realizadas por membros do Ministério Público difere do que é previsto em lei para os juízes brasileiros”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a reportagem reforça a ideia de que Deltan deixou de realizar doações e “deixou a filantropia de lado” ao retirar esse item do contrato e ao receber o dinheiro das palestras “na conta pessoal do procurador” e não no “fundo mencionado pelo procurador à Corregedoria”. Destacam-se valores significativos (“ao menos R\$580 mil; de R\$10 mil a R\$35 mil por palestra”) e afirma-se que não foram encontrados “menções ou registros de altos valores de contribuições para caridade por parte de Deltan desde 2017”. Sugere-se assim que não havia qualquer outra finalidade a não ser o “plano para lucrar com as palestras”</p> <p>- Estratégia de granularidade: presença de</p>

infográfico e diversas informações a respeito de palestras e valores a partir de “mensagens, planilhas, contratos e recibos que circularam no seu aplicativo Telegram”, além de diversos detalhes sobre prestações de contas e diálogos

- Estratégia de legitimação: a reportagem cita empresas, nomes e informações sobre as palestras a partir de documentos encontrados nas mensagens vazadas (“A reportagem examinou os valores de 20 palestras de Deltan pagas ou programadas entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2019”; “Um quarto das palestras verificadas pela reportagem foi para unidades do plano de saúde Unimed”; “O procurador também foi remunerado por instituições e firmas do mercado financeiro, da indústria e do comércio, como Febraban (Federação Brasileira de Bancos), B3, XP e Centro Industrial do Ceará”), além de diálogos com pessoas envolvidas nas negociações das palestras (“Deltan solicitou que Fernanda Cunha, dona da firma Star Palestras, o contratasse para palestrar em Salvador”)

- Estratégia de argumentação: a reportagem argumenta que Deltan sempre se “recusou a divulgar a relação de empresas e entidades que pagaram por suas palestras, bem como as remunerações recebidas por esse trabalho” e citou um exemplo de manifestação sua em procedimento aberto no CNMP. Afirmar que é “permitido por lei” enquadrar palestras como “atividade docente” e que o CNMP aceitou as “alegações de Deltan”. Apesar disso, cita um “pedido de esclarecimento da Folha” de 2017 sobre o assunto em que as informações não foram concedidas e também o fato dele ter evitado até mesmo que a “Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal tivesse acesso às informações”. Termina com uma afirmação sobre “A falta de transparência sobre as palestras remuneradas realizadas por membros do Ministério Público”, o que leva à conclusão de que as ações de Deltan só foram possíveis pela falta de transparência e de mecanismos de fiscalização, permitindo que ele pudesse não

	<p>prestar contas sobre o dinheiro arrecadado</p> <p>- Estratégia retórica: eufemismos por parte de Deltan com a utilização de expressões como “promover a cidadania”, ironias com essa afirmação por parte da reportagem e paralelismos entre os diálogos, valores e declarações oficiais de Deltan</p>
--	--

27. Procuradora da Lava Jato que debochou da morte de neto de Lula se desculpa: 'Errei'

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/08/procuradora-da-lava-jato-pede-desculpas-a-lula-errei.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título demonstra o pedido de desculpas seguido da palavra “errei” para mostrar a reação da procuradora que “debochou da morte de neto de Lula” em mensagens vazadas divulgadas na série Vaza Jato</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se a principal frase de deboche que Jerusa Vicelli utilizou (“se preparem para a novela da ida ao velório”), demonstrando o desprezo dos procuradores pelo ex-presidente</p> <p>- No lead, esclarece-se que as desculpas, exibidas no “Twitter”, foram feitas em “conversas no Telegram sobre a morte da ex-primeira-dama Marisa Leticia e do luto do petista”. Com isso, depreende-se que as mensagens são verdadeiras e de fato aconteceram dessa forma, o que contraria argumentos sobre possíveis adulterações</p>
- Estilo léxico	<p>- O primeiro destaque diz respeito ao pedido de desculpas da procuradora (“Errei. E minha consciência me leva a fazer o correto: pedir desculpas à pessoa diretamente afetada, o ex-presidente Lula”).</p> <p>- Em seguida, se dá o contexto de que as mensagens de deboche dos procuradores produzidas na época da morte da ex-esposa de Lula, Marisa Letícia, em 2017, e na época da morte do neto de Lula, Arthur, em 2019, foram exibidas em reportagem do UOL e do</p>

	<p>The Intercept Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na sequência destacam-se trechos das mensagens que chamam a atenção (“Querem que eu fique pro enterro?”; “Preparem para nova novela da ida ao velório”; “O safado só queria passear”). Há grande ironia e deboche por parte dos procuradores, o que pode sinalizar, para o leitor, uma preferência política (“Quem for fazer a próxima audiência do Lula, é bom que vá com uma dose extra de paciência para a sessão de vitimização”; “Bobagem total... Ninguém mais dá ouvidos a esse cara”) - Por fim, destaca-se que, com o pedido de desculpas, a procuradora “acabou reconhecendo a veracidade das mensagens, sempre negada pela força-tarefa da Lava Jato”. A procuradora, porém, disse que isso “não implicava o reconhecimento da legitimidade de todo o material”
<p>- Estratégias de discurso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de posicionamento: em meio à exposição causada pelas mensagens vazadas que expõem grande desumanidade, procuradora se sente culpada e vem a público pedir desculpas. Sugere-se uma atuação política e uma dominação de sentimentos de ódio por um investigado da Lava Jato, o que poderia ferir princípios de imparcialidade - Estratégia de legitimação: mensagens reforçam posicionamento de procuradores e pedido de desculpas de uma dela “reconhece a veracidade das mensagens”, algo que era negado pela Lava Jato - Estratégia de argumentação: ao pedir desculpas, parte do discurso da Lava Jato sobre possíveis manipulações ou adulterações de mensagens começam a cair por terra porque essas seriam consideradas verdadeiras.

28. Conversas de Lula mantidas sob sigilo pela Lava Jato enfraquecem tese de Moro

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título se refere a um dos episódios mais controversos que a Lava Jato se envolveu e diz respeito a grampos feitos em Lula em “conversas de Lula” com Dilma, o que não poderia ter sido feito por Moro. O título indica que elas “foram mantidas sob sigilo da Lava Jato” e que “enfraquecem a tese de Moro”, ou seja, contrariam as justificativas sobre os motivos de Moro a praticar os atos. Não fica claro só pelo título que tese é essa, mas o veículo já indica essa conclusão</p> <p>- Na linha-fina, há a referência ao episódio das gravações em que a PF “gravou 22 telefonemas do ex-presidente” mesmo após a ordem para “interromper escuta que revelou diálogo com Dilma em 2016”. As gravações, portanto, deveriam ter cessado mas continuaram acontecendo normalmente</p> <p>- No lead, repetem-se os termos das conversas “mantidas sob sigilo” e que elas “enfraquecem a tese de Moro” sobre a “decisão mais controversa que ele tomou à frente da Lava Jato”</p>
- Estilo léxico	<p>- A Folha retoma detalhes sobre o episódio “controverso” e mostra que um áudio entre Lula e Dilma “divulgado por Moro” “incendiou o país”, já que mostraria que sua indicação como ministro de Dilma teria “como objetivo travar as investigações sobre ele”. Com isso a investigação sairia de Curitiba e iria para o STF. A reportagem, porém, indica que as mensagens vazadas obtidas pela Folha e Intercept “punham em xeque a hipótese adotada na época por Moro”</p> <p>- No argumento da Folha, foram diversas as conversas realizadas por Lula com “políticos, sindicalistas e o então vice-presidente Michel Temer (MDB)” que revelam que ele “relutou em aceitar o convite de Dilma para ser ministro e só o aceitou após sofrer pressões de aliados.”. A investigação sobre ele só teria sido mencionada “uma vez” em conversa com</p>

seu advogado. Segundo o texto, Lula estaria “empenhado em buscar uma reaproximação com Temer e o MDB” para Dilma se manter no poder

- A Folha explica que “o telefonema de Dilma foi o único que a PF anexou aos autos” e que resumos sobre outras conversas foram feitas mas não houve qualquer reação (“Nenhum dos investigadores que participava do grupo reagiu à informação no Telegram.”)

- O texto segue com a informação de que a Lava Jato soube “do convite de Dilma a Lula com uma semana de antecedência” e usou o tempo para fazer “levantamento do sigilo da investigação e das escutas telefônicas”. Era a oportunidade para que a “força-tarefa de Curitiba não perdesse o controle sobre a investigação”. Reforça-se que aliados “estavam preocupados com o avanço das investigações”, mas que Lula “tinha dúvidas sobre a ideia e temia que sua ida para o governo fosse associada a uma tentativa de escapar da Lava Jato”. Esse foi o argumento utilizado pela Lava Jato para a divulgação do áudio que provocou o impedimento de sua atuação como ministro

- A reportagem reforça a ideia de que Lula resistia à ideia de ser ministro (“indicou que estava desconfortável com a situação”; “manifestou o mesmo incômodo”), mas que foi outro com políticos (“expressou a todos entusiasmo, apostando em sua capacidade de recompor a base de apoio a Dilma no Congresso”), além de “tom amistoso” com Temer

- Ressalta-se que apenas o “impacto dessa conversa com Dilma foi imediato” entre os procuradores. Apenas após sua divulgação, houve a preocupação a respeito da “legalidade das decisões de Moro” (que não poderia ter gravado uma conversa da Presidente da República) e também da Lava Jato. Mas se confiava no apoio popular (“a população está do nosso lado...qualquer tentativa de intimidação irá se voltar contra eles”. Carlos Fernando recomendou: "Coragem... Rrsrsr"). Destaca-se na

	<p>discussão entre eles o pensamento dos procuradores no momento (“a questão jurídica é filigrana dentro do contexto maior que é político”)</p> <p>- A reportagem ressalta que a decisão de Moro foi muito contestada (Teori afirmou que Moro “usurpara as atribuições do Supremo”), mas que os “efeitos das decisões de Moro eram irreversíveis”, Lula foi impedido de se tornar ministro e a Câmara “aprovou a abertura do processo de impeachment em abril”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: desde o título e ao longo de todo o texto, a Folha deixa claro que Lula “tinha dúvidas” sobre se tornar ministro de Dilma por indicar a ideia de que buscava “escapar da Lava Jato” e que nenhuma de suas ligações foi vista como prova disso, exceto a realizada com Dilma. Reforça que para os investigadores “não havia dúvida de que o objetivo dos petistas era exatamente esse” e essa foi a tese sustentada por Moro na época. A Folha indica então que as mensagens vazadas com os conteúdos das ligações telefônicas “enfraquecem essa tese”</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização de diálogos e dos conteúdos de “a, com resumos de 22 conversas grampeadas após a interrupção da escuta em março de 2016”. Detalhes do processo (“Em 15 de março, a polícia anexou aos autos da investigação três relatórios e 44 arquivos de áudio”) Em um link a parte estão transcritas todas essas conversas, o que oferece mais um elemento de conferência para o leitor. Também se ressalta os diferentes tons utilizados por Lula e detalhes de conversas (“Ao deputado José Guimarães avisou que estava disposto a conversar até com Eduardo Cunha (MDB-RJ)”), além de detalhes sobre a falta de reação dos procuradores e da revolta na conversa com Dilma (“Estao preocupados se vamos tentar prende-lo antes de publicarem no DOU a nomeacao do Lils”; “isso demonstra ainda mais o desvio de finalidade da nomeação”).</p> <p>- Estratégia de granularidade: descrição de</p>

diálogos de procuradores com as transcrições feitas pela Polícia Federal e com comentários dos procuradores sobre elas. Citação a nomes, datas, fatos e outros acontecimentos (“manifestou o mesmo incômodo ao falar com seu advogado Cristiano Zanin Martins, o ex-ministro Franklin Martins, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, e dois jornalistas de sua confiança”) que fornecem vários detalhes sobre o momento

- Estratégia de argumentação: a reportagem argumenta que os procuradores e Moro buscaram alguma ligação que de fato pudesse confirmar a tese dos procuradores de que haveria o “desvio da finalidade da nomeação”. O objetivo era “levantar o sigilo da investigação, revelando o conteúdo das conversas de Lula, antes que sua nomeação como ministro obrigasse Moro a encaminhar o caso a Brasília e a força-tarefa de Curitiba perdesse o controle sobre a investigação”. Não se queria, portanto, perder a chance de continuar investigando Lula, o que aconteceria, já que se processo iria ao STF se fosse ministro. A reportagem também reforça que as conversas que não confirmavam a tese defendida por eles eram ignoradas, mas que a conversa com Dilma teve impacto imediato (“As mensagens obtidas pelo Intercept mostram que o impacto dessa conversa foi imediato entre os investigadores, ao contrário dos outros telefonemas”; Demonstra-se ainda que havia o conhecimento sobre as ilegalidades cometidas mas que optou-se por seguir mesmo assim (“Vai sobrar representação para ele. E contra nós. Sabíamos disso”) contando com o apoio popular (“a população está do nosso lado...qualquer tentativa de intimidação irá se voltar contra eles”). Destaca-se a motivação política envolvida no caso (“a questão jurídica é filigrana dentro do contexto maior que é político”)

- Estratégia retórica: diversas ironias por parte de procuradores (“qualquer tentativa de intimidação irá se voltar contra eles”; “consegue pra mim CD ou DVD com todos

	<p>os áudios do 9 e a análise dos que tiver? Estou sem nada pra ouvir no carro”), eufemismos utilizados pelos procuradores (“Nesta altura, filigranas não vão convencer ninguém”) e por Moro ao se justificar de suas decisões (““Não havia reparado antes no ponto, mas não vejo maior relevância”; “afirmou que mantivera em sigilo apenas conversas pessoais, com advogados ou que “simplesmente não têm conteúdo jurídico-criminal relevante””), além de metáforas por parte de Lula (“[Lula] Pede para preparar o uísque e o gelo”; “LILS quer ser irmãos de fé”) e dos procuradores (“O mundo caiu”)</p>
--	--

Apêndice 7 – Análise de discurso dos editoriais da Folha de S. Paulo

1. Pelo devido processo

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/pelo-devido-processo.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- O título “Pelo devido processo” faz referência à expressão de juristas que ressaltam a importância de que as ações dos entes públicos sigam o “devido processo legal”, ou seja, todos os parâmetros previstos em leis</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que as mensagens mostram comportamentos “às raias da promiscuidade”, em forte crítica ao conteúdo dos diálogos entre Moro e Deltan. Destaca-se ainda a origem “ilícita” das mensagens</p> <p>- No primeiro parágrafo, o texto afirma que “quem acompanha a movimentação de juízes e procuradores” “não se surpreendeu, infelizmente” com a revelação da proximidade entre Moro e Deltan. Destaca-se que ela acontecia “às raias da promiscuidade”, o que oferece caráter negativo ao conteúdo revelado</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- O texto reforça o caráter negativo em relação às condutas de Moro e de Deltan reveladas pelas mensagens (“o juiz nem sempre observou a equidistância entre acusação e defesa”; “deu dicas de estratégia processual”; “repassou-lhes o nome de um possível denunciante”). No caso dos</p>

	<p>procuradores indicavam “ansiedade” sobre fatos sobre Lula e sua entrevista à Folha “censurada pelo Supremo Tribunal Federal”</p> <p>- O jornal faz ponderações sobre as mensagens, ressaltando que foram tiradas a partir de “ação criminosa”, um delito que “precisa ser apurado pela Polícia Federal” e ponderando se as mensagens “podem ser usadas na Justiça procurando anular algumas decisões tomadas por Moro como juiz”</p> <p>- O texto defende que ao jornalismo cabe a tarefa de “avaliar o que há ali de interesse da coletividade e publicar” e que não haveria nada de relevante se juízes e procuradores “tivessem se mantido sempre dentro dos respectivos protocolos”</p> <p>- Ressalta-se ainda que a Lava Jato tem uma “obra invejável a defender” e que “quebrou paradigmas da impunidade”, mas destaca também que praticou “heterodoxias processuais e patrocinou invectivas que ameaçam direitos fundamentais”</p> <p>- Por fim, destaca-se que forçar limites da lei não seria o caminho (“Quando o devido processo não é estritamente seguido, só a delinquência vence”)</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: o texto visa ressaltar que as mensagens demonstram que a Lava Jato de fato “forçou os limites da lei” e demonstrou ter uma relação “às raias da promiscuidade”, o que fere o “devido processo”. Pondera-se a possibilidade de uma “ação criminosa” para obtenção das mensagens, mas também o direito do jornalismo em publicá-las e a possibilidade de “anulação de processos”. Ainda se elogia algumas conquistas da Lava Jato, mas há a ressalva de que é preciso seguir o devido processo e quando isso não acontece “só a delinquência vence”</p> <p>- Estratégia de legitimação: citação de ações e eventos que mostrariam as relações “às raias da promiscuidade”, com utilização de links de referência para as mensagens e notícias antigas (“Deu dicas de estratégia processual aos procuradores sob o comando de Deltan Dallagnol, repassou-lhes o nome de um possível denunciante e cobrou-lhes pelo estio de</p>

	<p>operações policiais”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: ainda há incertezas a respeito da origem das mensagens e da sua utilização para anulação de sentenças, mas as mensagens confirmam uma relação de colaboração que já parecia existir entre Moro e a Lava Jato (“Quem acompanha a movimentação de juízes, policiais e procuradores desde que se instalaram as mais ambiciosas e bem-sucedidas operações anticorrupção no Brasil não se surpreendeu, infelizmente, com a revelação da proximidade”). Defende-se a publicação das mensagens e afirma-se que não haveria nada relevante para tornar público “se juiz e procuradores tivessem se mantido sempre dentro dos respectivos protocolos”. Coloca-se a prática de ações abusivas como uma constante da Lava Jato ao longo do tempo e que agora foi confirmada pelas mensagens (“foi flagrada também a praticar heterodoxias processuais e a patrocinar invectivas que ameaçam direitos fundamentais de quem é perseguido por um braço do Estado”), ainda que se pondere que essas ações extrapoladas também tenham sido adotadas pela “Procuradoria-Geral da República e no Supremo Tribunal Federal”</p>
--	--

2. Início de maratona

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/inicio-de-maratona.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
<p>- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead</p>	<p>- Não é possível tirar qualquer conclusão a respeito do texto por seu título, mas é possível inferir que se trata de algo com processo de longa duração</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que a “força política de Moro” estaria começando a se fragilizar e que para mantê-la seriam necessários dois fatores: “revelação dos novos diálogos”, a depender do dano que poderiam causar à imagem de Moro, e às “habilidades do ex-juiz”, em referências a habilidades políticas para seguir como figura política relevante</p> <p>- No primeiro parágrafo, revela-se que são duas</p>

	<p>ondas distintas “de contestação” – a política (“futuro como homem público”) e a jurídica (“legado da Operação Lava Jato”)</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- Marca-se como a “largada do embate político” o depoimento de Moro no Senado e ressalta-se que “o saldo não foi dos piores” e “passou longo do modo belicoso” inclusive pelo fato de que “parecia custoso” para muitos políticos questionar operações anticorrupção. A exceção é marcada por “alguns de esquerda”</p> <p>- Destaca-se de forma rápida algumas das defesas de Moro (“não pode atestar a veracidade das mensagens”; “não viu nenhuma ilegalidade configurada nos diálogos”), que incluíam o possível crime relacionado à quebra de sigilo (“argumenta que se tratou de um ataque orquestrado às instituições nacionais”). Mas ressalta-se que “faltam evidências” sobre essa tese</p> <p>- A Folha defende que é “frágil o argumento que tenta questionar sua fidedignidade das mensagens)” e que não houve “nenhum desmentido” entre os participantes das conversas.</p> <p>- Há um paralelo entre as esferas jurídica (em que a origem ilícita ainda seria discutida nos tribunais) e a política em que Moro ainda dispõe de “um cacife diferenciado de prestígio no Congresso e de popularidade”. Apesar disso, afirma-se que a relação “no mínimo inconveniente” ficou demonstrada</p> <p>- A maratona dita no texto ressalta que seu potencial “para voos mais altos” depende do “teor das revelações” e das “habilidades na nova carreira de político”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: destaca-se que Moro irá enfrentar grandes dificuldades nas esferas política e jurídica que ainda estariam por vir. Ressalta-se alguns de seus argumentos e da falta de contestações mais duras por parte de políticos no Senado, mas afirma que muita coisa ainda poderia acontecer (“Na longa corrida, a manutenção do potencial do ex-juiz para voos mais altos dependerá do teor das revelações que surgirem e de suas habilidades na nova carreira de político”)</p>

	<p>- Estratégia de legitimação: reforço de marcos importantes como os destaques em relação ao depoimento de Moro no Senado (“O depoimento na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, marcou a largada do embate político. O saldo não foi dos piores”) e em relação a possíveis novos desdobramentos na Justiça (“A provável origem ilícita do conjunto de comunicações poderá ter serventia à Lava Jato nos tribunais, como no julgamento, marcado para a próxima terça (25) no Supremo Tribunal Federal, da ação que acusa Moro de parcialidade ao condenar Lula”)</p> <p>- Estratégia de argumentação: ressalta-se que ainda é “custoso” para alguns políticos questionar Moro por conta de sua atuação no combate à corrupção, mas que a situação ainda poderia mudar. Parte disso passaria pela questão da legalidade das ações, o que envolve processos no STF, mas que no âmbito político “esse é um aspecto lateral”. Fica claro que Moro ainda “dispõe de popularidade”, mas que as acusações de relações “inconvenientes” também estão demonstradas. Fica a dúvida para o leitor sobre o que pode acontecer tendo em vista esses aspectos jurídicos e políticos</p> <p>- Estratégia retórica: paralelismos e oposições entre o impacto das mensagens no âmbito jurídico e político (“Sergio Moro, enfrenta duas ondas relativamente distintas de contestação. Uma é política e diz respeito a seu futuro como homem público. A outra, jurídica, põe à prova o legado da Operação Lava Jato”)</p>
--	--

3. O caso Lula

<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2019/06/o-caso-lula.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título fala apenas sobre o “Caso Lula” vem referência ao julgamento no STF sobre a soltura do ex-presidente</p> <p>- Na linha-fina, destaque para a rejeição do recurso que pedia a liberdade de Lula</p>

	<p>- No primeiro parágrafo, destaca-se que a prisão de Lula tem dividido a sociedade brasileira e que embora haja “vozes a defender o equilíbrio”, a maioria delas “cerra a fileira do radicalismo”. Destaca-se que estão presentes “à esquerda e à direita”</p>
<p>- Estilo léxico</p>	<p>- O texto ressalta que não pode haver no Direito espaço para “polarizações simplistas” e uma “lógica maniqueísta” à luz de “paixões irrefletidas”. Destaca-se que “desfechos opostos de um julgamento podem ser ambos corretos, desde que tenham sido observadas as regras jurídicas e respeitados os princípios legais” e que esse era o caso da votação do STF sobre a soltura de Lula. Houve a rejeição do pedido “até que se examinasse o questionamento da imparcialidade do ex-juiz Sergio Moro” e ressalta-se que o caso se tornou “mais complexo” após a Vaza Jato</p> <p>- O destaque na sequência vai para a confirmação de “proximidade excessiva entre juiz e acusador” e que poderia tornar Moro “suspeito para julgar o processo”. Afirma-se, que há o argumento do “na dúvida, a favor do réu”, porém, que as mensagens não mostram “de modo inquestionável” as condutas ilícitas de Moro ou dos procuradores. Ainda ressalta-se que se as mensagens tiverem sido obtidas de forma ilegal “decorreria sua inutilidade do ponto de vista jurídico”</p> <p>- A decisão então se deu por “ausência de prova mais contundente a seu favor (de Lula)”. Pondera-se que “não seria descabido” o caminho de deixa-lo em liberdade até o fato ser julgado em definitivo</p> <p>- Finaliza-se torcendo para que a Justiça se mantenha “dentro das balizas”, ou seja dentro dos limites da lei, ao analisar novos aspectos do caso</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Folha visa atingir um equilíbrio entre os argumentos a favor ou contra a soltura de Lula após julgamento do STF. Ressalta-se que é preciso deixar de lado “paixões irrefletidas” e pensar que “desfechos opostos de um julgamento podem ser ambos corretos”, a depender da lógica e dos argumentos em questão</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização do</p>

	<p>argumento “in dubio pro reo” em relação à soltura de Lula e ponderação sobre as provas existentes, a possível ilegalidade na sua obtenção e a espera “até que se examinasse o questionamento da imparcialidade do ex-juiz Sergio Moro”</p> <p>- Estratégia de argumentação: é preciso ter calma e ponderação e o conjunto de provas mais bem definidos para que se tome uma decisão sobre a imparcialidade. Ainda que as mensagens mostrem uma conduta duvidosa, elas “não mostraram, de modo inquestionável, condutas ilícitas de Moro ou dos procuradores”. Busca-se a ponderação entre os dois lados em todos os pontos abordados no texto</p>
--	--

4. Não é o povo

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/07/nao-e-o-povo.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título “não é o povo” não deixa claro a que o texto se refere</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que o Governo e Sergio Moro tentam “limitar à esfera política debate sobre conversas vazadas”, ou seja, buscam colocar a questão não como merecedora de argumentos jurídicos e sim como um teste de popularidade em relação ao que o povo pensa sobre o assunto. Ao usar a palavra “limitar” coloca-se um caráter negativo sobre essas ações</p> <p>- No primeiro parágrafo, ressalta-se que foi “reveladora” a declaração de Bolsonaro sobre a “conduta pregressa de Moro” (uma referência ao escândalo da Vaza Jato): “O povo vai dizer se estamos certos ou não”. É a partir dessa declaração e da visão de Bolsonaro sobre o assunto que o texto irá tratar</p>
- Estilo léxico	- A Folha destaca que se trata de uma “estratégia” a de tratar a divulgação das conversas “apenas na esfera política”. O texto afirma que a aposta é investir “no respaldo da opinião pública” e ressalta seu apoio às manifestações em seu favor em 30 de junho (“Eu vejo, eu ouço”), além de

	<p>prestar mais um depoimento sobre o assunto, agora na Câmara dos Deputados. A aposta é no, considerado “merecido”, “prestígio da Lava Jato na sociedade”, que colocaria seus “inquisidores como meros defensores da corrupção própria ou de aliados”</p> <p>- Afirma-se, porém, que a opinião pública é mais “sofisticada”, ou seja, não apoia a Lava Jato incondicionalmente. Ainda que 58% considere “atuação inadequada de Moro” a divisão pela condenação de Lula como justa foi de 54%</p> <p>- O texto pondera que, se a popularidade de Moro pode mantê-lo no cargo, isso não será decisivo para a “delicada análise jurídica que o caso impõe”. Reforça-se que o Supremo irá traçar a linha entre o “aceitável e o suficiente para anular um julgamento”, se as provas forem consideradas. Realça-se que Moro deve prestar esclarecimentos e que a “popularidade é um ativo volátil”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: Moro e o Governo apostam na popularidade do ex-juiz para que o povo diga se ele estaria certo em relação às mensagens ou não. A Folha ressalta que a opinião popular está dividida (“é sofisticada”) e que há diversos componentes jurídicos que não dependerão de qualquer ativo popular (“Os clamores populares talvez sejam decisivos na permanência ou não de Moro no Executivo. Não podem sê-lo, certamente, na delicada análise jurídica que o caso impõe”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização de pesquisa Datafolha que aponta que “58% dos brasileiros pensam que as mensagens mostram uma atuação inadequada de Moro”, o que contraria a crença de que a Lava Jato poderia jogar com o apoio popular de forma incondicional. Também cita as manifestações a favor de Moro como uma mostra de que “joga-se com o inegável prestígio da Lava Jato na sociedade”</p> <p>- Estratégia de argumentação: apenas os clamores populares não são decisivos para que Moro possa sair fortalecido após os escândalos. Ainda depende de todos os trâmites jurídicos presentes na discussão sobre o caso, além da necessidade de realizar esclarecimentos</p>

	objetivos (“Ao ministro cabe apresentar esclarecimentos objetivos sobre seus atos, anteriores e atuais. A popularidade, como todo político deveria aprender, é um ativo volátil.”)
--	--

5. Juízo afoito

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/07/juizo-afuito.shtml>

Análise de discurso	
Categories	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- O título “Juízo afoito” diz respeito à alguma das condutas de Moro explicitadas em relação às matérias da Vaza Jato e às prisões dos hackers. Não se sabe exatamente a que se refere</p> <p>- Linha-fina: a Folha é direta ao afirmar que Moro faz “intromissão injustificável na apuração sobre hackers”, em referência ao fato de como Moro lidou com os hackers presos em Operação da Polícia Federal. Segunda a Folha, isso “confunde o público”</p> <p>- No primeiro parágrafo, destaca-se que “causam espanto” as movimentações de Moro em meio às investigações. É apenas a primeira mostra do teor negativo das críticas sobre a conduta de Moro</p>
- Estilo léxico	<p>- O texto destaca que Moro, “um dia após a prisão dos hackers” fez uma afirmação para “vinculá-los ao vazamento das mensagens” presentes nas reportagens da Vaza Jato. O texto ressalta o estranhamento da afirmação, já que estavam “oficialmente sob sigilo” (“as evidências que poderiam sustentar a insinuação de Moro eram desconhecidas”)</p> <p>- Embora a reportagem afirme que o hacker preso afirmou ter sido a fonte das informações ao The Intercept Brasil, ainda era preciso “verificar a consistência do depoimento e examinar provas” e, por conta disso, “a precipitação de Moro souo como tentativa de intimidar o Intercept e outros veículos que têm publicado as mensagens, como esta Folha”. Ao citar o nome do próprio veículo, a Folha se coloca como um dos atores que estariam sendo intimidados por Moro em sua fala</p> <p>- O veículo destaca que o Intercept recebeu o material por meio de “fonte anônima” e defendeu</p>

	<p>seu direito à publicação (“evidente interesse público justifica a publicação do seu conteúdo”), ressaltando que o jornal “não encontrou sinais de adulteração ao examinar as mensagens”</p> <p>- Outro ponto de intromissão de Moro é destacado pela informação de que o “ministro assegurou que as informações seriam destruídas”, em referência às mensagens encontradas com os hackers no momento da prisão. Coube à PF “lembrar ele do óbvio”, de que isso não poderia ser feito “sem que o Ministério Público seja ouvido e sem autorização do juiz”</p> <p>- O texto ressalta que a atuação de Moro foi uma “intromissão injustificável” e lembrou da existência da “autonomia da PF para conduzir seus inquéritos”.</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: A Folha cita duas ações de Moro após as prisões dos hackers acusados de invadir celulares de autoridades e afirma que ele “busca informações sobre investigação sigilosa, usa-as para difundir conclusões prematuras e confunde o público ao desrespeitar a autonomia, prejudicar o trabalho policial e comprometer o esclarecimento dos fatos”. Acusa-o de intromissão injustificável</p> <p>- Estratégia de legitimação: realiza-se uma ordem cronológica para afirmar que, um dia após as prisões, Moro vinculou os hackers “ao vazamento de mensagens para o The Intercept Brasil” e a reportagem afirma que as evidências para isso “eram desconhecidas”. Também cita o episódio em que Moro assegurou que “as informações seriam destruídas”. Para ambos os episódios, há links que levam a outras matérias e confirmam suas declarações e atitudes</p> <p>- Estratégia de argumentação: sugere-se que Moro estaria interferindo as operações da Polícia Federal, o que seria ilegal já que a PF “tem autonomia para conduzir seus inquéritos, segue protocolos rigorosos e está sujeita a mecanismos de controle externo previstos em lei” e além disso, o descarte das mensagens não poderia ser feito “sem que o Ministério Público seja ouvido e sem autorização do juiz que supervisiona o inquérito”. Reclama-se que essa interferência e suas declarações “soou como tentativa de</p>

	intimidar o Intercept e outros veículos”
--	--

6. Lava Jato no espelho

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/08/lava-jato-no-espelho.shtml>

Análise de discurso	
Categorias	
- Características marcantes do título, da linha-fina e do lead	<p>- No título, a expressão “Lava Jato no espelho” mostra que a Lava Jato tem sido exposta aos seus próprios erros e pode se “ver” diretamente com a exposição das mensagens</p> <p>- Na linha-fina, destaca-se que as mensagens vazadas podem ser “oportunidade para reforçar limites de investigadores”. Com isso, depreende-se que as mensagens mostraram que os limites de atuação dos juízes e procuradores foi ultrapassado e que isso acontece em outros casos. Dessa maneira, busca-se utilizar as mensagens para fazer com que sejam estabelecidos esses limites de atuação de procuradores e magistrados</p> <p>- No primeiro parágrafo, afirma-se que após dois meses de vazamento de mensagens podem ser tiradas “três conclusões sobre Deltan Dallagnol”</p>
- Estilo léxico	<p>- Busca-se listar os principais pontos retirados das mensagens: Deltan Dallagnol desenvolveu “grande proximidade” com Sergio Moro (“trocaram informações, debateram estratégias e discutiram decisões fora dos autos”); Deltan Dallagnol “lucrou com a fama alcançada” (“ter faturado com elas quantias superiores aos rendimentos que recebe como servidor público”); Deltan teria tido “abuso de poder” (“diversas situações em que o coordenador da força-tarefa incentiva colegas a investigar ministros do Supremo Tribunal Federal sigilosamente, com desprezo aos limites legais”). Lista-se assim possíveis ilegalidades ou estímulos a ilegalidades, relações indevidas e busca por lucros utilizando sua atuação como procurador. Porém ressalta que a decisão de “determinar o que há de impróprio nelas e decidir se merecem punição” é do CNMP</p> <p>- Apesar de julgamentos que ainda viriam ressalta-se que os “danos à credibilidade do</p>

	<p>procurador são difíceis de reparar” e sugere que ele deva deixar sua função atual (“sua continuidade nas atuais funções parece ter se tornado inviável”), afinal seria, segundo o veículo, “impossível ignorar o conteúdo dos diálogos e as suspeitas”</p> <p>- Ainda busca-se desqualificar a estratégia de defesa, considerada “diversionista e provavelmente inócua”, em que lança dúvidas sobre a “autenticidade” e acusa os críticos de “defender a impunidade de corruptos e poderosos”. Afirma-se que os resultados da Lava Jato “não podem servir de escudo aos participantes da operação e impedir que sejam coibidos abusos”</p> <p>- Pede-se, por conta da ocasião mais “rigor e transparência às atividades dos procuradores” por parte do CNMP, a quem a Folha classifica como uma atuação com “tibieza”. Pede-se ainda que o Congresso e o Supremo atuem para “reforçar os limites” sem ignorar “a proteção garantida pela Constituição à independência do Ministério Público”.</p> <p>- Afirma-se que as mensagens vazadas são um “espelho incômodo” para quem participou de excessos e que o “futuro do combate à corrupção dependerá das lições que souberem extrair dessa reflexão”</p>
<p>- Estratégias de discurso</p>	<p>- Estratégia de posicionamento: a Folha lista três grandes problemas observados na atuação de Deltan revelados pela Vaza Jato (“proximidade com Moro, busca pelo lucro e abuso de poder”). Com isso, o texto afirma que é necessário que haja mais transparência e rigor no controle das atividades dos procuradores (“Há certamente uma oportunidade para aperfeiçoar o controle do trabalho dos procuradores”)</p> <p>- Estratégia de legitimação: utilização de links e exemplos de atuações de Deltan a partir das reportagens com mensagens vazadas. Pedidos de mais transparência aos procuradores na atuação do CNMP com base em informações já retiradas de outras matérias e pedidos de atuação por parte do Congresso e Supremo para que haja o controle dos procuradores “sem ignorar a proteção garantida pela Constituição à independência do Ministério Público e de seus membros”</p>

- Estratégia de argumentação: argumenta-se que a atuação de Deltan trouxe “danos à credibilidade difíceis de reparar” e pede-se a sua saída do cargo. Afirma que a estratégia de Deltan de “usar os resultados da Lava Jato como escudo” é “diversionista e provavelmente inócua” e ressalta a necessidade de mudanças mas também de uma reflexão para que o combate à corrupção possa colher melhores frutos (“As mensagens vazadas oferecem um espelho incômodo para os que participaram de excessos da Lava Jato. O futuro do combate à corrupção dependerá das lições que souberem extrair dessa reflexão.”)

Apêndice 8 – Guião de entrevista semiestruturada e em profundidade com Sergio Davila, diretor de redação da Folha de S. Paulo

I. Avaliação da série de reportagens da Vaza Jato e da cobertura noticiosa e posicionamento editorial da *Gazeta do Povo*

- 1- Como avalia a série de reportagens da Vaza Jato publicadas pelo *The Intercept Brasil*? O que significou estas reportagens para o jornalismo brasileiro?
- 2- De que maneira a *Folha de S. Paulo* enxergou a publicação de matérias com as conversas vazadas de Sergio Moro e dos procuradores?
- 3- Quais foram os principais valores-notícia que guiaram a cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a Vaza Jato?
- 4- Assim que houve a primeira publicação, qual foi a orientação editorial para a redação da *Folha de S. Paulo*? Porquê?
- 5- De que modo foi tomada a decisão de oficializar a parceria com o *The Intercept Brasil* para a produção das matérias exclusivas? Como isso foi conduzido?
- 6- O interesse em ter acesso ao banco de dados com mensagens vazadas era algo que o veículo já tinha desde a publicação das primeiras reportagens? Havia dúvidas em relação à veracidade dos diálogos?
- 7- O alinhamento mais à esquerda do *The Intercept Brasil* teve algum tipo de influência ou impacto na realização da parceria com o site?
- 8- Você considera que a cobertura da Vaza Jato na *Folha de S. Paulo* se diferenciou em relação às demais coberturas de veículos da grande mídia? Como? Por quê?

9- Quais foram os impactos das reportagens da Folha de S. Paulo no âmbito da Vaza Jato?

10- Você considera que a parceria da Folha de S. Paulo com o The Intercept Brasil pode ter oferecido mais credibilidade em relação à veracidade dos conteúdos das mensagens?

11- Como foi o retorno do público em relação ao posicionamento editorial adotado pela *Folha de S. Paulo*?

12- Como foi o acesso da Folha de S. Paulo às informações do The Intercept Brasil e como funcionaram os processos de apuração e checagem para as produções das matérias? Quais foram os cuidados necessários? O veículo se preocupou em justificar os métodos de checagem ao público?

13- Quantas pessoas da equipe estiveram envolvidas?

14- Como você caracteriza a cobertura noticiosa que a *Folha de S. Paulo* conduziu à série de reportagens da Vaza Jato? Quais foram as características dessa cobertura?

15- Essa cobertura noticiosa coincide com o posicionamento da *Folha de S. Paulo* adotado nos princípios editoriais? Como?

16- Com que desafios jornalísticos tiveram de lidar na cobertura noticiosa sobre a série de reportagens da Vaza Jato? E especificamente com que desafios éticos? Houve também muitas discussões judiciais em relação à legalidade das matérias?

17- Como funcionou a relação da Folha de S. Paulo com outros veículos parceiros como Veja, El País, UOL, Buzz Feed, Agência Pública e Rádio Band News FM?

18- Qual foi o entendimento da *Folha de S. Paulo* em relação à postura de Glenn Greenwald e dos editores do *The Intercept Brasil* sobre a publicação das mensagens vazadas? O veículo adotou um certo apoio em relação à postura dos jornalistas do veículo? Por quê?

19- Quantas matérias da Vaza Jato foram produzidas pelo veículo? Até quando duraram as publicações?

II. Esclarecimento de alguns resultados a partir das técnicas de análise ao conteúdo

20- Por que a opção da *Folha de S. Paulo* por publicar mais reportagens extensas durante a cobertura noticiosa? Essa era uma orientação prevista na redação?

21- Existia a preocupação em reforçar a cada matéria as possíveis ilegalidades cometidas e os processos de divulgação e produção de reportagens por parte da *Folha de S. Paulo*?

22- Quais os critérios adotados pela Folha de S. Paulo para a utilização de materiais baseados em outros veículos noticiosos na cobertura da Vaza Jato? Todas as matérias da série Vaza Jato eram repercutidas?

23- Havia a intenção de produzir matérias mais neutras ou com vieses que poderiam ser considerados mais negativos em relação aos principais agentes ativos? Essa era uma indicação da redação?

24- Ao longo dos meses, o tema continuou sendo na política editorial da *Folha de S. Paulo* por conta da publicação de mais matérias exclusivas? Por quê?

25- Como a repercussão e todos os desdobramentos jurídicos pautaram a cobertura desse tema? Foi possível observar que mais da metade dos resultados relacionados ao foco das matérias dizia respeito à repercussão jurídica dos fatos.

26- O fator político era um componente muito importante para vocês na cobertura da Vaza Jato? Esse era um foco temático principal no veículo? Segundo a análise realizada a segunda maior parte das matérias estava inserida na Repercussão Política como foco temático.

27- A análise realizada mostra que as matérias da *Gazeta do Povo* tiveram grande foco em Sergio Moro, ministros do STF e Jair Bolsonaro. O veículo procurou dar foco especial aos posicionamentos dos atores com mais impacto a nível nacional? Os personagens jurídicos possuíam também grande importância?

III. Esclarecimento de alguns resultados a partir das técnicas de análise ao conteúdo

28- Como caracteriza os editoriais da *Folha de S. Paulo* sobre a Vaza Jato?

29- Quais os principais desafios na construção desses editoriais?

30- Os editoriais da *Folha de S. Paulo* se posicionaram de maneira crítica às ações de Moro e dos procuradores. Por que a adoção dessa postura?

31- Esse posicionamento era também adotado na redação? Existia essa separação entre os dois lados: o noticioso e o dos editoriais? Como faziam essa separação?

32- Desde o início sempre houve a preocupação em separar a realização dos crimes dos hackers e a publicação das matérias pelos jornalistas? Havia a orientação de defesa do trabalho do *The Intercept Brasil*?

Apêndice 9 – Transcrição da entrevista com Sergio Davila, diretor de redação da Folha de S. Paulo

Como que você avalia a série de reportagens da Vaza Jato? O que essas reportagens significaram para o jornalismo brasileiro e para o contexto político do Brasil?

Essa série de reportagens da Vaza Jato de certa maneira, ajudaram a definir o clima político do país nos últimos anos, assim como a série de vazamentos qualificados da Lava Jato ajudaram a definir o clima político do país nos anos anteriores. Eu acho que os vazamentos do que se convencionou chamar de vaza jato de certa maneira equilibraram o jogo nos anos seguintes. Na primeira série de vazamentos selecionados, que foi o caso da investigação, que se convencionou chamar de Lava Jato, o resultado mais óbvio, foi a prisão e o impedimento, por conta da Lei da Ficha Limpa, do atual presidente Lula de concorrer à eleição de 2018, o que de certa maneira acabou levando à vitória do presidente Jair Bolsonaro. A Vaza Jato que aconteceu na sequência colocou em perspectiva todos aqueles elementos que que tinham levado à condenação do presidente. E o que acabou acontecendo é que, se a gente for olhar friamente sendo consequencialista, acabou levando à anulação das condenações do presidente Lula, que possibilitaram que ele concorresse em 2022, fosse eleito e se tornasse o atual presidente. Então acho que foram, de fato, fundamentais para esse momento político que nós vivemos tanto os primeiros vazamentos quanto a vaza jato, na sequência. Não existiria o Bolsonaro em 2018 e Lula em 2022, se não fosse isso que aconteceu.

Falando mais especificamente da Folha de São Paulo. A partir do momento em que a primeira reportagem saiu pelo The Intercept Brasil qual foi a orientação de vocês na redação? Como vocês lidaram com isso e como isso se deu nos dias seguintes até a realização da parceria com o The Intercept Brasil?

Vale a pena contar a um pouco da história. Nós fomos procurados na época pelo Glenn Greenwald, que na época fazia parte do *The Intercept Brasil*. Ele me procurou e eu o recebi na *Folha* com o nosso advogado Luis Francisco de Carvalho Filho e os dois secretários de redação, Roberto dias e Vinícius Mota. Ele estava fazendo um documentário ao mesmo tempo (Talvez o documentário até tenha sido feito e ido ao ar, mas eu não acompanhei) sobre essa série de documentos aos quais ele tinha tido acesso. E ele nos procurou e nos disse que a *Folha* foi a primeira mídia que ele procurou. Isso porque o próprio Glenn se identificava com a posição de independência do jornal, com o projeto editorial de jornal, de jornalismo crítico e apartidário. Então para ele, foi natural procurar em primeiro lugar a *Folha*. E aí eu o recebi nessa situação, e ele nos disse o que teria ali, os documentos aos quais ele teve acesso, nos relatou um pouco do processo da obtenção desse documento e o volume deles e afirmou que com a equipe muito

enxuta que ele tinha no site ele não conseguiria fazer sozinho. Então, nesse aspecto a *Folha* seria fundamental para ele. E um aspecto que talvez mais importante, não só de mão de obra, é que parafraseando as palavras dele, uma coisa seria o *The Intercept Brasil* publicar sozinho os achados daquela série de documentos a que eles tinham tido acesso. Outra coisa seria publicar em parceria com um veículo do peso da *Folha de São Paulo*. Daí esse primeiro contato. Eu pedi um tempo e alguns dias para responder e o que a gente acabou decidindo é que sim, nós gostaríamos de ter acesso ao material. Gostaríamos de fazer essa parceria, mas que, obviamente a folha controlaria tudo o que publicaria e seria tudo editado e apurado pela nossa equipe. E que os documentos aos quais a gente tivesse acesso não seriam publicados acriticamente pela folha. Não serviria assim de um veículo de divulgação, serviria como ponto de partida para que uma apuração fosse feita e a partir daquela apuração a gente publicasse as reportagens. O *The Intercept Brasil* aceitou essas nossas premissas e aí nós então deslocamos três repórteres para o Rio de Janeiro para começar a garimpar ali aquele mar de documentos. E também o secretário de redação, o Roberto dias, que é o segundo cargo mais elevado na hierarquia do jornal. E assim foi feito. Cada apuração era caso a caso. Não havia um pacote, não havia no número de matérias definidas. Cada fio do novelo que a gente puxava naquele mar de documentos. A nossa equipe puxava nós então fazíamos uma apuração e quando o nosso reportareado e o nosso time jurídico achava que havia algo consistente a ser publicado a gente publicava. Sem muita preocupação com o timing, sem muita preocupação com a pressão com o furo e tal, a gente só publicava quando havia segurança. Eram reportagens muito complexas, demoradas, de apuração e até fugiam do padrão habitual do jornal no tamanho. Elas tinham muitas vezes, 15000 caracteres, uma reportagem considerada longa para os padrões da Folha. E a cada reportagem, a gente destacava num titulozinho um parágrafo que a gente fazia questão de colocar. E dizia o seguinte: a Folha não comete ato ilícito para obter informações, nem impede que ato ilícito seja cometido nesse sentido. Pode, no entanto, publicar informações que foram fruto de ato ilícito se houver interesse público no material apurado. Essa é uma regra do jornal, a gente nunca abre mão dela. Em resumo, se uma fonte chega até nós com o material que nós apuramos que é verdadeiro, não é fake, não é forjado e esse material tem interesse público para ser publicado pela Folha nós publicamos, independentemente de como essa fonte obteve esse material. É um princípio clássico do jornalismo. O *The New York times* segue esse princípio, o *Washington Post* também e nós também seguimos. Então ainda que, naquele momento, isso não era tão claro, né? O hacker que deu origem a tudo isso acaba de estar no noticiário agora de novo pelo fim do trâmite jurídico dele. Mas naquele momento nada disso era muito evidente. Mas a gente deixava claro que, ainda que um ato de se pudesse ter sido cometido, na apuração

original desses documentos do nosso lado nós aplicaríamos o rigor do jornalista profissional para decidir o que deveria ser publicado ou não. E assim foi feito.

Só para eu me situar ali na linha do tempo. Então, a partir das primeiras reportagens quanto tempo depois eles já procuraram vocês?

Eles procuraram a gente antes mesmo de publicarem a primeira reportagem. Eles nos procuraram dizendo, nós devemos publicar uma primeira reportagem, afinal o furo era deles, né? Mas nós queremos que a Folha publique mais ou menos simultaneamente, claro, com a primazia do *Intercept* as reportagens frutos da parceria. Eu não saberia te dizer a diferença de tempo entre a publicação da primeira reportagem pelo *Intercept* e a publicação da primeira reportagem pela Folha, mas eu diria que...

Foram um uns 15 dias mais ou menos. Foi dia 23 de junho.

Não chegou a ser um mês. Eu tenho 2 reportagens que eu posso te mandar por WhatsApp, depois, uma que é um making of da dessa parceria e a outra que é o arquivo que reúne tudo o que a gente publicou a partir desses arquivos da Vaza Jato. Só pra esclarecer, 9 de junho foi o *Intercept* e 23 de junho a Folha. O *Intercept* nos procurou antes ainda do dia 9 de junho.

Mas a parceria foi acertada depois da primeira publicação ou já estava certo antes disso?

Foi acertada antes. A gente acertou ser parceiros antes mesmo da primeira publicação.

E como foi feito esse processo de checagem para vocês terem a certeza de que aquelas informações eram autênticas, de fato, que não tinha nenhuma adulteração? Como que vocês chegaram à conclusão de que dava para publicar e de que era seguro?

Foi uma apuração tradicional, como como outra qualquer. Neste momento, tem algum repórter da folha recebendo algum um ponto de partida de apuração e ele vai ouvir as fontes, as pessoas ou empresas implicadas naquela apuração. E quando ele se sentir seguro sobre as informações que ele tem em mãos a gente publica. E quando for o caso, ouvindo o que diz o nosso departamento jurídico. Não foi diferente dessa. Dessa vez a gente tinha como repórteres o Ricardo Balthazar, o Flávio Ferreira, o Felipe Bachtold. No começo foram esses três repórteres bastante experientes e que eu tinha total confiança neles, e tenho ainda.

Mas nesse processo, por ser um material distinto como as mensagens vazadas. Vocês chegaram a ter acesso às conversas de fato ou isso foi repassado de alguma outra maneira?

Como que foi?

Nós tivemos acesso os nossos repórteres foram ao bunker onde as informações estavam reunidas e tiveram acesso a tudo que a aqueles conseguiram ter acesso. Eram milhares e milhares de documentos. Então a questão ali do acesso era mesmo mão de obra suficiente para conseguir checar tudo o que que havia. Mas o que eles tinham acesso e conseguiam comprovar

a gente publicava lá. A Folha nunca publicou, talvez o Intercept possa ter feito isso, mas a gente nunca publicou apenas os documentos, eles sempre serviam como ponto de partida. A gente nunca achava que os documentos em si eram suficientes para render uma reportagem.

Um ponto que foi um dos argumentos da Gazeta do Povo, é que os veículos parceiros não teriam tido acesso à fonte primária, como eles chamam. E que seriam, no caso, os prints das conversas ou os áudios e que isso teria sido repassado por um terceiro. Foi de fato isso?

Não, nós tivemos acesso às Fontes primárias. Houve, a partir da publicação da Folha, outras parcerias com outros veículos. Eu não posso falar por eles, mas no nosso caso, sim, houve acesso. Não foi nada em segunda mão, foi tudo em primeira mão.

E aí, ao longo do tempo, vocês tinham essa ideia de ir publicando enquanto desse, enquanto encontrarem novos materiais? Essas conversas vão ser uma prioridade para a gente na redação? Como que foi isso para a redação no dia a dia ao longo dos meses? Como vocês viam a prioridade desse conteúdo?

Na cobertura política era um conteúdo prioritário, era a nossa principal pauta naquele momento. Tanto que a gente destacou esse time de quatro pessoas, o que não é comum. Você sabe que as redações dos jornais no mundo inteiro e do Brasil certamente são redações mais enxutas do que há 10, 20 ou 30 anos e não é comum que você destaque quatro pessoas para uma cobertura só, a não ser que seja uma cobertura presidencial, uma cobertura de alguma grande comoção. Mas no dia a dia não é comum. Então, sim, era a prioridade da cobertura política era a vaza jato. Nós montamos uma equipe... isso eu estou dizendo apenas das pessoas diretamente envolvidas, porque além disso tinha toda a estrutura do jornal. Tinha o editor de política, o departamento de infografia, fotografia. Era uma equipe grande e enquanto nós julgamos que havia notícias saindo desse material ao qual nós estávamos tendo acesso, nós fomos publicando com amplo destaque. E muitas vezes foi manchete do jornal, como eu te disse, muitas vezes era uma reportagem de 15000 caracteres o que ocupa 2 páginas do impresso no papel jornal standard. O objetivo não era dar vazão a tudo, porque era impossível. O nosso objetivo era garimpar o que a gente achasse que fosse relevante jornalisticamente para publicar a partir daí. E assim foi feito.

Você consegue lembrar até quando que se estendeu a série da parte da Folha?

A gente tem isso reunido naquele link, né. Eu vou te mandar os links ali, tá bom? Ali certamente tem, mas eu não saberia te dizer até quando. Mas isso o editor de política pode dizer. Aliás, acho que valeria até conversar com ele. Mas eu vou te mandar depois os links com as matérias que a gente publicou e uma matéria que em algum momento a gente publicou em 2020 ou 2021,

que é uma espécie de making of, contando um pouco isso que eu estou te falando. Eu estou te falando com mais detalhes, mas ali tem os dados mais precisos de anos, pessoas, número de matérias, etc.

E por que que vocês decidiram tornar essa série algo prioritário para a redação? Quais foram os principais valores-notícia? Quais as principais prioridades para vocês? O que mais chamou a atenção?

Eu acho que aí é preciso um pouco de contextualização. Se a gente lembrar os dois últimos grandes ciclos noticiosos até a Vaza Jato tinham sido dominados pela Lava Jato com os seus vazamentos selecionados. E nós participamos desse ciclo, nós publicamos muita coisa que surgiu a partir da Lava Jato, a partir da força-tarefa, a partir das pessoas envolvidas ali na apuração e na condução daqueles fatos. Nós e a imprensa brasileira inteira praticamente. E eu acho que essa cobertura da Lava Jato, é claro que na época era difícil fazer esse julgamento, mas olhando agora com o benefício do retrospecto e estando distante dos acontecimentos de então, eu acho que essa cobertura, na Folha e em outros veículos, pecou pelo excesso de fontismo, ou seja, os repórteres acabavam comendo muito pelas mãos das fontes que estavam interessadas em divulgar informações que hoje a gente vê que eram selecionadas. Não havia o contexto, eram pensados detalhes ou aspectos que as fontes tinham interesse de ver chegar ao público. E o fontismo acabou fazendo com que nós, jornalistas, não tivéssemos em mente a floresta inteira, mas apenas os detalhes aos quais era permitido que nós tivéssemos o acesso. E como eu te falei, ainda dentro do contexto, esse ciclo de noticiário pautou e determinou, na verdade, a política brasileira naquele momento, a ponto de ajudar a definir uma eleição presidencial. Quando aparece um material que contesta aquelas informações, que coloca em dúvida a parte delas, que dá um contexto que a gente não tinha naquele momento, nós sim decidimos priorizar essa nova apuração até para contrapor aquela apuração anterior e completar, na verdade, aquela apuração que era muito dependente de uma fonte só, que era a fonte da condução do processo. Então, a prioridade vem dessa necessidade da desse interesse que a gente vê em contextualizar melhor o que a gente vinha publicando até então.

Queria entender também o que mais chamou a atenção? Talvez possa ter sido essa aproximação entre Moro e Dallagnol e outros tantos elementos presentes ali? Eu lembro até que tinha um editorial que até elogiava alguns dos impactos que a Lava jato, mas falava que tinha transgredido algumas dessas normas e que isso não era uma total surpresa. Você enxerga a dessa forma também?

Costuma se falar isso do da nossa profissão, né? O produto final do jornalismo é um pouco como uma fábrica de salsicha, né? Se você soubesse como a salsicha é feita, talvez você não

consumisse a salsicha no final. Isso é uma comparação negativa em relação à nossa profissão, mas eu uso essa imagem para te dizer o que nos chamou a atenção naquele momento. Como nunca antes na história recente do Brasil, nós, jornalistas, tivemos acesso à como a salsicha judiciária brasileira é feita. Até então a gente comia pelas mãos de fontes que nos passavam fatos selecionados e de interesse das próprias fontes. Ali a gente tinha acesso à informação bruta e foi muito impactante ter acesso a essa informação bruta. Sim, como você mencionou, a relação entre juiz e o promotor daquela maneira tão explícita foi algo que talvez tenha sido o que mais chamou a atenção naquele momento. Era algo que até então você ouvia falar, você sabia, mas ninguém tinha colocado o preto no branco e isso e ali estava o preto no branco, como acontecia essa relação do dia a dia, como havia aspectos questionáveis nessa relação. Era a primeira vez que se tinha acesso a isso. O apelo jornalístico era inegável.

Falando um pouco dessa relação, é com o The Intercept Brasil. Você considera que, de certa forma, pelo fato do The Intercept Brasil ser muito ligado à esquerda e se posicionar dessa maneira, também sendo muito questionado por isso, a Folha emprestou uma certa credibilidade ao The Intercept?

Eu acho que sim. Eu acho que o objetivo do Glenn ter nos procurado naquele primeiro momento foi isso, foi interessante, era um algo novo que estava surgindo. Eles foram em busca da credibilidade. Depois foram atrás do senhor da Veja e do Reinaldo Azevedo, que é um colunista importante, nosso colunista aliás. Então sim, eles estavam atrás dessa credibilidade que eles mesmos não tinham. E sim, eu concordo com a crítica que é feita ao site de que é um site, eu não sei se eles procuram esconder isso, mas, acho é um site mais ligado às pautas ditas progressistas ou de esquerda. O próprio fundador, Glenn Greenwald que, aliás, é nosso colunista na Folha hoje, de certa maneira, em algum momento ele se revolta contra o caminho que o The Intercept está tomando, contra o caminho que ele achava correto e ele se desliga do do site. Hoje em dia, eu acho que a Folha não faria uma parceria se fosse o The Intercept de hoje em dia. Mas, na época o Glenn era o Glenn, um jornalista que tinha dado um furo mundial, que tinha renome, continua tendo e você pode discordar das posições dele, você pode achar que ele foi da esquerda para direita ou você pode só achar, como é o meu caso, que ele é um jornalista independente, que às vezes pode ser mais identificado com a pauta da esquerda, às vezes com a pauta da direita, mas ele era um jornalista respeitado. Se ele estava nos procurando, e se ele tinha achado o material que valia a pena ser examinado a gente decidiu fazer aquela parceria. Então hoje em dia. Sendo muito honesto, eu acho que, com o site atual, acho que não faríamos, certamente não faríamos uma parceria tão importante como essa.

De certa forma, o Glenn oferecia essa credibilidade também?

Nós emprestavamos a credibilidade da Folha para que o material que ele apurou em primeira mão tivesse credibilidade e ele emprestava ao material a credibilidade dele. Então foi um ganha, ganha, como se diz no jargão, de negócios, né? Embora não tenha envolvido dinheiro nenhum, né? Foi tudo pro bono. Não houve troca de valores ali, mas a Folha tem isso no seu projeto editorial, nos seus princípios, que não paga por informação. Não foi o caso aí. Obviamente, a gente não pagou para ser parceiro e para ter acesso a esse material e a gente não faria isso jamais. Até há órgãos de imprensa que fazem isso, até alguns importantes como, salvo engano, estou citando de cabeça, mas o programa 60 Minutes, que é um dos principais de jornalismo investigativo da TV Americana ainda hoje, se alguém chega com uma informação que eles acham que é muito relevante e esse alguém pede 20 mil ou 100 mil dólares, eles pagam pela informação. É uma decisão desse veículo e outros brasileiros talvez tenham esse tipo de prática, mas não é o caso da Folha. A Folha nunca pagou e jamais pagará por uma informação. **Na época que a Folha começou a publicar, houve um questionamento grande, talvez por parte do público e de outras autoridades e da imprensa justamente pelo fato do The Intercept ser de esquerda e a Folha estar fazendo essa parceria? Isso foi questionado?**

Parte do público que acompanhava a Folha questionou se isso seria uma guinada da Folha à esquerda. E eu confesso que eu não me preocupei com esse tipo de questionamento à época, porque, é como dizem os ingleses no ditado, a prova do pudim está em comê-lo. Eu sabia que ao longo da sua trajetória, futura, inclusive, a Folha prova que é independente, publicando reportagens que incomodam a esquerda e a direita, presidente de esquerda, o presidente de direita, presidente de centro. Se você pegar o os presidentes desde Collor e perguntar o que eles acham da cobertura que a Folha fez dos respectivos governos todos serão críticos ao jornal. Isso passando por Fernando Henrique, Lula, Dilma, Bolsonaro, Temer, Lula de novo. Ninguém vai nos elogiar porque a gente, independentemente da coloração política de quem está no poder, nós faremos uma cobertura crítica a esse poder. Então, ainda que naquele momento possa ter havido essa leitura “A Folha se aliou a um órgão de esquerda então a Folha vai ter uma pauta de esquerda” eu fiquei muito tranquilo porque eu sei o jornal que nós fazemos e que muito rapidamente daria provas de que a independência continuaria, seja à esquerda, seja à direita e tem sido assim. A gente tem feito isso. Certamente uma cobertura bastante crítica do Governo Bolsonaro e está fazendo uma cobertura bastante crítica nesses primeiros meses do governo Lula, assim como fizemos nos dois primeiros mandatos do governo Lula. Não esqueçamos que o mensalão foi revelado pela Folha, que os detalhes ali do sítio de Atibaia foram revelados pela Folha. O nosso trabalho mostra nossa Independência.

No meio disso tudo, quais foram alguns desses desafios? Vocês procuravam mostrar para

o público esse processo de checagem, de reforçar que aquelas informações eram confiáveis? Essa era uma preocupação por parte da Folha?

Sim, essa Independência sempre é uma preocupação. A gente não queria em momento nenhum que essa parceria colocasse em um xeque ou comprometesse a nossa busca por independência. E acho que ali era uma preocupação do dia a dia, que ia se provando no dia a dia. Não houve nenhuma deliberação, uma ordem. “Temos que mostrar que seguimos independente”. Foi mais os encontros periódicos que nós tivemos com o comando das editorias, reforçando que o jornal seguia fazendo o jornalismo de sempre. Isso não significava que a gente baixaria a guarda de qualquer lado. Então eu acho que internamente nunca foi uma questão, porque a equipe sabia e sabe muito bem o jornal que trabalhava. Externamente confesso que sim, até principalmente de colegas jornalistas que, naquele momento, falavam que essa associação com o The Intercept, de certa maneira, compromete a independência da Folha. E a minha resposta, era esperem e vejam se a independência estará comprometida ou não. Os anos mostram que não.

Vocês tinham essa segurança?

Nós temos essa segurança. Eu nunca, nunca duvidei. Não foi a partir do Intercept, mas em algum momento nós criamos uma editoria que se chama editoria de parcerias que passou a examinar sempre que alguém nos procura para fazer parcerias jornalísticas. Não comerciais, porque para fazer parcerias comerciais tem um departamento comercial que não responde a mim e tem Independência total em relação à redação. Mas não é incomum que a gente faça parceria para a publicação de conteúdo sempre seguindo esses preceitos que eu te falei. Nós decidimos o que e como vai ser publicado e quando. A gente tem controle sobre o processo editorial inteiro, o processo jornalístico inteiro. Mas sim, às vezes ONGs nos procuram, jornalistas independentes ou entidades querendo fazer uma parceria de conteúdo com a Folha. Nesse momento o instituto República, que é uma ONG, tem uma parceria com a Folha, num numa série de reportagens que tem o selo vida pública, que é a cobertura do funcionalismo e do que é esse gigante que é a vida pública Brasileira no que ele faz de bom e de ruim, no que ele faz de eficiente e ineficiente, no que ele poderia melhorar e tal. E a gente vem fazendo essa série com bastante independência e tem tido boa repercussão. Esse é um exemplo que eu te falo. Tem outras parcerias que eu não saberia te citar agora, mas são mais de dezenas certamente. E a gente sempre deixa claro para o leitor, como deixou com o Intercept. “Essa reportagem é fruto de uma parceria com blábláblá”. O parceiro tal, às vezes tem um selo como é esse caso do “vida pública”. Eu te falei às vezes, tem um aviso no pé da reportagem. A gente está fazendo uma série de matérias sobre saúde pública também com a Cláudia Colucci, que é nossa repórter especial dessa área, com o Pulitzer center, um centro de fomento ao jornalismo Internacional.

E a gente deixa muito claro ali que essa série está saindo em parceria com o Pulitzer Center. Então não nos compromete, na verdade nos ajuda a fazer um jornalismo que, talvez, de outra maneira, por restrição orçamentária, por restrição orçamentária, nós não faríamos.

Falando sobre a Vaza Jato em si, uma coisa que foi distinta em relação a outras parcerias é que foram vários veículos sendo parceiros de um só. Como que foi essa relação? A Folha teve uma relação com esses outros veículos que também foram parceiros? Existia algum tipo de diálogo?

Não, nenhum. A nossa relação com o Intercept era única e exclusiva. A gente não tomava conhecimento do que acontecia nas outras parcerias e eu não saberia te dizer ainda hoje como elas se deram. Eu só acompanhei a da Folha. Claro, eu via, eu sabia é que havia uma parceria com a Veja, com o Reinaldo. Não sei se teve outros veículos...

Teve o El País, Agência Pública, BuzzFeed News.

Bem lembrado. Mas não, não havia, troca de informação entre os parceiros.

Falando um pouco a partir das análises realizadas, a Folha foi seguindo uma certa lógica em mostrar ao longo das reportagens aquilo que foram consideradas algumas dessas ilegalidades ou imoralidades que eram vistas nas mensagens. Então existia essa preocupação de fato, em reforçar isso, em destacar isso e passar o contexto e mostrar por que determinado ato seria ilegal? Existia a preocupação em chamar especialistas para demonstrar isso, por exemplo?

A contextualização era muito importante porque é um assunto intrincado. Nesse mar de informações e de terminologias muito específicas do mundo jurídico o leitor se perdia de tempos em tempos. Então o didatismo também é parte do projeto Folha. Muitas vezes a gente fazia o que a gente chamava de freio de arrumação, para tudo e vamos fazer um Entenda o Caso, entenda o que aconteceu até aqui. Isso a gente faz até hoje, mas é muito característico da folha. Quando você vê que o ciclo noticioso está começando a entrar muito na minúcia, muito no detalhe, a gente para tudo e faz um grande “Entenda o caso”. A gente está fazendo agora, muito frequentemente, nessa fase jurídica do ex-presidente Bolsonaro, que são vários casos que estão em andamento, cada um em uma fase, cada um com um detalhe. Então muitas vezes a gente faz essa, essa explicação, esse didatismo. Durante a Vaza Jato, a gente fazia isso também. Contextualizava, ouvia especialistas, tirava dúvidas se alguma lei foi quebrada ou não. Isso é muito característico do jornal.

E como era em relação à repercussão das matérias de outros veículos, do próprio Intercept ou de outros parceiros? Vocês sempre repercutiam? Isso era uma prioridade? Eu lembro que quando as matérias eram da própria Folha, além de oferecer mais contextualização e

mais espaço, também havia mais repercussão sobre o caso, né? Como era em relação aos outros veículos?

Quando algum veículo concorrente dá um furo que nós julgamos relevantes nós, no jargão interno, recuperamos esse furo, né? Se alguém publica uma informação exclusiva que nós, Folha, não temos e julgamos que é relevante, nós recuperamos essa informação e atribuímos ao veículo que deu a informação exclusiva. Quando era o caso no Intercept, na Veja, na Agência Pública, o próprio Reinaldo, nós recuperávamos, sim, esse furo dado por outros. Mas muitas vezes nós achávamos que não era o caso. Não valia a pena esperar, então nós não publicávamos sobre essa informação na folha. Acontece ainda hoje. Todos os dias a gente vê o que a concorrência está publicando, quando a concorrência tem informações exclusivas que nós julgamos relevantes o suficiente nós publicamos na Folha atribuindo essa publicação. Mas na maioria das vezes a gente não publica. Durante esse período em questão, valia a mesma regra. O que eu quero te dizer é que não era tudo o que saía no Intercept, nem tudo o que saía nos outros veículos parceiros que nós publicávamos também na Folha.

E em relação à repercussão do caso? Eu lembro de vários momentos em que a repercussão do caso ganhava muito espaço naturalmente, porque era muito relevante, né? Como foi o caso do depoimento do Moro, a prisão dos hackers, e depois a questão da fonte envolvendo a Manuela Dávila e o Glenn, para citar alguns exemplos? Como se dava isso? Vocês tinham um certo planejamento para a produção das matérias exclusivas, mas também priorizam essa repercussão ou ambas as coisas caminhavam juntas?

O planejamento era o que os repórteres iam conseguindo confirmar e fechar. Então nós não tínhamos uma meta, digamos assim. Uma reportagem grande por semana ou por quinzena, ou por mês. Quem nos dizia o que era possível de ser publicado era a equipe de repórteres e não o contrário. Então, não, não eram os editores que diziam “olha, você tem que me trazer uma reportagem por cima por semana, por quinzena ou a cada três dias”. Entre as nossas apurações que rendiam reportagens próprias e recuperar as informações dos outros, obviamente a prioridade eram as nossas apurações.

Mas também tinha que repercutir nesses acontecimentos mais relevantes, né?

Tinha, mas nem sempre a recíproca era verdadeira. Se você pegar na linha do tempo, e for checar na imprensa da época quando os outros órgãos de imprensa começaram a publicar sobre o que nós vínhamos publicando semanas se passaram. Semanas passaram em que eles deliberadamente nos ignoraram. Demorou para que os outros veículos decidissem que sim, isso era jornalisticamente relevante e sim, nós vamos ter que publicar o que eles estão publicando. Então, a recíproca não foi verdadeira, porque, embora nós ficássemos atentos ao que os outros

estavam publicando, e quando fosse o caso, nós publicávamos atribuindo aos outros, a recíproca não foi verdadeira em muitos casos. A gente ficou muito tempo publicando sozinho, como se diz no jargão jornalístico, na chuva, sem que os outros veículos publicassem. E é curioso porque no caso Watergate, o Washington Post ficou muito tempo publicando sozinho as investigações do Bob Woodward e Carl Bernstein sobre o caso até que os outros jornais americanos, o New York Times, as TV, essas emissoras, falassem “bom, isso não é uma maluquice do Washington Post, é uma apuração séria. Nós vamos ter que noticiar essa apuração”. E assim foi feito. Claro que eu não estou comparando o caso Watergate com a Vaza Jato, embora também aqui presidentes tenham sido eleitos e deixado de ser eleitos por conta disso. No caso Watergate houve uma renúncia por conta da investigação. Então guardadas as devidas proporções e diferenças, aconteceu com a gente a mesma coisa. Nós ficamos semanas publicando sozinhos os resultados da nossa apuração da Vaza Jato, até que os outros veículos se centrassem também na repercussão, na investigação.

E por que você acha que isso aconteceu?

Eu acho que havia talvez um certo preconceito em relação ao Glenn Greenwald. Talvez um certo preconceito em relação ao Intercept. Pode ser, acho que sim. Acho que havia, se você pensar, era o auge da Lava Jato. Eu não falei com os meus colegas, mas eu suponho que havia também um certo receio de alienar as fontes que você tinha na Lava Jato. Os procuradores com quem você falava, as pessoas da Polícia Federal com quem você falava, as pessoas do Judiciário com quem você falava. Talvez se você tocasse nesse assunto dos vazamentos talvez essas fontes deixassem de falar com você, deixassem de passar informações para você. Esse foi o risco que nós discutimos e decidimos correr. Aí eu remeto à independência da Folha. Foi isso que levou o Glenn a nos procurar em primeiro lugar. Se tem algo que a Folha não tem é medo, então nós levamos em conta que, a partir da primeira reportagem publicada na Vaza Jato, a Lava jato vai parar de falar conosco e assim aconteceu. Todas as portas da Lava Jato foram fechadas. Suponho que os veículos tenham feito essa ponderação. Bom, vamos repercutir o que eles estão publicando, mas aí deixamos de falar, vamos alienar ou incomodar as nossas fontes da Lava Jato? Acho que eles foram fazendo esse balanço no dia a dia, até uma hora que eles decidiram que a informação estava se impondo ao relacionamento que eles provavelmente tinham com suas fontes e aí entraram no caso. Hoje todo mundo noticiou, todo mundo se refere a esse termo que é mais recente: Vaza Jato. Mas na época, não era assim.

Eu acho que também acaba se impondo, porque quando a notícia sai, o Moro dá uma declaração, o Bolsonaro dá uma declaração, é inevitável que isso seja repercutido.

Sim, digamos que você é um veículo que até então não falou nada sobre isso. Como você vai

noticiar que o Moro ou Bolsonaro falaram? Dizer, “eles comentaram a notícia que você, nosso leitor, não sabe qual é”. É estranho. Então eu acho que por isso eles levaram em conta.

Falando um pouco sobre os editoriais que eu também analisei. Como você caracteriza esses editoriais, em especial aqueles do começo da série, quando não existiam muitas certezas sobre o que estava acontecendo, da onde vinha informação? O jornal criticava as condutas de Moro e dos procuradores mas também tinha certa cautela?

As operações são independentes. O editorial tem um comando e serve a uma lógica e a redação e serve a outra lógica. Aqui na redação, a prioridade são as informações exclusivas e o editorial é opinar sobre os assuntos do momento. Então não há uma subordinação e nenhuma contaminação de um pelo outro. Há uma separação de fato. E o papel dos editoriais é um papel de certa maneira complicado por definição, porque você tem que formar opinião dos fatos enquanto eles ainda estão quentes e podem ter mil desdobramentos futuros que comprometam essa opinião. Então é um trabalho muito delicado. No caso da Folha, há uma equipe de 10 a 15 editorialistas que respondem ao diretor de Opinião e a cada dia eles têm que definir quais serão os dois temas que serão tratados pelo jornal naquele dia e o que o jornal vai achar sobre esses dois temas. Quando são investigações em andamento, como era o caso da Lava Jato depois da Vaza Jato, assim como foi o do mensalão um pouco mais para trás o jornal sempre adota uma posição um pouco mais cautelosa, menos peremptória, digamos assim. Críticas sempre é o caso, não é um jornal que na sua opinião tenha medo de criticar, mas cautelosa quanto a conclusões peremptórias, porque o que é verdade hoje, o que parece ser o caso de uma investigação hoje, amanhã pode ser o inverso ou pode ser desacreditado. E aí se você já deu a sua opinião a respeito, você tem que revisitar sua opinião. Então o jornal tem que ter essa cautela ao dar sua opinião. Foi assim no caso da Vaza Jato, se você revisitar os editoriais sempre há um approach mais cuidadoso, como “segundo o que se sabe até agora”, “segundo documentos revelados por esta Folha e pelo site Intercept”, “de acordo com as investigações e do que mostram as investigações até hoje”. Sempre esse cuidado é incluído nesses textos para deixar claro que as coisas podem mudar. E acho que nesse caso foi feito assim também. Se você pensar em tudo o que se falou e se escreveu a respeito...vou te dar um exemplo aleatório que me ocorre aqui. Nos áudios do Joesley, da JBL. Se você for ler o noticiário da época, não em todos os veículos mas na maioria era o fim do mundo. Era o fim dos tempos, acabou a República. E se você for olhar hoje à luz de tudo o que a justiça apurou desde então as coisas não eram tão bem assim como imaginávamos. Então imagine um editorial muito peremptório publicado no calor daqueles acontecimentos dos áudios gravados pelo Joesley revisitados hoje talvez eles tenham possivelmente perdido a eficácia. E esse é um risco é de você opinar a quente. E, no entanto, pode ser

paradoxal isso que eu estou te dizendo, no entanto, o jornal tem que opinar sobre isso. Não pode se furtar um opinar sobre os assuntos do momento. O STF está julgando nesse momento a questão da quantidade de maconha. A gente não pode esperar o STF formar uma opinião e a decisão ser implantada no dia a dia, para que a gente então, daqui a alguns meses, para dar a opinião da Folha. A Folha já tem uma opinião em tese sobre isso. É a favor da liberação das drogas. Sua opinião editorial é essa. Então, quando há esse julgamento em andamento, ainda que esteja em andamento, como é o caso desse, a Folha já publicou sua opinião a respeito. Sim, o STF deve regular qual a quantidade mínima e idealmente, o país deveria ter as drogas leves liberadas para consumo. Mas é arriscado, não é algo que se faça sem riscos.

Você falou até sobre essa questão do áudio e eu me lembrei de uma das matérias que pertenciam aos escândalos publicados em reportagens originais pela Folha de S. Paulo já fazendo um link com a questão da opinião. Essa foi uma matéria do dia 8 de setembro de 2019 que era “Conversas de Lula, mantida sob sigilo pela Lava Jato, enfraquecem tese de Moro. Era sobre aquela questão do áudio do Lula e da Dilma, que foi divulgado pelo Moro, e a reportagem indica que os diálogos mostrariam que houve um certo direcionamento na hora de vazar esse áudio. De uma certa forma ao também colocar um título desse, ainda que haja o esforço de comprovar as afirmações, pode-se afirmar que existe um pouco da opinião incluída nisso? Como que isso era pensado e quais eram os cuidados que vocês tinham que ter?

Essa é uma pergunta interessante, porque o ideal é que a reportagem seja mais descritiva e editorial mais opinativo. Mas muitas vezes há necessidade de você, ao contextualizar a informação, você acabar editorializando um pouco os títulos, por exemplo. Para te dar um exemplo recente, a Folha usou durante o governo Bolsonaro, pela primeira vez, num título, “Presidente mente ao falar...”. Nós sabíamos que era ligado à covid ou à eficácia da cloroquina. Era algo que nós sabíamos que não era algo verdadeiro então achamos por bem no título noticioso, não era um editorial, usar esse verbo. Então quando eu te digo que às vezes a gente acaba editorializando um pouco da titulação ou da contextualização um te dou esse exemplo que é muito recente e palpável. Eu não lembro desse em questão que você está falando, mas aparece dentro desse contexto do que eu te falei. Ao procurar contextualizar você pode avançar um pouco no palavreado, digamos assim. E isso acontecia independentemente dos editoriais. Não era influenciado de nenhuma maneira.

Apêndice 10 – Consentimento informado pelos entrevistados

Consentimento informado de Ewandro Schenkel



Protocolo de consentimento informado - Entrevista Semi-Estruturada

Eu, Ewandro Schenkel de Oliveira, aceito participar de livre vontade do estudo da autoria de Renan Lacerda Feitosa de Araujo (aluno do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa), orientada pela Professora Doutora Célia Felícia Belim Rodrigues (Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa), no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, na vertente de Jornalismo.

Para que eu assinasse esse protocolo de consentimento informado me foi explicado o objetivo geral deste estudo que é compreender como a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo*, nas suas versões *online*, cobriram a série de reportagens *Vaza Jato*. Compreendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões envolvendo a cobertura jornalística e o posicionamento editorial da *Gazeta do Povo* em relação à série *Vaza Jato* nos meses de junho a setembro de 2019.

Entendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao participar desse trabalho, colaboro para o desenvolvimento da investigação na área de jornalismo, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração.

Compreendo, por fim, que pelo fato de eu ser um informador qualificado, essa entrevista seguirá princípios éticos, sendo que todas as informações recolhidas e tratadas nesse estudo não serão usadas para além do fim a que se destinam.

Nome: Ewandro Schenkel de Oliveira

Assinatura _____ 

Data 21/07/2023

Consentimento informado de Sergio Davila



Protocolo de consentimento informado - Entrevista Semi-Estruturada

Eu, SERGIO DAVILA, aceito participar de livre vontade do estudo da autoria de Renan Lacerda Feitosa de Araujo (aluno do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa), orientada pela Professora Doutora Célia Felícia Belim Rodrigues (Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa), no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, na vertente de Jornalismo.

Para que eu assinasse esse protocolo de consentimento informado me foi explicado o objetivo geral deste estudo que é compreender como a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta do Povo*, nas suas versões *online*, cobriram a série de reportagens Vaza Jato. Compreendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões envolvendo a cobertura jornalística e o posicionamento editorial da Folha de S. Paulo em relação à série Vaza Jato nos meses de junho a setembro de 2019.

Entendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao participar desse trabalho, colaboro para o desenvolvimento da investigação na área de jornalismo, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração.

Compreendo, por fim, que pelo fato de eu ser um informador qualificado, essa entrevista seguirá princípios éticos, sendo que todas as informações recolhidas e tratadas nesse estudo não serão usadas para além do fim a que se destinam.

Nome: SERGIO DAVILA

Assinatura 

Data 25, 9, 23